Série 3
Monumenta

Flávia Varella
Maria da Glória de Oliveira
Rebeca Gontijo
ORGANIZADORAS

HISTÓRIA E HISTORIADORES NO BRASIL

da América portuguesa ao Império do Brasil – c. 1730-1860

Série 3
Monumenta

Flávia Varella
Maria da Glória de Oliveira
Rebeca Gontijo
ORGANIZADORAS

HISTÓRIA E HISTORIADORES NO BRASIL

da América portuguesa ao Império do Brasil – c. 1730-1860

DESIGN GRÁFICO [CAPA] Shaiani Duarte
DESIGN GRÁFICO [DIAGRAMAÇÃO] Maria Fernanda Fuscaldo
REVISÃO DE TEXTO Patrícia Aragão

EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br - www.pucrs.br/edipucrs
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História e historiadores no Brasil : da América Portuguesa ao Império do Brasil : c. 1730-1870 [recurso eletrônico] / organizadoras Flávia Varella, Maria da Glória de Oliveira, Rebeca Gontijo. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2015.
262 p.

Modo de Acesso: <http://www.pucrs.br/edipucrs>
ISBN 978-85-397-0702-7

1. Brasil – História. 2. Historiografia – Brasil. 3. Historiadores – História. I. Varella, Flávia. II. Oliveira, Maria da Glória de. III. Gontijo, Rebeca. IV. Série.

CDD 981.00072

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

Flávia Varella
Maria da Glória de Oliveira
Rebeca Gontijo
ORGANIZADORAS

HISTÓRIA E HISTORIADORES NO BRASIL

da América portuguesa ao Império do Brasil – c. 1730-1860

Porto Alegre, 2015

APRESENTAÇÃO

Uma história da historiografia deve ser outra coisa do que um léxico de historiadores.

Eduard Fueter[1]

Entre as formas possíveis de elaboração da experiência do tempo, a escrita da história sempre se manteve vinculada às práticas sociais de memorização e de esquecimento. A historiografia, frequentemente compreendida como *corpus* de textos dados à leitura de uma coletividade como parte de seu próprio esforço de construção identitária, também se apresenta como a evidência mais tangível das operações intelectuais que transformam os tempos pretéritos em artefato narrativo, objeto de análise e de conhecimento, e ela mesma, muitas vezes, é movida pelas demandas do presente e pelos anseios de projeção do futuro. Daí o seu estatuto de fonte – recurso imperativo que circunscreve o ofício do historiador – e vestígio material privilegiado para a compreensão dos modos com os quais a história se constituiu como saber, gênero discursivo e disciplina científica, delimitada por procedimentos e regras de validação específicas.

Se considerarmos que o trabalho do historiador começa com o gesto de reunir, selecionar e transformar as marcas do passado em fontes, não será difícil justificar a relevância da edição crítica de documentos, no espectro diversificado de tarefas que compõem a operação historiográfica, como parte de um processo que Paul Ricoeur denominou de “momento do arquivo”, patamar inaugural de todo percurso investigativo.

Este livro oferece uma antologia de textos selecionados e apresentados por seus respectivos comentadores como fontes para o estudo de diferentes aspectos da história da historiografia no espaço luso-brasileiro entre os séculos XVIII e XIX. O desafio, compartilhado pelos pesquisadores da historiografia em geral e, em especial, por aqueles que se dedicam ao estudo da escrita e pesquisas

históricas no Brasil, está no reconhecimento da dinâmica peculiar dos diferentes contextos intelectuais, demarcados pela coexistência de tradições letradas e usos de referenciais, modelos e concepções teóricas diversas, de um modo não necessariamente excludente ou antagônico.

O horizonte clássico da historiografia pré-moderna, sua mescla com problemas historiográficos modernos e posterior esvaziamento de temas e soluções herdados da tradição greco-romana, pode ser visto na primeira parte desta antologia, dedicada à “Historiografia acadêmica ilustrada luso-brasileira”. A *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, publicada em 1730, permeia o movimento historiográfico em que a retórica e o decoro clássico estão radicalmente inscritos na composição histórica. Eduardo Sinkevisque apresenta ao leitor as páginas iniciais dessa obra – a dedicatória, o prólogo, a advertência, a protestação e as licenças da mesa censória portuguesa – considerando os elementos teológico-político-retóricos inscritos na *História da América Portuguesa*. Sob essa perspectiva analítica, a política, a teologia e a retórica são entendidas como inseparáveis e juntas formam a síntese das três principais chaves interpretativas do texto de Rocha Pita. A maneira com a qual esses três elementos são articulados na *História da América Portuguesa* auxiliam na descoberta dos parâmetros historiográficos seguidos pelo historiador baiano no século XVIII. Sinkevisque alerta que, nesse contexto, o conceito de verdade era profundamente marcado pela retórica aristotélica. Enquanto discurso demonstrativo-deliberativo, a narrativa histórica se confundia com a afirmação da verdade, em sentido teológico-político, tornando-se a instância em que as ações dignas da posteridade eram justificadas.

Ainda no contexto setecentista, os parâmetros de escrita da história seguidos pela Academia Brasílica dos Esquecidos, primeira agremiação dedicada ao cultivo das letras no então Brasil colonial, não estavam muito distantes do horizonte de escrita em que a tradição retórica clássica tinha grande prestígio. Alguns letrados do período, contudo, vislumbrando a necessidade de junção da pesquisa com a narração, introduziram no conjunto de suas preocupações alguns problemas característicos da historiografia moderna. Pedro

Telles da Silveira selecionou, entre os escritos dos Esquecidos, extratos das *Dissertações da História Militar do Brasil*, de Inácio Barbosa Machado, das *Dissertações acadêmicas, e Históricas, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil*, de Caetano de Brito e Figueiredo, e das *Dissertações da História Eclesiástica do Brasil*, de Gonçalo Soares da Franca. Essas dissertações combinam elementos e preocupações tradicionais dentro da historiografia luso-brasileira – os preceitos da retórica, a defesa da fé católica e da monarquia portuguesa – e introduzem uma novidade: a exposição das dificuldades metodológicas enfrentadas pelos letrados que, tão somente pelo decoro, não poderiam ser verbalizadas no âmbito da narrativa histórica. As dissertações eram consideradas distintas do trabalho histórico em si e vistas como o espaço em que problemas e debates, necessários para a escrita ou crítica das obras históricas, teriam seu lugar assegurado.

Ainda no contexto da produção letrada academicista do Setecentos, a Academia Brasílica dos Renascidos, instituída oficialmente no ano de 1759, na cidade de Salvador, como resultado da iniciativa de D. José I, contou com o apoio da elite letrada soteropolitana, que vivia a expectativa de ver restaurada a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada 35 anos antes. Iris Kantor apresenta a transcrição dos Estatutos da agremiação, a partir da cópia manuscrita originalmente depositada no Arquivo da Universidade de Coimbra. A linguagem do documento remete à cultura política das Luzes, no momento de implementação das reformas administrativas propostas pelo conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal. Nesse momento, como demonstração de fidelidade à Coroa portuguesa, os súditos letrados do Império português chamavam a atenção para a importância de escrever a "história universal" da América. Assim, o projeto historiográfico das academias brasílicas abarcava a história e a geografia eclesiástica, civil, natural e militar dos domínios portugueses, concebendo a América portuguesa como uma unidade geográfica e política.

Se Pedro Silveira e Iris Kantor nos apresentam a Academia dos Esquecidos e a dos Renascidos ainda em um momento de transição entre os preceitos retóricos clássicos e os problemas epistemológicos

modernos, Taíse Tatiana Quadros da Silva delineia um cenário já totalmente marcado por questionamentos em que a retórica e suas diretrizes perdem, cada vez mais, espaço para uma nova forma de pensar e praticar a história. A Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada na segunda metade do XVIII, instaurou uma ruptura crucial com a concepção retórica greco-romana ao aliar investigação histórica e empirismo na tentativa de promover leituras críticas e o distanciamento para com os temas abordados. Esses dois elementos são encontrados no *Discurso Preliminar* de José Correia da Serra e evidenciam as mudanças em curso na concepção de história dentro da Academia Real das Ciências de Lisboa. Esse espaço, para Quadros, ao confeccionar novos princípios para a abordagem do passado, fundiu o conceito clássico de história com a ideia moderna de método, transformando semanticamente o conceito de história.

As décadas iniciais do século XIX, abarcando o chamado período joanino de "interiorização da metrópole", foram marcadas pelo aparecimento das primeiras histórias do Brasil, escritas por autores estrangeiros. Entre essas obras, os três volumes da *História do Brasil*, composta em inglês por Robert Southey, com publicação nos anos de 1810, 1817 e 1819, em Londres, sempre foi considerada a mais substancial e completa antes da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Flávia Varella oferece uma apresentação densa do poeta-historiador, destacando o desafio crucial que perpassava o projeto historiográfico de Southey: escrever a história do Brasil como parte de uma história do Novo Mundo implicava o uso de recursos narrativos e chaves explicativas que se encontravam disponibilizadas pela historiografia europeia naquele momento. Nesse sentido, o prefácio e a introdução do primeiro volume, selecionados por Varella para essa antologia, fornecem algumas pistas relevantes acerca da tarefa enfrentada por Southey ao longo das mais de duas mil páginas de sua obra monumental.

A Independência, em 1822, inflige mudanças de ordem político-social ao Brasil, lançando outro desafio instigante aos homens de letras: o de reunir e organizar os documentos para a escrita da história da nação recém-emancipada. Os escritos apresentados e comentados na segunda parte deste livro, intitulada "Historiografia

imperial Oitocentista", mostram a mudança de foco e as novas problemáticas que se instalaram na historiografia, gradualmente mais definida como brasileira e nacional. O primeiro comentário desta seção é feito por Fábio Laurandi Coelho aos excertos do livro *Reflexões históricas*, de João Pedro Ribeiro. A grande ambição de Ribeiro era ocupar o posto de primeiro arquivista da história lusitana. Acreditava que era particularmente importante distinguir os documentos falsos dos verdadeiros para que os trabalhos históricos posteriores pudessem ser construídos sobre um sólido "edifício". As *Reflexões*, publicadas entre 1835 e 1836, mostram não apenas o trabalho de um erudito e antiquário, preocupado com a correta localização, catalogação e verificação dos documentos, mas o esforço de um historiador em refletir sobre a problemática que envolve a narrativa a respeito do passado português.

Homem da mesma geração de Ribeiro, José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais conhecido como Visconde de São Leopoldo, é apresentado por Rodrigo Turin. Nascido no Brasil na época em que os letrados tinham que ir além-mar para concluir seus estudos, o Visconde seguiu para Coimbra para formar-se em Direito. Nesse ambiente, aproximou-se do reformismo ilustrado português, eclético e pragmático. Manteve-se constantemente envolvido nos assuntos do Império, participando da vinda da família real, em 1808, nas Cortes de Lisboa, como deputado por São Paulo, além de propor a criação de uma Universidade no Brasil. Sua grande popularidade entre os historiadores, contudo, deve-se principalmente à sua posição de primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). "O IHGB é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente", um de seus primeiros escritos publicados na revista da agremiação, em 1839, é analisado e transcrito parcialmente por Turin como a reivindicação da herança do passado colonial não opressor, que permitiria a criação de um *télos* do desenvolvimento das ideias ilustradas no Brasil.

Também membro do IHGB, Manuel de Araújo Porto Alegre figura nessa antologia através da apresentação de Temístocles Cezar e Lucas La Bella ao seu artigo "Iconografia Brasileira", originalmente

publicado na *Revista do IHGB*, em 1856. Além de integrar a geração de fundadores do Instituto, Porto Alegre foi pintor de formação e diretor da Academia Imperial de Belas Artes. O texto selecionado anuncia um projeto do autor, que não chegou a se consumar, de elaborar um grande painel da história da arte no Brasil através de uma série de notícias biográficas, oferecendo pistas importantes acerca das concepções de história vigentes no contexto letrado brasileiro oitocentista.

Outro ilustre sócio do IHGB, Francisco Adolfo de Varnhagen, aparece neste livro através da apresentação feita por Temístocles Cezar e Evandro Santos. Homem de dois mundos, também fazia parte da Academia Real das Ciências de Lisboa e escreveu sobre diversos temas literários. De sua extensa produção, a *História geral do Brasil* pode ser lida como um dos textos canônicos da historiografia brasileira, o que torna o seu prefácio uma importante fonte para a compreensão dos modos como a escrita e a pesquisa históricas eram concebidas no Oitocentos. O leitor que se aventurar por esse texto se deparará com a apresentação das diversas mudanças e mistérios que envolvem as alterações e supressões nas edições da *História geral do Brasil*. Os comentadores argumentam que, por certo, o estatuto científico da obra não foi reivindicado de forma explícita por Varnhagen e um dos indícios disso estaria na quase ausência do vocábulo “ciência” para definir o saber histórico. Para Varnhagen, a verdade histórica não estava isenta de partidarismo; em sintonia com as ideias de outros letrados de sua época, acreditava que as paixões nobres enriqueceriam a história e, com isso, deixaria o leitor mais perto do passado. Não obstante, tal postura não implicava o reconhecimento indiscutível dos ornamentos retóricos pelos historiadores, já que Varnhagen criticou os autores que abusavam do sentimentalismo a ponto de afastarem-se da verdade.

Concluindo a apresentação de fontes da historiografia oitocentista, Maria da Glória de Oliveira comenta a dissertação “Dúvidas sobre alguns pontos da história-pátria”, de Joaquim Manoel de Macedo, lida em sessão do IHGB, em 1858. Nesse contexto, o “nebuloso” passado colonial era alvo de constantes investigações e retificações por parte

dos sócios do Instituto. É o momento em que Macedo explicita as suas preocupações acerca dos aspectos obscuros que envolviam "a nossa tão recente antiguidade", argumentando que, para solucionar as dúvidas e dissipar as interpretações falaciosas em relação aos grandes personagens heroicos e os acontecimentos da guerra holandesa, a postura do estudioso da história nacional não poderia ser outra senão a de suspeição. Frente ao caráter fabuloso dos dados oferecidos pelas fontes, impunha-se ao historiador a tarefa crítica de revisar e questionar as tradições por meio do confronto dos relatos das testemunhas oculares dos eventos e o escrutínio cuidadoso das narrativas, em especial daquelas perpetuadas em nome da autoridade dos cronistas.

Por fim, advertimos o leitor de que, na transcrição dos textos para esta coletânea, optamos por atualizar, parcialmente, a grafia das fontes consultadas, com o fim de facilitar a leitura, e que os textos incluem notas originais, salvo exceções informadas por cada comentarista.

---

[1] FUETER, E. *Histoire de l'historiographie moderne*. Traduit de l'allemand par Emile Jeanmaire. Paris: Librairie Félix Algan, 1914.

I
HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA ILUSTRADA LUSO-BRASILEIRA

SEBASTIÃO DA ROCHA PITA
(1660-1738)

APRESENTAÇÃO

Eduardo Sinkevisque

A *História da América Portuguesa* (PITA, 1730),[1] primeira história acessível ao leitor a tratar do Brasil, se considerarmos que a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (1982), escrita no Seiscentos, somente foi editada no século XIX, organiza-se conforme o gênero histórico era entendido nos séculos XVII/XVIII. Ou seja, segundo a diferenciação entre poesia e história, como gênero prescrito pela *Retórica* e *Poética* aristotélicas, cuja finalidade é persuadir por meio de um discurso demonstrativo-deliberativo. A história nos séculos em questão é a afirmação da "verdade" em sentido teológico-político que justifica ações tidas como gloriosas, tendo como modelo historiadores, políticos, entre outras *auctoritates* de escritos morais antigos.

Escrita com o propósito de dar "notícias" sobre as terras lusitanas na América, a *História* de Rocha Pita havia sido planejada como tema para os letrados da Academia Brasílica dos Esquecidos ao lado de uma história militar e de uma história eclesiástica.

As formas de representação setecentistas, como a prosa de Rocha Pita da *História da América Portuguesa*, têm circunstâncias e condições de produção acadêmicas, uma vez que é discurso institucional e se estabelece temporal e religiosamente na afirmação e manutenção do poder absoluto, do qual D. João V é rei "magnânimo".

Sebastião da Rocha Pita nasceu na cidade do Salvador, na Bahia, aos três de maio de 1660. Morreu em Paraguaçu, Bahia, aos dois de novembro de 1738. Fez os estudos preparatórios no colégio dos jesuítas, em Salvador. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1682. Foi Coronel de Infantaria de Ordenanças; Senhor de engenho na Vila de Cachoeira, onde se dedicou à agricultura, aos

estudos e às letras (sonetos, hinos, éclogas, entre outras poesias). Anos mais tarde, empenhado em escrever a *História da América Portuguesa*, faz viagens pelo Estado do Brasil em busca de documentos e arquivos. Embarcou para Lisboa a fim de completar as pesquisas e a obra, que afinal veio à luz em 1730, na capital portuguesa. Nomeado fidalgo da Casa Real e Cavaleiro da Ordem de Cristo, tornou-se sócio correspondente da Academia Real da História Portuguesa. Foi um dos fundadores da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724). Entre suas obras constam também *Breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo que na insigne cidade da Bahia, cabeça da América portuguesa, se viu na morte d´el rei D. Pedro II* (1709), *Sumário da vida e morte da exma. senhora D. Leonor Josefa de Vilhena e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia* (1721) e *Oração do Acadêmico Vago Sebastião da Rocha Pita* (1724).

A *História da América Portuguesa*, datada de 1730, divide-se em dez livros. Ela é acompanhada, em sua primeira edição impressa, de advertência, dedicatória, prólogo, protestação e licenças da mesa censória portuguesa etc. A obra abrange os dois primeiros séculos e o primeiro quartel do terceiro da história da "Nova Lusitânia". O primeiro livro trata genericamente dos descobrimentos. O segundo, da fundação de províncias. O terceiro trata dos governadores gerais. O quarto e o quinto tratam do chamado "Brasil holandês", sendo que, na sequência, tem-se a morte de D. João IV e seu elogio no quinto livro. O sexto livro versa sobre a regência de D. Luísa, rainha de Portugal, e o descobrimento e povoação do Piauí. O sétimo, sobre Roque da Costa Barreto e a fundação da Colônia do Sacramento. O oitavo, sobre a sucessão do governador geral e fundação da Casa da Moeda. O nono livro se dedica à morte de D. Pedro II, a seu elogio e sua sucessão por D. João V, enquanto que o décimo trata das minas de ouro, das ações do vice-rei e dos sucessos do "Brasil" durante seu governo e do fim da história a que Rocha Pita põe termo.

Nestes livros, a ordem narrativa é cronológica e já se estabelece desde o título da obra que considera os feitos desde o descobrimento do "Brasil" até o ano de 1724. Essa característica aponta para a questão da *ordo naturalis* dos textos de gênero histórico. Encontram-

se dispersas, nos dez livros, as ações, outra categoria do gênero prosa histórica, ao lado da utilização da primeira pessoa, seja no singular, seja no plural. Essas categorias retórico-poéticas são confirmadas não só em outras "histórias", como as de Frei Vicente do Salvador e Frei Manuel Calado, como na "história" antiga. Estabelecem divisão por livros e capítulos, sendo que cada capítulo forma uma unidade e, neles, são visíveis a primeira pessoa, a ordem cronológica e a narração de ações sucedidas e particulares. A divisão sequencial das matérias visa clareza, virtude estilística. Cada um dos dez livros tem um sumário das matérias e o letrado segue essa ordem na escrita da *História*.

Lembro o modo como a *História da América Portuguesa* foi recebida em sua época. Explicito essa espécie de recepção a partir da leitura de Frei Boaventura de S. Gião, D. Antonio Caetano de Souza e de D. José Barbosa, pois isso permite que se formulem critérios de leitura sobre o conceito de história no século XVIII. Essa recepção é mediada por noções sobre a elocução do texto e sobre a relação com o interlocutor, segundo modelos setecentistas. Por exemplo, a partir da explicitação de termos como "fastio", "divertir", "conceituosa" e "discreto", conforme demonstro abaixo.

Refiro-me, inicialmente, a três aprovações, aqui editadas, da *História da América Portuguesa*.[2] O primeiro censor diz que a *História* de Pita é "a única que temos seguida e completa dos dilatados e riquíssimos domínios". Agradece o empenho de Rocha Pita ao escrever a obra, chamando-a de "história política", principalmente, reconhecendo muito da "história natural". Entre outros elogios, o censor lê na obra o modelo do gênero histórico romano. O segundo elogia a disposição e boa ordem do livro, indicando que a leitura será feita com "gosto e sem fastio", cujo "estilo" observa-se "grave, especioso e agradável". Caetano de Souza considera a obra "bem ornada, sem artifício e culto, sem afetação", afirmando não ser uma "história viciada nem adulterar a verdade". O terceiro diz que o "Brasil, esta grande porção do mundo", esteve como "incógnita" até a data da leitura da obra de Pita, por falta de "historiador" capaz de tal empreitada. Compara a *História* de Rocha Pita com a de Pero Magalhães de Gândavo, ao qual se refere como "Gândavo Magalhães",

chamando a última obra de "brevíssimo tratado". Refere-se aos outros letrados anteriores a Pita como autores de crônicas gerais do Brasil, citando Frei Manuel Calado, Frei Rafael de Jesus, Duarte de Albuquerque Coelho, Francisco de Brito Freire e Frei João José de Santa Tereza. Lê a *História da América Portuguesa* como sendo escrita com "elegância", tendo apenas o "defeito de não ser mais dilatada para que os leitores se pudessem divertir com maior torrente de eloquência". Observo que esse termo "divertir-se" pode ser lido como deleite, prazer, cuja noção elocutiva está presente. Divertir no sentido, talvez, de distrair, romper a monotonia, entendido como proveniente da digressão. Afirma que o letrado escreve "sucessos" com "artificiosa brevidade", denominando-o de "Novo Colon" por ter escrito tal história. O parecer é favorável pois, segundo o censor, a *História* "não ofende nem a fé católica, nem os bons costumes", cujos méritos fazem com que a Europa veja que o "Brasil não cede" àquele continente "na qualidade dos escritores".

Depois, outras duas licenças concedidas à edição impressa da *História da América Portuguesa* podem ser referidas no conjunto da recepção que esse escrito de Rocha Pita teve contemporaneamente. A primeira é a aprovação do R. P. M. Manoel Guilherme, qualificador do Santo Ofício, examinador das três Ordens Militares. Nela, admira-se "a frase verdadeiramente portuguesa, desafetada, pura, concisa e conceituosa", cujo *auctor* "desempenha todas as leis da história". Conceituosa, além dos sentidos de ser obra ajuizada, parece indicar consonância com as prescrições de Baltasar Gracián, do tratado poético-retórico *Agudeza e Arte de Engenho*, porque semantiza-se também obra em que há "conceito", sentenciosa, capaz, portanto, de formular "conceitos", sentenças. O qualificador e examinador dizem, contudo, que essas "leis são muitas e de difícil observância". São as seguintes leis enumeradas pelo R. P. M. Manoel Guilherme, qualificador do Santo Ofício, examinador das três Ordens Militares: ajustar a narrativa aos anos a que se refere; observar o tempo; distinguir os lugares; demarcar terras; individuar sucessos, basicamente. A segunda é a aprovação do Paço, de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, acadêmico da Academia Real da História Portuguesa. Nessa licença, é possível ler que o tom e as

considerações dignificam Rocha Pita, uma vez que Pina vê a obra como "digna de louvor" e de "prêmio", pois é "bem adornada", cujos "adornos poéticos" são de "largos episódios, frequentes figuras e discretos panegíricos", qualificando a obra de acordo com as "leis de história".

Além dessas aprovações e licenças, a *História da América Portuguesa* foi impressa, na sua primeira edição, acompanhada de advertência, protestação, dedicatória e prólogo, como disse.

Rocha Pita escreve a advertência com o propósito de explicar a localização geográfica do Estado do Brasil, do qual se ocupa sua *História*. Diz que o assunto da *História da América Portuguesa* é o Estado do Brasil. Aponta para os acontecimentos desde 1500 até 1535, advertindo não haver sucessividade de ações a serem narradas, pois nesse período houve visitas esporádicas ao "Brasil". Explica que, no entanto, isso não prejudicará a "verdade da história", embora interrompa a série dos anos. Representar a história como verdade é lugar comum não só desta prosa histórica do século XVIII do mundo católico, como é conceito encontrado desde Heródoto. É do gênero histórico propor o discurso como "verdadeiro". Pita imprime como finalidade da obra fornecer notícias sobre o "Brasil". Indica o conceito de história como "verdade" e as "fontes" para sua escrita, como as "relações fidedignas, conferidas com os autores que estas matérias tocaram", admitindo a presença de *auctoritates*, com particulares informações "modernas" e com a ciência que o próprio *auctor* as inquiriu para compor a *História*. Aponta novamente para o principal objetivo da obra que é o de estabelecer a "verdade", advertindo que os dois primeiros livros tratam das matérias em "estilo poético" e os demais em "estilo histórico".

A protestação delineia a diferença entre uma "história puramente humana" e outra que trabalha com a "narração de aparições, sucessos sobrenaturais ou milagrosos". Protesta contra possíveis críticos e afirma a *História* em consonância com o pensamento católico, persuadindo os senhores censores, visto que Rocha Pita se submete aos decretos pontificais, em especial os de Urbano VIII.

A dedicatória revela a questão do panegírico e do encômio. Rocha Pita diz dedicar a *História da América Portuguesa* ao rei, porque "ao

príncipe que rege o império pertence patrocinar-lhe a história". Neste caso, tem-se a tópica do oferecimento, aspecto retórico que se baseia no "corporativismo" e na hierarquia da política ibérica dos séculos XVII e XVIII, na troca de favores entre as partes do corpo político do Estado monárquico; vistos em termos de rei e súdito (cabeça/membros). Tem-se, subjacente, o pacto de sujeição. Por meio dele, toda a sociedade se submete à figura da "cabeça" real. A hierarquia é um dos instrumentos básicos da providencialização dos Estados nos séculos XVII e XVIII católicos, unificando a tudo e a todos por meio da figura Deus/Rei onipresente. Conceitos que podem ser examinados em "A Representação da Sociedade e do Poder", trabalho de Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha (1993). No "paradigma corporativo" há uma ordem universal (cosmos) em que os homens são causas segundas do objetivo último (Criador), causa Primeira. O mundo físico e o humano somente são explicáveis com a referência à transcendência (*télos*, causa final) que fundamenta a política nos séculos XVII/XVIII. Cada parte do todo coopera de modo diferente na realização do destino cósmico (XAVIER; HESPANHA, 1993). A unidade da criação é uma unidade de ordenação, um fim comum dentro da espécie humana, de cada grupo ou corpo social. O aspecto retórico semantiza o político no discurso, uma vez que a relação da *Retórica* com a *Política* é fornecida, inclusive, por Aristóteles na *Retórica*.

No prólogo, Rocha Pita se refere ao leitor como "discreto" logo de início, na primeira frase, com a expressão "Oh, leitor discreto". Aspecto retórico que semantiza o decoro na forma de tratamento do interlocutor, propõe o comportamento cortês e palaciano das monarquias absolutistas. Depois, Rocha Pita pede atenção para o rei e teme causar fastio e aborrecimento ao governante, com uso da tópica da atenção real, cujo sentido é persuasivo em termos de merecimento da atenção e entendimento real possivelmente "melindroso", na tentativa de que o discurso não venha causar "enfado" ao leitor, nem venha receber "censura" do rei. Parece demonstrar a tentativa de Rocha Pita de estabelecer a medida certa, exata para o texto, sem excessos ou afetações, na proposta de uma

prosa justa e reta e, porque tal, aguda. Nem menor, nem maior, do tamanho do Império português.

Rocha Pita veicula, também no prólogo da *História da América Portuguesa*, uma noção católica comum e bastante difundida nos séculos XVII e XVIII, que é a da luz natural da Graça. A questão da luz é uma analogia tomista da causa e efeito. Rocha Pita fez o discurso efeito segundo de uma Causa Primeira. "Teologicamente a história é efeito, causa segunda, signo, análogo" (HANSEN, 1994, p. 24). A história se subordina ao tempo e é indiretamente produto de Deus, ação da humanidade e a providência em palavras. Deus produziu o livro da natureza. O homem escreve segundo essa perspectiva. A história é signo profético de Deus, cujo modelo é fornecido por Abraão, Davi, Salomão, Cristo. Na dedicatória, Rocha Pita se inventa como sombra da figura real ao postular que seus escritos são sombras que necessitam de luz e ao pedir iluminação ao interlocutor dos textos.

Tem-se, no texto, uma lógica argumentativa que propõe a "verdade" – igual, relativa ou proporcional a uma essência teológico-política que fundamenta o poder e o mantém em termos de uma segunda pessoa, que é o rei e, porque tal, capaz de iluminar os corpos a sua mercê, inclusive o discurso que o celebra –, cuja faculdade tendencial é instituir-se, portanto, sedimentar-se politicamente. Toda instituição, todo organismo não se sustenta sem essa verdade nos séculos XVII/XVIII.

No final da dedicatória da *História da América Portuguesa*, Rocha Pita pede que Deus proteja o rei com a frase "Guarde Deus muitos anos". Essa frase é lugar comum na prosa encomiástica do mundo católico. A tópica retórica revela finalidade persuasiva e demonstra o caráter teológico na questão da proteção divina. Esse pedido acompanha a tópica da razão de Estado, uma vez que a ideia de "guardar" semantiza a conservação. Ora, se o pedido é que Deus conserve o rei, solicita-se também que conserve o Estado, já que a tópica se faz em termos de aumento e conservação da monarquia. Conservar e aumentar, saúde do Estado são tópicas da razão de Estado católica, aplicadas ao corpo político, do qual o rei é a cabeça. A metáfora do "corpo/cabeça" remonta a ideias políticas medievais,

das quais decorre o caráter “natural”, ou naturalizado, da constituição social, por extensão, uma fisiologia do corpo humano ou ordem da natureza, ideias ligadas ao pensamento jurídico medieval. A tópica da saúde do corpo é neoescolástica. O Estado é organismo, cujas circunstâncias difíceis eram pensadas como afetos que ameaçavam a saúde; pela “concórdia”, como pacto, buscava-se a harmonia.

A ideia da iluminação é retomada no prólogo. Rocha Pita pede que o rei atribua sentido aos seus escritos. Entretanto, desta vez, posiciona-se mais humildemente em relação ao governante. Demonstra grave obediência ao se colocar não como Prometeu que roubou um raio do sol, mas como alguém que pede esta luz solar, que é o rei.

A leitura teológico-político-retórica da *História da América Portuguesa* aponta para o sentido e o conceito de história em Sebastião da Rocha Pita. Nos séculos XVII e XVIII, a prosa histórica representa o louvor ao caráter e às ações de personagens tomadas como heroicas, daí sua construção epidítica de variante encomiástica.

Proponho ler o texto, considerando sua organização, suas partes constituintes e o “efeito” por elas causado. Ou seja, verificar aquilo que permite ao leitor afirmar sobre sua condição como gênero. Os efeitos são afetos. Neste sentido, deve-se observar que tipo de paixões a historiografia suscita na audiência. Por ser pertencente ao “estilo médio”, “temperado”, tendendo ao “grave”, o gênero histórico setecentista pretende levar os ouvintes a se convencerem da legitimidade e da virtude implicadas nas matérias com as quais a história se ocupa e de personagens que retrata. No caso, o efeito produz a presença soberana do Estado monárquico.

Como retórica, entendo o “estilo” dessa prosa. Como “estilo” entendo a aplicação adequada de um decoro, a convenção entre o caráter de quem ou o que se representa no discurso e o efeito pretendido segundo uma doutrina de gêneros aristotélicos. O estilo é um conceito prescritivo no Setecentos, que indica a variação da elocução característica de um *auctor*, indicando que a prosa estudada é também entendida como um dos gêneros da elocução, como *genera*

elocutionis. Ou seja, para cada gênero retórico exige-se a combinação adequada de caracteres específicos e dos afetos próprios a esses caracteres, como *topoi* e tipos correspondentes a um decoro ético-político-retórico. No caso específico do gênero histórico setecentista, *stilus medium, modicum*, tendendo no máximo ao *gravis*.

Por teológico, entendo a doutrina neoescolástica. Ou seja, por meio da escolástica reposta por jesuítas e dominicanos contrarreformistas difundida pelas instituições, que na época se constituem o caminho para Deus. Essa doutrina contribui para encaminhar, como "ponte", o humano ao divino. Na *História da América Portuguesa*, as ações, que se concebem como "análogos"

> diferidos, são causas segundas da Causa Primeira promotora da significação e sentido providencialistas, que misteriosamente as enuncia como natureza profética na *Escritura* e escritura enigmática na natureza, confirmando-as futuras no presente, como perfectibilidade alcançável pelas semelhanças do tempo português, que são causas instrumentais (HANSEN, 1994, p. 22).

Em suma, entendo o retórico como sendo teológico-político em relação, na base da invenção da *História da América Portuguesa*. O enfoque teológico-retórico-político é síntese das três chaves de interpretação para o texto de Rocha Pita. Tanto a política e a teologia quanto a retórica nos séculos XVII/XVIII são inseparáveis, sendo articuladas entre si.

O retórico constitui análogos diferidos, como causas segundas da Causa Primeira promotora da significação e sentido providencialistas, de natureza mítica e profética, às vezes messiânica, denominada, aqui, articulação, concepção ou eixo teológico.

Por um outro eixo, tem-se o político natural e racional da hierarquia na definição do Estado. A hierarquia define e viabiliza o Estado por meio da harmonia entre as partes de seu corpo. O corpo é entendido via metáfora estica da "amizade", aristotelicamente reciclada e proveniente de fontes senequista e tacitista, em uma leitura culta e catolicizada dessas *auctoritates* morais, em favor da prudência política e do ideal de comportamento do tipo do *discreto*, como uma reação político-discursiva contrária ao "maquiavelismo" corrente na época. Assim, o Estado é proposto como metáfora, verbo especular, espelho de casos exemplares na invenção e disposição

decorosas dos textos, segundo prescrições retóricas, cujos *topoi* são, portanto, teológico-políticos. Como convenções, as prescrições são éticas e políticas e, por serem aplicadas segundo critérios da verossimilhança e da opinião, indicam critérios de recepção (HANSEN, 1992, p. 9). Revelam a providência em palavras, ou seja, em consonância com as "Escrituras" e os profetas como Daniel, enquanto o discurso é "sacramento do futuro",[3] em uma retórica de valor e eficácia divinas, ou divinizantes, de efeitos que representam o divino ou tendem à divinização dos eventos. Essa retórica articula-se à teologia católica pós-Trento, isto é, à neoescolástica, que regulamenta e naturaliza o poder de então em termos de uma política voltada para a conversão católica. O que possibilitaria afirmar que a prosa histórica setecentista é uma prosa quase várias, escrita em uma modalidade retórica, de sentido teológico-político, que busca a semelhança e, embora sobre um particular, está o tempo todo sendo reatualizada e reiterada nos vários papéis católicos dos séculos XVII e XVIII, cujo sentido é o de "versatilidade" como ensina Tesauro em sua luneta (TESAURO, mimeo, p. 1).

Após me ocupar dos paratextos da *História da América Portuguesa*, reeditados neste livro, licenças, advertência, protestação, dedicatória e prólogo em suas condições de produção acadêmicas, finalizo com a questão fundamental para o conceito de história no século XVIII, ou seja, lembrando que a analogia é o foco central na prosa estudada. A analogia é conceitual, isto é, conceito utilizado para permitir o encontro do humano com o divino na "história", uma vez que "análogo" e/ou "analogia" têm sentido tomista de participação que as criaturas têm em Deus enquanto Seus efeitos. A analogia é estabelecida, escolasticamente, na relação entre o natural e o divino e utilizada no discurso como base para o "ornato", entre conceitos engenhosos e os sinais divinos no mundo, entre as figuras da técnica discursiva e as do sistema providencial (PÉCORA, 1994, p. 186). É esse o tipo de prova aceita por essa "narrativa" como figura ou elocução constituinte do tipo de raciocínio na concepção de "história" uma vez que a analogia fundamenta e regula a representação.

Essa prosa empenha-se como análogo de Deus que, em sentido

tomista, leva à “verdade”. Assim, a “verdade” proposta pela *História da América Portuguesa*, discurso que pretende estabelecer esse sentido, é conseguida por tópicas teológico-político-retóricas providenciais, associadas à relação paternal de Deus em relação ao povo. Vontade de Deus associada à providência, como eleição.

REFERÊNCIAS

HANSEN, João Adolfo. Prefácio. In: PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*: a unidade teológico-retórico-política dos Sermões de Antonio Vieira. São Paulo; Campinas: Edusp; Ed. da Unicamp, 1994, p. 15-36.

_________. Uma arte conceptista do cômico. O Tratado dos Ridículos de Emanuele Tesauro (1654). In: HANSEN, João Adolfo; PÉCORA, Alcir (Orgs.). Tratado dos ridículos. Campinas: CEDAE-UNICAMP, 1992, p. 7-28.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*: a unidade teológico-retórico-política dos Sermões de Antonio Vieira. São Paulo; Campinas: Edusp; Ed. da Unicamp, 1994.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portugueza, desde o anno de 1500 de seu descobrimento até o de 1724*. Lisboa: Off. de Joseph Antônio da Sylva, 1730.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*: 1500-1627. Revisão Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia e Frei Venâncio Wílleke, OFM. Apresentação de Aureliano Leite. 7. ed. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1982.

TESAURO, Emanuele. Argúcias Humanas. In: _______. *Il Cannocchialle Aristotelico*: ossia idea delle argutezze heroiche volgarmente chiamata impresse examinate infonte co’ rettorici precetti del divino Aristotele, che comprendono tutta la Retorica e la Poética Elocuzione. Torino: Sinibaldo, 1670. Trad. por Gabriela Cipollini e João Adolfo Hansen, mimeo.

XAVIER, Angêla B.; HESPANHA, Antonio M. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*: o Antigo Regime. (Coord. Antonio M. Hespanha). Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 121-156. Vol. 4.

---

[1] Além desta primeira edição, há outras três edições famosas entre as inúmeras que esta obra teve. São elas as datadas de 1878, 1880 e 1950. Para a realização deste comentário consultaram-se as três primeiras edições e a de Pedro Calmon.

[2] Cf. primeira edição da *História da América Portuguesa*. As censuras são datadas de 1727, 1726 e 1727, conforme a ordem aqui referida.

[3] A expressão é de Hansen e pode significar que os textos são caminhos para a salvação por prefigurarem o que há de vir e se estabelecerem na relação exemplar de varões ilustres do passado e dos conceitos predicáveis bíblicos (HANSEN, 1994, p. 16-17).

HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA
(1730)

SEBASTIÃO DA ROCHA PITA

SENHOR.

A América Portuguesa, em toscos, mas breves rasgos, busca os soberanos pés de Vossa majestade, porque a obrigação, e amor a encaminham ao Monarca Supremo, de quem reconhece o domínio, e recebe as Leis, e a quem com a maior humildade consagra os votos, implorando a Real proteção de Vossa Majestade, porque ao Príncipe, que lhe rege o Império, pertence patrocinar-lhe a História. Nela verá Vossa Majestade em grosseiro risco delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do Orbe antigo, que compreende o círculo da sua Coroa, é a maior da sua Monarquia. Não oferece a Vossa Majestade grandezas de outras Regiões, em que domina o seu poderoso Cetro, tendo tantas que lhe tributar na do Brasil. Se o quadro parecer pequeno para a ideia tão grande, em curtos círculos se figurarão as imensas Zonas, e Esferas celestes; em estreito mapa se expõem as dilatadas porções da terra: uma só parte basta para representar a grandeza de um corpo; um só Simulacro para simbolizar as Monarquias do Mundo: faltar-lhe-á o pincel de Timantes, para em um dedo mostrar um Gigante; a inteligência de Daniel, para em uma Estátua explicar muitos Impérios; mas sobra-lhe a grandeza de Vossa Majestade, em cuja amplíssima superior Esfera se estão as suas Províncias contemplando como estrelas: só com ela pode desempenhar-se o livro; prenderá as folhas, se Vossa Majestade soltar os raios, que eles alumiarão (com Reais vantagens) mais âmbitos dos que pretende ilustrar a pena, existindo estes borrões só na forma, em que às luzes podem servir as trevas.

Porém, Senhor, como descrevo uma das maiores Regiões da terra, permita-me Vossa Majestade, que dos resplendores dessa própria Esfera Régia tire uma luz para iluminar as sombras dos meus escritos, sem o delito de Prometeu, em roubar um raio ao Sol, para animar o barro da sua estátua; tanto se deve pedir a um príncipe, em tal extremo generoso; e tudo pode conceder um Monarca, como Vossa Majestade, por todos os

atributos grande. E tão digno de Império, que nos anos pela idade menos robustos, em tempo que vacilante o Orbe ao caindo, lhe puseram a natureza, e a fortuna aos ombros, não só o peso de um reino florente, mas a máquina de um Mundo arruinado. Foi Vossa majestade o verdadeiro Atlante, e a fortíssima coluna, que sustentando-o com as forças, e com as disposições, lhe evitou os estragos; e que ainda hoje o assegura não só aos seus naturais Domínios, mas a todos os estranhos, sendo a refulgente Coroa de Vossa majestade Escudo de Palas para a defesa, e o seu venerado Cetro raio de Júpiter para o respeito. A Real Pessoa de Vossa majestade guarde Deus muitos anos.

Sebastião da Rocha Pitta

PRÓLOGO.

As grandezas, e excelências, ó Leitor discreto, da Região do Brasil, tão célebre depois de descoberta, como aniquilada enquanto oculta, exponho ao público juízo, e atenção do Mundo, onde as suas riquezas tem chegado mais, que as suas notícias, posto que algumas andem por vários Autores introduzidas em diversos assuntos, diferentes do meu, que não tem outro objetivo. O costume sempre notado nos Portugueses de conquistarem Impérios, e não os encarecerem, é causa de que tendo criado o Brasil talentos por eminência grandes, nenhum compusesse a História desta Região, com maior glória da pátria, da que pôde lograr nos meus escritos, tomando eu com inferiores forças o peso, que requeria mais agigantados ombros; porém o respeitado caráter, em que por sua grandeza, e não por merecimento meu, me constituiu a Real Academia, honrando-me com o preclaríssimo lugar de seu Acadêmico, me dará alentos de Hércules para sustentar pesos de Atlante.

Com esta expressão ofereço este volume: se entenderes, que o compus em aplauso, e reverência do Clima em que nasci, podes crer, que são seguras, e fiéis as notícias, que escrevo, porque os obséquios não fizeram divórcio com as verdades. Se em alguns termos o estilo te parecer encarecido, ou em algumas matérias demasiado o ornato, reconhece, que em mapa dilatado a variedade das figuras carece da viveza das cores, e das valentias do pincel; e que o meu ainda está humilde nas imagens, que aqui pinto, assim por falta de engenho, como por não ter visto todos os originais, fazendo a maior parte das cópias por informações, das quais

me não pode resultar o acerto de Apeles no retrato de Elena pelos versos de Homero; mas se te não conciliar agrado pelas tintas a pintura, não deixem de merecer-te atenção pela grandeza os objetos; e se a tua vista for tão melindrosa, que não bastem a contentá-la com lhe apartares os olhos, a ti te escusas o enfado, e a mim a censura.

ADVERTÊNCIAS

Adverte o Autor que da riquíssima América (tão dilatada, que se estende por quase quatro mil léguas de comprimento, estando ainda por saber as que tem de largo, e jaz debaixo de três diversas Zonas dividindo-se em Setentrional, e Meridional) da parte Setentrional não fala, e só trata na Meridional da grandíssima porção, que compreende o Estado do Brasil, assunto desta História da América Portuguesa.

Que não põem nela o computo dos tempos em número sucessivo de anos, porque desde o de mil e quinhentos, em que foi descoberta a América Portuguesa, por largo curso, até o de mil e quinhentos e trinta e cinco, em que se doaram algumas províncias, e se principiou a fundação delas, não aconteceram outros progressos mais, que a vinda do Cosmógrafo Américo Vespúcio, por ordem do Rei Dom Manuel, a demarcar esta Região, e as suas Costas; e depois a de outros geógrafos, e capitães enviados pelo mesmo rei, e por seu filho, e sucessor O Rei D. João III a tomar posse, meter marcos, observar o curso dos mares, sondar os portos, explorar o país, e levar dele mais distintas notícias.

Que estas operações se fizeram com intervalos de tempos; e desde o ano de mil e quinhentos e quarenta e nove, em que veio o primeiro Governador do Estado, leva a conta deles pela sucessão dos Governos, e ordem dos fatos, mediando ainda alguns largos espaços sem ações para a escritura; falta, que precisamente interrompera a série dos anos, mas não altera a verdade da História, nem as notícias do Brasil, que é o fim para que o Autor a escreve, e toda a alma, e substância dos escritos; pois o mais são acidentes.

Que as matérias, e as notícias, que nela trata, são acolhidas de relações fidedignas, conferidas com os Autores, que estas matérias tocaram, e com particulares informações modernas, (que eles não tiveram) feita por pessoas, que cursaram as maiores partes dos continentes do Brasil, e as depuseram fielmente como testemunhas de fato, com a ciência de que o

Autor as inquiria para compor esta História, cujo essencial instituto é a verdade.

Que como nos dois primeiros livros descreve o corpo natural, e material desta Região, as maravilhosas obras, que nela fez a natureza, as admiráveis produções em vários gêneros, e espécies, e as suntuosas fábricas, que para o trato Civil, e Político das suas Povoações foi compondo a arte, no retrato de tanta formosura, precisada a ser pincel a pena, não teme sair dos preceitos da História, quando altera a pureza das suas leis com as ideias da pintura, que requer mais valentes fantasias, tendo por exemplar portentos, em que a mais elevada frase Poética é verdade ainda mal encarecida.

Que nos outros livros, que contém matérias Políticas, ela o estilo Histórico com estudo castigado, e não põem nas margens os numerosos rios, e as várias espécies das produções do Brasil, porque sendo tanto do instituto desta obra, entende, que devem ir no corpo dela.

LICENÇAS.

Da Academia Real.

APROVAÇÃO DE ANTONIO RODRIGUES da Costa, do Conselho de Sua Majestade, e do seu Tribunal do Ultramar, Acadêmico da Academia Real da História.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES.

Em execução da ordem de Vossas Excelências vi o livro, intitulado História da América Portuguesa, composta pelo Coronel Sebastião da Rocha Pita; e ainda que me parece mais elogio, ou panegírico, que História, não entendo, que desmerece o Autor, que Vossas excelências lhe concedam a faculdade, que pede de poder condecorar o seu nome na edição, que fizer desta obra, com o título, que goza de Acadêmico Provincial desta Academia Real da História Portuguesa. Vossas Excelências ordenam o que for mais justo, e acertado. Deus guarde as pessoas de Vossas excelências. Casa 10 de agosto de 1726.

Antonio Rodrigues da Costa

APROVAÇÃO DE D. ANTONIO CAETANO de Sousa, Clérigo Regular,

Qualificador do Santo Ofício, Consultor da Bula da Santa Cruzada, e Acadêmico da Academia Real da História.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES.

Vi a História da América Portuguesa, escrita por Sebastião da Rocha Pita, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro Professo da ordem de Cristo, Coronel do Regimento de Infantaria da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados dela, e Acadêmico Provincial do Estado do Brasil.

Esta História, Excelentíssimos Senhores, é a única, que temos seguida, e completa dos dilatados, e riquíssimos Domínios, que O Rei nosso Senhor tem nesta grande parte do Mundo; pelo que é muito de agradecer a curiosa aplicação, com que seu Autor se empregou em escrever esta História, que sendo principalmente política, tem muito da natural, pelo que se faz mais agradável, não só pela notícia dos seus preciosos minerais, mas pela de inumeráveis animais terrestres, quadrupedes, répteis, e voláteis, monstros horríveis, ainda aquáticos, porque aqueles mares produzem coisas de grande admiração, como também o são as vegetáveis, com tão extraordinárias produções da natureza, que fazem fertilíssima aquela grande porção de terra, compreendida debaixo do domínio do nosso Augusto Protetor.

É Sebastião da Rocha Pita nascido na Bahia; e não é muito, que o amor da Pátria o obrigue a engrandecer, e ornar com especiosas vozes aquelas coisas, que a nós se nos fazem mais estranhas, ou por serem raras vezes vistas, ou somente cridas pelas informações com que as sabemos. É sem dúvida, que aquela parte do Mundo contém prodígios, que excedendo às hipérboles, não ofendem a verdade, lei mais essencial para a História, do que os outros mais rigorosos preceitos, com que ela se deve compor. Este Autor o faz em estilo tão elegante, que tem muito de Poético, em que lhe acho companheiro de tão grande nota, como algum de eminentíssimo caráter, e este será o motivo, porque concilie na maior parte dos Leitores aplauso, e louvor; porque entendo, que não será menos estimada esta História, do que outras, que vemos de semelhante estilo na nossa língua, e na dos nossos vizinhos, aonde tem bastante reputação. Por diferentes meios conciliam os Autores a aura popular com que os seus livros são estimados. Os exemplares da História Romana, cuja lição

é tão recomendável a um Historiador, vemos quão poucos conseguem o imitá-los, e por isso são tão poucos os que logram o cabal nome de Historiadores. Quantas vezes ouvimos criticar aqueles Mestres da História, de quem os outros, que se seguiram, beberam não só o método, mas ainda o mesmo estilo? Nesta parte são bem diversos os gostos, porque também alguns enfastiados da eloquência, pretendem seja a História uma narração tão nua de vozes, como de reflexões, de sorte, que a querem antes insulsa, que com algum adorno; porém estes discursos são tidos de uns por paradoxos, e de outros por afetos da melancolia, que os domina de modo, que o não chegam a executar nesta parte ainda os maiores austeros Censores. Este livro me parece muito digno da licença, que seu Autor pede, para o ornar com o nome de Acadêmico da nossa Real Academia; e assim devem Vossas Excelências mandar-lhe agradecer o zelo com que está cooperando para o nosso Instituto, não só com os seus estudos, mas ainda com a sua própria despesa na impressão deste livro. Este é o meu parecer, Vossas excelências resolverão o que for mais conveniente à honra da nossa Academia. Lisboa Ocidental, na Casa de Nossa senhora da Divina Providência, 24 de novembro de 1726.

D. Antonio Caetano de Sousa,
Clérigo Regular

O Diretor, e Censores da Academia Real da História Portuguesa dão licença ao Coronel Sebastião da Rocha Pitta, para usar do título de Acadêmico Supranumerário no livro intitulado História da América Portuguesa, vistas as Aprovações dos dois Acadêmicos, a que se cometeu o seu exame. Lisboa Ocidental 6 de dezembro de 1726.

Marquês de Alegrete.
D. Manoel Caetano de Sousa.
Marquês de Fronteira.
Marquês Manoel Telles da Silva.

Do Santo Ofício.

APROVAÇÃO DO R. P. M. FR. MANOEL Guilherme, Qualificador do Santo Ofício, examinador das Três Ordens Militares.

EMINENTÍSSIMO SENHOR.

Vi o livro intitulado História da América Portuguesa, composto por Sebastião da Rocha Pita; e na brevidade de dez dias, em que o li, mostro admirei a frase verdadeiramente Portuguesa, desafetada, pura, concisa, e conceituosa. Quer-me parecer, que o Autor desempenha todas as leis da História, que ouço dizer são muitas, e de difícil observância. Pela principal razão de não ser coisa contra a Fé, ou bons costumes, me parece é merecedora esta obra de licença, que pretende. Vossa Eminência mandará o que for servido. S. Domingos de Lisboa Ocidental, 20 de dezembro de 1726.

Fr. Manoel Guilherme

APROVAÇÃO DO R. P. M. FR. BOAVENTURA de S. Gião, Qualificador do Santo Ofício.

EMINENTÍSSIMO SENHOR.

Sempre o gênio Português foi avaro em narrar por escrito suas heroicas ações, e ostentar no Prelo as suas proezas; não aspirando chegar com a pena, onde se arrojou a sua espada, nem voar com o discurso onde se remontou o seu valor; por senão dispor a reduzir a escritura, o que em todo o Universo publicou a fama; como exceção; porém desta regra se animou Sebastião da Rocha Pitta a presentar aos olhos do Mundo, e atenção das gentes a História da América Portuguesa, que compôs, e ordenou em benefício da Pátria, e crédito da nação; onde ressuscita de entre as cinzas, em que há tantos anos jazia envolta tão admirável estátua, antigamente lavrada, e primorosamente esculpida com o ferro, e armas Lusitanas, retratando-a no breve mapa deste papel, onde se dará bem a conhecer pela cópia o original.

É a ideia do Escritor igualmente elevada, que o assunto, e a sua pena proporcionada a tão sublime emprego, pois desempenha nesta obra o que premeditou o seu conceito, e ajuizou o seu pensamento, e com grande brado reputará no teatro do Mundo, as proezas, e façanhas do braço Português, no descobrimento de novas terras, tão dilatadas, como incógnitas. Descreve a bondade do clima, fertilidade da terra, sempre fecunda nas suas produções; faz presente o passado; e põem à nossa vista o que está tão longe dos nossos olhos.

Pontualmente cumpre os preceitos da narração, e as leis da História,

porque determina ações, ajusta anos, observa tempos, distingue lugares, demarca terras, individua sucessos, reduzindo a abreviados períodos o que pudera ser matéria de copiosos tratados. E denominando-se esta parte do Orbe, Novo Mundo, para nós é agora Mundo novo, pela notícia, que o Autor nos comunica do que é, e do que contém tão dilatado País, expondo à nossa compreensão, o que até aqui se ocultou ao nosso conhecimento.

Pouco importa descobrir o tesouro, se senão conhece a sua preciosidade; porque achá-lo, é fortuna, conhecê-lo, discrição, e mais o logra quem o sabe avaliar, que quem o possui sem o conhecer. O valor do diamante depende da estimação do Lapidário, o valor do ouro do exame do Contraste, porque um lhe sonda a fundo, outro lhe examina os quilates.

Estou certo se há de ler a presente História com gosto, e sem fastio pela boa ordem, e admirável disposição com que está composta, novidades, que refere, particulares, que relata, elegância com que se adorna; porque o estilo é grave, especioso, e agradável, natural sem artifício, e culto sem afetação, e tão singular, que não tem regra ociosa, oração supérflua: não tem período, que não seja próprio, palavra, que não esteja em seu lugar: não há termo, que se não perceba com clareza, objeto, que se não veja com distinção; igualmente convida a curiosidade, e desafia a emulação; porque historiar desta sorte, é felicidade de poucos, e inveja de muitos.

Tem o Brasil a ventura de achar na eloquência de um filho o melhor instrumento da sua glória, e o maior manifesto do seu luzimento, pois publica com este pregão as suas excelências, e dá a conhecer as suas singularidades; animando de novo as proezas antigas, e os sucessos passados, que por caducos estavam amortecidos, e por esquecidos eram cadáveres; e torna verdes as palmas, que a dilação do tempo tinha murchas, não sendo menos úteis aos Impérios os empregos da pena, que as vitórias da espada; porque nas imagens dos escritos, como nos mármores, se conserva a memória, e se eterniza a fama dos triunfos das armas.

É, pois, benemérito da maior atenção este precioso livro, e digno de todo o crédito o que nele se exprime, pela autoridade do Escritor, e coerência das notícias, sem o mínimo escrúpulo, de que o afeto de

natural, e amor da Pátria viciasse a História, ou adulterasse a verdade. E porque em tudo se conforma com a pureza de nossa Santa Fé Católica, e bons costumes, se lhe deve de justiça a licença, que pede por favor para a estampa, sendo merecedor do primeiro lugar no Prelo. Este o meu parecer. Vossa Eminência mandará o que for servido. Lisboa Ocidental, no Hospício do Duque, 10 de fevereiro de 1727.

Fr. Boaventura de S. Gião

Vistas as informações, pode-se imprimir a História da América Portuguesa, composta por Sebastião da Rocha Pita, e depois de impressa tornará para se conferir, e dar licença que corra, sem a qual não correrá. Lisboa Ocidental 11 de fevereiro de 1727.

Fr. R. Alencastre.
Cunha.
Teixeira.
Sylva.
Cabelo.

Do Ordinário.

APROVAÇÃO DO M. R. PADRE D. JOSEPH Barbosa, Clérigo Regular, Acadêmico Real da História Portuguesa, Cronista da Sereníssima Casa de Bragança, e Examinador das Três ordens Militares.

ILUSTRÍSSIMO SENHOR.

Ordena-me Vossa Ilustríssima, que veja a História da América Portuguesa, que escreveu o Coronel Sebastião da Rocha Pitta. Esta grande porção do Mundo, descoberta no ano de mil e quinhentos, esteve até agora como incógnita por falta de Historiador, que desse a conhecer com exatidão as portentosas maravilhas, de que a dotou a natureza. Escreveu desta Região um brevíssimo tratado, com o título de História da província de Santa Cruz, Pedro Gândavo de Magalhães, e nele, nem a brevidade, nem o estilo podiam fazer agradável a sua relação. Em maior volume, mas sem exceder de Cronista natural daquelas dilatadíssimas terras, escreveu o Padre Simão de Vasconcelos, da Companhia de Jesus, dois livros de notícias curiosas, que depois foram incorporadas na crônica da mesma Religião daquele Estado. Em alguns livros se acham

poucas memórias da América, que pertencem justamente aos sucessos políticos, e militares, porque suposto que temos o valoroso Lucideno de Fr. Manoel Calado, o Castrioto Lusitano de Fr. Rafael de Jesus, as memórias Diárias da guerra de Pernambuco de Duarte de Albuquerque Coelho, a Nova Lusitânica de Francisco de Brito Freire, e a Guerra do Brasil na língua Italiana de Fr. João Joseph de Santa Teresa, nenhum destes Autores é Cronista Geral de toda a América Portuguesa, porque a maior parte destas penas se ocuparam com a história das guerras, que introduziram na Capitania de Pernambuco as armas Holandesas; e tendo algumas delas historiado as nossas desgraças, sempre lhes faltou o tempo para darem notícia das nossas vitórias. Mas ainda que nestes livros se veja o brio militar dos Americanos Portugueses, tudo o que neles se escreve, é uma pequena parte a respeito de tão grande todo. Sabíamos o valor, com que poucos Soldados mal armados, e pior disciplinados, animando-os o zelo da Fé, e o amor da liberdade das suas Pátrias, souberam vencer, e triunfar de uma gente tão valorosa, como a Holandesa, em que não é fácil de examinar, qual seja nela maior, se o esforço, se a indústria militar. Sabíamos em comum os nomes dos Governadores e muitas Capitanias, em que se dividiu o agigantado corpo daquela Conquista, mas não lhes sabíamos a continuação até os nossos tempos, porque estas notícias até agora eram filhas do acaso. Sabíamos, que em alguns daqueles Bispados floresceram Prelados Santíssimos, que com generoso, e Apostólico trabalho acrescentaram o rebanho de Cristo, mas a sua série era ignorada pelos Escritores. Sabíamos os milagres, que pelo espaço de tantos séculos escondeu a natureza a todo o resto do Mundo; e sabíamos, que aqueles Sertões mais eram povoados de ouro, e de pedraria, que de homens; mas tudo isto sabíamos com tanta confusão, que não seria grande erro afirmar que era o mesmo, que se o ignorássemos, porque esta costuma ser a pena do que se sabe em confuso. Para que tudo se soubesse com distinção, escreveu o Coronel Sebastião da Rocha Pita esta História da América Portuguesa, que compreende duzentos e vinte e quatro anos de tempo, em que se praticam todos aqueles acontecimentos, em que mostra a fortuna a firme variedade da sua inconstância. Com a devida proporção verão os Leitores nesta História todos aqueles casos, que fizeram famosas a muitas Monarquias, porque aqui se verão Povos mal contentes, e logo satisfeitos,

ver-se-ão promessas de tesouros, umas vezes mal cumpridas, e outras descobertas, achar-se o ouro em tanta abundância, como se fora terra; e uns Governadores descuidados da humanidade por culpa da distância, e outros sempre os mesmos, ainda que tão distantes da Corte, porque os homens verdadeiramente Cristãos, adoram em toda a parte a presença de Deus; de sorte, que atendendo ao que este Autor escreveu, entendo, que justamente se lhe deve dar o título de novo Colón, porque com o seu trabalho, e com o seu estudo nos soube descobrir outro Mundo novo no mesmo Mundo descoberto. Esta História está escrita com tanta elegância, que só tem o defeito de não ser mais dilatada, para que os Leitores se pudessem divertir com maior torrente de eloquência. Todos os sucessos estão escritos com tão artificiosa brevidade, que se percebem sem defeito das notícias necessárias, porque de outra sorte ocupariam muitos volumes os negócios políticos, e as ações militares de tão grande número de nações, como são as que habitam o dilatadíssimo Sertão da nossa América. Parece-me, que Vossa Ilustríssima lhe deve dar a licença que pede, para se imprimir esta História, não só porque não ofende a Fé, ou bons costumes, senão também para que veja Europa, que lhe não cede o Brasil na qualidade dos Escritores. Vossa Ilustríssima ordenará o que for servido. Nesta Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, 28 de março de 1727.

D. Joseph Barbosa, Clérigo Regular

Vista a informações, pode-se imprimir o livro de que se trata, e depois de impresso tornará para se conferir, e dar licença que corra, sem a qual não correrá. Lisboa Ocidental 30 de março de 1727.

D. J. Arcebispo de Lacedemonia.

Do Desembargo do Paço.

APROVAÇÃO DE MARTINHO DE Mendonça de Pina e de Proença, Acadêmico da Academia Real da História Portuguesa.

SENHOR.

Lendo a História da América Portuguesa, que compôs Sebastião da Rocha Pita, não achei nela coisa, porque se deva negar a licença de se imprimir; antes me parece, que não somente é digno de louvor, porém

ainda de prêmio o zelo, com que seu Autor quis aumentar a glória da Pátria. Dele se vê, que a soberana proteção, que Vossa Majestade conde às artes, e ciências, inspirando os maiores escritores da Europa, anima também os das mais distantes partes do Mundo; pois as remotas, e delatadas províncias da América lhe tributam mais preciosos tesouros, que os de suas minas neste livro, o qual se adorna com os sucessos históricos, que refere, e brilha com vários ornatos poéticos de largos episódios, frequentes figuras, e discretos panegíricos, que contém.

Algum reparo se poderá fazer na miudeza, com que em história tão sucinta relata alguns sucessos mais dignos de horror, e silencia, que de memória, mas não fazer deles menção, seria diminuir a glória dos leais, encobrindo a infâmia dos traidores contra as severas leis da história: Nihil veri non audeat. Este é o meu parecer. Vossa Majestade mandará o que for mais conveniente ao seu Real serviço. Lisboa Ocidental 25 de julho de 1727.

Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.

Que se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício, e Ordinário, e depois de impresso tornará à Mesa para se conferir, e taxar, que sem isso não correrá. Lisboa Ocidental 1 de agosto de 1727.

Marquês P.
Pereira.
Oliveira.
Teixeira.
Boniche.

ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS
(1724-1725)

APRESENTAÇÃO

Pedro Telles da Silveira

Não deixa de ser curioso que uma das primeiras peças de recepção crítica da Academia Brasílica dos Esquecidos tenha sido escrita por um de seus próprios integrantes, Sebastião da Rocha Pita. Na última página da *História da América Portuguesa*, publicada em 1730, lê-se que o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses erigira "uma doutíssima Academia, que se faz em Palácio na sua presença":

> Deram-lhe forma as pessoas de maior graduação, e entendimento, que se acham na Bahia, tomando-o por seu Protetor. Tem presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houveram [*sic*] graves, e discretos assuntos, aos quais se fizeram elegantes, e agudíssimos versos; e vai continuando nos seus progressos, esperando, que em tão grande proteção se deem ao Prelo os seus escritos, em prêmio das suas fadigas (PITA, 1730, p. 656).

Embora o desejo do ex-acadêmico Esquecido não tenha se realizado, uma vez que os escritos da Academia foram considerados como perdidos até meados do século XIX,[1] pode-se dizer que a passagem ilustra sobremaneira uma trajetória marcada, na verdade, por peculiaridades. A primeira agremiação dedicada ao cultivo das letras em solo brasílico era ao mesmo tempo uma agremiação privada – organizada sob a proteção do vice-rei – e uma agremiação estatal, criada aos moldes de sua congênere reinol, a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1720 em Lisboa. Como a passagem indica, ela era constituída por letrados cuja relação de dependência com relação às autoridades era mais do que explícita, todavia ela também fazia referência às discussões em curso num campo cada vez mais autônomo da prática historiográfica: aquele das academias e congregações religiosas de finais do século XVII e inícios do XVIII. Suas dissertações apresentam tanto os instrumentos da erudição quanto os preceitos da retórica, tanto a crítica quanto a

defesa da fé católica e da monarquia portuguesa. A síntese de elementos heterogêneos é traço de uma apropriação particular feita pelos letrados que constituíram a Academia dos debates historiográficos de sua época – e se esse aspecto garante a riqueza de suas composições, dado o caráter multifacetado da agremiação brasílica, também a transforma num objeto de difícil estudo.

Nas páginas seguintes, nos dedicaremos apenas a uma dessas facetas da empresa acadêmica, aquela relacionada à escrita da história e às dificuldades metodológicas enfrentadas pelos Esquecidos no ato de composição de suas dissertações. Para isso, dividimos esta apresentação em duas partes: na primeira, destacaremos os desafios relativos ao entendimento do propósito e das características das dissertações em meio aos demais gêneros historiográficos; na segunda, abordaremos os problemas relativos à argumentação, à comprovação e ao manejo dos diferentes tipos de evidências. A divisão visa demonstrar de forma mais clara os inúmeros desafios colocados aos historiadores na época – e se os Esquecidos se caracterizam por inúmeras peculiaridades, mesmo assim eles não deixam de fornecer uma janela para as discussões e para a prática da historiografia nesse importante contexto.

AS DISSETAÇÕES E A ESCRITA DA HISTÓRIA

Embora a maior parte dos trabalhos legados sob o nome da Academia dos Esquecidos ser composta por poesias em diversos gêneros e por peças de oratória, a *Notícia da fundação* registra que os acadêmicos escolheram “como matéria principal de seus estudos a História brasílica dividida em quatro partes”, quais sejam, história política, militar, natural e eclesiástica.[2] Ficou a cargo, respectivamente, de Luís de Siqueira da Gama, Inácio Barbosa Machado, Caetano de Brito e Figueiredo e Gonçalo Soares da Franca a escrita de dissertações nas quais os principais problemas da história brasílica seriam debatidos e, na medida do possível, resolvidos. Esses problemas abrangiam desde aspectos relativos à colonização brasileira – como, por exemplo se fora decoroso ou não o estratagema utilizado por Mem de Sá para garantir a vitória sobre os tapuias – até, no caso da história

natural, listagens das constelações vistas nos céus brasileiros ou o catálogo dos insetos voadores presentes na fauna brasílica. Muitas dissertações, como era de se esperar, referem-se aos índios, e os acadêmicos se indagavam sobre questões relativas ao domínio português na América – por exemplo, se a política de instituir aldeamentos indígenas fora acertada ou não, ou se as populações nativas deveriam ser governadas por seus naturais ou por estrangeiros – até se os nativos brasileiros possuíam política, se praticavam a guerra, quais eram suas origens (tema que mereceu duas dissertações), passando pela averiguação da vinda do apóstolo São Tomé à América. A multiplicidade de questões a serem debatidas em seu decurso levanta o seguinte problema: o que eram, de fato, as dissertações históricas?

Segundo Luís de Siqueira da Gama, dissertação se define como "toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão" (GAMA, 1971, p. 13). As dissertações têm por objetivo oferecer uma resposta, ainda que provisória, a uma controvérsia e, para isso, a *disputa* é fundamental. De acordo com o *Vocabulário Português, & Latino*, de Rafael Bluteau, disputa é a "Contenda por palavras, ou por escrituras, com que se prova alguma coisa, ou se refutam as razões em contrário" (BLUTEAU, 1713, p. 250). A dissertação se organiza pela apresentação de um problema, ao qual se seguem as opiniões contra e a favor, restando, por fim, àquele que a conduz, derivar o juízo que considera mais acertado. A tarefa de "sentenciar, e decidir" (BRITO E FIGUEIREDO, 1971, p. 146), nas palavras de Caetano de Brito e Figueiredo, implica o reconhecimento de que, para os Esquecidos, a verdade histórica é muitas vezes o resultado do debate.[3] Desse modo, as dissertações podem ser consideradas como um *instrumento heurístico* disponível aos acadêmicos e, na economia do trabalho histórico, servem para debater problemas que não encontram espaço na narrativa histórica, passíveis de ser realizadas tanto antes da composição da história que se pretende escrever quanto depois, destacando um ponto que se considera não ter sido tratado da devida forma numa determinada obra histórica. Um instrumento heurístico a serviço da discussão e

da verdade, portanto.

As dissertações são um gênero antigo, ligado às disputas teológicas e jurídicas. Nas mãos dos Esquecidos, todavia, elas têm de encontrar seu espaço entre os diversos gêneros históricos da época – e é aqui que começam seus problemas. De acordo com Gama, novamente, conforme for "a matéria sujeita da disputa, tal será a dissertação que se controverta" (GAMA, 1971, p. 24). Em outras palavras, o gênero das dissertações se divide em muitas espécies, das quais as dissertações históricas são apenas uma de muitas possibilidades. Mais importante ainda, cada dissertação particular assume o caráter da matéria que trata – e o leitor pode se perguntar agora como seria, na listagem do acadêmico, uma dissertação lanífera, isto é, que trata de materiais têxteis! – de modo que uma dissertação histórica, logicamente, deve ser escrita segundo os preceitos da história (NICOLAZZI, 2010, p. 40-51). Na medida em que as dissertações se fazem pela disputa e colocam em pauta as próprias condições de conhecimento da história, contudo, os Esquecidos chegam ao nó górdio da historiografia da Idade Moderna: como conciliar pesquisa e narração? Ou, de outro modo, como conciliar um campo de conhecimento cujos temas e técnicas estão em constante expansão com um conceito de história que, embora cada vez mais insuficiente, ainda goza de imenso prestígio?

Como a imensa maioria dos historiadores dos séculos antecedentes, os Esquecidos compartilham da noção ciceroniana segundo a qual a história é "a melhor testemunha dos tempos, relatora dos séculos, Luz da verdade, vida da memória, e mestra da vida" (NICOLAZZI, 2010, p. 21). Essa concepção se enraíza no entendimento da história como uma "verdadeira narração das coisas passadas, decorosamente referidas, segundo a série dos tempos em que sucederam" e escritas "sem interpolação" (NICOLAZZI, 2010, p. 21). As dissertações – como outros gêneros ligados à erudição – não apenas se faziam pela interpolação, uma vez que tinham de apresentar as opiniões de vários autores, como também frequentemente abdicavam da linearidade da narrativa. Se esses eram, *grosso modo*, os preceitos historiográficos, logo quanto mais se encaminhassem pela disputa, mais longe as dissertações estariam da

história.

Os Esquecidos experimentaram várias maneiras de "irmanar o suave da História, com o contencioso da disputa" (MACHADO, 1999, f. 15), em todas elas reconhecendo tanto o avanço da pesquisa histórica quanto os aspectos tradicionais de sua escrita. Segundo Gonçalo Soares da Franca, teria sido apenas tardiamente que ele descobrira que "mais havemos de descrever umas dissertações históricas, que uma história *já disputada*". A passagem indica de forma clara qual o domínio das dissertações, mas também aponta para suas tensões constituintes, uma vez que "dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pensão de questionar" (FRANCA, 1971, p. 224). Ainda que com a valoração inversa, essencialmente a mesma concepção é enunciada por Brito e Figueiredo quando pede para que não se confunda "com termos Escolásticos o estilo Acadêmico",

> porque suposto escrevemos Dissertações estas se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímil (BRITO E FIGUEIREDO, 1971, p. 159).

As dissertações tratam, portanto, de matérias que precisam ainda ser disputadas e seu objetivo é emitir um juízo adequado a respeito delas, a partir do qual tanto se pode escrever uma nova história quanto revisar o conhecimento que já se possui. Elas são parte de um contínuo esforço por renovar as bases do saber histórico; todavia, enquanto não conseguem romper a barreira que as separa dos "sucessos líquidos" (FRANCA, 1971, p. 229), prestam tributo a um mundo no qual escrita e pesquisa histórica ainda se encontram separadas – e é sobre a pesquisa que trataremos agora.

AS DISSERTAÇÕES E O MÉTODO HISTÓRICO

As dissertações se fazem principalmente pela *crítica*, termo pelo qual se deve entender o "juízo que os Críticos fazem da obra de um autor" (BLUTEAU, 1712, p. 615). O exame de autores e, na medida do possível, documentos, constituía uma grande parcela do que pode ser considerado o "método" das dissertações; todavia a ênfase na disputa

também significa que o texto dos autores tinha de ser complementado pela argumentação para se chegar à comprovação histórica. Nesse processo, a crítica textual combinava-se com a retórica e a dialética para percorrer o espectro que ia do verdadeiro ao provável chegando, por fim, ao verossímil.

A prática histórica dos Esquecidos, portanto, não cedia ao positivismo tampouco à mera enunciação retórica de argumentos já conhecidos, mas sim gerava uma reflexão que é ao mesmo tempo original e devedora das discussões historiográficas de sua época. Os acadêmicos conheciam os grandes nomes da erudição religiosa das décadas precedentes, como o jesuíta Daniel Papebrochius (1628-1714) e o beneditino Jean Mabillon (1632-1707), entre outros.[4] Machado chega mesmo a enunciar os princípios de crítica que segue para refutar Gonçalo Soares da Franca a respeito da datação do descobrimento do Brasil (MACHADO, 1999, f. 43-44). A reflexão metodológica era uma constante entre os Esquecidos, e eles podem ser considerados como uma ramificação americana dos debates conduzidos no continente europeu.

Ainda assim, eles escreviam a partir de sua situação colonial e o mesmo Inácio Barbosa Machado afirma que se estivesse "na Europa ajudaria o meu trabalho dos preciosos socorros de tantas Bibliotecas ilustres, mas como escrevi no Brasil contentei-me com o pouco que havia estudado" (MACHADO, 1999, f. 3). Gonçalo Soares da Franca, por sua vez, lamenta a falta de registros escritos que lhe permitam compor suas dissertações (FRANCA, 1971, p. 226). Mesmo que se possam considerar essas passagens como uma justificativa retórica visando angariar a simpatia do auditório mais que um real diagnóstico sobre as bibliotecas brasílicas (KANTOR, 2009), ainda assim indicam uma das dificuldades da vida dos eruditos coloniais.

Essa mesma situação implicava também uma série de apropriações particulares dos debates historiográficos visando adaptá-los à experiência americana vivida pelos acadêmicos. Para além de documentos e autores, os Esquecidos se valiam de registros materiais – principalmente pegadas, como no caso da averiguação do mito da passagem de São Tomé pela América – e de sua própria experiência pessoal como argumentos de prova. Muitas vezes, ambos se

combinavam na defesa do próprio estatuto do continente americano, com os acadêmicos desafiando a autoridade dos antigos que duvidavam da existência de vida na chamada zona tórrida, ou no ataque aos estrangeiros que veiculavam impressões erradas da terra brasílica. O conhecimento da história e da natureza brasílicas, portanto, muitas vezes se expressava através de um incipiente nativismo.

As tradições constituíam um problema mais delicado. Segundo Iris Kantor, o tratamento dos relatos transmitidos oralmente representa o "desafio central da historiografia luso-americana" (KANTOR, 2004, p. 211), e adquiria especial relevância no que toca à história dos indígenas, pois se constituíam muitas vezes como a única fonte disponível para acessar seu passado. Os acadêmicos precisam se valer dos mitos indígenas em dois momentos, a origem dos nativos brasileiros e a averiguação da veracidade da tradição que conta a passagem do apóstolo São Tomé pela América. O problema se desdobra na adequação dos mitos indígenas à verdade cristã, considerada inquestionável. Diante disso, os acadêmicos respondiam ora procurando um fundo de verdade nesses mitos (BRITO E FIGUEIREDO, 1971, p. 158), ora rejeitando-os ou, noutros momentos, aceitando-os (FRANCA, 1971, p. 250).

A relação entre o conhecimento a ser adquirido através das dissertações e as verdades já dadas como certas abre espaço para o último aspecto a ser destacado. Os acadêmicos tinham ciência de sua originalidade no panorama das letras coloniais. Como lembra Inácio Barbosa Machado, "a muitos será este caminho [o das dissertações] estranho e a não poucos parecerá novo este método de escrever, porém ignoram, ou aborrecem a severidade da crítica" (MACHADO, 1999, f. 9). A crítica e o estudo, todavia, podiam se desviar dos parâmetros adequados considerados aceitáveis; por isso, o método frequentemente se fundia em normas de conduta. Segundo Luís de Siqueira da Gama, "se a dissertação for nímia imoderadamente ou por capricho, ou por vaidade, ou por espírito de contradição",

> tão longe está de ser semelhante controvérsia afeto louvável, exercício virtuoso ou empenho científico, que necessariamente há de produzir efeitos contrários, e a dissertação que somente se devia alterar a fim de se conhecer a verdade e

> concluir a sentença melhor [...] [irá] perturbar o certo, escurecer o claro, e confundir-se totalmente a sentença melhor (GAMA, 1971, p. 24).

Ou seja, o modo pelo qual a disputa é conduzida possui tal importância que, se não seguir os ditames da conversação acadêmica, poderá invalidar os próprios resultados obtidos. É nesse sentido que Inácio Barbosa Machado adverte que suas dissertações não são resultado de "ânimo e gênio contencioso" (MACHADO, 1999, f. 9v) e reitera que sua controvérsia com Gonçalo Soares da Franca se dirige a suas opiniões e não a seu colega (MACHADO, 1999, f. 51-51v).

Como afirma Iris Kantor, a historiografia recente tem revisto a "imagem de pobreza" atribuída aos meios eruditos coloniais na primeira metade do século XVIII (KANTOR, 2009, p. 300). Essa revisão tem sido feita tanto através do entendimento das normas que governavam a produção do discurso no Brasil-colônia quanto da investigação dos caracteres específicos dos textos historiográficos nele produzidos. A apresentação feita anteriormente, ao destacar as soluções dadas pelos membros da Academia dos Esquecidos a problemas desenvolvidos, muitas vezes, em outras províncias da cartografia intelectual da época, pretende fornecer um pequeno contributo à exploração desta riqueza. Com seu misto de erudição e retórica, dogma católico e crítica histórica, as dissertações produzidas pela agremiação baiana se revelam um documento de insuspeito valor para o estudo da história da historiografia brasileira.

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário Português, & Latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1712. Volume 2.

_______. *Vocabulário Português, & Latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1713. Volume 3.

BRITO E FIGUEIREDO, Caetano de. Dissertações acadêmicas, e Histórias, nas quais se trata da História natural das Coisas do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 139-221. Vol. I. Tomo 5.

CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo:

Conselho Estadual de Cultura, 1969. Vol. I. Tomo 1.

FRANCA, Gonçalo Soares da. Dissertações da história eclesiástica do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 223-313. Vol. I. Tomo 5.

GAMA, Luís de Siqueira da. Dissertações altercadas, e resolutas, para melhor averiguação da verdade na história do Brasil. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 7-138. Vol. I. Tomo 5.

KANTOR, Iris. Do Dilúvio universal a Pai Sumé: mediações entre o universal e o local na historiografia erudita luso-americana (1724-1759). In: GONÇALVES, Andréa Lisly;

ARAUJO, Valdei Lopes de (Org.). *Estado, Região e Sociedade*: contribuições sobre história social e política. Belo Horizonte: Argumentum, 2007, p. 19-32.

ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). *Esquecidos e Renascidos*: Historiografia Acadêmica Luso-Brasílica 1724-1759. São Paulo; Salvador: Hucitec; Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

_______. Ser erudito em colônias: as práticas de investigação histórica nas academias brasílicas (1724-1759). In: ALGRANTI, Leiza Meza; MEGIANI, Ana Paula. *O império por escrito*: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2009, p. 297-310.

MACHADO, Inácio Barbosa. As dissertações da história militar do Brasil. In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 1999. Vol. II. Tese, Doutorado em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, 1999, pp. I-CLXI.

MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Vol. I e II.

NICOLAZZI, Fernando Felizardo. Entre letras e armas, a história como disputa: considerações sobre a historiografia luso-brasileira no século XVIII. *Almanack Braziliense*, São Paulo, número 11, 2010, p. 40-51.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Lisboa Ocidental: Oficina de José Antônio da Silva, 1730.

---

[1] O vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses ordenava que poemas, orações e dissertações recitados nas dezoito conferências acadêmicas fossem copiados, de modo a serem depois enviados para o Reino. Todavia a nau na qual os manuscritos foram levados naufragou, em 1725, e os textos que servem de base para as edições modernas são aqueles que foram depositados no mosteiro de Alcobaça, em Portugal, na década de 1760. Essas cópias foram consideradas perdidas até que Joaquim C. Fernandes Pinheiro, filho do

Visconde de São Leopoldo, fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, organizou sua compra, em 1868, pelo Instituto. Para mais informações sobre a história do texto, ver a obra de referência sobre as academias: KANTOR, 2004, p. 90.

[2] "Notícia da fundação". Cf. CASTELLO, 1969, p. 3.

[3] Como já trabalhado em NICOLAZZI, 2010, p. 40-51.

[4] Ver, em especial, a transcrição das dissertações sobre a história militar, de Inácio Barbosa Machado.

DISSERTAÇÕES ALTERCADAS, E RESOLUTAS, PARA MELHOR AVERIGUAÇÃO DA VERDADE NA HISTÓRIA DO BRASIL[1]

LUÍS DE SIQUEIRA DA GAMA

É a história uma voz grega, que significa na razão das coisas passadas; e daqui vejo chamar-lhe M. Túlio a melhor testemunha dos tempos, relatora dos séculos, Luz da verdade, vida da memória, e mestra da vida.[2] Traz a história sua etimologia da palavra grega Isimi, que quer dizer eu sei, define-se verdadeira narração das coisas passadas, decorosamente referidas, segundo a série dos tempos em que sucederam: a partícula narração é gênero, transcendental para a oratória, e para a poesia; porque ambas estas científicas artes, se valem também da narração: a oratória para persuadir o útil, e honesto, o provável a Poesia para cantar o deleitável, e o verossímil, as mais partículas são diferença; porquanto a História escreve as coisas que sucederam realmente, como se obraram, segundo a série e ordem dos tempos em que aconteceram: a oratória sim refere as coisas como aconteceram, mas não as relata tão estreita, e rigorosamente: porque pode antepor, ou pospor os sucessos, conforme ao melhor arbítrio do orador:[3] a poesia expõe seus argumentos não como foram verdadeiramente sucedidos, mas sim como deviam ser obrados, e para este fim tem o Poeta jurisdição de inventar, fingir, diminuir, ou acrescentar tudo quanto melhor lhe parecer.[4]

Dissertação se diz toda aquela disputa que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão; deduz a sua etimologia do frequentativo disserto dis sertas (de quem é nome e derivado) e significa disputar ou declarar com palavras; este vale o mesmo que o verbo disserto, que segundo o Léxico de Uveterano, quer dizer; e exprimir clara e especialmente a sentença de cada um; Dissere nihil aliud est quam clare et specialister sententiam suam exprimere.[5] *Deduz a sua origem esta voz dissertação não menos que das primeiras mantilhas do universo, porque depois de criar Deus Nosso Senhor esta grande máquina, e formosura do mundo, depois que criou a Luz, o dia, a noite, o firmamento, o mar, a terra, as árvores, os frutos, os astros, os signos, o Sol, a Lua, as Estrelas, os Brutos, os peixes,*

as aves, e todos os mais viventes, répteis, voláteis, e aquários; logo criou o homem à sua imagem, e deu-lhe a Eva para sua consorte e nossa primeira mãe: como porém, astuciosa a serpente fatal inimiga do gênero humano, maquinasse transtornar-lhe tanto bem, e de um só golpe privá-lo da vida, na cabeça do primeiro Pai; com ânimo dobrado entrou a controverter com Eva esta infausta e especial dissertação: perguntou-lhe porque motivo ordenara a Adão o Senhor que não comessem de todas as árvores do Paraíso. Cur praecepit uobis Deus? Respondeu Eva. Cui respondit mulier: instou a Serpente, Dixit autem Serpens.[6] *Deliberou-se Eva finalmente a morrer, e comeu da árvore da Ciência: uidit igitur mulier et tulit de fructu illius, et comedit.*

Foi isto uma disputa com palavras, foi isto um argumento com razões? É certo que sim: e pois que assim é certo, também o é, que tanto dos princípios do mundo principiou a ter origem a dissertação.

A partícula disputa, é gênero que se pode considerar bem, tanto a respeito das academias de Marte, como a respeito das palestras de Apolo, tanto se pode entender dos jogos, como dos acertos, tanto dos espetáculos (sic),[7] *como dos quesitos, tanto das batalhas, como das questões, tanto dos aproches, como dos argumentos; porque tanto os aproches, tanto as batalhas, tanto os espetáculos, tanto os jogos; como os acertos, como os quesitos, como as questões, como os argumentos, tudo e todos, sim são disputas, mas tudo, e todos não são dissertações: e por isso as mais partículas, isto é, com palavras a fim de se exprimir clara, e especificamente a sentença melhor em qualquer questão; são diferença: pois dizendo-se disputa com palavras: já se distingue a dissertação da disputa de forças, já se discriminam os acertos dos jogos; os quesitos, dos espetáculos, as questões, das batalhas; e os argumentos dos aproches: tanto pode a diferença com palavras, que faz própria, e muito especial de Minerva a mesma disputa, que no seu gênero era promiscuamente transcendental a Palas; assim como presidente da guerra como tutelar da Sabedoria.*

Divide-se a História em muitos membros, a saber universal, e particular, a história universal trata v.e. de todo o mundo, de todo o Estado; a particular escreve de alguma pessoa, de alguma Cidade, de algum Reino determinadamente em indivíduo: subdivide-se a História em Eclesiástica, secular, militar, e natural: subdivide-se mais em história,

anais, diários a que os Gregos chamaram Efemérides; em breviários, epítomes.

A história expõe as facções passadas desde o princípio até o fim, sem interpolação; os anais referem os sucessos, não desde o seu princípio, mas desde alguns anos, observada porém a ordem de cada; e na mesma forma sucessivamente daí em diante, os diários relatam os acontecimentos de cada dia, especificando-os como sucederam em cada Sol, os epítomes, ou breviários recopilam laconicamente as narrações, que testemunham.

Divide-se mais a história em rigorosa, e menos rigorosa, a rigorosa é a verdadeira história, a menos rigorosa é a fingida ou intelectual. Tem a história por fim a verdade, por objeto a imitação do bem; por matéria as coisas passadas: foi o primeiro historiógrafo Moisés; são seu texto Políbio e Luciano. Infinitos são os Autores que escreveram história; fazermos catálogo de todos é impossível [...].

Dissemos no parágrafo quarto da nossa dissertação primeira que esta se definia em comum; disputa, que se controverte com palavras a fim de se exprimir clara e especialmente a sentença melhor, em qualquer questão: do que se infere, que segundo for, a hipótese, ou a matéria sujeita da disputa tal será a dissertação que se controverta: se a contenda for sobre Teologia, será Teológica a dissertação; se de Filosofia, será Filosófica, se de Geometria, será Geométrica, se de Álgebra, será Aritmética, se de Magia, será Mágica, se de Cânones, será Canônica, se (de) Direito Civil (,) será Jurisprudente; se de Política (,) será Política, se de Oratória (,) será Retórica; se de Poesia, será Poética; se de História, será Histórica; se de Latim, será Gramática (;) se de Ortografia (,) será Ortógrafa; se de Guerra (,) será Militar; se de Feridas, será Cirúrgica; se de Navegação (,) será Náutica; se de Canto (,) será Música; se de Agricultura, será de Rerústica; se de Caça, será Venatória; se de Textura (,) será Lanífera; finalmente se for a controvérsia fabril, será mecânica a dissertação, e assim dizemos, que quantas são, e possam ser as espécies nas disputas, tantos serão os membros opostos da nossa divisão.

Tem por matéria a dissertação, toda a que foi ou possa ser disputável, por objeto, tem a opinião melhor, para fim averiguação da verdade: para conhecimento da que se propõem as dúvidas, se consideram as respostas,

se formam as instâncias, e discorrem as distensões; devem porém os argumentos serem moderados porquanto se a dissertação for nímia imoderadamente ou por capricho, ou por vaidade, ou por espírito de contradição, tão longe está de ser semelhante controvérsia afeto louvável, exercício virtuoso ou empenho científico, que necessariamente há de produzir efeitos contrários, e a dissertação que somente se devia alterar a fim de se conhecer a verdade e concluir a sentença melhor; se controverter nimiamente imoderada, é preciso que se há de perturbar o certo, escurecer o claro, e confundir-se totalmente a melhor opinião: é pensamento de Sêneca, e também foi de Aquiles Boéquio no seu símbolo quinquagésimo.[8]

Vários foram os Autores que escreveram seus livros e tratados, com os títulos de dissertações; recontaremos alguns dos que temos notícia. Erédio Ático, médico antigo, escreveu dissertações sobre a natureza, e a força da dor; Sêneca escreveu uma grave dissertação De Pereginone Pucherrima; Marco Antônio Terácio escreveu um livro que intitulou Dissertações Críticas à Língua Hebraica; o Doutor José Vela de Orenha escreveu em dois tomos, Dissertações Jurídicas, e Casos Julgados nas Relações de Espanha, e de Granada.

---

[1] In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 12-14, 21-24. Vol. I. Tomo 5. Todas as referências de páginas são feitas a partir das transcrições listadas na bibliografia. Acrescentamos, quando possível, notas esclarecendo certas referências, indicando autores e traduzindo passagens dos textos. Como apenas Luís de Siqueira da Gama utiliza o recurso das notas, indicamos por Nota no Original as referências presentes no original. Os demais comentários são de nossa autoria e estão sinalizados por Nota de Pedro Telles da Silveira.

[2] CICER., *De Orator*., lib. 2 ad q., Trat. DOM RAPHAEL BLUTR., *Vocab. Port*., tomo 4 litet., *H. Verbo Histor*., f. 39 (Nota no Original).

[3] LUCIAN., apud LANG. APOLIN., tomo 1, *Verbo História* (Nota no Original).

[4] PONTAN., *De Inst. Poétic*., cap. 4°, *in fin* (Nota no Original). O autor se refere ao quarto capítulo do tratado *Institutio Poetica* (1594), de Jacobus Pontanus (1542-1626), dedicado à definição de qual a matéria apropriada para o poeta. É preciso cuidar para não confundir Jacobus Pontanus com Giovanni Pontano, poeta do século XV e autor de um diálogo intitulado *Actius* (c. 1495), um dos primeiros tratados dedicados exclusivamente à historiografia (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[5] UVETER., apud LEXIC. CALVIN., *verbo disserere* (Nota no Original). O autor se refere ao *Lexicon juridicum juris Caesarei simul, et canonici*, de Johan Kahl (1550-1614), um dicionário seiscentista de termos da jurisprudência. Essa obra continuou sendo editada até meados do

século XVIII, encontrando-se uma edição datada de 1749 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[6] *Genes.*, lib. 1, cap. 3 (Nota no Original).

[7] Interpolação presente na transcrição de José Aderaldo Castello (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[8] SENEC., *Epist.* 108, p. *mihi* 643, Lit. A (Nota no Original).

DISSERTAÇÕES DA HSITÓRIA MILITAR DO BRASIL[1]

INÁCIO BARBOSA MACHADO

Em tão augusto e majestoso Teatro; em tão régio Capitólio, e na venerável presença de tão Augusto Senhor e Padres conscritos, em que as mais eloquentes vozes são grosseiras expressões do meu respeito, e donde os mais delicados conceitos são limitados obséquios do meu discurso, venho a falar como Historiador, rompendo aquele silêncio em que me tinha posto no Brasil a larga cessão de estudos Históricos, e Letras humanas. Havia me refugiado no mesmo silêncio, como ao Sagrado Asilo das próprias ignorâncias para que não falando se conservasse no segredo das vozes, incerto o conhecimento do pouco que valho; e também porque não queria deslustrar-me, conhecendo a vantagem dos espíritos desta Academia, com os quais, não posso, competir nem mereço igualar.

[...] É sem dúvida, que para escrever, e tratar das guerras Brasílicas, e para compor a História de tantos conflitos, e decidir tantas questões a ela pertencentes, se requeria outro descanso e seção de negócios, que não sofre a lida contenciosa das ocupações forenses do meu lugar [...]. Especialmente no século de homens tão grandes na História que enchendo ao mundo, com a fama de seus nomes acovardam os entendimentos e suspendem todo o discurso, como aqueles cinquenta Heróis da Lusitânia os cinquenta Acadêmicos Reais, que hoje formam o Templo de Palas, ou a Academia Régia na Corte de nosso Monarca; Porque seu respeito faz, que sejam trêmulas as minhas vozes, tardos os meus discursos, receando escrever no mesmo assunto, em que as suas penas se remontaram com voos mais altivos, que Águias generosas, porque enfim serão obras de espíritos gerados, pelos influxos do Sol Lusitano o Augusto Rei o Senhor Dom João o V nosso Senhor.

Também é certo, que para se escreverem ações de Portugueses na guerra se pede a majestade que tiveram na História os Lívios, e Heródotos; a energia dos Cúrsios, e Patérculos,[2] a gravidade dos Plutarcos, a elegância dos Suetônios; a pureza dos Césares, e a pompa

dos Tácitos Mestres da História Latina, ou Grega, que nos seus escritos nos deixaram tantos exemplos para a imitação, como assuntos para o respeito [...]. Assim, Augusto Mecenas, Padres Conscriptos, e nobilíssimo Auditório, desculpai dos meus defeitos e suavizai as faltas dos meus escritos vendo o que diz o Mestre da Eloquência Romana que a História

Quoqumque modo script deletat[3]

Serão pois agradáveis os meus discursos, porque de História, que sempre se faz digna, pelo assunto quando o não consegue pela excelência própria, da escritura; que se todas se compuseram com a prática dos seus preceitos, não daríamos cultos aos nossos Barros,[4] Osórios,[5] Andrades, Sousas[6] e Meneses,[7] que êmulos dos antigos seus não excederam, foi porque hoje o tempo e não as excelências os distingue, tão parecidos ficaram pela energia dos seus escritos.

Terá sim a minha História a verdade por base fundamental do seu edifício. Para a seguir, para a defender, e para a sustentar exposto aos maiores contrastes, antes quererei ser despojo da inveja e contradição do que vítima do engano. Por tão nobre princípio não será para meu juízo, mas sim mais autêntica a mais verdadeira. Aos Autores de maior nome seguindo narrações falsas, ou tradições populares, deixarem sem a lisonja do meu séquito, e aos Escritores de menor fama, quando falarem com verdade seguirei como parcial dos seus escritos; pois a grandeza, e o respeito dos autores não chega a ser argumento de infalibilidade como falando de si nos ensinou a glória de África Santo Agostinho quando ponderou que deve o entendimento ceder à razão, e não ao Doutor: Ouvi as palavras do Santo que fala de modo que admira

> Nolo autoritatem meam sequiris tit ideo puter aliquid esse uerum, quia a me dicitur.[8]

E por esta causa no concurso das opiniões deixarei o mais plausível[9] por abarcar o mais provável; pois escrevo para juízos independentes, e não para gostos depravados, e quero instituir entendimentos e não lisonjear vontades, última obrigação de um Historiador perfeito.

Bem sei que a muitos será este caminho estranho e a não poucos

parecerá novo este método de escrever porém ignoram, ou aborrecem a severidade da crítica. Dirão que não seguimos tudo o que acharmos escrito, é despojar as nossas Histórias, do que nelas, já se dava por assentado, e que parece o modo de querer esfriar, e diminuir a fé de nossas proezas abatar a glória de nossas obras, e ofuscar o esplendor da nossa Pátria. Mas como as belicosas luzes dos Lusitanos, não depende para brilhar de vitórias fantásticas, ou de sucessos duvidosos, sobejando-lhe tanto dos verdadeiros, que deles posso dizer o mesmo, que Santo Ambrósio quando fala de Abraõ que só as obras verdadeiras deste Pai das (Gentes)[10] excederam a todas as ficções. Porquanto sem mendigar das obras alheias ou fabulosas para glória da nossa invicta nação se unirão aquelas virtudes, que divididas fizeram as outras formidáveis, e gloriosas. E se a homens tão insignes, como são os Portugueses ainda sobejam vitórias, e triunfos com que adornar as Mentes de Ásia as Regiões de África, e as Províncias desta América, porque destino fatal macularei os meus escritos com o fabuloso de nossas Histórias! Triunfe pois a verdade do engano, e desterrem-se as imposturas de alguns Autores com sucesso tão feliz, e vitória tão plausível da pena que pareça o acerto da nossa escritura ilustre participação dos triunfos da espada.

Não se entenda, que este amor da verdade e este zelo de nossas Histórias é consequência de ânimo e gênio contencioso, porque tão longe está o meu estudo de semelhante desacerto que não resulta ofensa grave ao candor da mesma História direi com São Gregório Magno

> Melius [...] salua fide, alieno inteletui cedere quam contentionibus de servire.

Por observância desta docilidade de condição se entrar alguns pontos de que se possa formar disputa, e dela nasça escândalo aos Professores desta Academia, se eu entender que posso escrever sem os dividir nem interpor o meu juízo, os deixarei em profundo silêncio [...]. Bem conheço que este meu silêncio parecerá antes, demonstração da minha incapacidade; mas antes quero o risco da opinião do que embarcar-me com erros, escrever fábulas, ou consumir o tempo com disputas escusadas.

Sim porei o maior cuidado no exame do que achar escrito, não

perdoando trabalho, nem omitindo diligência, que não aplique para se conseguir tão necessário, como importante fim.

[...] De modo que sem fastio irmanemos o suave da História em o contencioso das disputas, o sério da jurisprudência, com o ameno das notícias, e o natural do terreno, com o artificioso dos habitantes, para que igualmente sejam as nossas Dissertações agradáveis, e úteis aos Professores da História, e aos Mestres do Direito.

Mais pacífico era o Domínio, que as Letras gozavam no que pertencia ao Brasil, do que o Domínio das armas, que por casos da fortuna; e discórdia dos Príncipes não duraram com tanta felicidade As armas o insultavam, ou pelos naturais do País, ou pelo orgulho dos Franceses, e astúcia dos Holandeses; variando assim o Domínio das Províncias deste Grande Estado, segundo as vitórias, ou desgraças com que se encadearam os sucessos de tão prolixas guerras. Porém as Letras sem força ou insulto de opiniões estranhas, e pareceres novos se conservaram no que escreveram do Brasil os primeiros Autores do nosso Império; Sendo entre as verdades da História Brasílica a mais indubitável, que o seu descobrimento foi no dia 24 de abril do ano de 1500 de Cristo. Mas quis a sorte que as Letras fossem também invadidas; para que nelas também se experimentasse a volubilidade dos tempos, a diferença de fortunas. Chegou este ano de 1724, e ele com glória eterna do seu fundador excelso se erigiu neste Palácio Real a famosa Academia Brasílica, e ocupando tão dignamente o Senhor Gonçalo Soares a cadeira da História Eclesiástica destas Províncias, chegando a tratar do seu descobrimento, separado do que todos os mais seguíamos intentou persuadir, ou deixar em dúvida contra os Autores da nossa História; que a terra da Santa Cruz foi descoberta no dia 14 de abril, e não em 24 como dizíamos, não alegando a seu favor autoridade dos que escreveram (no mesmo)[11] século, ou dos coevos, [...] mas só provando o seu discurso com as conjecturas, que não deixarei de expender, e refutar no progresso Dissertação.

[...] os entendimentos ainda que ilustrados, ou Angélicos se puseram-nos, e se encontraram nas opiniões, não havendo século, em que os sábios não discordassem nas sentenças, e se não afastassem nos pareceres. Assim o vemos na escritura Sagrada logo

no princípio do Mundo, chegando a ser o mesmo Céu palestra de renhidas controvérsias [...]. Mas sem dúvida em que é mais admirável a controvérsia dos sábios, e dos escritores, e mais estranha a sua divisão, e contrariedade é na averiguação dos dias em que sucederam as batalhas, conquistas, descobrimentos, e quaisquer outros sucessos que na paz, e na guerra no Sagrado, e no profano enobreceram, e ilustraram as suas Histórias.

[...] Nasceu toda esta variedade, de que esses Autores não abraçaram muitas regras, que também desprezou, ou disfarçou o Senhor Gonçalo Soares, e por isso novamente introduziu esta opinião, que refutamos. Deviam todos observar as quatro advertências, que tiradas de Santo Agostinho, São Jerônimo, Barônio,[12] Belarmino,[13] Erasmo, Lípsio,[14] Antônio Agostinho,[15] e outros nos deixou o famoso João de Lanoi[16] nas suas ***Prolusões à História do Mundo, e da Igreja.*** Primeira advertência. Que nos fatos da História, e da tradição devemos seguir aos Escritores, que escreveram no mesmo tempo, e não foram refutados por autor contemporâneo de verdade, conhecida, e opinião grande. Segunda. Que nos mesmos factos da História, depois dos Autores contemporâneos, seguiremos aos que viveram o Século mais próximo ao sucesso, de que se escreve, e não aos que lhe são mais posteriores, os modernos. Terceira. Que nas Histórias, que se supõem fabulosas, ou que são de autor de pouca fama, não devem ter crédito algum, quando essa História, ou esse Escritor refuta a razão, e combate a tradição dos mais antigos. Quarta, e última. Que nos devemos apartar da História que sendo descoberta particularmente por Autores modernos, elas não concordam entre si, e diferem em circunstâncias, principais do sucesso, de que já os antigos Historiaram. E na verdade que se todos escreveram seguindo este infalível sistema, nem eles erraram, nem agora me fatigara a mostrar menos a verdadeira a resolução que vou impugnando, pois veria o Senhor Gonçalo Soares, como todos os nossos Autores que escreveram do descobrimento do Brasil no mesmo Século em que sucedeu lhe desvaneciam com sua grande autoridade as conjecturas, que descobriu; e os argumentos, que fabricou [...].

Os mesmos versados na História, e mais estudiosos da Lógica, e

Filosofia cegamente desprezaram a eficácia do argumento negativo, dizendo que não conclui de necesse esta posição:

Non est scriptum, vel ditum, ergo non est fatum.[17]

Porém dos doutos nos fatos Históricos lhe conhecem uma eficácia concludente, como demonstrou o insigne João de Lenoa no Livro ***de autoritate negantis argumenti,***[18] que impugnando por Teófilo Reinaldo, e João de Tiere novamente vimos triunfar com as patentes razões colhidas das escrituras, concílios, e Padres da Igrejas que expôs em cento e cinquenta argumentos do mesmo livro, e com que não deixou que dizer, como advertiu o Famoso Henschenio,[19] e como demonstra o insigne Mabilhon,[20] o nosso Douto Frei Miguel de Santa Maria na ***Dissertação contra a vinda de São Tiago a Espanha.***

[...] O que suposto da autoridade do argumento negativo. Discorro assim contra o Senhor Gonçalo Soares; se o Brasil fosse descoberto em 14 e não em 24 algum dos Autores contemporâneos, ou coevos o haviam de escrever, porque falando tantos deste felicíssimo dia em que os Portugueses viram estas Regiões; descobertas em 14, e não calariam. Nenhum dos que falaram de nossas conquistas, e descobrimentos proferiu palavra que tal insinue, logo sem resposta se conclui que o descobrimento em 14 é arbitrária invenção com que o Senhor Gonçalo Soares se quis apartar do verdadeiro dia, em que [teve] descobrimento o Brasil.

[...] Dirá o Sr. Gonçalo Soares que extraiu a base das suas razões de um manuscrito, que de um Bacharel antigo conserva no seu Museu, e que dele se colhem muitas dúvidas contra a infalibilidade da minha proposição. Ao que respondo que semelhantes monumentos servem para desprezo, e irrisão, como o demonstrara ao não ter feito nos Historiadores Mabilhon, Natal, Alexandre,[21] e Papebrochio,[22] e nos juristas Ternosino, Gonçalves, Valansuela, e Caldero. Também vendo-se na última consternação, dirá que ele confessa, que o descobrimento foi em 24, mas que segundo as conjecturas do seu decantado manuscrito pode-se duvidar se foi em 14 ou 24 do mês de abril, e que assim totalmente se não aparta da verdade. Mas respondo se que é refúgio de quem se acha convencido, porque todos ouviram a sua lição, e que pôs em dúvida, e negou o modo possível o que era

assentado como infalível, e tendes visto de toda esta Dissertação que escrevi só com zelo da verdade, e não com as intentações com que o Senhor Gonçalo Soares sempre quer ostentar estudos, e seguir novidades sem fundamento que obrigue o séquito dos entendimentos e aceitação dos sábios, que sinceramente buscam a verdade.

[...] Parece-me que tenho mostrado neste apologético Apêndice quanto seja conforme a verdade o que narrei na primeira parte da Dissertação da guerra Brasílica; e o como segundo as regras da crítica, e da História tenho totalmente desvanecido o acerto contrário. Não foi o meu empenho mortificar, mas defender. Entendi que o Senhor Gonçalo Soares levava uma opinião totalmente diversa, do que devemos seguir; e porque o nosso intento nesta Academia é firmar verdades, e não introduzir conjecturas, sem autoridade, como se resolveu na primeira sessão de sete de março, me pus em campo com as armas, que tendes visto e a que devo sem ofensa da modéstia, ou do respeito, conseguido o triunfar a verdade, e confutar-se e menos provável Se acaso no progresso disse alguma palavra mais severa, caiu sobre a opinião e a novidade, porque assim o devia fazer, e não sobre o seu Autor [...]

---

[1] In: MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil colonial*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Vol. II. ff. 4v, 7-10, 13-15, 40-42v, 43v-44, 47v-48v, 50-51v.

[2] Quintus Curtius Rulfus, historiador romano do século I d.C., é autor de uma *História de Alexandre Magno*, a qual era bastante admirada por seu estilo; Marcus Velleius Paterculus, historiador romano também do século I d.C., é autor de um compêndio de história romana em dois livros (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[3] Citação da epístola 8, livro V, de Plínio, o Jovem, na qual o escritor romano argumenta que enquanto a oratória e a filosofia precisam do socorro da eloquência, "a história, de qualquer forma que seja escrita, é aprazível" (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[4] João de Barros (1496-1570), considerado o *Lívio português*, autor das *Décadas da Ásia*, uma história da expansão portuguesa pelo Oriente cujas três primeiras décadas foram publicadas entre 1552 e 1563, e o restante foi continuado por outro historiador, Diogo do Couto (1542-1616) (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[5] Jerônimo de Osório (1506-1580), escritor e historiador português, bastante admirado pela elegância de seu estilo (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[6] Manoel de Faria e Sousa (1590-1649), escritor e poeta português, foi autor de uma *Epítome de las histórias portuguesas*, publicada em Madri em 1628 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[7] Luís de Meneses, 3º Conde da Ericeira (1632-1690), autor da *História de Portugal Restaurado*, publicada em duas partes entre 1679 e 1698 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[8] "Não quero que se siga minha autoridade considerando verdadeira qualquer coisa só por que eu a tenha dito", passagem da Epístola 112 de Santo Agostinho (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[9] "Plausível", na época, significava "Coisa merecedora de aplauso, ou que com razão, ou sem razão se aplaude", como consta no *Vocabulário Portuguez, & Latino*, de Rafael Bluteau, p. 546, v. 6 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[10] Interpolação presente na transcrição consultada (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[11] Interpolação presente na transcrição consultada (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[12] Caesar Baronius (1538-1607), cardeal italiano e autor dos *Annales Ecclesiastici*, em doze volumes publicados entre 1588-1607. Trata-se de uma história dos primeiros doze séculos da Igreja cristã escrita para refutar os historiadores luteranos. É considerada uma das grandes obras historiográficas da época (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[13] Roberto Bellarmino (1542-1621), jesuíta e cardeal italiano, autor de muitos trabalhos, principalmente de dissertações (*disputationes*) sobre os artigos da fé (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[14] Justus Lipsius (1547-1606), jurista e humanista holandês. Um dos grandes intelectuais do período, cujas obras foram responsáveis pela elaboração de novos princípios para legitimação política (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[15] Antonio Agustín y Albanell (1516-1586), jurista e humanista espanhol, era conhecido como um dos mais proeminentes historiadores do direito dos séculos XVI e XVII (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[16] Ver nota 18 seguinte (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[17] "Não está escrito ou dito, logo não é fato", isto é, não procede (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[18] Jean de Launoy (1603-1678), prolífico historiador e polemista francês, foi autor de uma *De autoritate negantis argumenti dissertatio*, ou seja, "Dissertação sobre a autoridade do argumento de negação", publicada em 1663. Provavelmente é o mesmo João de Lanoi responsável pelas cinco regras da crítica enunciadas acima (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[19] Godffrey Henschen (1601-1681), hagiógrafo e erudito holandês, foi um dos primeiros bolandistas, editando junto com Daniel Papebrochius a coletânea *Acta Sanctorum*. Ver nota 39 abaixo (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[20] Jean Mabillon (1632-1707), historiador francês, membro da congregação beneditina de St. Maur, foi editor da coletânea *Acta Sanctorum Ordinis Sanctis Benedictus*, é também autor do *De Re diplomatica* (1681), principal sistematização dos princípios da análise de documentos e indícios históricos utilizados nas obras de erudição eclesiástica (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[21] Noël Alexandre (1639-1724), historiador eclesiástico e teólogo de origem francesa,

membro da ordem dominicana, produziu uma extensa obra, sendo referência para os acadêmicos Esquecidos (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[22] Daniel Papebrochius (1628-1714), foi historiador e hagiógrafo de origem flamenga, membro da sociedade dos bolandistas, assim chamados por causa de Jean Bolland (1596-1665), editor dos dois primeiros volumes da coletânea *Acta Sanctorum*, publicação que foi continuada por Pepebrochius após a morte de Bolland. Foi em reação a um discurso acerca das antiguidades eclesiásticas do período merovíngio escrita por Papebrochius como prefácio ao primeiro volume das *Acta Sanctorum* dedicadas ao mês de abril que Jean Mabillon escreveu o *De Re diplomatica* (Nota de Pedro Telles da Silveira).

DISSERTAÇÕES ACADÊMICAS, E HISTÓRICAS, NAS QUAIS SE TRAT DA HISTÓRIA NATURAL DAS COSIAS DO BRASIL[1]

CAETANO DE BRITO E FIGUEIREDO

Admiráveis são os arcanos da Divina Providência, e os Segredos da Natureza também admiráveis! Estes como efeitos daquela primeira causa tanto se percebem menos, quanto a deixam mais incompreensível: a Providência, porém com maior vantagem, ou no que ocultamente inspira, ou no que manifestamente obra, (pois a seu impulso tudo se move) só pela Onipotência de que se deriva, cabalmente se alcança. Sirva de exemplar a fábrica e persistência desta grande máquina do mundo, tirada do horroroso, e confuso Caos do nada para a luminosa, e perfeitíssima existência do ser, de que lhe resultou o nome. Unindo-se à discorde contrariedade dos Elementos para a composição, e simetria de um todo sempre harmônico, sempre elegante.

[...] Descrever este todo individuar estas partes, decifrar estes enigmas da Providência, e descobrir estes Segredos da Natureza, temeridade ainda é maior que a dos Gigantes, quando arrancando penhascos, e acumulando montes intentaram escalar ao mesmo Olimpo; ousadia é com todo o excesso mais adiantada que a de Prometeu no execrando roubo da celeste luz, para animar a engenhosa, e humana fábrica.

Mas que coisa há sido dificultosa ao espírito dos homens? Este que soube comensurar os espaços do tempo com as sutilíssimas rodas de abreviado relógio; este que sobre as lâminas do papel soube fazer visíveis as cláusulas, e acentos da voz, que toda é ar; tirar de um bicho verdadeiro Fênix, que nasce, e morre de si mesmo, a seda, de que se tece a gala, e a pompa, próprio adorno das Majestades, fazer que com muda elegância falem os pincéis nos coloridos, e rasgos da pintura, dar a um corpo de bronze alento retumbante; que um volante tronco penetre todo o Império de Netuno; e vencer outros imprevisíveis, que propriamente se canonizam por milagres.

[...] Contudo, como destes Autores uns não conheceram a primeira

causa, e outros não alcançaram quanto com testemunhas irrefragáveis tem comprovado a experiência: asseveraram temerariamente alguns ser esta Zona tórrida inabitável, estes mares inavegáveis, não haver Antípodas, e ser também este Hemisfério tão pobre, e indigente, que nem de seu possuía este celeste luminoso Pavilhão, que a todos cobre; com outras semelhantes fantasias, e quimeras, as quais a reverente veneração, devida à antiguidade, não chama ignorâncias, a sempre douta experiência dá a conhecer por delírios.

[...] Desfazer pois estes nublados, colorir estes escuros no que especificamente toca à história natural, corre a impulsos do Soberano preceito por culto de minha obediência, por conta da minha obrigação. Raro, e estranho prodígio! Portentoso, e notável preceito, que só no obsequioso me escusa do temerário! Mas tudo, quando não obra da natureza, por não poder aparecer luzente o nubiloso, profundo arcano da Providência, pelo Heróico, Augusto alento, que o inspira, pelo predominante, Superior Astro, que o move.

[...] Porém muitos dos Venerandos consultos não se dedignaram dos entretimentos e flores Poéticas; assim o fez o Célebre Modestino, e outros; os doutíssimos Alciato Casanes e Tiraquelo encheram os seus escritos de vastíssima erudição. Jacobo Ajácio, oráculo da jurisprudência, aquele, que a qualquer caso não dependente de direito civil costuma responder: ***Nihil hoc ad editum Praetoris;***[2] este mesmo não só restaurou, e poliu o decoro da Latinidade, e pompa da história nos seus escritos, mas também se aplicou a examinar as coisas naturais, e fazer algumas notas a Plínio, como com grande louvor do mesmo Ajácio, escreve o douto Jacobo de Secâmpio nos **Comentos** ao referido Plínio. Não repito outros modernos, que elegantemente souberam unir o útil da doutrina com o suave das boas Letras, o que (quando não para satisfação) entendo bastará para desculpa.

A forma tão imprópria, como a de uma dicção rasteira, de um estilo tosco, de um método inculto, qual a vossa paciência até aqui tem tolerado.

[...] Tão inadequada, como dar nova gala às coisas antigas, vestir as

novas de autoridade, dar às desusadas resplendor, às obscuras Luz, às aborrecidas graça, às duvidosas fé, natureza a todas, e todas a mesma natureza, pensamento, que já a semelhante assunto aplicou o celebrado Plínio. Eu assim o reconheço, mas obsequioso a tanto império, e obrigado também da Vossa benevolência, não só vencerei impossíveis, mas encherei de novos alentos a minha incapacidade. Dissertarei nas secções seguintes, que coisa seja América, e nesta quarta, e maior parte do mundo que coisa seja o Brasil com o mais, que toca à história Natural; porque o pertencente à história Sacra Militar, e Política se destinou aos elevados voos de remontadas Sapientíssimas Águias.

Disse: Dissertarei; por se altercar com grande dúvida, se a descrição das coisas naturais se deve chamar história; porquanto suposto Plínio lhe impusesse este majestoso nome, e o seguissem outros; contudo o Príncipe da eloquência Romana só a denominou por memória pública de todos os Segredos, e por monumento dos tempos, dos lugares, dos homens, e das coisas.

Disse: Dissertarei ainda com maior, e devida decência; porque o sentenciar, e decidir toca somente a Soberania deste doutíssimo Atenes, e Científico Areópago.

Descendendo com indubitável certeza os homens todos de um só Adão. Sendo Noé, e seus três filhos os que regeneraram a humana natureza, totalmente extinta, e submersa pelo cataclisma, e Dilúvio universal, intentaram temerariamente Nembrot, e os mais viventes prevenir numa forte, e levantada torre seguro asilo a segundo Dilúvio. Na confusão das línguas (justo castigo a tão execrada Soberba) dispersos em setenta e duas Repúblicas perderam os mesmos homens não só o dialeto, e geral idioma, com que reciprocamente se entendiam, mas também as notícias, ciência, e memória de sua primeira origem. Não se lembrando do barro, de que foram formados, eficaz estímulo, desengano providente, e viva recordação de sua fragilidade, e de seu enlodado princípio; sim: que em berços de Luzes nasceram filhos das Estrelas, aspirando a brilhar, como gênitos luminosos desses resplandecentes Astros.

Ainda passou a mais a sacrílega vaidade de uns, a deplorável e repreensível demência, e ignorância de outros. Os primeiros

deificando-se de sorte, que se jactavam serem derivados de Saturno, Júpiter, Marte, Apolo, e outros falsos Deuses do Gentilismo. Os segundos com menos arrogância afirmavam haver sido viventes, e sensitivos gênitos já de insensíveis, e duras pedras, já de toscos, e grosseiros troncos. Outros com infame afronta da mesma racionalidade asseveravam foram abortiva produção de brutos, e disformes progenitores, e ridícula Metamorfose de formigas, rãs, cigarras, e outros semelhantes, e vilíssimos insetos. Muitos porém com incontroverso, ainda que para eles ignorado princípio, publicavam serem Terrígenas nascidos do pantanoso misto de terra, e água. Deliramentos, e desvarios, nos quais coincidiu não só a rudeza, e incivilidade de algumas Nações reputadas por bárbaras, porém a mesma Sabedoria, e Ciência dos Gregos, a mesma Majestade, e Sabedoria dos Romanos.

Os habitadores deste novo Mundo também se arrogavam não menos confusa, porém mais certa, e mais nobre origem. Por tradições herdadas de seus Maiores davam notícia de um grande Dilúvio, e do Naufrágio universal de todos os viventes. Deste por benefício do seu Tupã, Deus, ou Excelência Superior (que era o modo com que se explicavam) diziam escapar somente numa grande Palmeira o seu Tamandaré, e primeiro Pai com sua família, de que depois se propagaram, e procederam eles todos.

Muitos falavam de outra Sorte, confessavam o dilúvio, porém que o asilo dos que se salvaram (que foram unicamente seis) havia sido uma balsa, a qual nadando sobre as águas os livrara do perigo. Outros afirmavam que o tal asilo foram as grutas, e concavidades de eminentes, e levantados Montes. Alguns, que depois da memorada geral inundação, saíra de um espaçoso lago o primeiro, e portentoso homem chamado Viracocha.

Finalmente repetiam não poucos, que dos subterrâneos, ventres, ou abismos de Soberbas Montanhas saíram homens nunca vistos, feitos pelo Sol, e que deste tais se derivavam. Que suposto eram bárbaros, e rudes com homogênea vaidade, não blasonavam de menos esclarecida nobreza, que de haver sido prosápia ilustre do mesmo Sol.

Condenam alguns Escritores estas confusas tradições dos Índios,

outros as defendem; sentimentos encontrados, e comumente sucedidos nos diversos gênios, e pareceres dos homens, que não só no duvidoso, mas ainda no evidente já alucinados da filáucia, e nímia estimação de si mesmo, já de paixões heterogêneas, e estranhas descolorem a verdade, douram a mentira, desprezam ao sólido, estimam o aparente, e presumindo que o seu parecer é sempre o melhor, querem acreditar por justiça, o que quando muito, também por cega, só pode ser fortuna, e sempre irremediável queixa, por pender o prêmio, e aplauso de cada um dos afetos alheios, e não do trabalho, e merecimento próprio.

O certo é, que entre os crepúsculos, e sombras destas confusas, incertas, e duvidosas notícias reluzia de alguma sorte nestes bárbaros a luz da verdade: reluzia ter havido um grande Dilúvio, reluzia terem dele escapado poucos homens, e reluzia propagar-se destes todo o gênero humano. O que sem dúvida assim foi, e assim sucedeu. Nas cores obscuras, nos acidentes mentidos, com que deformavam esta verdade, não foram os pobres Índios os que somente pecaram. As mesmas Nações altivas, e soberbas, às quais obedeceu o Mundo, e lhe deram Leis, tropeçaram com maior culpa nesta cega ignorância. Porque como doutamente testemunham os Autores Eclesiásticos, e Mitológicos, perverteram estas tais muitas verdades da Sagrada História com o engenhoso artifício de delirantes fábulas.

Eram os Índios Americanos homens como os outros, derivados do mesmo Adão (que absurdo herético, e punível fora conceder-lhes outro princípio), quais fossem os seus primeiros progenitores, fadiga tem sido até o presente assaz disputada de quase todos os Escritores, que têm tratado dos descobrimentos, conquistas, e História da América. Por ser próprio do nosso instituto também a exporemos; porque mal se poderá conhecer cabalmente a natureza das coisas, ignorando-lhes o princípio; porém tão sucintamente, que a transcrição não causa fastio, nem a extensão aborrecimento.

Não confundiremos com termos Escolásticos o estilo Acadêmico; porque suposto escrevemos Dissertações estas se animam com o caráter da História, donde só com o expressivo da narração, e não com o rigor da disputa deve declarar-se o duvidoso, e concluir-se o verdadeiro, ou o verossímel [*sic*]; segundo o que escreveu Dionísio

Lambino nos **Livros**, em que tratou das qualidades de um bom Historiador, e diferenças, que há entre estes e os Filósofos.[3] Conforme as doutrinas dos Gregos Luciano, e Dion de Halicarnasso.[4] Dos Latinos Jovian Pontano, João Antônio Viperano,[5] Francisco Roboredo, Patrício,[6] Humberto Balduíno dezesseis,[7] Bernarti, Chítrio,[8] Bodino,[9] Vóssio,[10] Glassero, Heincio,[11] Teleman, Gilbert Genebrard,[12] Beuteur, Bévio, Reinécio,[13] Mácio, Kekerman,[14] Pretório, Pastoril de Hirtemberg,[15] La Mote Levayer,[16] João Sillon, que todos trataram do Método, com que deve compor-se a história, e todos relata Batista de Rezoles na ***Introdução à História*** tomo I,[17] e assim o praticaram mil e cinquenta Historiadores Sagrados, profanos, Eclesiásticos, e seculares, de que faz catálogo Cronológico Frei Gabriel Buculino, ***Nuclei História unalis*** de fl. 418 a fl. 488,[18] além de outros que escreveram posteriormente.

[...] De tão repetidas, e várias opiniões se conclui ser controversa, dúbia, e incerta a origem dos Índios, primeiros povoadores deste novo Mundo, e que mais facilmente se pode arguir, e opugnar, que afirmar, e estabelecer. Porém a décima-quarta mais recebida, e verossímil é, que estes tais Índios são oriundos das Províncias Setentrionais, ou Asiáticas, ou Europeias, e dos Tártaros Lapônios, ou Zemblanhos, circunvizinhos, e confinantes, dos quais no Dialético idioma, e pronúncia conservam grande semelhança; donde sendo a América ou continente, ou dividida com pequenos estreitos, seria fácil o trânsito daquelas gentes para estas Regiões.

Esta opinião, que como o mais verossímil constantemente recebemos, é do próprio Solorzano, capítulo 10. Com o Padre José da Costa, João Botero, Árias Montano,[19] Genebrardo, Malvenda,[20] Torquemada,[21] o Padre Lorino, e Agostinho Torniclo. Seguem ao Padre Simão de Vasconcelos, e também Luís Morere no seu grande ***Dicionário Histórico,***[22] tomo 1°, na palavra América na impressão Parisiense do ano de 1718 com outros muitos, impugnando a Gróssio, que de muitas Nações, e ainda dos Etíopes deriva esta convertida origem.

---

[1] In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 139-141-146, 157-159, 161. Vol. I. Tomo 5.

[2] Jacques Cujas (1520-1590), jurista francês e chefe da Escola Galicana de interpretação do direito romano, a qual buscava um entendimento histórico do Código de Justiniano e não a realização de comentários à lei. A passagem em latim, que se traduz como "Isso não tem nada a ver com os éditos do pretor", era dita por Cujas a respeito das controvérsias religiosas da França de sua época, marcando seu distanciamento destas (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[3] Denis Lambin (1520-1572), erudito e historiador francês (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[4] Dionísio de Halicarnasso, historiador romano que viveu entre 54 a.C. e 8 d.C., é autor das *Antiguidades romanas*, coletânea antiquária acerca do passado romano; no que toca à reflexão histórica, Dionísio foi autor de uma crítica ao estilo de Tucídides, e é nesse sentido que tanto Baptiste de Rocoles quanto Figueiredo o citam (ver nota 57) (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[5] Giovanni Antonio Viperano (1535-1610), filósofo, historiador e poeta italiano, foi autor de tratados de poética, oratória e também de uma obra sobre a história, intitulada *De scribenda história liber* (1569) (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[6] Francesco Patrizi (1529-1597), filósofo italiano, foi autor dos *Della história dieci dialoghi* (1560) (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[7] François Baudoin (1520-1573), jurista francês, foi autor de um tratado sobre a história intitulado *De institutione históriae universae*, publicado em 1561 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[8] David Cythraeus (1530-1600), historiador, teólogo e tratadista alemão, foi autor, entre outros, de um tratado sobre o estudo da história, publicado em 1565 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[9] Jean Bodin (1529-1596), um dos mais destacados juristas e ideólogos do absolutismo francês, foi também autor de um *Methodus ad facilem históriarum cognitionem* (1566), ou "Método para a fácil compreensão da história" (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[10] Gerardus Vossius (1577-1649), polímata holandês, foi autor de uma *Ars historica* (1623) além de outros trabalhos históricos (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[11] Daniel Heinsius (1580-1655), erudito holandês, foi editor de várias obras de origem grega (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[12] Gilbert Génébrard (1535-1597), teólogo e erudito francês, foi autor de uma obra de cronologia (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[13] Reiner Reineck, também conhecido como Reineccius (1541-1595), historiador de origem alemã, foi editor de várias obras das antiguidades germânicas (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[14] Bartholomäus Keckermann (1572-1609), polímata, filósofo e escritor holandês (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[15] Joachim Pastorius de Hirtemberg (1611-1681), historiador polonês (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[16] François La Mothe Le Vayer (1588-1672), escritor francês, foi autor do tratado *De peu de certitude qu'il y a en l'histoire* (1668), obra que marca o início do ceticismo histórico na França (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[17] Jean-Baptiste de Rocoles (1620-1696), historiador francês, o catálogo dos historiadores feito por Figueiredo é, na verdade, copiado quase que *verbatim* do prefácio à *Introduccion générale à l'Histoire*, publicada em 1685 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[18] Gabriel Bucelinus (1599-1681), polímata, historiador e cartógrafo, em seu *Nuclei Históriae universalis*, datado de 1650, o autor anexa um aparato, isto é, uma reflexão sobre os princípios da polêmica eclesiástica, provavelmente de onde Figueiredo tirou a referência aos "mil e quinhentos" autores que escreveram história (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[19] Benito Arias Montano (1527-1598), erudito e historiador espanhol (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[20] Tomaso Malvenda (1566-1628), dominicano de origem espanhola, foi interpreta da Bíblia e historiador (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[21] Juan de Torquemada (1562-1624), frade franciscano e historiador, autor da *Monarchia Indiana*, publicada em 1615, obra de referência para a história do Novo Mundo (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[22] Louis Moréri (1643-1680), enciclopedista francês, autor de um dicionário histórico publicado em 1674 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

DISSERTAÇÕES DA HISTÓRIA ECLESIÁSTICA DO BRASIL[1]

GONÇALO SOARES DA FRANCA

Bem instruído (sem vaidade o digo) nas partes, de que deve constar o todo de uma história, ou já pelos preceitos aprendidos com indagação nos Túlios, Políbios, Agripas, Tácitos, Deodoros, Nicetos, Gélios, Mascardos, e Menes, que foram os Mestres dela; ou já pelos acertos observados com diligência em Heródoto, Josefo, Lívio, Salústio, Tucídides, Cúrcio, Patérculo, Floro,[2] Catalino, Estrada,[3] Bentivolio,[4] Guichiardino,[5] Barros, Mariana, Mendonça, Fuen Maior, Freire, Faria, que são os que com mais felicidade a escreveram, tinha já a minha pena, senão voado (que as asas dos pobres não voam).

ingenio poteram superas uolitare per arces, me nisi paupertas inuida depprimeret.[6]

discorrido largo espaço pelo campo do papel, senão quando na conferência passada me instruí em que mais havemos de descrever umas dissertações históricas, que uma história já disputada (porque dos propriamente historiadores é só obrigação narrar, e apenas refletir, sem a pensão de questionar) e assim variei de sistema e mudei de bastidor, trocando o estilo, e alterando a frase; mas nem por isso decresceu a minha confusão, antes sem dúvida se aumentou a minha perplexidade; porque vendo que hei de tratar uma matéria eclesiástica, ainda não bem digerida, principiada, e prosseguida pela longa diuturnidade de duzentos e vinte e quatro anos; que tantos tem corrido do descobrimento do Brasil até a presente era, sem mais Luz que a de poucos Livros impressos, que sem individuação a tratam, e sem mais norte que o de suscitas [sic] memórias manuscritas, que só genericamente a tocam, nem enleado o juízo acerta a ser Teseu deste Labirinto, nem vacilante o discurso atina em se mostrar Alexandre deste laço. [...] quantas histórias se não têm retardado, quantas composições se não têm omitido por falta de notícias: Sei eu que Cornélio Alápide,[7] aquele insigne expositor das escrituras deixou de comentar os Salmos esperando que saísse a história de Papebróquio, para com os seus exemplos corroborar as suas interpretações, e por

dizê-lo de uma vez, sei e sabemos todos que os Ilustres Acadêmicos da Real Academia Portuguesa principiando as suas conferências há mais de dois anos, até aqui só tem sabido a luz, com dúvida, perguntas, e aparatos para a sua história; pois se tão grandes homens, sem notícias escritas, não podem compor, como sendo eu tão pequeno sem memórias poderei escrever? Todavia, cobrando forças na própria dificuldade (tanto pode um preceito, quando se sacrifica uma vontade) segundo Anteu, que nas quedas renovava os alentos, ou como a palma, que com o peso mais se levanta – ***nittitur impondus palma, et consurgit in altum – quo magis et premitur hoc magis tollit onus*** – os mesmos tropeços, que enleiam o juízo são incentivos, que impelem o desejo de pôr mãos à obra. Para erigi-la unirei os materiais, que se acham dispersos por alguns Livros impressos, e manuscritos, a que não dou menos crédito que aos primeiros, por serem alfaias, que como morgado herdei dos antigos Avós, que na guerra, e na paz ocuparam os primeiros lugares desta República.

[...] Esta será a ordem, e matéria da história; mas como não há matéria sem forma, terá esta forma a mesma história. Nas matérias controversas primeiro proporei as opiniões contrárias, ou as razões opostas, e depois estabelecerei as próprias conclusões: nos sucessos líquidos só se ouvirá a narração: o estilo variará ao compasso dos assuntos; o narratório para referir, o oratório para falar, o altíloquo para descrever. O primeiro será chão, e cheio, com palavras mais significativas, que pomposas, porque sempre tive por inúteis as que superabundam a expressão do conceito; o segundo mais ativo, ou com expressões mais vivas, como para persuadir; o último mais levantado, ou com visos de poético (dentro porém da sua esfera) como quem pinta, porque se a pintura é como a poesia = ***ut pictura poesis erit*** = pelo que retrata, porque não será a perspectiva histórica como a poesia, pelo que expressa? Se contudo errar a estrada Real dos acertos, mostrarei que não ignoro o desvio dos erros; e em tudo aceitarei qualquer advertência, que se me fizer, que hei de abraçar como desengano, assim dos sapientíssimos Mestres; que me presidem, como de qualquer curioso, que se resolva a me advertir, porque reconhecendo a minha insuficiência de todos desejo

aprender!

Hoje forçosamente havemos de questionar, e suposto, que sem faltar aos preceitos da Retórica campearão mais as normas da dialética, porque temos de auferir e impugnar as diversas opiniões que há acerca dos primeiros povoadores do Brasil, para então estabelecer a nossa resolução. Ouçamos, porém, antes que aos Autores, aos mesmos Índios, que como partes tão interessadas nesta antiguidade, ainda que em causa própria é certo que cada um sabe mais de si que os outros dele. Contam pois os Brasilianos (e vamos resumindo as opiniões) segundo o Padre Vasconcelos, que houve um dilúvio universal, e que dele numa elevada palmeira, que estava num alto monte, com toda a sua família se salvou o seu Pai, que entre nós soa Profeta, e que dali outra vez começou a povoar o que hoje chamamos Brasil[8] com pouca diferença referem os da Nova Espanha, conforme o Padre José da Costa, que depois de desalagado o mundo sábio de uma grande Lagoa, dita Titicaca, um prodigioso homem chamado Viracocha, o qual primeiro viveu em Tiaguanaco, onde para prova do seu sonho mostram ainda hoje espalhados fragmentos de suntuosos edifícios, e que dali passando a Cusco, fora o primitivo propagador da espécie humana naquelas partes. Outros por outro caminho até desenterraram mortos, por dar origem aos vivos, porque dizem que de uma cova subterrânea, onde se refugiaram em Pacaritampo, serenado o dilúvio, subiram por uma janela algumas pessoas, e que destas teve princípio a propagação dos homens.[9] Antônio de Herrera Cronista geral das Índias,[10] depois de tocar estas opiniões no tomo terceiro, **década** quinta, página setenta e sete, escreve de outros, que afirmam escaparam da inundação da chuva universal numa balsa seis homens (esqueceram-se das mulheres) e livres da água principiaram a cultivar a terra, e que destes procedem os Tambos, os Ingas, que blasonam de primeiros propagadores do gênero humano, contenda, que já disputaram entre si os Cilhas, Egípcios, e Etíopes, como o traz Deodoro Sículo no Livro primeiro, e Justino no segundo.[11] O Padre Afonso d'Ovale na sua ***história de Chile*** refere que entre os Chilenses, e os de Quito, é tradição constante, que nas concavidades dos montes livraram os primeiros povoadores daquele mundo submergido no castigo do dilúvio.[12] Mas

tudo isto são patranhas, porque contra todas estas fábulas está a verdade infalível do texto sagrado, que nos ensina que do dilúvio só escapou Noé com oito pessoas da sua família, por isso opinam os Autores alegados que o dilúvio, de que falam os referidos Índios, não foi o universal, mas algum particular como o de Deucalião, ou outro semelhante, desculpando-os contudo de fabulizarem tanto, porque nem tem tomos, nem conservam arquivos em que depositem memórias, e as verdades duram menos nas tradições, que nas estampas.

Suposto pois, como indubitável, que dos três filhos de Noé, Cem, Javé, e Chão, povoadores das três partes do mundo, teve origem a povoação desta quarta parte, ou mundo novo, passaremos a referir as opiniões dos Autores com pouco fundamento para estabelecermos a própria com alguma probabilidade. Toda a dúvida nesta matéria procede de se não saber com certeza se é a América Ilha, se continente [...].

Estas e outras opiniões, que referem os escritores Americanos, tendo para si que passaram aqueles primeiros povoadores por mar, tenho por apócrifas, e mais me parecem escritas com desejo de ostentar erudição, que fundadas no estudo de indagar a verdade, porque, além da sua tenuidade, encontro nelas duas objeções, que quanto à mim não tem resposta. A primeira é que todas aquelas navegações dos antigos, como já insinuamos, eram à vista das praias, costeando as terras em pequenas embarcações e as dos Índios não passavam de canoas, jangadas, e piriguás (o que bem certificaram na admiração e pasmo com que a primeira vez olharam a grandeza das nossas Naus) todas de remo, como também o adverte o texto sagrado quando referindo o naufrágio de Jonas diz que os marinheiros à força de remo buscaram terra; mas como se engolfariam no Oceano aqueles a quem faltava o uso de agulha de marcar, que foi achada no ano de 1310, por Flávio Almafitano, natural de Almafi Cidade de Nápoles; como tomariam o Sol sem o Astrolábio, que encontraram os Portugueses no de 1497, sem balistilha, e sem quadrante, que ainda então se não navegavam [...].

A segunda objeção, não menos indissolúvel que a primeira, é que concedido viessem esses primeiros povoadores, como querem os que

o afirmam, como passariam com eles os animais ferozes, e serpentes venenosas; como viriam as onças verdadeiras, as sussuarunas, os caitatus, os papaméis, os surucucus, as caninanas, as jararacas, e outros semelhantes, de que abunda a Região Brasílica, porque é sem dúvida que todo o animal, que se não engendra de putrefação, dos animais que escaparam na Arca trouxe a sua origem: evidentemente se comprova esta verdade com a experiência, porque no descobrimento das Ilhas Americanas se observou que nas mais apartadas da terra firme nem se viam aquelas feras, nem se encontravam aquelas bichas.

[...] Mas todas estas conjecturas, todas estas verossimilidades, parece que passaram a evidências, depois que positivamente se explorou o célebre Estreito de Antão. [...] Desta Região pois do mundo habitada dos descendentes de Sem, Ofir, e Hélvia filhos de Satã passaram a América a serem os seus primeiros povoadores, sendo que outros querem fosse Icão, ou Icônio insigne Astrólogo filho de Noé, porque povoando (como dissemos) seus irmãos, Sem Ásia, Caim África, e Europa Jafé, verossímel é que ele passasse a povoar a América, convidado de beneficência do seu Clima, a cujo conhecimento o poderia levar a especulação da sua Ciência.

Mas, ou fossem uns, ou fosse outro, a opinião mais provável, ou ao menos a que eu mais aprovo é, que estes descendentes de Noé da referida parte pelo mencionado estreito vieram a ser os primeiros povoadores da nova Espanha, e consequentemente do Brasil, porque em pequenas balsas, canoas, ou jangadas, e ainda com sofríveis nados, em que são incansáveis os Índios, em tão breve distância, não só os homens poderiam pôr em efeito o seu desejo, mas ainda os animais em execução o seu intento; e transferidos daquela a esta parte do mundo, com facilidade se foram difundindo, e espalhando pelo mais continente da América. Da largura do estreito é Autor Gerardo Mercator na sua descrição do mundo, a quem seguem vários, verídicos, e modernos escritores, e o demonstraram os Mapas, e Tábuas geográficas, que se podem ver. E assim fica concluído, ou ao menos mais provável, com os Autores à margem citados, quem foram, e donde vieram os primeiros habitadores do Brasil, depois que a serenidade das águas do dilúvio convidou as

gentes a povoar o desabitado das terras.

Antes que entremos a históriar a primitiva fundação dos Templos, que no Brasil se edificaram, razão será estabelecer com fundamento o princípio das Luzes Evangélicas, que na América resplandeceram, inquirindo quando passou a fé de Cristo aos Brasilianos, como o expusemos no Antilóquio destas dissertações. Da presente é objeto se veio São Tomé ao Brasil, questão que havemos hoje disputar: seguimos a parte afirmativa, fundados nas tradições, que explicam os indícios; nos Autores, que afirmam; nos textos, que o provam; e nas razões, ou na razão, que a confirmam: por esta ordem, como costumo, iremos historiando, e respondendo as dúvidas, ou incredulidades, da parte contrária.

É comum a tradição entre os Índios Brasilianos, derivada sucessiva e constantemente de Pais a filhos, que ao Brasil passou este Apóstolo a promulgar a Lei Evangélica, referindo que de seus primeiros progenitores receberam que um homem branco, barbado, e vestido, por nome Tomé andara entre eles ensinando-lhes o verdadeiro caminho do Céu, mas que deles não fora admitido, antes de sorte impugnado, que em certa ocasião de importunados (sugeridos do demônio foi sem dúvida) lhe quiseram tirar a vida, sem mais culpa que pregar-lhes a imortalidade da alma; esta asseveração confirmam, ou pretendem confirmar com as pegadas ditas de São Tomé, que no sítio, que chamam Toque-toque, três léguas distante desta Cidade (porque principiemos pela parte mais próxima a ela) se vêem expressamente entalhadas numa pedra na fralda de um monte, de sorte que afirmam que, vindo o Santo fugindo à fúria dos Bárbaros, ali imprimiu as plantas, e entrou no mar [...].

Também não é desatendível a tradição constante, que há entre os nossos Índios de que foi São Tomé o que lhes ensinou a cultivar, e beneficiar a mandioca, que é o trigo do Brasil. É certo que ninguém nasceu sabendo, por isso a todos os inventos achamos Autores. [...] Os primeiros povoadores do Brasil é sem questão que não trouxeram da Tartária à América aquela invenção, porque não consta, que lá se plantasse manaíba, parece logo concludente que na América a aprenderam os Índios; dizer que a necessidade os instruiu é muito provável, porque a perfeição, e arte, com que os nosso primeiros

descobridores acharam que fabricavam aqueles Índios tantas diferenças de farinha quantas deles aprenderam, parece que não cabe na esfera do pouco discurso, que mostravam para as inventar; e coincide esta tradição com a que afirma (como adiante veremos) que o Santo não só os instruiu no caminho de salvar, mas também no modo de viver.

[...] Nem se julgue menos acreditava a verdade das tradições quando concorrem as circunstâncias necessárias, e conducentes para ela. De outra sorte deixaríamos de crer tudo o que não está escrito só porque não está escrito, ou seria falso tudo o que só escutamos dos acontecimentos humanos; e se nem a Igreja se pode reger sem tradições, como duvidaremos absolutamente do que ouvimos, só porque o não lemos: também nas memórias se imprimem os sucessos, donde nem todos se transferem as estampas, e muito menos poderiam passar da reminiscência ao papel casos, que sucederam entre Nações, que totalmente ignoravam os primeiros princípios de ler e escrever.

[...] Temos concluído, se não me engano, como prometemos, por razões, textos, Autores, e tradições que ao Brasil passou São Tomé. Se houver porém algum escrupuloso, que ainda o duvide, eu me contento com que não seja mais incrédulo do que foi o mesmo Santo. São Tomé resolveu-se a crer depois que viu, quem não quiser duvidar da nossa resolução tenha a curiosidade de ver (como dizíamos) os prodígios, que inculcamos, que logo dará crédito ao que escrevemos.

---

[1] In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971, p. 224-229, 249-255, 257-269. Vol. I. Tomo 5.

[2] Floro, historiador romano que viveu na passagem do século I para o século II d.C., foi autor de uma epítome da história de Tito Lívio (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[3] Famiano Strada (1572-1649), jesuíta, historiador e escritor italiano (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[4] Guido Bentivoglio (1579-1644), historiador, estadista e cardeal italiano, foi autor de obras sobre as guerras nos Países Baixos contra o domínio espanhol (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[5] Francesco Guicciardini (1483-1540), historiador e estadista florentino, é autor, entre outros, da *Storia d'Italia*, obra considerada pioneira pelo uso de documentos dos arquivos da

cidade de Florença (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[6] “Com meu genho poderia superar os mais altos montes se a invejosa pobreza não me puxasse para baixo”, trata-se do emblema 121 do livro de Andrea Alciato (1492-1550), jurista e escritor italiano (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[7] Cornelio a Lapide (1567-1637), de origem flamenga, escreveu comentários a quase todos os livros da Bíblia, sendo uma das autoridades no assunto no século XVII (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[8] Simão de Vasconcelos, *Notícias curiosas, e necessárias das coisas do Brasil*, livro I, § 75 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[9] José de Acosta, *História General y Moral de las Indias*, livro I, capítulo 25 (NE) (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[10] Antonio de Herrera y Tordesillas (1559-1625), historiador espanhol, foi cronista-mor de Castela e cronista das Índias, entre suas obras destaca-se a *História general de los hechos de los castellanos en las Islas y Tierra firme del mar Oceano*, também conhecida por *Décadas*, publicada entre 1601 e 1615 (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[11] Diodoro Sículo, historiador grego do século I a.C., autor de uma coletânea intitulada *Bibliotheca Historica*, cujos primeiros livros tratam das mitologias dos povos não helênicos; Justino, historiador romano dos séculos III ou IV d.C. (Nota de Pedro Telles da Silveira).

[12] Alonso de Ovalle, *Historica relación del Reyno de Chile*, livro III, capítulo I (Nota de Pedro Telles da Silveira).

ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS
(1759)

APRESENTAÇÃO
Iris Kantor

Procurando emular as relações trágico-marítimas, tão em voga nos séculos XVI e XVII, o conselheiro ultramarino José Mascarenhas Pacheco de Mello (1720-1789) descreveu os incontáveis padecimentos experimentados nos 86 dias de travessia oceânica entre Lisboa e Salvador. Uma tempestade em alto-mar, a morte de passageiros e tripulantes e, finalmente, a penitência pública pelos abusos cometidos na repressão aos motins populares na cidade do Porto em 1757, foram objeto de seu discurso inaugural aos membros da Academia Brasílica, instituída oficialmente na cidade de Salvador, na data do aniversário de D. José I, em 6 de junho de 1759.[1]

O conselheiro ultramarino desembarcou em Salvador, no dia 27 de agosto de 1758, com a precípua, ainda que secreta, incumbência de acompanhar a expulsão e confisco dos bens dos Jesuítas e, ao mesmo tempo, implementar o Diretório dos Índios, vale dizer, executar a transferência do controle dos aldeamentos indígenas das mãos dos missionários às mãos de párocos colados e administradores civis (KANTOR, 2004).

Já nos primeiros dias, José Mascarenhas reuniu-se com o arcebispo primaz de Salvador, D. José Botelho de Matos, e com o governador D. Marcos Noronha de Brito – cujo mandato na capital baiana chegava ao fim, após quinze anos de experiência nos governos das capitanias de Pernambuco, Goiás e Bahia – para dar curso às instruções do ministro Sebastião José. E, feitas essas primeiras audiências, saiu em viagem pelo Recôncavo, onde pretendia tomar conhecimento da situação econômica da Capitania, especialmente dos engenhos e dos aldeamentos indígenas controlados pelos jesuítas. Um mês depois, redigiu um minucioso interrogatório que deveria ser respondido pelos missionários, sob a coordenação dos sócios da futura academia

e, mais especialmente, pelos seus membros eclesiásticos, assim pelo menos justificou seu empreendimento intelectual.

A iniciativa de criar uma Academia partiu dele, embora contasse com algum apoio da elite soteropolitana, cuja expectativa de ver restaurada a Academia Brasílica dos Esquecidos, fundada 35 anos antes, em 1724 (pelo então governador e vice-rei Vasco Fernandes Cesar e Menezes, IV Conde de Sabugosa), era premente. A formação da nova Academia, com estatutos próprios, biblioteca pública, projeto editorial ousado em língua portuguesa e latina, nos convida a refletir sobre o significado dessa experiência intelectual, ainda que efêmera.

O conselheiro José Mascarenhas foi um homem do seu século, cosmopolita e bem informado, referia-se ao o discurso de Rousseau na academia de Dijon para defender as virtudes civilizadoras do comércio e da educação. Quando chegara a Salvador, já tinha assento nas principais academias do Reino (Ocultos, Academia Real de História Portuguesa, Pontifícia Litúrgica de Coimbra); como também em diversas espanholas, entre as quais, a Real Academia de História de Madri e a famosa Academia de Geografia de Valladolid. Na Real Academia da Espanha chegou a apresentar uma dissertação sobre o terremoto de Lisboa. Suas conexões com importantes personalidades do iluminismo peninsular explicam a presença de quatro espanhóis no catálogo de sócios dos Renascidos: Agustin Montiano y Luyando, Juan Santander, Fernando Velasco, Miguel de Medina Y Flores.

Mascarenhas requisitou aos sócios castelhanos que dissertassem sobre a situação dos indígenas na América Espanhola. De fato, alguns deles também tinham sido incumbidos pela Real Academia de la Historia (Madri) de escrever uma História da América Hispânica. A academia baiana designou Miguel de Medina y Flores para dissertar sobre as qualidades intelectuais dos índios do Brasil em comparação com as populações nativas das Índias de Castela. O tema, como se poderá imaginar, não era gratuito, mas, pelo contrário, evocava uma discussão sobre a política indigenista pombalina – ou seja, o debate sobre a adoção de um novo modelo aculturação civil da mão de obra indígena (KANTOR, 2004, parte II).

Provavelmente ciente das dificuldades que teria de enfrentar para

cumprir as instruções secretas recebidas das mãos do Secretário de Estado Sebastião José, o conselheiro convocou os homens de letras da Capitania para um novo tipo de empreendimento, procurando associar sua crença otimista no *progresso da civilização* com a razão de Estado pombalina. Neste caso, além de escrever a história universal da América portuguesa, caberia aos acadêmicos brasílicos atuar como mediadores junto às lideranças indígenas, obtendo informações estratégicas sobre o governo daqueles povos: "é justo que a mandarem-se pessoas de tão escolhida capacidade, fiquemos com específica notícia do estado em que se acham aqueles sertões para se poder informar a Sua Majestade, e ao menos será útil para a História da América".[2]

Além da publicação de um vasto conjunto de obras sobre a História civil, eclesiástica, natural e geográfica da América portuguesa, os acadêmicos se dispunham a organizar uma Biblioteca Brasílica – à maneira da Biblioteca Lusitana de Diogo Barbosa Machado – em língua portuguesa, "incluindo todos os autores naturais do Brasil e todos os que escreverem na nossa América ainda que não fossem naturais da mesma e os que *ex professo* (com perfeição) se escreverem da América em qualquer parte do mundo ou as suas obras se acham impressas ou manuscritas".[3]

A linguagem dos Estatutos evoca a cultura política das Luzes, cabia aos acadêmicos servirem à *pátria* no sentido amplo que o termo foi adquirindo na segunda metade do século XVIII. Na condição de súditos do império português, chamavam a atenção para a importância de escrever a "história universal de toda a *nossa* América". Consideravam tarefa premente perpetuar a memória dos vassalos mais beneméritos, sepultada pelo "ócio dos eruditos". Assim, por intermédio do "mútuo comércio e comunicação" prognosticavam a habilitação dos seus membros para os primeiros empregos que "sem exercício semelhante seriam totalmente inúteis à Pátria, e talvez que infelizmente contados entre o número daqueles a quem os romanos chamaram de proletários".[4]

Os acadêmicos desejavam constituir um centro de formação e se ofereciam a "responder a todas as dúvidas que lhes quisessem propor qualquer pessoa, e em qualquer matéria desde que fosse

pessoalmente ou por escrito".[5] Ao contrário das academias seiscentistas e da prática adotada pelos membros da Academia dos Esquecidos em 1724, os Renascidos não designaram codinomes, preferindo que os seus membros apresentassem textos autorais. Alertavam aos colaboradores que não seriam admitidas cartas anônimas. Tinham a clara expectativa de constituir um corpo acadêmico representativo de todas as capitanias americanas, afirmavam que: "seria preciso que todas as nações por que se estendia aquele famoso Império cultivassem as Ciências, e por consequência as virtudes. Era necessário que os indivíduos de cada província dominada fossem todos sábios; porque só esse é o caso em que se pode ser primeiro entre os primos".[6]

Para preparação dos estatutos foram realizadas pelo menos duas sessões, a primeira realizada na casa do conselheiro, onde estiveram presentes 37 membros convidados, e uma segunda rodada na qual o conselheiro esteve ausente. Yedda Dias Lima, observa que os Estatutos foram escritos em duas etapas distintas: primeiramente foram redigidos do parágrafo 1 ao 20, contendo 61; ao qual se acrescentaram posteriormente os parágrafos 21 ao 24, itens 62 a 65. Segundo a estudiosa, a parte inicial foi composta por José Mascarenhas, conforme consta na listagem intitulada "Distribuição dos Empregos" e vem assinada por ele, como diretor, pelos censores e pelo secretário; a adição, provavelmente, foi redigida pelo primeiro censor e vice-diretor João Borges de Barros e é por este assinada, juntamente com os outros membros da mesa censória. Os estatutos apresentam-se divididos em três partes: introdução, organização da instituição e uma parte final, em que se definem as obrigações dos membros e se roga a confirmação do poder régio (LIMA, 1980, p. 56 *et seq.*; LAMEGO, 1923; TALHE, 1964).

Aqui, apresentamos um extrato transcrito de uma das quatro cópias autênticas dos Estatutos da Academia Brasílica dos Renascidos localizado até o momento, e que integra o códice do Conde dos Arcos, pertencentes ao Arquivo da Universidade de Coimbra, onde consta o caderno das sessões acadêmicas anotadas pelo sócio José Lopes Ferreira, comerciante que atuava na Mesa de Inspeção do Tabaco (KANTOR, 2004, p. 135-137).

O programa historiográfico proposto pelos Renascidos estava orientado para a composição de memórias históricas, ou seja, para elaboração daquilo que, nos termos contemporâneos, poderíamos designar de instrumentos de pesquisa ou dissertações críticas. Segundo a concepção da época, tais memórias eram essencialmente uma compilação documental ou mesmo resumos informativos: constituíam arrolamentos ou "aparatos críticos" em formato de catálogos de autoridades (bispos e governadores), mapas de rendimentos (contratos, dízimos e soldos), tabuadas cronológicas, cartas geográficas, desenhos de vilas e edificações, repertórios genealógicos, legislativos e bibliográficos. Toda essa variedade de gêneros textuais pode ser designada de *memória*, reiterando que os Renascidos faziam clara distinção entre a narração histórica propriamente dita e a preparação das memórias. Estas últimas deveriam ser submetidas ao escrutínio dos demais acadêmicos. Por intermédio da validação recíproca dos resultados obtidos nas investigações, fazia-se a passagem da glosa à crítica, e desta para narração histórica (MOTA, 2003, p. 53-76).

Segundo as orientações dos estatutos, somente os membros mais "eloquentes e conspícuos" seriam eleitos para tarefa de escrever a História Latina.[7] Subdividindo as capitanias em pequenos distritos, os acadêmicos repartiram as tarefas entre um ou mais sócios provinciais, de forma que pudessem averiguar localmente os "pontos duvidosos" e "individuar os fatos". Ao historiador cabia "saber todos os fatos e opiniões para escolher a melhor". Considerava-se oportuno ter correspondentes em Portugal e fora do Reino, também queriam garantir a participação dos sócios correspondentes em cada uma das regiões americanas: "e será útil que haja ao menos dois destes sócios em cada um dos bispados da América".[8] O secretário dos Renascidos advertia que os sócios não descuidassem de "comunicar-se entre si de palavra ou por escrito" para que algum dos membros numerários pudesse informar o andamento das investigações. Os numerários estavam obrigados a enviar suas "contas de estudo" a cada três meses e os supranumerários, ao menos uma vez por ano.

Eram 40 as vagas para os sócios numerários, mas não havia limitações para incorporação de supranumerários ou membros

correspondentes. A partir dos diversos catálogos dos acadêmicos renascidos, podemos contabilizar um número total de 142 acadêmicos (cerca de 40 numerários e 102 supranumerários). O estatuto recomendava que as *provisões* acadêmicas deveriam ser distribuídas com muita parcimônia: "e este honrado título não se dará às pessoas que se suspeite o querem somente honorário; mas sim com muita parcimônia e madura reflexão, e somente a aquelas que se julgar verdadeiramente aplicadas, e querem empregar-se nas fadigas literárias a que se sujeitam todos colegas desta nobilíssima sociedade".[9] Como se vê, uma cultura tendente à valorização do mérito intelectual passava a ser apreciada no âmbito acadêmico (MELLO E SOUZA, 1964, p. 85-88).

Somente os que residissem em Salvador poderiam ser eleitos para os cargos de numerários, e tanto os sócios numerários como os supranumerários que morassem na cidade da Bahia eram obrigados a participar de todas as sessões.[10] Porém, apenas os sócios numerários tinham direito de votar em assuntos relativos ao "governo econômico", assim como o de serem eleitos aos cargos da mesa censória: diretor, quatro censores, secretário, vice-secretário, pró-secretário ou chanceler.[11]

No que toca à estruturação dos cargos, o perfil dos Renascidos distanciava-se de sua congênere portuguesa: a atribuição vitalícia do cargo de diretor a José Mascarenhas, por exemplo, era uma novidade em relação à Academia Real de História Portuguesa. Nesse aspecto, os Renascidos estão mais próximos do modelo espanhol, em que também havia um diretor perpétuo. Na Academia Real de História Portuguesa, apenas o cargo executivo de secretário era vitalício. Já entre os Renascidos, nota-se a multiplicação de cargos de secretaria – como os de pró-chanceler e vice-secretário –, o que evidencia uma diferenciação em relação à congênere portuguesa. Em tese, na Academia Real, a paridade entre os membros estava assegurada por um esquema de rodízio a cada sessão entre o diretor e os demais censores. Na Academia dos Renascidos, a opção tinha sido por um diretor perpétuo, eleito por aclamação pública. Na ausência do diretor, ele podia ser substituído pelo vice-diretor, o primeiro censor, o texto dos estatutos definia porém: "ausentando-se de todo do Brasil

se fará sempre um vice-diretor com os mesmos poderes além dos quatro censores, e tudo o que se resolver na Academia se há de participar ao diretor perpétuo, esteja ele na América ou na Europa”.[12]

A escrita coletiva e institucionalizada da História requeria a produção de consensos, aspecto, aliás, previsto nos estatutos dos Renascidos. Segundo a boa regra acadêmica, nenhum sócio poderia afirmar sua opinião em matérias controvertidas antes que o congresso elegesse aqueles que apresentariam as dissertações nessas matérias. Assim, antes de tudo, era necessário um parecer coletivo sobre a opinião considerada mais provável. Da mesma forma, os sócios que quisessem propor emendas ou questionar o trabalho dos colegas deveriam fazê-lo por escrito, não sendo permitida a “pueril vaidade” de divulgar em público os defeitos dos colegas. A justificativa era de que somente a “união dos estudos” fortaleceria o corpo acadêmico: “que cada um tem grande parte no descrédito de qualquer dos seus companheiros”.[13]

Os sócios também não poderiam furtar-se a executar as tarefas atribuídas pela mesa censória, a atitude era julgada indigna do status acadêmico e seria considerada como falta de “interesse e mútua sinceridade”. Caso o acadêmico não pudesse enviar os originais, um colega deveria informar o congresso sobre o conteúdo da referida obra. Depois de impresso, os acadêmicos estavam obrigados a enviar um exemplar à Secretaria e aos membros da Mesa Censória.

Um aspecto que merece destaque nos estatutos é a predisposição da Academia em financiar a impressão de suas obras, todas elas dedicadas expressamente a Sua Majestade Real; cada acadêmico receberia ao menos um exemplar e os membros da mesa, dois exemplares. Também se ofereceriam dois exemplares ao vice-rei e ao governador general. Os demais exemplares seriam dados aos autores sem ônus. A nenhum sócio (numerário ou supranumerário) era permitido imprimir obras por conta própria, sem que as mesmas fossem aprovadas pelos censores. Aqueles que transgredissem as “leis acadêmicas” de boa conduta eram considerados indignos e poderiam, eventualmente, ser riscados do catálogo dos acadêmicos, como aliás aconteceu com o médico José Felix de Moraes.[14]

Em junta particular (de censores e diretor) decidia-se a pauta das

sessões e emitiam-se (por pluralidade de votos) os pareceres (ou censuras) sobre as obras, dissertações e mais “papéis” enviados à Academia. As resoluções tomadas deviam ser lavradas nos livros com força de “lei acadêmica”. Nas conferências em que se examinavam as dissertações dos colegas não se admitiam pessoas estranhas.[15] Nas sessões públicas (comemoração de natalícios, casamentos ou exéquias reais) deviam ser formalmente convidados o arcebispo e o vice-rei. Parece significativo que a Academia definisse o seu “público”, constituído por um grupo fechado de interlocutores especialistas, os quais deviam praticar o “mútuo comércio dos seus eruditos”.

O mundo sem fronteiras das academias eruditas reconhecia os valores do mérito intelectual, muito embora o prestígio de um membro na “República das Letras” nem sempre (ou mesmo raramente) prevalecesse nas outras esferas da vida pública. Na Academia Brasílica dos Renascidos as apresentações públicas das dissertações, por exemplo, deveriam seguir a ordem alfabética; da mesma forma não havia lugares reservados aos sócios.[16] Também merece destaque o fato de que, ao contrário da Academia Real de História Portuguesa, as academias brasílicas estivessem abertas à incorporação da produção literária (principalmente em poesia) de autores que inclusive não pertenciam aos seus quadros (MELLO E SOUZA, 1964, p. 85-88).

Os estatutos não fazem menção à censura inquisitorial, é bem provável que os Renascidos reivindicassem as prerrogativas semelhantes aos acadêmicos régios, os quais estavam isentos da censura do Desembargo do Paço e do Santo Ofício. Conforme Isabel Ferreira da Mota, a Academia Real de História Portuguesa inaugurou um novo campo cultural no Reino, uma vez que não precisava submeter suas obras a uma censura exterior à própria instituição (MOTA, 2003, p 48-52).

Pela leitura dos Estatutos, não resta dúvida de que alimentavam franca expectativa de imprimir suas obras, são diversas as passagens onde o projeto editorial é explicitado. No caderno de anotações das sessões acadêmicas de José Lopes Ferreira, encontramos um registro dos seus exercícios poéticos que evidencia essa expectativa, ainda

que frustrada:

> Tempo vira que as imprensas
> Sem poder aturar tanto,
> As vossas obras imprimam
> Pelouros do parnaso.
> Pendurem-se os instrumentos
> Nos cedros e nos carvalhos
> Emblemas da duração
> Da permanência e traslados.
> Algum dia a vossas Liras
> Os acordes bem tocados
> Farão abrandar as Fúrias
> Atrairão os penhascos.[17]

Ainda que prevalecessem afinidades com os modelos culturais das elites dirigentes do Reino, o programa historiográfico dos acadêmicos renascidos revela uma inflexão importante na sensibilidade e cultura intelectual dos portugueses americanos. Na agenda de conferências públicas destacam-se temas concernentes ao governo civil, eclesiástico, militar e econômico da América, sem excluir os territórios da margem africana do Atlântico.

Na perspectiva dos seus fundadores, a Academia deveria vocalizar as demandas políticas das elites americanas, ao menos era essa a promessa feita pelo conselheiro José Mascarenhas. Todavia, como sabemos, essa iniciativa não chegou a receber o integral aval do vice-rei Conde dos Arcos (D. Marcos Noronha de Brito), tampouco do arcebispo primaz. E, de fato, seis meses após a sessão de inauguração, José Mascarenhas era preso e remetido para a fortaleza de Anhatomirim em Santa Catarina, onde permaneceria por 14 anos, acompanhado de sua livraria particular, seis escravos e um criado francês.

Enfim, para entender o fracasso do empreendimento acadêmico é preciso levar em conta a conjuntura geopolítica. O conselheiro Mascarenhas foi acusado de dupla traição ou crime de lesa-majestade. Contra ele, pesaram as relações mantidas com o jesuíta espanhol que havia publicado uma defesa da guerra guaranítica

utilizando documentação basicamente portuguesa, o padre Francisco Islã. Igualmente suspeito foi o seu contato com um capitão-tenente da Armada Real francesa ancorada no porto da Bahia: Mrs. Disiers. Mascarenhas convidou o militar francês para ser sócio da Academia, referindo-se ao fato de que este era sócio da Academia de Brest. O vice-rei o acusou de colaborar com os franceses, lembrando que, na conjuntura da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Portugal permaneceu aliado da Inglaterra contra a França e a Espanha. D. Marcos Noronha de Brito também estranhou seu pedido de financiamento ao negreiro Joaquim Inácio da Cruz e à provedoria da Fazenda Real para garantir o abastecimento da esquadra francesa.

De modo que o programa acadêmico tornava-se demasiadamente ameaçador naquela conjuntura de instabilidade do quadro de alianças internacionais marcada pela Guerra dos Sete Anos (1756-1763). A crescente ameaça de uma invasão francesa e a crise que levou à revogação do Tratado de Madri (em 1761 – Tratado do Pardo) pareciam colocar em risco a soberania lusa no Atlântico Sul (MACEDO, s/d., p. 274-294; BICALHO, 2003, p. 69-80). Na perspectiva do consultado pombalino, a existência de uma Academia sediada na América também poderia fragilizar a soberania interna, na medida em que as lealdades políticas podiam ser vazadas pela circulação de informações estratégicas. A existência de uma academia, vocacionada para acumulação de conhecimento, presente e pretérito, sobre o território e sua população, parecia ser incompatível com a conservação do império ultramarino.

Entretanto, convém entender o fracasso acadêmico também a partir de um outro ângulo. Se é plausível que a Academia ameaçava o monopólio de circulação das informações, nem por isso podemos inferir que os segmentos sociais envolvidos no empreendimento acadêmico estivessem opondo-se às medidas de encerramento da Academia, apesar dos ecos de descontentamento, como foi o caso do comerciante José Lopes Ferreira. Na década de 1760, alguns membros da Academia vieram a ocupar importantes cargos na administração imperial, enraizando definitivamente seus interesses na gestão do comércio negreiro.

A existência de uma academia com tal feição em solo americano

criava uma contradição inescapável, pois a longo prazo implicaria ampliar o acesso dos segmentos mestiços aos quadros administrativos imperiais. Portanto, a melhor alternativa para socialização e reprodução das elites americanas continuava sendo Coimbra ou Lisboa. Esse quadro só mudaria definitivamente com instalação da corte portuguesa no Brasil. A historiografia produzida no período colonial constituiu-se sob esse duplo desígnio: o de afirmar os modelos culturais europeus e, ao mesmo tempo, demarcar a diferença americana, por meio da idealização do indígena e da exaltação eufórica da paisagem natural.

REFERÊNCIAS

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império*: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos*: historiografia acadêmica luso-americana – 1724-1759. São Paulo; Salvador: Hucitec; Centro de Estudos Baianos, 2004.

LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazilica dos Renascidos*: sua fundação e trabalhos inéditos. Paris; Bruxelas: L'edition d'art Gaudio, 1923.

LIMA, Yedda Dias. *A Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos*: fontes e textos. 1980. 316p. Tese. (Doutorado em Literatura Brasileira) –Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa*. Lisboa: IDN, s/d.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. São Paulo: Martins, 1964.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História*: os intelectuais, o poder cultural. Coimbra: Minerva, 2003.

SILVA, Manoel Teles da. *História da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa Ocidental: Oficina Joseph Antonio da Sylva, 1727.

TALHÉ, Regina Duarte. *A Academia Brasílica dos Renascidos da Baía*: sua importância histórico cultural, 2 volumes, doutoramento na Universidade Clássica de Lisboa, 1964.

---

[1] O conselheiro José Mascarenhas assistiu seu pai, o desembargador João Pacheco Pereira de Vasconcelos, durante a repressão aos motins populares contra o estabelecimento da Companhia Geral de Agricultura e das Vinhas do Alto Douro. Foram sete sentenciados à pena capital, enforcados ou decapitados no dia 14 de outubro de 1757, cujas cabeças foram colocadas nos patíbulos e os corpos expostos em diferentes partes da cidade.

[2] Transcrição completa do inquérito: KANTOR, 2004, p. 251-255. Documento original: Arquivo Histórico Ultramarino: ACL-CU-005, cx. 137, d. 10620. “Parecer do conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello sobre o modo de estabelecimento das aldeias de índios que sua magestade manda erigir em vilas”. Bahia, 27/9/1758.

[3] Cf. Biblioteca Pública Distrital de Évora. *Distribuição dos empregos para os quais a Academia dos Renascidos elegeu por votos conforme depois de repetidas conferências a alguns dos seus sócios*, item 47.

[4] Cf. Biblioteca Nacional de Lisboa, Adição, Item 64. Esse item não consta do códice do Arquivo da Universidade de Coimbra.

[5] Cf. Arquivo da Universidade de Coimbra, Códice Conde dos Arcos: Estatutos da Academia 1759 – Item 8. VI-3a-I-1-39.

[6] Cf. Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice mms 630, fl.38. Referindo-se à expressão de Plínio, o Jovem no Panegírico ao imperador Trajano: “optimus princeps”.

[7] Cf. AUC, Estatutos ABR: Item 2.

[8] Cf. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. 7,4,68. Item 43.

[9] Cf. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ms. 7,4,68. Item 43.

[10] O número de acadêmicos supranumerários na cidade de Salvador não poderia ultrapassar a metade dos acadêmicos numerários (ou seja, 20 membros), mas o número de supranumerários provinciais era ilimitado.

[11] Cf. AUC, Itens 5,6,7.

[12] O sistema adotado pela academia baiana diferenciou-se daquele proposto pela Academia Real de História, onde se alternava o cargo de diretor juntamente com os quatro demais censores que compunham a mesa censória, eleitos todos anualmente, somente o cargo de secretário era perpétuo. BNL. POB Cod. 630, fl. 249v. Vejam-se também os Itens II e III dos Estatutos da Academia Real de História, em SILVA, 1727; Oração Gratulatória de José Mascarenhas, BNL. Cod. 630, fl. 87/87v.

[13] Cf. AUC., Item 8. Op. cit.

[14] BNRJ, op. cit., Itens 18, 41, 53.

[15] BNRJ, op. cit., Item 51.

[16] Cf. BNL, POB. Cód. 630, fls. 4/9.

[17] Cf. AUC. Coleção Conde dos Arcos. Mss. Academia dos Renascidos, fl. 155.

ESTATUTOS DA ACADEMIA BRASÍLICA DOS RENASCIDOS[1] (1759)

ACADEMIA BRASÍLICA DOS ACADÊMICOS RENASCIDOS

TÍTULO
Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos

EMPRESA
Ave FÊNIX com Letra, Multiplicado dies, e várias aves Europeias e Americanas voando em seguimento do mesmo Fênix com esta Letra Claudiano

CONVENIUNI AQUILAE CUNCTAE QUE EX ORBE VOLUCRES UT SOLIS COMITENTUR AVEM

SELO
O mesmo Fênix abrasando-se com Letra: UT VIVAM

PADROEIRAS
Nossa Senhora da Conceição

PROTETOR
El Rei Nosso Senhor El Rei Dom José I

MECENAS
O Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, semelhante a Sr. Colbert, que foi Ministro de Luis XIV.

ADVERTÊNCIA
Podem escrever as obras da Academia em qualquer das cinco Línguas mais polidas da Europa; isto é em Latim, Português, Castelhano, Italiano e Francês.

Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, Estabelecida na cidade de Salvador Bahia de todos os Santos Capital

de toda a América Portuguesa da qual há de escrever a História Universal.

INTRODUÇÃO

Os fiéis vassalos de El Rei Nosso Senhor que habitam nesta Capital dos seus Estados do Brasil aos quais nenhum da Europa poderá exceder na Lealdade e Sentença amor ao seu Soberano, viveram na maior consternação desde que receberam a notícia da perigosa enfermidade de Sua Majestade Fidelíssima até o dia de Sábado de Aleluia quatorze de abril do presente ano em que conseguiu a certeza do perfeito restabelecimento da importantíssima, e preciosa saúde do mesmo Senhor. Fez ainda mais os júbilos nos Corações que os repiques nas Igrejas, e com inumeráveis festas públicas repetidas vezes manifestaram o gosto tinham no peito.

Porém querendo perpetuar na memória para os seus futuros a sua incomparável alegria, alimentada da pureza da sua fidelidade ideavam algum novo modo de dar ao mundo uma prova demonstrativa sinceridade destes obséquios. Lembrando que os Soberanos são Senhores, das vidas, honras e fazendas dos seus Vassalos, e que oferecem-lhe tudo isto, e mais provam sujeição que desafeto. Luzes tem Império nas Suas vontades, que tributá-las é dívida, e nas obséquio, parem que, nos entendimentos nas tem jurisdição a Majestade esta potência somente se sujeita às evidências dos discursos. Os seus obséquios nasçam sempre do merecimento da causa, e são os mais estimáveis porque unicamente obedecem ao império da Razão até a vontade essa pode qualificar-se de livre quando oferece as produções do entendimento.

A este fim se principiaram mutuamente a convidar um grande número de pessoas das mais doutas e egrégias desta Cidade, e reuniram-se em uma junta e erigir um perpétuo padrão da sua alegria do seu afeto a Leal e Amabilíssima lição de Sua Majetade Fidelíssima estabelecendo uma Academia que tinha por principal instituto escrever a História Universal Eclesiástica, e Secular da Portuguesa, e que principie no Feliz dia em que se celebra o Aniversário da nova maior fortuna, dedicando a este sublime objeto as primeiras produções dos Seus engenhos na primeira conferência pública deste

Congresso.

Julgaram que o mesmo Senhor fará maior estimação deste obséquio que de Levantar-lhe em cada praça pública uma estátua Equestre do mais precioso metal. Consideravam que estas são muitas vezes um inútil Simulacro da Vaidade; porém que uma Academia que tomou por empresa escrever a nossa História deste Continente, e tem por obrigação averiguar a verdade podia fazer eterno o Seu agradecimento aos Leais benefícios; Colocando no Templo da Fama a Gloriosa memória das ações de um Rei que pode Ser Protótipo de todos os Príncipes Perfeitos. Animaram-se com a incomparável proteção que a Majestade tem devido as Ciências, as Belas Letras, o prêmio todos os benefícios digno de todos os beneméritos; e a utilidade pública sendo certo que dos Congressos Literários Resultarão a República inexplicáveis utilidades, que só reconhecem com a experiência, e a menção às ações ilustres, perpetuando-se a memória das que obraram os vassalos mais dignos sem esta aplicação, ficarão injustamente sepultadas as maiores façanhas, ou pelo reprovável ócio dos eruditos ou pela ignorância invencível dos vindouros. Sem a História, nem se temeria a infâmia pela facilidade com que podia esquecer nem seria muito estimável a glória de empreender as ações grandes durando pouco tempo a lembrança das heroicidades. Além de que os mesmos Acadêmicos recebem logo com usura a paga da sua aplicação, conseguindo pelo mútuo Comércio de seus eruditos Sócios muito considerável aumento na instrução que podiam esperar de Seus particulares estudos, e habilitando-se nestas literárias conferências para os primeiros empregos muitos homens, que sem exercício semelhante seriam totalmente inúteis a Pátria, e talvez que em felizmente contados entre o número daqueles que os romanos chamam por proletários.

Conservando esse ponto de vista não necessitaria o Congresso demais Leis que o próprio gosto, enquanto durar a união, o estudo, e zelo da religião de que hão de escrever tão admiráveis progressos, a honra da Pátria, e a glória dos Doutos Portugueses Americanos.

Mas por cumprir com as formalidades do costume, e para aplicar mais este meio de fazer perdurável esta ilustre empresa determinarão para o seu Governo os Estatutos seguintes.

1.

Para escrever a História Eclesiástica e Secular Geográfica Natural, Política, e Militar enfim uma História Universal de toda a América Portuguesa com mais brevidade Se dividira este laborioso exercício pelos Acadêmicos que pelas pluralidade de votos forem eleitos para cada uma das Províncias deste Continente: porém antes que se lhes encarregue a desta História que deve Compor-se em Latim, e Sujeitando-se aos preceitos não dá Lugar a Se abrigarem os pontos duvidosos, e a grande individuação com que o historiador deve saber todos fatos, e opiniões para escolher a melhor, se Concluíram as memórias Históricas que se devem imprimir na Língua Portuguesa.

2.

Para as duas memórias se elegeram pelo mesmo modo os Acadêmicos a que se encarregarem; Reservando por hora a outros dos mais eloquentes, e conspícuos, para que depois possam ser eleitos para escrever a História Latina. Para maior facilidade se subdividirão as Províncias em pequenos distritos, e outras vezes que se julgar conveniente se poderão encarregar as Memórias de duas, ou mais Províncias a um só acadêmico, ou dar-se ao eleito um, ou muitos colegas, com quem divida o trabalho da composição, que se lhe destinar. Os pontos duvidosos se lhe irão logo repartindo pelos sócios a voto de toda Academia na forma que forem ocorrendo, para comporem sobre eles. Dissertações e a vista delas se tomam assento no congresso da Opinião que deve seguir-se depois do que se observam a decisão, como Lei Acadêmica. Qualquer Acadêmico ou do número, ou supranumerário que em pontos literários iguais quiser dissertar o podem fazer sobre todos estes a assuntos que se derem no Congresso ainda que não tenha sido dos nomeados. Nenhum dos Escritores achando ponto duvidoso poderá assentar em qual é a mais provável opinião sem primeiro propor o dito ponto para ele resolver no Congresso. Finalmente as reflexões que se encarregarão do Sistema que se deve seguir nestes escritos depois de aprovados pelo Congresso se executarão como se fossem parte destes Estatutos, e neles embutidas.

3. ELEIÇÃO.

Far-se-á todos os anos no dia 13 de maio Eleição por Escrutínio de cinco Acadêmicos do Numeroso para Diretor, e Senhores, e o seu exercício, e jurisdição durará somente por tempo de um ano, e não poderão ser reconduzidos no imediato, posto todos, ou algum deles poderá ser reeleito no subsequente. Do mesmo modo se elegem Secretário, e vice-Secretário mas os que ocuparem estes dois empregos cumprindo bem com suas obrigações poderão ser reconduzidos um, ou muitos anos, porque estes Lugares na maior parte das Academias da Europa costumam ser Vitalícios. Os acadêmicos do Número, que somente podem ser eleitos para os referidos empregos, são os únicos que hão de botar em tudo o que pertencer ao governo, econômico da Academia, em todas as eleições que esta fizer vagando lugar Numerário se elegera para ele por escrutínio um dos supranumerários, havendo-os bem entendido que nunca poderá ser eleito do Número. Pessoa que não assista nesta Capital, e que possa vir pessoalmente a Academia Receber a Sua Oração Gratulatória pública de que somente ficam exemplos os fundadores, mas ausentando-se depois nem por isso perderão o lugar quando vagar Acadêmico Supranumerário, não é preciso que em seu lugar se eleja outro. Se algum colega se mostrar ofendido de não elegerem para algum emprego, a que senão espera, será logo riscado do Número dos Acadêmicos pois nesta ação dará bem a conhecer a grande ignorância que padecia do sossego, desinteresse, e mútua sinceridade e com que se governam estes Corpos Literários.

4. DIRETOR

O Diretor presidira em todas as conferências que se fizerem no seu ano, determinará os dias em que se há de ajuntar o congresso e fará pronta a casa e os mais que for preciso para estas funções. Proporá todas as matérias que lhe parecer mandando-as por votos para se executar o que se vencer pelo maior número deles. Será voto de qualidade. Declarara os Acadêmicos que forem novamente eleitos e os empregos que forem novamente eleitos, e os empregos que se distribuírem a cada um. Terá obrigação de cuidar que se imprimam

os livros e mais papéis que aprovar a Academia. Será quem de a Majestade as contas que julgar preciso por na sua real presença especialmente para pedir a confirmação destes estatutos e que El Rei nosso senhor nos conceda a honra do Título de Academia Real dirigindo todo os mais requerimentos que tiver o Congresso com a Majestade pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Secretário de Estado que foi eleito Mecenas da Academia e tão bem representara aos Ilmo e Exmo vice-rei do Estado o que for preciso a bem do congresso. Poderá por silêncio, e evitar disputas, tocar a uma campainha, e fazer todas as mais funções de presidente, sentado numa cadeira de braços entre os censores.

5. CENSORES

Os egrégios lugares de censores que foram os da maior estimação em Grécia e em Roma são os mais úteis na Academia: Poderão censurar tudo o que lhes parecer a sim do governo da mesma como dos seus escritos sem dependência alguma do Diretor ao qual podem advertir as matérias que deve propor e este o executará ainda que seja contar o seu parecer se em Mesa censória ficar vencido em votos. O mesmo se observará anotando se qualquer abuso que se introduza, e seja prejudicial ao instituto acadêmico. Igualmente censurarão com o Diretor os livros e mais papéis para cuja impressão se pedir licença mandando primeiro informar dois ou três acadêmicos. Farão algumas juntas particulares com Diretor e secretário quando a qualquer deles parecer preciso, e o que nela se ajustar se comunicará ao congresso para o que for vencido por pluralidade de votos se registar nos livros com força de lei acadêmica.

Faltando o Diretor servirá de vice-Diretor o primeiro censor e faltando este, os demais por sua ordem até o vice secretário, nomeando este e o secretário quem sirva os seus respetivos cargos quando lhes tocar presidir o que todos farão, conservando-se nos seus próprios assentos como se pratica em todos os tribunais.

6. SECRETÁRIOS

O Secretário terá indefectível cuidado nas importantíssimas obrigações do seu estimável cargo avisará aos acadêmicos novamente

eleitos e os mais para o dia da Conferência. Escreverá e responderá as cartas na forma que parecer ao Diretor e censores. Porá prontos os livros e mais papéis que o Diretor deve mandar imprimir. Comporá a História desta Academia escrevendo para isso todas as suas Memórias e fará escrever e registrar todas as suas discussões para o mais que for preciso dividirá as matérias em seis livros pela maneira seguinte:

No primeiro livro registrará as ordens que houver de sua Majestade, e dos seus ministros respectivas a este congresso os estatutos e um catálogo por ordem alfabética de todos os acadêmicos do Número e outro dos supranumerários e procurará declarar neles a idade Pátria e país dos mesmos acadêmicos para maior facilidade dos Panegíricos Heroicos que se lhe hão de fazer para o futuro, e da mesma a sorte os lugares em que assistem para se lhes dirigirem as cartas de ofício. Os assentos das eleições que se fizerem assim para os acadêmicos como para os cargos do governo desta secretaria. As memórias de tudo o que se tratar em cada conferência com as principais razões que merecem especial lembrança. E para que por nenhum modo esqueça ou se confunda algum papel na conferência seguinte e imediata trata concluído o assento do que se passou na antecedente que antes de tudo mandará o Diretor ler na Academia, e feitas as adições declarações ou correções que advertirem os sócios e de terminar o mesmo diretor com o parecer dos censores assinará toda a mesa o dito termo. Nele se fará menção de todas as obras que entregarão os Acadêmicos. E em todos os livros dividirá cada uma das matérias em diversos títulos e capítulos.

No segundo livro mandará registrar as contas de estudo que se derem por escrito, e tudo o mais que compuserem os acadêmicos evitando por este modo a infelicidade que tiveram na Nave Santa Rosa as obras dos Acadêmicos Esquecidos da Bahia quando se remetiam a Corte para se imprimirem pois pela falta desta cautela se extinguiram para sempre no incêndio em que pereceram com a dita nau, de sorte que não aparece já hoje algum fragmento do seu útil e louvável trabalho. O que somente se pode evitar se os Acadêmicos derem dois exemplares das suas obras o que se lhes recomendará muito para que assim o executem se lhe for possível. Entendido que

com nenhum pretexto se poderá mandar para o Reino papel de que não fique cópia na secretaria onde os guardava com boa ordem cronológica, e dividiu em cada uma das conferências.

O terceiro livro servirá para se registrarem os documentos que vierem da Academia de que parece útil conservar a memória para servirem de prova ao que se escrever da História Brasílica e para que estes se possam conseguir por ser o único meio de averiguar a verdade no caso que sua majestade seja servido confirmar estes estatutos. Usará a Academia da mesma jurisdição e do mesmo método e segredo que a Real da História Portuguesa para conseguir os manuscritos que lhe forem precisos de qualquer Tribunal, Secretaria, Arquivo ou Cartório do Brasil e da transgressão ou descuido dará o Diretor conta ao mesmo Senhor.

No quarto livro se registrarão todas as cartas e respostas que pela Academia se hão de mandar, e receber.

O quinto livro se servirá para registro dos assuntos e distribuição das matérias sobre que se deve escrever declarando-se os nomes dos respectivos Acadêmicos a que se encarregarão e o dia em que se lhe distribuíram e pondo-se a margem verba que declare o que cada um tem escrito sobre eles e o lugar em que na secretaria ou seus livros se poderão achar facilmente suas respectivas composições.

Na mesma forma o assento de todos os papéis ou documentos que se houverem por empréstimo assim de uns para outros acadêmicos, como dos Arquivos e pessoas particulares pelos pedirem os colegas a quem estiver encarregada a matéria de que os mesmos documentos tratarem. Assinará a verba o acadêmico que os receber que se descarregará quando os restituir e se declarará o dia em que foram entres a seus donos.

O sexto livro servirá para o inventário de tudo o que se achará na secretaria e dos livros dela com um índice por ordem alfabética do que contiver a secretaria, e outro dos livros da Biblioteca que para o futuro tiver a Academia a qual também estará entregue ao Diretor e se guardará na casa em que se fizerem as seções acadêmicas sendo o seu uso quotidiano livre a todos os colegas, e aos quais porém se não poderá emprestar livro algum sem assento a que proceda despacho do mesmo Diretor.

Todos esses livros para ficarem autênticos serão rubricados pelo mesmo Diretor e com despacho seu passará deles o secretário todas as certidões que por qualquer pessoa se pedirem.

Como pelo tempo adiante será preciso haver grande número de livros o que faria confundir a boa ordem, para cuidar este inconveniente se porá no rosto do primeiro livro _ livro 1 tomo 1, no que se lhe seguir deste mesmo gênero – Livro 1, tomo 2 e assim nos mais seguintes livros 11, tomo 1, Livro III tomo 1, continuando a numerar os tomos seguintes pelos livros a que dizem relação.

Entrando novo secretário se fará termo de entrega assinado por ambos indo a assistir a ela pessoalmente o Diretor.

7. VICE-SECRETÁRIO

Considerando-se que se emprego de secretário será muito laborioso para um só acadêmico se elegerá outro para vice-secretário que terá assento e voto e graduação igual e não só servirá nos seus impedimentos mas tão bem repartirá com ele o trabalho das aplicações próprias de seus respectivos empregos podendo ser assinados os avisos e papéis da Academia por qualquer destes dois secretários.

8. ACADÊMICOS

Os Acadêmicos do número serão quarenta e nunca se poderão exceder serão todos prontos em assistir as conferências e se sentarão sem preferência pela ordem casual porque forem entrando para o Congresso. Principiarão a votar pelo primeiro que ficará ao lado direito dos censores e em último lugar os secretários, censores e diretor. Quando tiverem impedimentos para virem as conferências avisarão ao secretário por escrito, e o mesmo deverão fazer os censores e o diretor e a este avisará o secretário. Votarão em tudo o que se houver de resolver, poderão por propor as dúvidas que julgarem úteis e as emendas que lhes parecerem precisas nos escritos de qualquer colega, utilidade que sendo mútua, deve ser muito estimada pelos seus autores: porém guardarão inviolável segredo nestas matérias e em todas as outras que se lhe recomendar se não publiquem abominando a pueril vaidade de dizerem que encontrarão

defeitos nos seus sócios, na certeza de que somente a união dos estudos fará que lhe sirva de honra. O louvor que conseguir qualquer dos membros deste Corpo e por consequência que cada um tem grande parte no descrédito de qualquer dos seus companheiros e sendo compreendido algum sócio na transgressão deste lei acadêmica será advertido a primeira vez pelo diretor sem declara o seu nome e a segundo lhe estranhará em conferências nomeando-o e expressando o seu desacordo e na terceira será riscado dos livros da Academia, com indigno de ser membro de um tal ilustre corpo.

Todas as obras que entregarem ao Secretário virão escritas em folhas de papel com as margens capazes de se encadernarem e farão muito por entregar duas cópias para ir uma a imprensa e ficar outra na secretaria.

9. ACADÊMICOS SUPRANUMERÁRIOS

Haverá os acadêmicos supranumerários que se julgarem dignos e precisos, os quais poderão ser moradores em outras Províncias, até em Portugal, e ainda fora do Reino, e será útil que haja ao menos dois destes sócios em cada um dos Bispados da América estes não terão número certo porém os que forem moradores nesta cidade e o seu termo não poderão exceder o de metade dos acadêmicos numerários e este honrado título se não dará a pessoa que se suspeite o querem somente o honorário, mas sim com muita parcimônia verdadeiramente aplicados, e que querem empregar-se deveras nas fadigas literárias a que se sujeitam todos os colegas desta nobilíssima sociedade. Terão voto em todas as matérias literárias, e assento igual com os do número e poderão encarregar todas as obras que ordenar a Academia tendo aviso para assistir as conferências todos os que residirem nesta cidade da mesma sorte que os do número.

10. IMPRESSÃO DAS OBRAS

Nenhum dos sócios ou do número ou supranumerários e ainda que seja o mesmo Diretor poderá imprimir obra alguma sem primeiro ser aprovada pela Academia, e somente o caso em que viva em Província tão distante que se reconheça causar-lhe grande incômodo remeter o original ao congresso, poderá representar pelo secretário a razão que

teve para faltar com essa lei, e com aprovação de toda sociedade. Se lhe responderá o que parece ser justo sendo possível se dará comissão a outro acadêmico que sirva nas vizinhanças do autor da obra, o qual informará do seu merecimento com um extrato do que nelas se contém e de tudo que imprimirem serão obrigados a dar um exemplar para se conservar na secretaria e mais sete para os colegas de que se compuserem a Mesa censória.

Estas licenças pertencem ao Diretor, e censores que assinarão com o secretário que as lavrar, e lhe puser selo como Chanceler da Academia e precederá mandarem informar com seu parecer dois a três sócios ou sejam do número ou supranumerários, porém o despacho se há de proferir conforme ao que se vencer na Mesa ficando os informantes somente com voto consultivo.

As obras que se imprimirem e tiverem sido mandadas compor pela Academia serão sempre dedicadas Sua Majestade Fidelíssima nosso augusto protetor. Dar-se há delas um exemplar a cada um dos acadêmicos, dois a cada um dos sete do governo, e se conservarão os outros dois na Academia da parte da qual oferecerá o secretário dois ao Ilmo. Ex, Vice-Rei, Governadores, e outros dois ao Ex. Ver. Arcebispos, os mais exemplares se entregarão ao seu autor, que não fará despesa alguma com a impressão para dispor deles com olhe parecer e entrando alguns acadêmicos de novo se lhe oferecerá um exemplar de cada uma das ditas obras.

11. ELOGIOS FÚNEBRES

Falecendo algum acadêmico se elegerá outro para que escreva o seu elogio, no qual se incluirá a Epítome da sua vida que se há de ler na Academia e lançar no Livro de Registro para se imprimir com a sua História. O Diretor e secretário farão logo recolher as obras que tiver composto do seu instituto e todos os livros e papéis que da mesma Academia se lhe tiver confiado. Se o Colega falecido for da ordem dos sete que servem na Mesa Censória, votar-se-á um deles em um dos seis para escrever o seu Elogio, sendo somente do número em outro tão bem numerário que não seja da Mesa, e sendo supranumerário em uma também da sua ordem.

12. FUNÇÕES PÚBLICAS

Todos os anos se farão três conferências públicas em obséquio dos aniversários de Majestade Fidelíssima e de sua Alteza Real a Princesa do Brasil nossa senhora para o que se elegerá a casa que a votos julgar a Academia mais própria e se poderá fazer do mesmo modo mais algumas conferências julgando a Academia por votos que objeto digno que obrigue a esta excessiva demonstração o que se permitirá muito poucas vezes. O Diretor e Censores determinarão as obras que se devem compor assim em prosa como em verso e os seus assuntos, porém o que se executou em um ano não servirá de exemplo para o seguinte, ficando livre a arbítrio de mudar, diminuir ou ampliar o que parecer melhor.

13. CONFERÊNCIAS PARTICULARES

Todos os quinze dias principiados no segundo sábado depois de 13 de maio haverá uma conferência no lugar que determinarem para as particulares, as quais se há de entrar pelas três horas da tarde e principiar logo que estiver presente o Acadêmico que servir de Diretor sem esperar mais que até 10 acadêmicos, e nelas darão uma breve conta dos seus estudos por escrito os acadêmicos que na antecedente nomear o Diretor. Se lerão as Dissertações as cartas, as contas de estudos, as memórias que se forem compondo, com as mais que parecer conveniente.

O Diretor deve orar no dia dos anos de El Rei Nosso Senhor e dos quatro discursos com que se deve abrir a conferência, e nos mais dias que determinam estes estatutos. Dirá o primeiro censor o da Mãe de Deus nossa Padroeira, e o segundo o da Rainha Nossa Senhora. O terceiro da Princesa Nossa Senhora e o quarto o do nosso Mecenas. Servindo algum de diretor comporá o que neste caso ou no outro invencível impedimento de algum dos referidos pertencerá ao secretário vice secretário suprirá as suas vezes a este fim.

Nas conferências em que se tratar do governo da Academia ou do exame das suas composições senão admitirá pessoa alguma estranha de qualquer qualidade que seja menos quando algum for chamado ou representar que quer referir alguma notícia importante, julgando o

Diretor, censores conveniente, e neste caso se sentará entre os Acadêmicos. Porém antes das funções públicas terá sempre a Academia a política de dar parte aos ilustríssimos e excelentíssimos senhores vice-reis ou governadores deste Estado e aos exmos e reverendíssimos Arcebispos o que executará o diretor pessoalmente para que se excelentíssima querendo fazer ao congresso a honra de assistir as suas conferências.

Se lhes mandarem preparar lugar com a distinção devida a sua lata hierarquia e supremas Dignidades.

14. FÉRIAS

As Férias principiarão no primeiro sábado que se seguir a quinze do mês de dezembro em que será a última conferência, e se tornará abrir a Academia no próximo sábado depois de domingo de Páscoa, e para esta Sessão se poderá encarregar maior número de dissertações para também se aproveitar o tempo feriado.

15. (ACADÊMICOS INDIGNOS)

O Acadêmico que Repugnar obedecer a algum destes Estatutos será riscado dos Livros da Academia como indigno da honra de compor um Corpo tão sério, e tão respeitável, porém se algum tiver justo embaraço para continuar a ser Acadêmico, o poderá representar no Congresso, e no caso de ser admitida a escusa se elegerá outro em seu lugar, não podendo ser mais admitidos os que uma vez forem escusos, ou riscados, e sendo Supranumerários, se pode escusar, sem se eleger outros em seu lugar.

16. EMPRESA E SELO

A Academia terá empresa, e selo usando deste em todos os seus despachos, e cartas, e nos títulos que se hão de passar aos Acadêmicos, e aos que forem eleitos para algum emprego; e daquela no princípio de todas as suas obras.

A empresa será a Ave Fênix fitando os olhos no Sol, e com esta Letra: *Multiplicando dies*, representando se várias aves da América, e da Europa em seguimento da Fênix com as seguintes palavras de Claudiano.

Conveniunt Aquila, cuncte que et orbe volucres, Ut Solis comitentur Avem

O selo representará a mesmo Fênix abrasando-se em chamas com esta Letra = Ut vivam = e na circunferência esse título = Academia. Brasílica dos Renascidos = E servirá de chanceler da Academia quem servir de secretário.

Intitular-se-á = Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, para escrever História Universal da América Portuguesa. Elegerá também Padroeiro, Protetor e Mecenas.

17. PADROEIRA

Será padroeira da Academia Nossa Senhora da Conceição, que também é do Reino. Na primeira conferência pública jurarão os acadêmicos de defender a verdade da Imaculada Conceição da Virgem Mãe de Deu, e o mesmo farão os que obrarem de novo antes de tomarem posse, o repetirão os que forem eleitos, para os primeiros empregos. No sábado véspera do dia em que a Igreja celebra o Patrocínio das mesmas Senhoras haverá de tarde conferência Acadêmica, e recitará um dos Censores um discurso panegírico a Sua Imaculada Conceição implorando a sua proteção para que ilustre o entendimento dos Acadêmicos, para acerto e duração deste Congresso. No mesmo dia devem ir os acadêmicos assistir a Missa da mesma senhora que hão de oficiar algum dos sócios na Igreja do Convento do Carmo, a cujos doutos, e políticos religiosos deve a Academia o terem oferecido uma Casa mui própria e decente para se fazerem as conferências Acadêmicas enquanto este Congresso não tiver casa própria.

18. PROTETOR

Elege a Academia para seu Protetor o muito alto, e muito poderoso Rei D. José Nosso Senhor Pai da Pátria, a quem se dedica esse utilíssimo estabelecimento no caso de sua Majestade Fidelíssima ter a piedade de aceitar esse humilde, mas sincero obséquio se intitulara daí por diante esta Academia Real e mandará a partir em pala o escudo do selo, juntando as armas reais a divisa que para ele elegeu, e na orla esta letra = *Acad Reg Histor Brazil Soterop.* 1759.

19. MECENAS

A mesma Academia elegerá para seu Mecenas e Excelentíssimo Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello, do Conselho de Sua Majestade e Acadêmico do número da Academia Real da História Portuguesa que é o mais Ilustre e autor das Artes das Ciências, e do bem Comum desta Monarquia. No dia, 13 de maio em que faz anos este grande Ministro, se abrirá a conferência acadêmica com um discurso em seu obséquio, que há de recitar um dos Censores.

20.

A academia em uma junta particular de dois do corrente aprovou esses Estatutos por votos conformes; e os senhores Diretor, e censores os mandaram executar interinamente, com declaração porém que antes de se mandarem a Corte, e à presença de sua Majestade, os devem examinar todos os Sócios com muita madureza para se acrescentar ou diminuir o que parecer justo, e decente.

Bahia na Conferência pública de 6 de junho de 1759.

Assinam
José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, Diretor
João Borges de Barros 1º Censor
Frei Inácio de Sá e Nazaré 2º Censor
O Doutor José Pires de Carvalho e Albuquerque 3º Censor
João Ferreira Betancurt e Sa 4º Censor

Lugar do selo
Antonio Gomes Ferrão Catelbranco, Secretário

---

[1] Extrato do Catalogo de seus Alumnos, Repartição dos Empregos & Obras em prosa & verso que nela recitou. Joseph Lopes Ferreira, Acadêmico Numerário da mesma Academia, anno de 1759. Arquivo da Universidade de Coimbra, Coleção Conde dos Arcos, f. 14-23. Códice re-encadernado, com 185 folios escritos, letra do século XVIII, a cópia original. Transcrição realizada pela bolsista PIBIC Luisa Plastino.

JOSÉ CORREIRA DA SERRA
(1750-1823)

APRESENTAÇÃO

Taíse Tatiana Quadros da Silva

Sobre o botânico setecentista é importante mencionarmos que, embora nascido em Portugal, teve boa parte de sua formação na Itália, tendo migrado com sua família ainda jovem para Roma. Sua formação abrangeu o estudo de línguas, antiguidades e ciências naturais. Foi ainda na Itália que Correia da Serra estabeleceu os primeiros contatos com o 2º Duque de Lafões (1719-1806), com quem fundou, sob a proteção régia de Dona Maria I, em 24 de dezembro de 1779, a Academia Real das Ciências de Lisboa. Em 1801, foi nomeado conselheiro da legação portuguesa em Londres. Logo passaria a Paris, onde esteve até 1813, quando partiu para os Estados Unidos. Na América do Norte foi então nomeado ministro plenipotenciário, voltando a Portugal somente em 1821, onde faleceu em 1823.

Conforme destacado por Ana Simões, pesquisadora portuguesa que mais tenazmente se tem dedicado a investigar a obra e vida de Correia da Serra, o botânico e viajante atuou em uma rede transnacional, o que nos permite dimensionar a relação entre seus trabalhos e as inquietações com os grupos com que, de modo geral, debateu em sua trajetória itinerante. A partir de sua trajetória como naturalista, no entanto, a percepção sobre o sentido da historicidade ganhou uma nova dimensão, como afirma também a pesquisadora portuguesa:

> [Correia da Serra] Foi quem verdadeiramente gizou a sua agenda científica, tendo associado à função utilitarista da ciência a ideia de que a ciência e história formam um contínuo epistemológico, de tal forma que a história de Portugal não começava com a história do seu povo, mas com a história (natural) do seu território, e os métodos da história natural podiam, e deviam, ser também aplicados à história (SIMÕES, 2010, p. 11).

De Correia da Serra, Ana Simões destaca a íntima amizade com Thomas Jefferson, tendo sido ainda carinhosamente chamado nos Estados Unidos de “Franklin de Portugal”. A pesquisadora assinala que a participação de Correia da Serra no universo científico e letrado não apenas reforçou laços com pares estrangeiros com quem debateu por intermédio de cartas, viagens e publicações, como serviu, em grande medida, para a transformação da cena científica portuguesa:

> Quando, em 1795, Correia da Serra decidiu abandonar Portugal, os laços que tinha estabelecido, enquanto académico, com outras sociedades e personalidades científicas, foram de extrema utilidade. Entre os membros correspondentes da Academia das Ciências encontravam-se Sir Joseph Banks e James Edward Smith, respectivamente presidentes da Royal Society of London e da Linnaean Society (SIMÕES, 2010, p. 14).

Segundo a autora, por meio das publicações de Correia da Serra, é possível perceber o papel do cientista ilustrado como “interveniente ativo numa rede científica transnacional”. Entre seus principais interlocutores do período inglês, Simões elenca o já notório interlocutor 2º Duque de Lafões, também membro da Royal Society, bem como Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, membro da Linnaen Society. Se nas correspondências com o primeiro as questões políticas e científicas não são relevantes, Simões pontua a envergadura das mesmas na troca epistolar com Sousa Coutinho:

> As cartas trocadas com Sousa Coutinho revelam um político com largos horizontes científicos que usa Correia da Serra como fonte de informação sobre matérias científicas, médicas e militares, roçando por vezes a espionagem. Discutem variados tópicos e Correia da Serra envia para Portugal sementes, mapas, vacinas e instrumentos, e dá conta de variadas tarefas, entre as quais se encontra a supervisão de jovens na oficina do construtor de instrumentos Ramsden (SIMÕES, 2010, p. 15).

Na correspondência de Correia da Serra com o acadêmico Garção Stockler, que então o substituiu na Academia Real das Ciências de Lisboa como secretário, Simões afirma preponderar o tom de lamento frente ao discrepante abismo existente entre a promissora cena científica nos Estados Unidos e a apatia da mesma em Portugal. Ana Simões menciona publicações de Correia da Serra nas revistas

científicas *Philosophical Transactions of the Royal Society* e *Transactions of the Linnaean Society*. No artigo "On a submarine forest on the east coast of England", de 1799, Serra apresenta considerações metodológicas que, segundo Simões, atestam a maturidade do autor como cientista que então afirmou: "em geologia, talvez mais ainda do que em qualquer outro ramo da história natural, é absolutamente necessário separar os factos observados das ideias que possam surgir na mente do observador para os explicar" (CORREIA DA SERRA apud SIMÕES, 2010, p. 15).

O texto transcrito para a presente coletânea foi redigido como *Discurso Preliminar* no primeiro volume da *Coleção de Livros Inéditos* publicada pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1790. Reconhecido como naturalista, Correia da Serra não foi ainda largamente estudado por sua preocupação com a escrita da história de Portugal. Enfatiza-se, na maior parte das vezes, o projeto reformista dos membros da instituição, bem como o destaque conferido à área da economia e das ciências naturais.

O presente *Discurso*, composto por Serra, atesta a preocupação do autor com a literatura portuguesa, campo que abrangia, naquele século, o estudo da história. Indica, em certa medida, o papel assumido pela investigação documental na própria Academia, lugar de afirmação simbólica do poder da coroa portuguesa nos anos difíceis da invasão francesa e do protetorado inglês.

De modo geral, a Academia Real das Ciências de Lisboa, de que Correia da Serra foi fundador e Secretário Geral, é relacionada com a Academia Real da História Portuguesa, fundada em 1717 pelo 4º Conde da Ericeira. No entanto, na academia fundada na segunda metade do XVIII, presidida pelo 2º Duque de Lafões, uma ruptura crucial, efetuada pela associação, consistiu em aliar a investigação histórica ao empirismo pelo qual efetuavam a investigação econômica, matemática e natural. Essa aproximação epistemológica com os valores científicos presentes na *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert, autores que inspiraram diretamente a fundação da academia portuguesa, determinou a ruptura com a concepção retórica da história. Apesar de tal ruptura absoluta constituir uma impossibilidade, tendo em vista que a retórica jurídica modelou a

construção narrativa das memórias produzidas da instituição, a negação da eloquência e da história como um gênero construído a partir de figuras de linguagem foi uma posição largamente partilhada pelos sócios da academia. O discurso elaborado a partir da exposição mecânica, formal do documento, pelo qual se legitimou o estudo da diplomática (ciência dos documentos), forjou um novo estatuto para a investigação erudita que saía do clero para os quadros da universidade, o que, segundo consideramos, expressa as transformações da sociedade e os mecanismos vislumbrados pelo Estado para sua legitimação e controle social. Em suma, consideramos assim que a consciência sobre a necessidade de levantamento de fontes para a escrita da história ganhou uma nova configuração epistemológica ao ser aliada ao discurso científico ilustrado.

Paralelamente, há o movimento pela publicidade de documentos ou "monumentos" historiográficos de Portugal. Entre estes estaria um conjunto de autores da tradição historiográfica lusitana que seriam celebrados em novas edições de suas obras. Tais narrativas foram consideradas, no interior da Academia, monumentos da língua, e seus temas e informações constituíram objetos de estudo que deveriam ser analisados segundo uma perspectiva próxima à da então reconhecida ciência. Almejavam-se, dessa forma, leituras críticas em relação ao descrito e distanciamento para com os temas abordados. Essa posição está muito bem exemplificada pela execução do projeto editorial que caracterizou a *Coleção de livros inéditos da história portuguesa, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II*. Publicados por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa, seu editor foi José Correia da Serra. O *Discurso Preliminar* deste é, como afirma António Serrão em seu artigo pela comemoração do terceiro Jubileu, "uma pequena obra-prima de metodologia histórica". O *Discurso Preliminar* de Correia da Serra, que se encontra em sua totalidade transcrito na presente publicação, delineia os princípios epistemológicos pelos quais se empreendeu a investigação historiográfica da Academia e aponta, de maneira decisiva, para o sentido atribuído à historicidade na compreensão da experiência política e civil portuguesa. No seu *Discurso*, Correia da

Serra expressa a noção de História que guiou a si servindo de norte aos demais acadêmicos.

Como podemos ler no *Discurso*, Correia da Serra afirma a ruptura entre a investigação histórica e o ócio. Esse posicionamento, presente na defesa dos estudos de diplomática de João Pedro Ribeiro (1758-1839), define o distanciamento entre o significado dos trabalhos acadêmicos para a elite que compôs a Academia das Ciências com o conferido pelos acadêmicos da Academia Real da História Portuguesa. O significado da faina acadêmica apresentava-se investido de um sentido que não se pode tomar simplesmente por aristocrático no sentido compreendido pela elite cortesã da primeira metade do século XVIII. Segundo consideramos, há um espaço para os homens úteis e para suas empresas que modifica os valores da nobreza e daqueles que a cercam, como militares e professores da Universidade Coimbrã. A elite letrada da Academia é dinâmica, tanto em relação ao sentido social de seus trabalhos quanto no que está relacionado com o discurso acadêmico por eles produzido. O naturalista e viajante ilustrado, Correia da Serra, ao redigir seu *Discurso* desloca a história do clássico *Trivium* para redimensionar seu estudo à luz da expansão das ciências naturais, estendendo a mesma percepção sobre os efeitos do tempo na formação da identidade política portuguesa.

Além disso, o *Discurso* de Serra evidencia outro marcante traço da concepção de história definida no círculo oficial formado pelos sócios da Academia Real das Ciências: nele é destacada a ruptura com o sentido pedagógico da história que servia à formação do príncipe, então predominante na historiografia da primeira metade do XVIII. De modo mais geral, podemos afirmar que, na construção do *Discurso* é perceptível o fomento à ideia de pesquisa da história "civil" de Portugal, que então se superpõe à história religiosa ou eclesiástica que, por vezes, configurava a narrativa sobre a monarquia lusitana. O *Discurso* marca, igualmente, o distanciamento em relação aos gêneros cronísticos e da grande narrativa de caráter legendário e épico. A compreensão sobre a importância dos documentos para a constituição do saber histórico, e a importância dos textos literários para a compreensão da experiência linguística

formadora da peculiaridade do Império e da monarquia portuguesas são então destacadas como método a ser seguido.

A investigação histórica preconizada pela instituição caracterizou-se pela pesquisa filológica sobre as palavras encontradas nos documentos antigos da história pátria e do direito português. As *Memórias de Literatura Portuguesa*, coleção em oito volumes publicada também pela Academia Real das Ciências de Lisboa, apresentaram majoritariamente dissertações de caráter filológico-histórico e representaram, com as obras de diplomática de João Pedro Ribeiro e com o *Elucidário das palavras*, publicado em 1798 pelo sócio da Academia Real das Ciências Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo (1744-1822), a coleção de esforços para a interpretação fiel do *télos* jurídico do reino, igualmente almejado por Correia da Serra. Em certa medida, consideramos que a retórica da autenticidade, promovida nas publicações da instituição, foi um trunfo nas mãos da elite letrada e reformista. Nesse aspecto, o projeto literário da Academia Real das Ciências, compactuou com o sentido reformista evidenciado nas suas memórias econômicas e mesmo físico-botânicas.

A fusão epistemológica, no entanto, manifesta-se diversa no plano da organização editorial. No que diz respeito às publicações científico-literárias da instituição, é possível admitir uma separação dos estudos filológicos e literários em relação aos estudos das áreas matemáticas e botânicas a partir de 1792, quando se publica o primeiro tomo das *Memórias de Literatura Portuguesa*. Esta teve, até o ano de 1856, mais sete números. Nessa coleção, os estudos literários abarcaram desde a área da literatura e língua portuguesa, de estudos de história do direito civil até temas como a participação árabe e judaica na história portuguesa. A concepção epistemológica que permitiu àquela associação inscrever temas tão diversos em um mesmo conjunto de memórias não prescindiu aos seus organizadores uma explicação editorial. Essa "explicação" nos é oferecida em um prólogo presente no primeiro tomo, então dedicado a Rainha Maria I, para quem se pede, além da mercê e proteção, compreensão pela excepcionalidade de uma publicação de letras advinda de uma associação científica.

No *Discurso Preliminar*, redigido por Correia da Serra, a escrita da história que fora antes, sobretudo, atrelada à tradição retórica e que, desde a iniciativa da academia, é elevada à categoria de "científica" passa a ter como princípio o uso de um método de investigação e análise compartilhado pelo grupo de acadêmicos pertencentes à Classe de Belas Letras. Nesse sentido, coube aos acadêmicos aclarar o conceito de literatura que lhes orientava para a confecção dos trabalhos. Isto lhes permitiu redimensionar esse mesmo conceito, deslocando-o em função das novas expectativas que projetavam quanto ao sentido do conhecimento e de seus meios. A busca pela definição do "objeto literário" expressa a constituição de um objeto e a circunscrição de certo "campo", definindo-se o limite dos estudos linguísticos e da própria extensão dos passados possíveis. Tal recorte, em total acordo com o viés estatista da instituição, colaborou na coerção do simbólico que estrutura a experiência social. O objeto posto como "científico" conjugou-se absolutamente ao predicado da nacionalidade forjando uma ideia única em que "nacional" e "científico" tornaram-se palavras sinônimas.

O fundamento pragmático dessa epistemologia era o mesmo que se iniciara com Pombal e que visava à expansão simbólica do Estado, em detrimento da identidade cristã que antes estruturava o discurso legitimador da monarquia portuguesa. Com a Academia Real das Ciências de Lisboa, a partir da confecção de novos princípios para a adequada relação com o passado, foi configurada uma conjuntura inédita. Essa configuração transformou semanticamente o conceito de História, moldando-o segundo uma forma válida e determinando a lógica de sua operação, fundindo o conceito grego com a ideia moderna de método.

REFERÊNCIA

SIMÕES, Ana. *História da Ciência*. Disponível em: <http://s1.acad-ciencias.pt/files/IEAS%20%202%C2%BA%20ANO/COMUNICA%C3%87%C3%95ES/Ana%20Sim%C3%B5es%20-%20Hist%C3%B3ria%20da%20Ci%C3%AAncia.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2012.

DISCURSO PRELIMINAR[1] (1790)
JOSÉ CORREIA DA SERRA

"Juvat integros acceder fontes..." Lucr.

A História de Portugal não é para nós um estudo indiferente ou mera curiosidade. Os efeitos de nossos maiores tiveram consequências tais para o gênero humano que até aos mesmos estranhos interessa conhecê-los. Mas ainda quando a nossa história nos não distingue do vulgo das nações, fora sempre para nós uma instrução necessária. As leis que nos governam, as classes de pessoas em que a nação é dividida, os foros, privilégios, e obrigações de cada um de nós, a natureza dos bens que possuímos, a forma de administração pública, os usos que seguimos, a língua que falamos, são tudo consequências de sucessos passados e neles somente podemos achar o conhecimento da sua origem e a explicação da sua natureza. Se a glória nos não movesse a estudá-los, a necessidade nos obrigará.

Sem certeza porém todo o estudo é vão, e quanto mais o da nossa história nos parecer importante, tanto mais cresce a precisão de aclararmos a sua evidência, o que em história se não alcança do mesmo modo que em outras ciências, cujos objetos existem sempre e uniformemente. Nestas a facilidade de observar os fenômenos que continuamente se repetem, faz com que todos os livros, procedendo o raciocínio, a observação, a experiência, não só restaurem o sentido perdido, mas possam aumentar as luzes, e descobrimentos, quando pelo contrário, as pessoas, as ações e as ideias de que nossa história deve informar-nos, passaram com o tempo que as viu que de si deixaram nos monumentos, e a narração dos contemporâneos, e tudo o que delas fica, e se por ventura faltarem, não há viveza de engenho, nem agudeza de raciocínio que possam suprir a sua falta.

São por conseguinte estes vestígios, estas narrações a base única da certeza da nossa história e os únicos materiais que constituem para a gente sisuda que nela busca instrução e não desenfado. Os outros livros que dela tratam, faltos de valor próprio, podem tão somente

pela pureza da linguagem, formosura do estilo, ordem e clareza do discurso, contribuir a propagação das notícias, sem que de modo algum aumentem ou as consolidem. Louvores são estes que ainda a bem poucos competem, porque na turba de tais livros é que nasceram as falsas representações que desfeiam a nossa história e podem retardar seus progressos. Longe de que o número destas obras secundárias mostre a riqueza do cabedal que possuímos, mostra pelo contrário a pouca curiosidade que entre nós houve de remontar as fontes primitivas.

Se partindo destas verdades, lançamos os olhos a multidão de livros, que tratam de nossas cousas, avaliando com a candura e justa severidade que a matéria requer os fundamentos do que dizem e grão de fé que merecem qual será o resultado da nossa diligência? Quantos seriam além dos poucos incomparáveis originais a quem tudo devemos os que resistissem a justa força de um tal exame? E se depois de pedir-lhes conta da verdade, se fosse a julgar da escolha e utilidade dos fatos que narram... Descansem porém em paz nossos passados escritores, e o amor da Pátria que os moveu a escrever, cubra a nossos olhos suas faltas. O intento da Academia é supri-las e não patenteá-las.

Para conseguir este fim resolveu indagar e publicar os antigos livros, memórias, e monumentos da Monarquia, que o tempo houver poupado. Falta a laboriosa empresa, único meio porém de suprir descuidados passados e levar a História Portuguesa ao ponto de perfeição que ela merece e de que nós necessitamos. Quando saírem do pó estas testemunhas e um grande número de fatos incógnitos vir à luz do dia, quando o trabalho, a paciência, o espírito de crítica, e de discurso tiverem combinado estes materiais, e deduzido a exata notícia dos pontos que nos importa conhecer, (porque nem tudo o que aconteceu é digno de ser história, ainda que tudo possa servir para ilustrá-la) então é que poderemos sem jactância persuadir-nos de saber o que Portugal tem sido. Então e só então uma pena guiada pela razão e pelo bom gosto poderá expor a nossa vista a complicada série das ações passadas e explicar-nos com certeza, as causas que as motivaram e os efeitos que delas se seguiram de modo que a nós sejam de proveito e a posteridade de ensino.

Esta coleção que agora damos ao público é já fruto deste plano da Academia. Logo nos princípios da Sociedade, nos destinamos esta indagação, o senhor Joaquim de Foyos e eu. O público verá a seu tempo a Crônica del Rey D. Fernando, por Fernão Lopes, e vários documentos interessantes que o meu ilustre colega tirou do esquecimento e todos suprirão facilmente aos louvores que a sua modéstia me não permite aqui escrever. Do meu trabalho são parte os documentos que nesta sessão se publicam.

Nestes últimos tempos a Real proteção e novos Sócios cheios de saber e de zelo tem habilitado a Academia a prosseguir as indagações com energia e Portugal poderá em breve gozar de mais vasto e claro horizonte pelo que pertence a sua história. Estão debaixo do prelo os Documentos Árabes da Torre do Tombo, pelo Senhor Joao de Souza e as Observações sobre as principais causas da decadência dos portugueses na Ásia, escritas em forma de Diálogo com o título de Soldado prático por Diogo de Couto, e publicadas pelo Senhor Antônio Caetano do Amaral. Os senhores, João Pedro Ribeiro e Joaquim Jose Ferreira vão por autoridade Real examinar de parte da Academia, os cartórios nacionais e os estrangeiros. Os senhores João de Magalhães Avelar, Fr. Joaquim Forjaz, Fr. Joaquim de Santo Agostinho, Fr. Joaquim de Santa Rosa, Frei Joaquim de Santa Clara, Jose Anastácio de Figueiredo, Jose Veríssimo Alvares da Silva, trabalham em particular para aumentar a nossa riqueza e não é fácil por limites as esperanças que tais indagadores fazem nascer.

Não direi cousa alguma sobre esta particular coleção, só nas introduções a cada livro exporei as notícias que propriamente lhe competem. O teor de cada um deles mostrará o seu próprio merecimento e toda a coleção junta o zelo e a piedade para com a pátria que me moveu a empreendê-la e me susteve no inglorioso e enfadonho trabalho de editor de alheias obras.

---

[1] In: *COLEÇÃO de Livros Inéditos da História portuguesa, dos reinados de D. João I., D. Duarte, D. Affonso V., e D. João II*: publicados de ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa. Por José Correia da Serra, Secretário da mesma academia e sócio de várias outras. Lisboa: Oficina da Mesma Academia, 1790, p. VII- XI. Tomo I.

ROBERT SOUTHEY[1]
(1774-1843)

APRESENTAÇÃO
Flávia Varella

Os três volumes da *História do Brasil*, escritos em inglês, foram publicados pelo homem de letras Robert Southey nos anos de 1810, 1817 e 1819, em Londres, e abarcam um longo período dessa história, que vai da chegada dos portugueses no território que hoje conhecemos como Brasil até a transferência da Corte, em 1808. Apesar do reconhecimento de Southey como um dos principais historiadores que versaram sobre a escrita da história brasileira, o primeiro e único trabalho monográfico, em língua inglesa e portuguesa, sobre sua monumental obra historiográfica foi publicado em 1974 por Maria Odila da Silva Dias.[2] Southey nasceu na cidade de Bristol, Inglaterra, no ano de 1774 e veio a falecer em 1843, em Keswick, acometido por Alzheimer ou algum outro tipo de demência. Devido às características degenerativas de sua doença, a carreira de escritor de Southey terminou de forma abrupta antes de sua morte, não sendo possível encontrar nenhum material escrito de seu próprio punho após 6 de setembro de 1839 (SPECK, 2006, p. 251).

Ao longo da vida, Southey teve os mais vastos interesses literários, escreveu diversas obras poéticas e duas histórias – ademais a incompleta *History of Portugal* – além de numerosos ensaios e obras de outros gêneros.[3] Começou na vida literária como poeta, mas no decorrer das décadas de 1800 e 1810 sentia-se menos engajado com a poesia, encarando-a mais como hobby pessoal do que vocação pública. Costumava dizer que era um poeta por natureza, um historiador por escolha e um escritor do mundo político por um acidente da vida (STOREY, 2006, p. 91). De fato, depois de muitas investidas na esfera poética, Southey acabou por abandonar o gênero quase que por completo em prol do histórico e da prosa. Embora

essa mudança de postura em relação à poesia tenha se dado, em parte, pelas fortes críticas recebidas pela crítica literária, o motivo mais importante deveria estar ligado ao fato de que se sustentava com a venda do material que escrevia (CRAIG, 2006, p. 102). Não parece ser verdade a interpretação de que "o medo de perder a criatividade e a imaginação poética era [...] a triste realidade da existência de Southey como poeta frustrado" (DIAS, 1974, p. 32). A opção pela descentralização da poesia talvez estivesse em outro contexto explicativo não relacionado com a suposta perda da criatividade e imaginação poética. Apesar de a poesia ter ganhado destaque importante na sociedade oitocentista inglesa, suas obras poéticas não vendiam o suficientemente para sustentar uma família por tratarem-se, mormente, de poemas longuíssimos que requeriam muito tempo e estudo para serem compostos.[4]

Em suma, a poesia, e mesmo a história, eram atividades para as quais Southey devotava muito prazer, mas que rendiam pouco lucro e muito trabalho e, consequentemente, as resenhas-ensaios publicadas em periódicos acabaram ganhando maior destaque na sua rotina de escrita (HOLLAND; EVERETT, 1855, p. 332-335).[5]

Em 1818, por exemplo, Southey havia recebido menos pela *História do Brasil* do que havia ganhado por um ensaio publicado no *Quarterly Review* (CRAIG, 2006, p. 103).[6] Além disso, é importante ter em mente a impossibilidade de lançar uma publicação rentável com uma constância quase que anual, principalmente por causa do trabalho de pesquisa que envolvia. A história, contudo, tinha uma vantagem em relação à poesia, Southey esperava firmemente que os livros de história que havia escrito pudessem sobreviver a ele: "[tenho] convicção em minha própria mente que, em última instância, terei um lugar mais alto entre os historiadores (se eu viver para completar o que comecei) do que entre os poetas" (CRAIG, 2006, p. 103-104).[7]

Southey nunca esteve no Brasil, sua obra foi escrita tendo como base materiais reunidos pelo seu tio, o reverendo Herbert Hill, que morou em Portugal durante muitos anos, e outros documentos que conseguiu por intermédio de diversas pessoas e pesquisas em arquivos. Por insistente convite de Hill, Southey fez sua primeira

viagem a Portugal em 1795, quando teve contato mais próximo com a cultura ibérica e com a grande coleção de livros e manuscritos de seu tio. Pouco antes de sua segunda viagem a Portugal, em 1800, Southey pensava em escrever a *History of Portugal*, utilizando-se de sua estadia para recolher materiais importantes,[8] e no decorrer dessa viagem o projeto de escrever a história do Brasil foi delineado (HUMPHREYS, 1978, p. 6). Em 1804, revelava que estava planejando a escrita da *História do Brasil* como parte da história do Império Português, a qual seria dividida em dez ou doze volumes. O primeiro conjunto versaria sobre a parte europeia, consistindo na história de Portugal, em três volumes; o segundo conjunto seria sobre a história do Império Português na Ásia, com dois ou três volumes; o terceiro sobre a história literária da Espanha e de Portugal, em dois volumes. Somariam a essas partes uma história do Brasil, da Companhia de Jesus no Japão, assim como uma história do monacato, todos esses três tópicos teriam um volume cada (SOUTHEY, 1855, p. 183).[9]

Contudo, apenas em finais de 1806 o projeto de escrita da história brasileira ganhou prioridade de composição em relação às outras partes da história do Império Português. A ideia inicial era publicar a *História do Brasil* por último, mas a perspectiva de remoção da Família Real e as perguntas feitas sobre o Brasil em Lisboa impulsionaram Hill a pôr à disposição de Southey materiais inéditos que havia recolhido por quase 25 anos. Hill acreditava que Southey deveria escrever a história do Brasil e que, igualmente, o governo inglês precisava ser notificado sobre as informações que havia obtido. Contudo, Lorde Grenville, então primeiro-ministro do Reino Unido, não tinha interesse imediato nos materiais sobre o Brasil, interessava-lhe mais a outra parte da América do Sul. Os documentos que chegaram até Southey diziam respeito ao estado do interior do Brasil, mostrando todos os detalhes sobre as minas brasileiras e pondo em evidência a necessidade de colocá-las fora do alcance do poderio francês. Assim foi iniciada a *História do Brasil*, com o intuito de publicizar a documentação sobre o interior do Brasil reunida por Herbert Hill, a ser publicada em dois volumes em quarto, com ilustrações dos hábitos locais e um mapa.[10] Ao menos durante 1807,

Southey pensou em intitular sua obra de *Brazil & Paraguay* porque pensava que a história do Rio da Prata estava tão entrelaçada à história do Brasil, principalmente no que dizia respeito às Reduções Guaranis, que deveriam ser narradas conjuntamente para evitar interrupções explicativas de assuntos que não haviam sido expressos. Como acabou preponderando o título *História do Brasil*, foi inserido um Prefácio justificando a presença de material que, à primeira vista, estava deslocado.[11]

Poucos anos depois, em 1810, quando a primeira parte da *História do Brasil* estava sendo impressa, ainda enxergava esse livro como integrante de um todo mais grandioso e, de fato, parece ter tido esse horizonte sempre em mente.[12] Depois de terminada essa empreitada, Southey seguiria a escrita da história de Portugal, do Império Português na Ásia e um volume suplementar sobre as possessões africanas. Por fim, ainda almejava escrever uma história das ordens monásticas. Nesse momento uma parte do projeto é reconfigurada novamente, apesar de Southey ainda manter o desejo de escrever a história do Império Português.

É digno de nota que em ambos os projetos existiu a intenção de dedicar pelo menos um volume para a questão da religião católica e de suas ordens.[13] O plano de escrever a história do Império Português, infelizmente, não foi finalizado por Southey que, após o término da *História do Brasil*, parece não ter tido tempo suficiente, entre suas diversas ocupações literárias, para terminar o que seria o grande projeto de sua vida.

O apagamento da importância de Southey no cenário político-intelectual britânico ocorreu principalmente após os vitorianos começarem a considerar o Romantismo como uma influência dominante no início do século XIX (SPECK, 2006, p. XVI).[14] No processo de formação do cânone romântico, o tipo de literatura e perspectiva cultural que Southey representava foram excluídos, enquanto que poetas como William Wordsworth, Samuel Taylor Coleridge, William Blake, John Keats, Lord Byron e Percy Shelley foram exaltados. Com isso, os aspectos de intervenção social de suas obras e dos escritores ditos românticos foram totalmente ignorados pela crítica do século XX e somente há poucas décadas vêm sendo

recolocados como centrais na vida cultural de finais do século XVIII e início do XIX (PRATT, 2006b, p. XVIII). Uma vez que Southey não se encaixava na visão que os vitorianos tinham de um gênio romântico ocorreu a sua catalogação como poeta menor. Essa reputação começou a mudar recentemente com o questionado dos parâmetros utilizados para construção e delimitação do cânone romântico (SPECK, 2006, p. XVI).

Outras questões também contribuíram para a fortuna posterior de sua obra. A disputa iniciada entre os filhos de Southey e sua segunda esposa, a poetisa Caroline Bowles, certamente pode ser vista como auxiliar na construção de Southey como uma figura marginal em seu tempo. A maioria de seus filhos considerava o casamento com Bowles, celebrado em 1839, uma decisão precoce, pois não havia completado dois anos da morte de Edith Fricker, primeira esposa de Southey e mãe de seus filhos. Essa disputa familiar refletiu na qualidade das edições póstumas de seus escritos que acabaram sendo feitas de forma amadora e sem muito planejamento. O resultado final foi a publicação de obras sem um plano que buscasse valorizar e agrupar da melhor forma o material escrito por Southey ao longo de sua vida (PRATT, 2006a, p. 222-238).

Além disso, existiam algumas tensões entre Southey e Wordsworth que vieram à tona na época de seu falecimento. Wordsworth foi incumbido da escrita de alguns versos para serem gravados na efigie de Southey na igreja de Crosthwaite.[15] Contudo, tais versos, na medida em que ressaltaram a preocupação de Southey com assuntos da Igreja e do Estado, parecem ter relegado sua importância como poeta, não chegando a mencionar, ao menos, o título adquirido de Poeta Laureado. Essa omissão foi interpretada como uma possível preocupação de Wordsworth com sua própria posteridade, pois evitaria ceder o papel de poeta preeminente entre os Poetas do Lago para Southey, sobre cuja poesia ele nutria sérias reservas de longa data (PRATT, 2006a, p. 221).

Desde sua criação, a alcunha Poetas do Lago, para se referir a Coleridge, Wordsworth e Southey, teve conotações de forte hostilidade, sendo largamente empregada para significar a adesão a falsos princípios poéticos e afetações de dicção. O surgimento dessa

nova escola poética provavelmente foi propagado pela primeira vez por George Canning no primeiro número do *Anti-Jacobin; or Weekly Examiner*, de 20 de novembro de 1797. As primeiras associações eram feitas entre Southey e Coleridge e, apenas na década de 1800, com a segunda edição do *Lyrical Ballads*, o nome de Wordsworth juntou-se aos demais.[16] Em 1801 é possível verificar indícios, em uma resenha publicada no *Monthly Mirror*, de que existia uma escola em que Wordsworth era o líder.

Em 1802, Francis Jeffrey, ao escrever uma resenha desfavorável a *Thalaba, the Destroyer* (1801), poema épico de Southey, publicada no periódico *Edinburgh Review*, afirmou que os três faziam parte de uma nova escola poética. A passagem do termo genérico nova escola poética para Poetas do Lago, provavelmente começou a ser feita depois da resenha de Jeffrey, de 1807, em que associou Wordsworth a um grupo que vivia nos lagos de Cumberland. A primeira vez que o termo Poetas do Lago foi empregado publicamente foi por John Taylor Coleridge, sobrinho de Coleridge, ao escrever uma resenha da segunda edição de *Remorse*, para publicação no *Quarterly Review* (COOK, 1977, p. 175-181).

Southey protestou veemente contra essas associações dizendo que não poderia existir “prova mais forte da falta de discernimento ou falta de sinceridade do que no agrupamento de três homens tão diferentes em estilo como Wordsworth, Coleridge e eu, em uma mesma categoria” (SPECK, 2006, p. 94).[17] E acrescentava que “é suficientemente ridículo ser, assim, ligado a Wordsworth, um homem que provavelmente despreza os meus talentos, tanto quanto os resenhistas desprezam o dele”.[18] O fato é que o termo foi largamente empregado – e continua sendo – para designar o trabalho dos três poetas e acabou por instaurar a premissa de que existia uma unidade intelectual entre eles (SPECK, 2006, p. 159). A categoria Poetas do Lago é, portanto, também bastante controversa, há quem se valha do termo (CRAIG, 2007), que argumente que a denominação, apesar de ser negada por Southey, serve como indício de que seus contemporâneos enxergavam características em comum entre Coleridge, Wordsworth e ele (HALLER, 1966, p. 227-228) e os que a consideram artificial (HAYDEN, 1969, p. 122).

A relação de Southey com Coleridge também não era livre de tensões. Não obstante o período em que Southey conheceu Coleridge e ambos decidiram fundar a Pantissocracia ter sido extremamente valorizado, é importante ressaltarmos que o envolvimento com esse projeto utópico foi bastante rápido, compreendendo os anos de 1794-1795, o início dos 20 anos de Southey. E mesmo nesse período existiam muitas divergências entre Southey e Coleridge, não sendo difícil notar a diferença entre os dois poetas. Apesar de terem muito em comum em suas perspectivas perante a vida, eram, de fato, muito diferentes, tanto no temperamento quanto intelectualmente (SPECK, 2006, p. 42).

A divergência sobre os deveres do matrimônio era motivo de insatisfação de Southey em relação ao comportamento de Coleridge com sua mulher e filhos, muitas vezes deixando-os totalmente ao cuidado dele, inclusive do ponto de vista financeiro. As convicções morais de Southey sobre a família eram bastante distintas das de Coleridge, sendo causa de atrito entre eles não apenas no projeto pantissocrático, mas ao longo da turbulenta amizade que partilharam.[19]

Por fim, destaca-se como elemento de contributo para a construção de um Southey marginal em sua sociedade, a opção didática feita dentro das Universidades britânicas por poemas breves e que fossem de fácil utilização no ensino da literatura inglesa. As melhores obras em verso de Southey são certamente poemas épicos longos, de difícil entendimento rápido, e não faltavam bons poemas curtos de outros autores que estivessem mais de acordo com os propósitos do ensino (HAYDEN, 1969, p. 115).

Ao lado da vertente de recontextualizar o Romantismo e deixá-lo mais poroso e diverso, existe outra que prefere seu abandono como instrumento efetivo de compreensão dos autores e de suas obras. O Romantismo, assim como outras grandes categorias, foi sendo esvaziado por causa da amplitude conceitual que propunha, vista como inapropriada na análise detalhada de certos autores. Inicialmente, essa categoria foi usada por seus "fundadores" alemães para contrapor a literatura "moderna" à "clássica", e, malgrado a grande repercussão que obteve no debate estético alemão, seu

impacto no contexto britânico foi bastante limitado. É também digno de nota que nenhum escritor de início do século XIX, na Inglaterra, se autodenominou como romântico, sendo a palavra muito mais utilizada na época vitoriana (CRAIG, 2007, p. 5; FERBER, 2010, p. 7). Mesmo no final do século XIX ainda não existiam estudos que utilizassem da categoria Romantismo para explicar a obra de Southey, apesar de já existirem estudiosos que privilegiavam a suposta unidade de denominação Poetas do Lago para a análise das obras de Southey, Coleridge e Wordsworth (CRAIG, 2007, p. 5).

No século XX, no entanto, experimentou-se um rápido crescimento de estudos sobre o Romantismo. Nesse momento, houve a aplicação do que se delimitou como Romantismo na análise da obra de Southey, assim como de Coleridge e Wordsworth, já ligados quase que de forma inseparável. Instaurou-se, assim, o paradigma do Romantismo como um movimento de pensamento social e político que abandonou seu apoio inicial à Revolução Francesa, com análises mecanicistas e racionalistas, em favor de abordagens orgânicas e históricas da sociedade (CRAIG, 2007, p. 5).[20]

Como já assinalado, embora o enfoque da categoria Romantismo tenha sido extremamente influente na análise da produção literária da primeira metade do século XIX britânico, esse enfoque pode ser, na mesma medida, considerado problemático. A proposição de um pensamento romântico mostra-se enganosa principalmente porque cria a impressão de que havia um Iluminismo relativamente unificado, que foi suprimido por um Romantismo igualmente unificado (CRAIG, 2007, p. 4-6). É interessante destacar, como contraexemplo da suposta cultura introspectiva romântica, o poema *Monody* (1797), composto por Coleridge sobre Thomas Chatterton, no qual enfatiza justamente o lado satírico de seus escritos, mostrando um Chatterton viril e enérgico, que escreveu sátiras furiosas em vez de um poeta sentimental, melancólico e suicida, que supostamente seria muito mais atraente para jovens radicais tais como Coleridge e Southey (GROOM, 2006, p. 22). Igualmente Southey, na época em que editou os escritos de Chatterton como forma de angariar recursos para sua família, não destacou em momento algum a laconismo poético que esse autor supostamente

teria.[21]

O prefácio e a introdução do primeiro volume da *História do Brasil*, em que Southey estabelece alguns esclarecimentos em relação ao que o leitor encontrará ao longo das mais de duas mil páginas que compõem os três volumes, oferecem algumas pistas para entendermos sua obra. Essas poucas páginas também auxiliam na tentativa de recontextualizar a *História do Brasil* de acordo com o cenário historiográfico disponível, ou seja, as possibilidades narrativas de escrita da história existentes para Southey. Os aspectos da história que Southey visava narrar se distanciavam bastante da história europeia, no sentido de que tratava da história de uma sociedade que não figurava entre as civilizadas e que tinha como seus primeiros habitantes tribos selvagens.

Esclarece, na Introdução, que seus leitores não encontrariam nessa *História* uma historiografia de matriz taciteana, pois faltava ao Brasil os *arcana imperii* que tanto favoreciam a formulação desse tipo de narrativa.[22] O tacitismo, ou seja, a utilização da linguagem taciteana e dos escritos históricos do historiador latino Tácito na explicação do comportamento político e na arte de desvendar o que está sob as aparências, já era uma forma narrativa bastante consolidada no início do século XIX. Mas como escrever sobre os segredos e as artimanhas dos governantes se tratava, em diversos momentos, de uma história em que nem um governo autônomo ou uma estrutura de poder institucionalizada existiam? Muito menos poderia versar sobre revoluções em um país supostamente pacífico que conseguia sustentar sua imensa unidade territorial por causa dessa característica. Também não lhe era facultado escrever do ponto de vista estrito de uma história civil pela simples impossibilidade de narrar uma história em que a selvageria e o fanatismo religioso tivessem sido substituídos pela emergência das maneiras e do comércio, condição que talvez o Brasil se aproximasse com a vinda da Família Real em 1808. Southey teria que escrever outro tipo de história, uma história de um povo supersticioso que engatinhava nos graus de civilização e sem nenhuma revolução que pudesse ser seu catalisador.

A empreitada tomada por Southey oferecia um grande desafio: o

desafio de se escrever a história do Novo Mundo. A história do Brasil, como grande parte da história do Novo Mundo, não se enquadrava no modelo narrativo disponibilizado pela historiografia europeia para a explicação do desenvolvimento do homem na Terra, pois trazia à tona um estado social nunca antes registrado. A história dos seus primeiros habitantes deveria ser escrita sobre diferentes princípios da do homem civilizado tendo em vista que, apesar de viverem, predominantemente, como caçadores e coletores, tinham em seus costumes e maneiras marcas de uma barbárie tão grande que só poderia ser chamada de selvagem (POCOCK, 2005, p. 11-12). A história do homem na terra era entendida em uma sequência evolutiva em que a sociedade viveu em diferentes estágios. O primeiro deles era de caçadores, depois veio o de pastores – no qual houve a apropriação da terra –, em seguida uma sociedade de agricultores – onde ocorreu a constituição da propriedade – e, por fim, o estágio de uma sociedade de comerciantes.[23] Enquanto delimitar as sociedades como baseadas na caça, pastoreio, agricultura ou comércio dizia sobre seu desenvolvimento econômico e seu modo de subsistência, identificá-las como selvagem, bárbara ou polida, enfatizava o seu progresso moral (MACLEOD, 2015, p. 364).

Após a descoberta do Novo Mundo e da certeza de que os seus habitantes eram seres humanos e não monstros, houve a necessidade de integrá-los à história. O Novo Mundo exigia uma nova história, em um sentido filosófico e narrativo, e a historiografia foi pressionada por essa nova demanda (POCOCK, 2005, p. 161). Um dos desafios apresentados a Southey era o de que o nativo americano não possuía nenhum dos atributos sociais e políticos desenvolvidos na Europa, nem existiam indícios de que iria desenvolvê-los. Dentro da teoria dos estágios civilizacionais, a história era definida como o processo pelo qual a civilização foi produzida, e os indígenas brasileiros não eram vistos como tomando os passos cruciais para deixar o estado de natureza, condição na qual sempre viveram, em direção a algum dos estágios de civilização mais avançados. A condição de selvagem poderia ser encarada como perpetuadora das qualidades mentais e dos costumes que ela mesma gerava, e apenas a invenção de Deus ou a interferência de pessoas civilizadas poderiam libertá-los desse

estado natural (POCOCK, 2005, p. 167-174).

William Robertson empregou de forma inédita, em sua *History of America* (1777), o vocabulário da teoria dos quatro estágios civilizacionais, salientando a relação direta entre modo de subsistência e estágio civilizacional. A partir desse momento os primeiros habitantes do Novo Mundo atenderam definitivamente por selvagens e o termo bárbaro foi reservado, de forma geral, para o rude europeu (POCOCK, 2005, p. 186). Apesar de a posição de selvagem constituir de forma decisiva a filosofia do progresso da sociedade, o selvagem não fazia parte da narrativa da história europeia. Não existiria uma fase selvagem para ser narrada na história europeia. Enquanto o estado selvagem foi expulso dessa história, o progresso da sociedade foi expulso da história da América pré-colombiana. Havia um consenso formulado de que a passagem de uma sociedade de pastores para de agricultores e depois para comerciantes e cidadãos polidos, que consistia o progresso da sociedade em si, tivesse ocorrido apenas na Europa (POCOCK, 2001, p. 328).[24]

Dessa forma, a história do Brasil começaria com a fase selvagem, inexistente na história europeia. Se o primeiro elemento – o indígena – vivia em um estado selvagem, o segundo elemento – o português – era entendido por Southey como vivendo em um estado bárbaro, ou seja, em uma sociedade cristã envolta em superstições e fábulas. Os Jesuítas, por exemplo, têm um papel bastante controverso na *História do Brasil* e aparecem como representativos do pensamento português. Apesar de serem retratados como difusores das crenças católicas possivelmente supersticiosas, poderiam tirar o selvagem de seu estado inerte e desenvolver os princípios básicos de sociabilidade, como lei e propriedade.

Southey tinha grande aversão ao catolicismo, fortemente potencializada nas suas viagens a Portugal, pois a considerava uma religião de supersticiosos e fanáticos que não contribuía para o desenvolvimento humano.[25] A antipatia que Southey nutria pela religião católica é, sem dúvida, um dos elementos centrais da *História do Brasil*. Aliado a isso, existia o desejo por parte de Southey de imbuir os leitores com seu código moral através do encorajamento

de qualidades como decência, dever, piedade e pureza (BOLTON, 2007, p. 6).

Do ponto de vista da crença dos colonos, a história do catolicismo apresentava-se para Southey como repleta de fábulas inventadas para alimentar a superstição dos fiéis. Soma-se a isso que a "história" dos selvagens passava por uma religião primitiva caracterizada como o simples produto de uma mente humana sem ajuda de ninguém e sem um guia. Se por um lado os indígenas estavam no estado selvagem, Southey não via nos bárbaros colonizadores portugueses uma melhor sorte, já que estes ainda figuravam no estado de barbarismo, em certo sentido, associado à religião católica. A história do Brasil, na medida em que era a história do selvagem brasileiro e do colono português, configurava-se como a história da superstição e um misto de selvageria e barbarismo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei Lopes de; VARELLA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no *Correio Braziliense* (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas. In: GALERY, Maria Clara Versiani; PERPÉTUA, Elzira Divina; HIRSCH, Irene (Orgs.). *Tradução, vanguarda e modernismos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 239-259.

BOLTON, Carol. *Writing the Empire*: Robert Southey and Romantic Colonialism. London: Pickering and Chatto, 2007.

COOK, Peter A. Chronology of the 'Lake School' Argument: Some Revisions. *The Review of English Studies*, New Series, v. 28, n. 110, 1977, p. 175-181.

CRAIG, David. Subservient Talents? Robert Southey as a Public Moralist. In: PRATT, Lynda (ed.). *Robert Southey and the Contexts of English Romanticism*. Farnham: Ashgate, 2006, p. 101-114.

_______. *Robert Southey and romantic apostasy*: political argument in Britain 1780-1840. Royal Historical Society; Boydell Press, 2007.

CURLY, Maria Odila Dias. O Brasil na historiografia romântica inglesa: um estudo de afinidades de visão histórica: Robert Southey e Walter Scott. *Anais do Museu Paulista*, v. 21, 1967.

CUTMORE, Jonathan (ed.). Introduction. In: *Conservatism and the Quarterly Review: a critical analysis*. London: Pickering & Chatto, 2007, p. 1-18.

_______. *Contributors to The Quarterly Review*: a history, 1809–1825. London: Pickering &

Chatto, 2008.

DIAS, Maria Odila da Silva. *O Fardo do Homem Branco*: Southey, historiador do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

FERBER, Michael E. *Romanticism*: a Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010.

GOLDBERG, Brian. Robert Southey and the claims of literature. In: _______. *The Lake Poets and professional identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 193-214.

GROOM, Nick. Love and Madness: Southey Editing Chatterton. In: PRATT, Lynda (ed.). *Robert Southey and the Contexts of English Romanticism*. Ashgate, 2006, p. 19-35.

HALLER, William. Chapter IV: 1796-1800. Portugal: law and literature. In: _______. *The early life of Robert Southey, 1774-1803*. New York: Octagon Books, 1966, p. 173-232.

HAYDEN, John O. *The romantic reviewers, 1802-1824*. London: Routledge; Kegan Paul, 1969.

HOGLE, Jerrold E. Romanticism and the “scholls” of criticism and theory. In: CURRAN, Stuart (ed.). *The Cambridge Companion to British Romanticism*. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 1-33.

HOLLAND, John; EVERETT, James. *Memoirs of the life and writings of James Montgomery*. Vol. II London: Longman, Brown, Green and Longmans, 1855.

HUMPHREYS, R. A. *Robert Southey and his History of Brazil*. London: Hispanic and Luso-Brazilian Council, 1978.

LEÃO, Joaquim de Sousa. Robert Southey. *RIHGB*, v. 178, 1943.

LOPES, A. P. Leme. Da progressão dos costumes à história natural da humanidade: reflexões escocesas sobre a temporalidade histórica. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 6, mar. 2011, p. 158-170.

MACLEOD, Emma. Revolution. In: GARRETT, Aaron; HARRIS; James A. *Scottish Philosophy in the Eighteenth Century*: Morals, Politics, Art, Religion. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 361-403.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Tácito e a tradição taciteana. In:_______. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 157-185.

POCOCK, John. *Barbarism and religion*: barbarians, savages and empires. Vol. IV. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

_______. *Barbarism and religion*: narratives of civil government. Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PRATT, Lynda. Family Misfortunes? The posthumous editing of Robert Southey. In: _______ (ed.). *Robert Southey and the Contexts of English Romanticism*. Farnham: Ashgate, 2006a, p.

222-238.

_______. Robert Southey and the Contexts of English Romanticism. In: _______. (ed.). *Robert Southey and the Contexts of English Romanticism*. Farnham: Ashgate, 2006b, p. XVII-XIX.

SMITH, Christopher J. P. *A quest for home*: reading Robert Southey. Liverpool: Liverpool University Press, 1997.

SOUTHEY, Charles Cuthbert (ed.). *Life and correspondence of Robert Southey*. New York: Harper & Brothers, 1855.

SOUTHEY, Roberto. *História do Brazil*. Traduzida do inglês pelo Dr. Luz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada por pelo Cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Garnier, 1862. Vol. IV.

SPECK, W. A. *Robert Southey*: entire man of letters. New Haven and London: Yale University Press, 2006.

STOREY, Mark. 'Bob Southey! – Poet Laureate': Public and Private in Southey's Poems of 1816. In: PRATT, Lynda (ed.). *Robert Southey and the Contexts of English Romanticism*. Farnham: Ashgate, 2006, p. 87-100.

VARELLA, Flávia. Reviver ou reunir o passado? Um novo enquadramento da proposta historiográfica de Robert Southey. *História Unisinos*, n. 18, v. 3, p. 589-600, 2014.

---

[1] Esta pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

[2] Neste livro Dias apresenta uma leitura da *História do Brasil* como percursora do Romantismo inglês e fundamentalmente preocupada com o reviver histórico. Cf. DIAS, 1974. Essa mesma caracterização está presente na dissertação da autora (CURLY, 1967).

[3] Emprega-se o termo ensaio de uma forma bastante livre para indicar as resenhas expandidas escritas por Southey para alguns periódicos ingleses.

[4] Não obstante ter recebido a considerável soma de £115 pela escrita do poema épico *Thalaba, the destroyer* (1801), em torno de £7.000 hoje em dia, Southey teve os seus rendimentos bastante abalados pela decisão de não vender os direitos autorais de seus livros. Iniciou essa prática com *Madoc* (1805), que, pela sua luxuosa primeira edição e desfavorável recepção, não deslanchou nas vendas, e Southey acabou recebendo apenas £25, algo como £1.600 atualmente (CRAIG, 2006, p. 102). Os cálculos apresentados foram feitos utilizando o conversor de moedas disponível em: http://www.measuringworth.com/. Southey recebeu algumas pensões em sua vida. A primeira delas foi concedida pelo seu amigo Charles Wynn no valor de £160 por ano, que em 1807 foi substituída por uma pensão do governo no valor de £200 por ano (SPECK, 2006, p. 119). Juntamente com o título de Poeta Laureado, recebido em 1813, Southey também ganhou uma pensão do governo. Em 1835, Southey ganhou uma nova pensão de £300 ao ano do primeiro ministro Robert Peel, que o tornou financeiramente independente do dinheiro que ganhava com o que escrevia

(SPECK, 2006, p. 230).

[5] Carta a James Montgomery, 26 de março de 1812.

[6] Em 1809, quando o periódico foi fundado, recebia, como os demais contribuintes, £10.10 xelins por folha, sendo que uma folha correspondia a 16 páginas, mas em 1818 seu honorário aumentou para £100 por ensaio escrito, por volta de £5.800 atualmente (CUTMORE, 2008, p. 63; 2007, p. 11).

[7] No original: "a conviction in my own mind that I shall ultimately hold a higher place among historians (if I live to complete what is begun) than among poets". Todas as traduções apresentadas foram realizadas por mim.

[8] "Eu mencionei ao meu tio o desejo de escrever a História de Portugal, ele gosta da ideia, mas acha que não posso fazê-la aqui, e que isso requer muito tempo. Possivelmente eu serei conduzido para Lisboa e, assim, uma objeção será removida". No original: "I had mentioned to my Uncle a wish to write the History of Portugal he likes the idea, but thinks I cannot do it here, & that it requires too much time. Possibly I may be driven to Lisbon & so one objection removed". Carta a John May, 29 de novembro/1 dezembro de 1799. Disponível em: <http://www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Two/HTML/letterEEd.26.458.html#back6>. Acesso em: 30 mar. 2014.

[9] Carta a Thomas Southey, Keswick, 12 de setembro de 1804.

[10] Carta a Charles Watkin Williams Wynn, 15 de dezembro de 1806. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1243.html#2>; carta a Charles Danvers, 28 de dezembro de 1806. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1250.html#back2>; carta a John May, 29 de dezembro de 1806. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1252.html#3>; carta à Mary Barker, 4 de fevereiro de 1807. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1273.html>. Acessos em: 31 mar. 2014.

[11] Carta a Thomas Southey, 25 de fevereiro de 1807. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1280.html#4>; carta a John Rickman, 3 de março de 1807. Disponível em: www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1281.html#13>; carta a William Taylor, 13 de abril de 1807. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1307.html#back15>; carta a John Rickman, 9 de maio de 1807. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1319.html#back9>; carta a Herbert Hill, 31 de agosto de 1809. Disponível em: <www.rc.umd.edu/editions/southey_letters/Part_Three/HTML/letterEEd.26.1673.html#back9>. Acessos em: 31 mar. 2014.

[12] Joaquim de Sousa Leão informa que, em 1804, Southey já tinha escrito três volumes *in quarto*, de 500 páginas cada um, da *História de Portugal* e que, em 1805, dava essa obra como praticamente terminada. LEÃO, 1943, p. 16.

[13] Southey acabou por escrever uma elegia à religião anglicana publicada em 1824: *The book of the Church*. Por outro lado, em seu *Sir Thomas More, or, Colloquies on the Progress and Prospects of Society* (1829) e *Essays Moral and Political* (1832) faz diversas referências à corrupção e ao fanatismo da igreja católica.

[14] Desenvolvo essa questão mais pontualmente em VARELLA, 2014. Para uma explicação da categoria Romantismo e dos elementos que a compõem, vide: FERBER, 2010. Para uma análise detalhada de como o Romantismo foi significado e ressignificado dentro da história das ideias, do *new criticism*, *old* historicismo e da importância de Freud na construção e análise do inconsciente dos românticos, vide: HOGLE, 2010, p. 1-33.

[15] A inscrição está transcrita em PRATT, 2006a, p. 220.

[16] A primeira edição do *Lyrical Ballads*, escrita por Coleridge e Wordsworth, foi publicada anonimamente.

[17] No original: "stronger proof of want of discernment or want of candor than in grouping together three man so different in style as Wordsworth, Coleridge and myself under one head".

[18] No original: "it is ridiculous enough to be thus coupled with Wordsworth, a man who probably despises my talents as much as the Reviewers despise his".

[19] Para uma análise do destaque dado por Southey às representações dos prazeres e virtudes da vida doméstica em suas poesias na década de 1790, vide SMITH, 1997.

[20] Craig cita como exemplo o trabalho de Edmund Alfred Cobban sobre Burke, de 1929, como talvez o trabalho mais influente que mostrava os Poetas do Lago como críticos do Iluminismo, e o de Crane Brinton, de 1926, que debruçou-se sobre o conceito de Romantismo e marcou a noção de pensamento social e político romântico na história intelectual britânica (CRAIG, 2007, p. 5).

[21] Para uma discussão mais detalhada entre a polêmica entre Southey e Herbert Croft envolvendo a publicação da edição em benefício da irmã de Chatterton e implicações no desenvolvimento de uma identidade profissional entre os poetas, vide: GOLDBERG, 2007. Para uma melhor exemplificação da argumentação em relação a um Chatterton romântico-lacônico, vide o quadro "The Death of Chatterton": <http://en.wikipedia.org/wiki/The_Death_of_Chatterton>. Acesso em 1/4/2014.

[22] Para um panorama do tacitismo e de sua aplicação como forma de interpretação da conjuntura política, vide: ARAUJO; VARELLA, 2009 e MOMIGLIANO, 2004.

[23] A. P. Leme Lopes apresenta um excelente panorama sobre o surgimento da história natural da humanidade, cf. LOPES, 2011, p. 158-170.

[24] Southey reconhecia a diferença entre um estado bárbaro e selvagem: "Apreciando porém o bem que fizeram os Jesuítas, cumpre recordar que os espanhóis no Paraguai se iam despenhando nesse estado que com propriedade se não pode chamar nem selvagem nem bárbaro, mas que de todas as condições em que jamais tem existido o homem, é talvez aquela em que menos virtudes se desenvolvem" (SOUTHEY, 1862, p. 64).

[25] A tradução brasileira da *História do Brasil*, publicada em 1862, conta com diversos

comentários do Cônego Fernandes Pinheiro que buscam refutar as assertivas contra o catolicismo inscritas nessa história.

HISTÓRIA DO BRASIL(1810-1819)

ROBERT SOUTHEY

PREFÁCIO DO AUTOR

Compreende esta obra alguma coisa mais do que o seu título promete. Relata a fundação e progresso das províncias espanholas adjacentes, cujos negócios veremos nos últimos tempos inseparavelmente entrelaçados com os do Brasil. Pode pois considerar-se o assunto como abrangendo todo o território entre o Prata e a Amazonas, estendendo-se para o ocidente até onde os Portugueses levaram a sua colonização ou conquista.

A única história geral do Brasil que existe é a *América Portuguesa* de Sebastião da Rocha Pitta, obra magra e mal alinhavada, que só na falta de outra tem podido passar por valiosa. Da guerra holandesa temos muitas narrações minuciosas e bem escritas. Dados mais remotos, cumpre ir colhê-los a livros, onde se acham mais semeados ao acaso do que deliberadamente consignados. Para o período subsequente mais escassas se tornam ainda as autoridades; e pelo que toca a maior parte do último século, falecem quase absolutamente documentos impressos. Uma coleção de manuscritos, não menos copioso do que interessante, e tal como a Inglaterra se não acharia outra, permite-me suprimir esta lacuna na história. A coleção a que me refiro foi formada por meu tio e amigo, o reverendo Hebert Hill, durante uma residência de mais de trinta anos em Portugal. Sem o auxílio que dele tive, vã teria sido a empresa, e impossível levá-la ao cabo.

HISTÓRIA DO BRASIL[1]

A história do Brasil, menos bela do que a da mãe pátria, menos brilhante do que a dos Portugueses na Ásia, a nenhuma delas é inferior quanto a importância. Diferem dos de outras histórias os seus materiais; aqui não temos enredos de tortuosa política que desemaranhar, nem mistérios de iniquidade administrativa que elucidar, nem revoluções que comemorar, nem de celebrar vitórias,

cuja fama viva ainda entre nós muito tempo depois de já se lhes não sentirem os efeitos. Descoberto por acaso, e ao acaso abandonado por muito tempo, tem sido com a indústria individual e cometimentos particulares, que tem crescido este império, tão vasto como já é, e tão poderoso como um dia virá a ser. Percorrendo os seus anais, mais frequentes nos agitaram a indignação e a cólera, do que esses sentimentos elevados, que o historiador prefere excitar. Tenho de falar de selvagens tão desumanos, que pouca simpatia nos podem inspirar os sofrimentos por que tiveram de passar, e de colonos cujos triunfos pouca alegria nos podem causar, por que não menos cruéis eram eles do que os Índios que guerreavam, e tão avarentos como bárbaros, perpetravam o maior dos crimes pelo mais vil dos motivos. Nem os poucos caracteres mais nobres que aparecem, alcançaram renome, que fosse além dos limites da sua própria religião, e do seu idioma.

Contudo não deixa isto de ter suas vantagens: pois do ignóbil guerrear e das empresas destes homens obscuros, surgiram consequências mais amplas, e provavelmente mais duradouras, do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre ou Carlos Magno. A série pois das suas aventuras; a descoberta de extensas regiões; os hábitos e superstições de tribos não civilizadas; os esforços de missionários, em quem a mais fria política dirigia o zelo mais fanático; o crescimento e a queda do extraordinário domínio que eles estabeleceram; e o progresso do Brasil desde os seus mesquinhos princípios até a importância que atualmente atinge, tudo isto são tópicos de não vulgar interesse.

HISTORY OF BRAZIL[2] (1810-1819)

ROBERT SOUTHEY

PREFACE

Something more than the title promises, is comprised in the present work. It relates the foundation and progress of the adjacent Spanish Provinces, the affairs of which are in latter times inseparably connected with those of Brazil. The subject may therefore be considered as including the whole track of country between the

rivers Plata, Paraguay, and Orellana or the Amazons, and extending Eastward towards Peru, as far as the Portuguese have extended their settlements or their discoveries.

The only general History of Brazil is the *America Portuguesa* of Sebastiam da Rocha Pitta, a meagre and inaccurate work, which has been accounted valuable, merely because there was no other. There are many copious and good accounts of the Dutch war. Earlier information is to be gleaned from books where it occurs rather incidentally, than by design. Authorities are still scarcer for the subsequent period, and for the greater part of the last century, printed documents almost entirely fail. A collection of manuscripts not less extensive than curious, and which is not to be equalled in England, enables me to supply this chasm in history. The collection was formed during a residence of more than thirty years in Portugal, by the friend and relation to whom this work is inscribed. Without the assistance which I have received from him, it would have been hopeless to undertake, and impossible to complete it.

A critical account of all the materials which have been consulted, will be appended to the concluding volume. The map also is delayed, for the purpose of rendering it as full, and as little incorrect as possible, though a far better than any which has yet appeared might have been given at present.

HISTORY OF BRAZIL

The history of Brazil is less beautiful than that of the mother country, and less splendid than that of the Portuguese in Asia; but it is not less important than either. Its materials differ from those of other histories: here are no tangles of crooked policy to unravel, no mysteries of state iniquity to elucidate, no revolutions to record, nor victories to celebrate, the fame of which remains among us long after their effects have past away. Discovered by chance, and long left to chance, it is by individual industry and enterprise, and by the operation of the common laws of nature and society, that this empire has risen and flourished, extensive as it now is, and mighty as it must one day become. In the course of its annals disgust and anger will oftener be felt than those exalted feelings which it is more grateful

for the historian to excite. I have to speak of savages so barbarous that little sympathy can be felt for any sufferings which they endured, and of colonists in whose triumphs no joy will be taken, because they added avarice to barbarity;.. ignoble men, carrying on an obscure warfare, the consequences of which have been greater than were produced by the conquests of Alexander or Charlemagne, and will be far more lasting. Even the few higher characters which appear have obtained no fame beyond the limits of their own religion, scarcely beyond those of their language. Yet has the subject its advantages: the discovery of extensive regions; the manners and superstitions of uncivilized tribes; the efforts of missionaries, in whom zeal the most fanatical was directed by the coolest policy; the rise and the overthrow of the extraordinary dominion which they established; and the progress of Brazil from its feeble beginnings, to the importance which it now possesses, these are topics of no ordinary interest.

HISTORY OF BRAZIL[3]

ROBERT SOUTHEY

D. PEDRO, DIQUE DE BRAGANÇA.

PREFACE

Something more than the title promises, is comprised in the present work. It relates the foundation and progress of the adjacent Spanish Provinces, the affairs of which are in latter times inseparably connected with those of Brazil, The subject may therefore be considered as including the whole track of country between the rivers Plata, and Orellana or the Amazons, and extending Eastward, as far as the Portuguese have extended their settlements or their discoveries.

The only general History of Brazil is the *America Portuguesa* of Sebastiam da Rocha Pitta, a meagre and inaccurate work, which has been accounted valuable merely because there was no other. There are many copious and good accounts of the Dutch war. Earlier information is to be gleaned from books where it occurs rather incicidentally [sic] than by design. Authorities are still scarcer for

the subsequent period; and for the greater part of the last century, printed documents almost entirely fail. A collection of manuscripts not less extensive than curious, and which is not to be equalled in England, enables me to supply this chasm in history. The collection was formed during a residence of more than thirty years in Portugal, by the friend and relation to whom this work is inscribed. Without the assistance which I have received from him, it would have been hopeless to undertake, and impossible to complete it.

1810.

* * * * * *

A reprint of this volume having been required, I have taken the opportunity thus afforded, to insert such corrections and additions, as new documents, obtained since its first publication, have enabled me to make.

I am obliged to Mr. Constable of Edinburgh, for the use of a collection of original dispatches from the home Government to D. Luiz de Sousa, during his administration in Brazil. The facts which I have gathered there, and of which no other trace is to be found, make me fully sensible how much may be added to the history of Brazil, by one who has access to the archives at Lisbon.

The additions and corrections to the whole work will be printed separately, when they are completed.—In the present volume, the paging of the first edition is retained in the margin, on account of the Index.

Dec. 1821.

HISTORY OF BRAZIL

The history of Brazil is less beautiful than that of the mother country, and less splendid than that of the Portuguese in Asia: but it is not less important than either. Its materials differ from those of other histories: here are no tangles of crooked policy to unravel, no mysteries of state iniquity to elucidate, no revolutions to record, nor victories to celebrate, the fame of which remains among us after their effects have past away. Discovered by chance, and long left to chance, it is by individual industry and enterprise, and by the

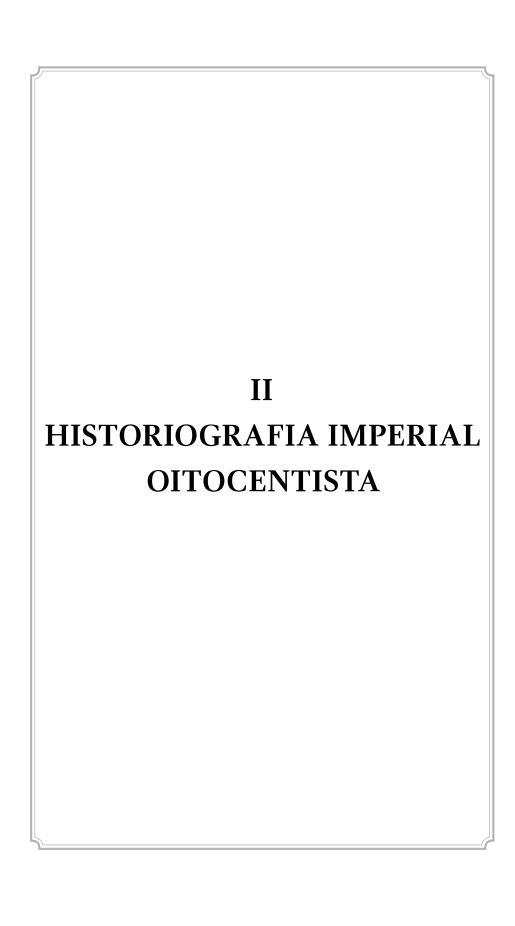
operation of the common laws of nature and society, that this empire has risen, extensive as it now is, and mighty as it must one day become. In perusing its annals, disgust and anger will oftener be felt than those exalted feelings which it is more grateful for the historian to excite. I have to speak of savages so inhuman that little sympathy can be felt for any sufferings which they endured; and of colonists in whose triumphs no joy will be taken, because they were not less cruel than the cannibals upon whom they warred, and being avaricious as well as barbarous, perpetrated the worst of crimes for the vilest of motives. Even the few higher characters which appear have obtained no renown beyond the limits of their own religion, scarcely beyond those of their language. Yet has the subject its advantages: for out of the ignoble warfare and pursuits of these obscure men, wider consequences have arisen, and likely to be far more lasting, than those which were produced by the conquests of Alexander or of Charlemagne. The series therefore of their adventures; the discovery of extensive regions; the manners and superstitions of uncivilized tribes; the efforts of missionaries, in whom zeal the most fanatical was directed by the coolest policy; the rise and the overthrow of the extraordinary dominion which they established; and the progress of Brazil from its feeble beginnings, to the importance which it now possesses, these are topics of no ordinary interest.

---

[1] Consiste na introdução do volume 1.

[2] Prefácio e introdução contidos na primeira edição da obra (1810), em inglês.

[3] Prefácio e introdução contidos na segunda edição da obra (1822), em inglês.

II
HISTORIOGRAFIA IMPERIAL OITOCENTISTA

JOÃO PEDRO RIBEIRO
(1758-1839)

APRESENTAÇÃO

Fábio Laurandi Coelho

João Pedro Ribeiro (1758-1839) é considerado pai e difusor da diplomática e da paleografia em Portugal. Muitos o qualificam como pioneiro ou precursor de uma história metódica, com caráter científico, no país. Foi o primeiro lente da cadeira de Diplomática da Universidade de Coimbra (1796) e realizou, durante toda a sua carreira, tarefas relacionadas ao trato com os documentos. Sua trajetória chama a atenção pela quantidade de cargos e funções que ocupou em vida, como desembargador da Casa da Relação do Porto e da Casa da Suplicação em Lisboa. Foi deputado extraordinário do Santo Ofício e ainda membro do Conselho de Dom João VI, além de comendador honorário da Ordem da Torre e Espada. Em 1810, na eminência de nova invasão francesa, foi conferida a Ribeiro a tarefa de elencar os documentos importantes e que estavam em estado satisfatório para serem levados ao Brasil, onde a Corte já se encontrava. Foi nomeado ainda cronista-mor do Ultramar, este um cargo que nunca chegou a desempenhar.[1]

Natural do Porto, João Pedro Ribeiro adquire em 1781 seu diploma de doutoramento em Cânones na Universidade de Coimbra, instituição na qual havia ingressado sete anos antes. O autor vive nesta cidade até o início do século XIX, quando organiza a transferência de suas funções para Lisboa. É criada em 1796 a cadeira de Diplomática da Universidade de Coimbra, especialmente para seu primeiro lente: João Pedro Ribeiro. Duas observações podem ser feitas quanto a este fato. Em primeiro lugar, a criação da cátedra já era pensada desde 1773, tendo a cadeira de ortografia diplomática funcionado durante um ano, entre 1775 e 1776.[2] Por outro lado, a cátedra de Diplomática só tem seu funcionamento prático iniciado a partir de 1801, quando é transferida para Lisboa a

pedido de Ribeiro, que alegava lá se encontrarem os documentos necessários para o trabalho do ensino em questão. De fato, passa a funcionar, nesse momento, nas dependências do *Real Arquivo da Torre do Tombo*, o que leva Ribeiro a se transferir de cidade mais uma vez, passando a viver na capital do reino.

Como membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, criada em 1779, João Pedro Ribeiro realizava, desde a década de 1780, a tarefa de percorrer cartórios de diversas naturezas do centro e do norte do reino em busca de documentos, conferindo o estado de conservação e a autenticidade destes, para que fossem úteis a Portugal – entrou em depositório de documentos pela primeira vez na Câmara do Porto, em 1783, segundo o próprio (RIBEIRO, 1798, p. 3). A partir dessa prática, Ribeiro fazia também outro uso de seu empreendimento, escrevendo textos sobre o estado dos documentos que encontrava, a localização destes, as técnicas que utilizava na tarefa, e mais uma série de preocupações que orientavam sua ação.

Seus trabalhos mais conhecidos são as *Observações Históricas e Críticas para Servirem de Memórias ao Sistema da Diplomática Portuguesa* e as *Dissertações Cronológicas e Críticas Sobre a História e Jurisprudência Eclesiástica e Civil de Portugal*. O primeiro, publicado em 1798, aborda a questão dos "diversos cartórios existentes, desde os das câmaras aos dos mosteiros, ordens religiosas, igrejas e Universidade, discorrendo sobre o seu estado e o modo como se devia prover à sua organização e melhoria dos documentos" (COELHO, 2011, p. 15). Ainda nessa obra, refere-se aos documentos falsos que poderiam ser encontrados nos locais mencionados, e se detém sobre a autenticação dos documentos. A outra obra mencionada, *Dissertações Cronológicas e Críticas*, publicada em cinco volumes entre 1810 e 1836, além de apresentar as mesmas características, continha catalogações de documentos e reflexões de pendor histórico, entre outras abordagens.

As *Reflexões Históricas* possuem lugar de destaque na vasta obra do autor por representarem o papel que o próprio João Pedro Ribeiro pretende ocupar como um primeiro arquivista para a história lusitana, na tentativa de deixar sua marca para o balizamento de trabalhos de caráter histórico posteriores. Escrita em dois volumes

entre 1835 e 1836, nessa obra Ribeiro faz observações sobre o estado dos documentos analisados em sua empreitada, a localização dos mesmos, a vasta catalogação, os aditamentos a textos já escritos, transcrições completas, e – destaca-se este aspecto – reflete sobre a problemática de uma narrativa sobre o passado de Portugal. Esta última, segundo o autor, deveria ser rapidamente iniciada por meio da criação de um grande arquivo. As *Reflexões Históricas* é uma das últimas obras escritas por Ribeiro, pois mesmo as *Dissertações Cronológicas e Críticas* têm apenas um último volume publicado na década em questão, mais precisamente em 1836, três anos antes da sua morte. Os outros quatro haviam sido publicados entre 1810 e 1819.

> Não se pretenda porém nunca levantar de um só jacto tão vasto edifício. A História da nossa Nação, como de qualquer outra, tem ramos muito distintos, cada um deles respeita a diversos objetos, e portanto requer trabalhe em cada um quem for da profissão. Assim o praticaram prudentemente os Enciclopedistas (RIBEIRO, 1835, p. 1).

João Pedro Ribeiro direciona a prática historiadora a ser seguida através das *Reflexões Históricas*. Se arroga o papel de um primeiro arquivista, procedendo à escolha dos vestígios que deverão ser mantidos como prova histórica. De tal forma, intenta criar um corpo documental de análise fundamental para quem viesse a trabalhar com este, a fim de escrever a história do reino português. Essa preocupação com uma narrativa de cunho histórico parece surgir ao longo da produção de Ribeiro, imbricando-se às práticas com as quais o mesmo desenvolve suas ações, como o colecionismo, o antiquariado, a mestria em rigor diplomático e paleográfico, práticas marcadas pela erudição do Setecentos luso.

Dessa maneira, começamos a compreender a emergência da prática histórica que se constitui como cânone no século XIX, acionando novos dispositivos no trato com o passado. Ribeiro figura neste momento como um entre dois.

> Deve, com efeito, dizer-se que *a história não existia ainda com uma configuração definida* e, desta forma, muitas das reflexões e atividades que englobamos no âmbito da história pertenciam a outras áreas, embora se difundissem também pela já então chamada área da história (TORGAL, 1998, p. 33, grifo meu).

Essa “indefinição” sugerida por Torgal compreende o período em que vive e trabalha João Pedro Ribeiro. Esse está precisamente envolvido com a prática do antiquariado e da erudição, mas, ao mesmo tempo em que publica coleções de documentos, escreve sobre os mesmos. Mais ainda, em sua obra *Reflexões Históricas*, empreende um esforço de direcionamento para a escrita de uma história do reino, o que poderíamos considerar a prática *par excellence* do fazer histórico do Oitocentos. Prática esta que deveria se caracterizar de alguma forma como distinta do antiquariado e do colecionismo, pois essas constituíram reflexões legítimas do passado segundo os referenciais de seu tempo. Em artigo que trata sobre a tradição antiquária, Manoel Salgado Guimarães sugere que a partir do século XVIII a preocupação dos filósofos em transformar o passado em objeto de estudo começa a esvaziar de sentido a prática do antiquariado e da erudição, estas passando a ser vistas como meras e amadoras sacralizações de objetos, desprovidas de senso pragmático.

O tratamento do passado, em seu sentido moderno, institui a História como disciplina capaz de ordenar o conjunto de experiências passadas e legitimar o presente. Através dessa “vitória dos modernos”, ao presente se confere a condição final de um percurso que, por conta disto, enxerga de maneira privilegiada as experiências pretéritas. O historiador em seu sentido moderno pode, portanto, reinventar a tradição antiquária de forma pejorativa e caricatural, produzindo uma imagem evolucionista de sua própria prática. Em tais condições, o antiquário é visto como o passado indesejável da disciplina histórica.

A erudição é, portanto, derrotada, não mais constituindo uma maneira legítima de se tratar o passado. É enxergada como prática que não acrescenta nem muda o conhecimento existente acerca do passado das sociedades humanas. Os vestígios do passado deveriam, a partir de então, se prestar ao olhar de quem estivesse apto a estabelecer relações destes com as experiências pretéritas, explicando o presente através desse exercício. Compreende-se, dessa maneira, que a prática triunfante – que empreende progressivamente uma cientifização do campo histórico no século XIX – apropria-se

dos saberes até então legítimos para lidar com o passado, e os submete às técnicas exigidas pelo novo método de realização da tarefa histórica. A diplomática e a paleografia passam a ser vistas como ciências auxiliares da história, com função preparatória para a tarefa histórica (Cf. GUIMARÃES, 2000, p. 111-143).

João Pedro Ribeiro realizava as práticas do antiquariado, do colecionismo, da erudição, da diplomática e da paleografia, entre outras trabalhadas em seus textos. Como foi dito no início, escrevia sobre o estado da documentação encontrada. E é lido por grande parte da historiografia portuguesa como pai e difusor de uma "crítica histórica" ou de uma "história metódica", introdutor e pioneiro da diplomática e da paleografia em Portugal. Porém, é possível indicar e perceber a coexistência de práticas possíveis de lidar com o passado na trajetória e na formação de João Pedro Ribeiro, que não aparecem desapreciadas em relação à escrita de uma história. O que Ribeiro parece propor, em determinado momento de sua produção, é uma releitura dessas tradições, sugerindo um diálogo e uma adequação aos valores circulantes com os quais tem contato ao longo de sua carreira.

REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

GOMES, Saul António. Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António; MORUJÃO, Maria do Rosário. *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 41-51.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História. *Humanas*: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 23, 2000, p. 111-143.

RIBEIRO, João Pedro. *Observações Históricas e Críticas Para Servirem de Memórias ao Sistema da Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Siências de Lisboa, 1798.

_________. *Reflexões Históricas*. Parte I. Coimbra: Imprensa Universitária, 1835.

_________. *Reflexões Históricas*. Parte II. Coimbra: Imprensa Universitária, 1836.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A Historiografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo, 1974. Vol. III.

TORGAL, Luis Reis. Antes de Herculano. In: _______; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. *História da História em Portugal*: séculos XIX-XX. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 19-37.

---

[1] Para mais detalhes, conferir SERRÃO, 1974, p. 230-233.

[2] Vale destacar que desde 1772 encontra-se criada a cátedra de Paleografia, demonstrando o crescimento de uma preocupação de natureza histórica nos círculos letrados portugueses neste momento. O lente desta cadeira era D. Frei Manuel do Cenáculo, figura que exerceu papel crucial na reforma da Universidade de Coimbra. Cf. GOMES, 2001, p. 44.

REFLEXÕES HISTÓRICAS(1835)
JOÃO PEDRO RIBEIRO

N.1

> "Persuadirá aos ouvintes, que unam sempre o estudo das Leis Pátrias com a lição da História Civil, e das antiguidades da Nação Portuguesa."
>
> Estatut. da Universidade L.II. Tit.VI. Cap. III. § 43.

Esta recomendação, que se fazia quase no fim do Século XVIII, ao Lente de Direito Pátrio, tanto a reputo então inexequível, quanto atualmente (passado mais de meio século, e em que se tem assaz trabalhado sobre o assunto), a considero sumamente árdua.

Tendo nos números seguintes de tomar em consideração a História Nacional nos seus diversos ramos, sem omitir a Jurídica, julgo que não será inútil indicar nesta a História da Reforma dos Estudos entre nós, desde a última metade do século passado.

Resolveu-se muito assisadamente principiar pelos Estudos Menores e Humanidades. Houve a feliz lembrança de entregar a direção deles a um homem tão abalizado como o D. Thomaz de Almeida. O efeito por si fala, e bastará dizer se lhe deve mais que à Mesa Censória, Mesa da Comissão e à Junta da Diretoria dos Estudos Menores. Variando-se a cada passo de planos e providências, esta última, nas suas Instruções, esquecendo-se da máxima prudencial – *medio tutissimus ibis* – guindou-se ao gênero sumo, e os efeitos foram os que temos visto. A quem lhe parecer que exagero, convido a ler as qualidades que requer para a Cadeira da Língua Grega. O que se achasse hábil para satisfazer a um tal exame nunca aspiraria a um ordenado de 400$rs., antes como um consumado Grecista, se lembraria de figurar em qualquer nação culta com maior consideração e emolumentos.

À dos Estudos Menores seguiu-se a reforma das Ciências Maiores. Principiou-se muito cordatamente por ouvir o voto de sábios nacionais e estrangeiros; criou-se mesmo uma comissão para traçar o seu plano: o nome dos escolhidos honrará sempre a memória de

quem os soube conhecer: eles mesmos acharam colaboradores, de que alguns os igualavam, se não excediam, e cujos nomes ainda hoje são sabidos. Em menos de um ano subiu a consulta da junta, com o título – Compêndio Histórico, etc. – e consecutivamente os Estatutos que, sendo aprovados, se principiaram a executar no fim do ano de 1772.

Tomarei primeiramente em vista aquele Compêndio Histórico. Quem com atenção o ler tem de admirar que tanto tivesse penetrado até nós o bom gosto dos estudos: as suas notas mostram mesmo que os mais abalizados metodistas eram familiares aos seus autores. Mas não escaparam ao vício do século e às circunstâncias em que figurava a Dedução Cronológica. Era preciso que se estofasse com ela e com as suas *atrocidades* o Compêndio Histórico; e quando fosse necessário inculcar as causas da decadência das ciências, sem lembrar os campos de África, o cativeiro espanhol e a Guerra da Aclamação se atribuísse aos jesuítas. Era bem escusado se lembrassem, com aquela Dedução, até imputar-lhe na Parte I. Prelúdio IV. §. 213. o abuso das metáforas e depois vestirem eles mesmos a roupeta na Parte II. Cap. II. E apresentarem o §. 281. de que nas Aulas e Obras Jesuítas se não achará exemplo de uma afetação mais ridícula. Um dos colaboradores da parte do mesmo Compêndio, relativo às ciências naturais, confessou a tortura em que se achara precisando imputar aos jesuítas também a corrupção entre nós da química.

Passo já aos Estatutos e não ignoro os elogios que mereceram em toda a Europa, o que não esqueceu assoalhar-se entre nós; mas sem me encarregar de os analisar, sou obrigado a reconhecer como luxuário e exorbitante o seu objeto, a específica declaração das doutrinas, que se deveriam ensinar em cada uma das aulas, subministrando até aos professores definições triviais, qual a da Igreja, divisões, etc., transformando um regulamento de estudos em um tratado científico. Em tempo em que só eram conhecidos o 2º, 3º e 4º Livros do Código Afonsino não se lhe pode dar em culpa equivocá-lo com uma Coleção Cronológica d’El Rei D. Duarte, etc.

Não era bastante a regulação dos estudos, era preciso escolher professores. Há também nisto que notar. Sem curar de antiguidades

escolheram-se os que se supuseram mais aptos; mas como seriam bons lentes de Teologia os que ignoravam a língua grega e hebraica, encanecidos quase todos nos estudos escolásticos? Tudo o que não foi para as ciências positivas ir procurar lentes criadores (que tão famosos se conheciam então pela sua fama e escritos) às Universidades de Viena, Friburgo, Turim, etc., foi edificar sem alicerces. É verdade que não esqueceu isto para as ciências naturais: escolheram-se dois lentes estrangeiros para Medicina, dois para Matemática e dois para Filosofia, encarregando a um deles duas Cadeiras; mas teve um lente nacional da mesma faculdade de ir ouvir as lições de História Natural e Química, e assistir às demonstrações de Física, para no fim do ano ser juiz dos seus mesmos condiscípulos. A experiência mesma mostrou que em todas as primeiras promoções das faculdades se não acertou em tudo.

Para o mesmo novo estabelecimento se escolheu um Reitor, que fora membro da Junta que formalizara os Estatutos, e que tinha por si o crédito público. Concebendo, porém, este, o plano de pôr desde logo em exercício todas as Cadeiras, o que lhe foi aprovado, apareceu o Edital *das providências literárias*, que junto às arbitrariedades do Prelado e não menos às do Governo, foram progressivamente paralisando a reforma. Ainda teve por sucessor o sisudo Principal Castro, um dos alunos primogênitos da reforma: escravo da lei e da razão, com talentos oportunos e discrição, pouco pôde fazer por lhe faltar o apoio.

Não é alheio do meu tema que eu diga alguma coisa em especial da Cadeira de Direito Pátrio. Ela foi provida em um distinto jurista, até prático. A sua prudência lhe sugeriu pedir tempo para dignamente ensinar. Trabalhou para isso no Real Arquivo e coligiu bastante, mas foi efêmero o seu exercício, passando depois para a Junta do Código.

Foi, portanto, o seu substituto que teve de reger a Cadeira. Este homem extraordinário pode combinar o mesmo exercício com a coordenação da obra, que foi aprovada depois para Compêndio da Aula. Só o autor das Segundas Linhas poderia lembrar-se de a criticar parágrafo por parágrafo. A censura da sua História de Direito Português pelo Padre Pereira assaz lhe satisfez o autor.[1] Não pretendo atribuir-lhe o dom da infalibilidade que os cismontanos

negam à cabeça da Igreja e os heterodoxos à mesma Igreja, mas reconheço que ele fez ainda mais do que pareciam permitir o tempo em que escreveu e o seu caráter um tanto audaz.

Concluo este artigo ponderando que as Teses de todas as Faculdades, que apareceram no fim do primeiro sexênio da reforma e ainda em alguns anos seguintes, serão sempre uma prova decisiva a favor daquela reforma. Não quero também se perca a lembrança que um lente jurista, que a princípio pouco de si prometia, pode, com estudos bem regulados e assíduos, formar-se em poucos anos um consumado jurisconsulto que, honrando o magistério, foi ainda ilustrar os Tribunais da Corte. De uma e outra coisa fui testemunha.

...

N.2

> *Nil actum credens dum quid superesset agendum.*
>
> Lucan. De Bell. Civil. L. II. §. 657

Inculcar a necessidade de uma História da nossa Nação no presente século parece um paradoxo. Gemem as nossas livrarias com o peso de volumosas obras sobre este assunto, o Abade Barbosa de catálogos manuscritos e impressos enriqueceu a sua biblioteca neste artigo; quase todos os Reis de Portugal tem a sua crônica, alguns duas e três, e mais: muitas povoações e institutos regulares e até mosteiros as tem particulares, as dioceses histórias dos seus prelados. Indivíduos mais e menos expectáveis tem escrita a sua vida e muitos estrangeiros nos tem mimoseado escrevendo de Portugal, principalmente nas suas viagens; mas tendo tudo isto, poderemos gloriar-nos de possuir uma História que, segundo Cícero a qualifica, possa dizer-se *Mestra da Vida e pregoeira da Verdade*?

Se quanto em tais obras se contém de inútil e inexato se tivesse suprido com o útil e o verídico, teríamos já avançado muito. É o fim a que se têm proposto alguns dos nossos escritores, como Resende e Masdeu, enquanto escreveu a nossa História com a do resto da Península e o nosso sempre saudoso António Caetano do Amaral. Mas aquele parou na época em que principiávamos a figurar separados; este não passou da primeira estirpe dos nossos Reis. O

plano de um e outro, assaz análogos e dirigidos pelo bom gosto e crítica exata, nos deixaram aberta a estrada para a prosseguirmos e aditarmos mesmo aquelas com as espécies que ainda faltam, relativas aos períodos que chegaram.

E teremos nós já prontos os dados para desempenhar esta árdua empresa? Os Estatutos da Universidade Livro II. Tit. VI. Cap. 3. desde o §. 43, e especialmente no §. 49, encarregava isto ao lente de Direito Pátrio. Mas ele não podia ter cem braços. É indisputável que um edifício majestoso e sólido depende, até para os seus alicerces, que trabalhem primeiro os cabouqueiros na pedreira. É o que sabiamente meditou a Academia Real das Ciências de Lisboa, promovendo o exame dos cartórios: não menos lembrou ao Governo a criação de uma Cadeira de Diplomática, que habilitava colaboradores dessa empresa. Sabe-se o que nisto se fez, e de tais trabalhos ainda estão inéditos, confessou ter-se já aproveitado o sábio António Caetano do Amaral. Mas esta empresa parou em menos da vigésima parte talvez da sua totalidade: dos empregados morreu um, inabilitaram-se os outros e até morreu a Cadeira de Diplomática; e da colheita que se achava feita apenas alguns retalhos têm sido publicados.

Parece ter mostrado não ser chegada ainda a época de se desempenhar dignamente uma tal empresa, e sirva esse mesmo amargo desengano para lembrar eficazmente o promover os meios para algum dia se lançar mão deles.

Não se pretenda, porém, nunca levantar de um só jato tão vasto edifício. A História da nossa Nação, como de qualquer outra, tem ramos muito distintos, cada um deles respeita a diversos objetos e, portanto, requer trabalhe em cada um quem for da profissão. Assim o praticaram prudentemente os enciclopedistas.

Ainda que as circunstâncias me têm obrigado a mudar mais de uma vez de objeto, em nenhum deles me posso gloriar nem de mediano, e por isso nunca me arrojaria a submeter os ombros a alguma das mesmas empresas; lembro-me somente de verificar que não exagero enquanto inculco a necessidade de retocar e aditar o que está feito, indicando espécies que tenho colhido, relativas a diversos ramos da nossa História, e que poderão facilmente reduzir-se àqueles a que

pertencem.

Não me cansarei por isso em classificá-los, seguindo como mais fácil a ordem de minha colheita, ou aquela a que já os tenho reduzido, e não a cronológica ou sistemática, que retardaria a sua publicação. Tendo tudo isto só por fim dar provas do que indiquei, isto é, que há muitos fatos que interessam à nossa História e, por isso, nela se não devem omitir, e que ainda se não acham aproveitados.

...

N.7

Parecerá talvez ter-me esquecido da minha vocação, divagando por assuntos profanos, e não dando o primeiro lugar à História da Igreja Lusitana. A sua vastidão desanima, até por compreender muitos ramos, de que alguns se podem considerar intactos ou apenas indicados; muitos precisam ser corretos e aditados, outros continuados.

Florez, Masdeu, D. Thomaz da Encarnação trataram deste assunto e muitos outros nacionais se restringiram à História de algumas dioceses, igrejas, mosteiros, etc.

Não é mesmo para deixar de imitar-se o plano, que alguns seguiram, isto é, o dos abalizados escritores da História Universal da Igreja, com mais ou menos discrepância. Não sendo o meu objeto encarregar-me da árdua empresa de escrever uma digna e completa História da Igreja Lusitana, me reduzo neste número a indicar os assuntos gerais que ela deve compreender. Não seguirei na sua enumeração a ordem sistemática: o plano da obra deve ser todo do autor e das suas proporções: algum mesmo se contentará de tomar em vista somente um ou outro assunto: talvez será este o meio mais oportuno de se conseguir mais breve e facilmente o fim desejado.

[...]

Tendo corrido o vasto campo da nossa História Eclesiástica, ainda não presumo ter indicado quanto é necessário. Sobre alguns dos que deixo enumerados farei consecutivamente as lembranças, que tenho colhido, e me parecer possam ser úteis a quem pretender sistemar alguns deles, produzindo-os segundo a ordem em que os for

encontrando nos meus apontamentos.

...

N.15

[...]

Sendo mandado dar lição no quarto ano do meu curso canônico, não duvidei impugnar a doutrina do compêndio (o assunto então eram dízimos), com o que tinha aprendido dois anos antes na aula de História Eclesiástica, não obstante ter sido aquela doutrina abonada no dia antecedente; por isso mesmo que não fora impugnada na preleção. A mais me arrojei no ano seguinte. Sendo nomeado para arguente em uma sabatina (o assunto era padroado), não duvidei também opor-me à doutrina do compêndio (obra do mesmo lente que presidia a sabatina), impugnando-a com princípios contrários de Direito, e abonando-me com a Lei 9ª das Cortes de Coimbra da Era de 1249, com as Atas das Inquirições do Senhor D. Affonso III da Era de 1296 entre Douro e Ave no Artigo *Portus* (L. 5. das mesmas Inquirições fol. 10. vers.) e com os fatos, entre outros, da Eleição Canônica de S. Geraldo para a Metrópole de Braga, e de Cresconio para a Sé de Coimbra na Era de 1130.

Ainda mais me adiantei, refugando a autoridade citada no compêndio, de Francisco de Roye e Francisco Ramos de Manzano, como estrangeiros, e o último particularmente como um civilista, posto que dos mais famosos luminares da Escola de Cujacio. Ponderei acerca da autoridade também citada de Jorge de Cabedo, que era de admirar que o senador antigo, e que por isso mesmo devia reputar-se ter convivido no Reinado do Senhor D. Manoel, ou muito próximo, ignorasse a diligência que o mesmo Rei tinha encarregado aos corregedores das comarcas de todo o Reino, e que ficava em oposição com a sua doutrina. Não me atreveria a referir estes dois fatos se não pudesse atestar ainda a sua exatidão com alguns dos meus condiscípulos, que ainda vivem, e outros que deles então souberam.

Mas talvez haverá quem note ser alheio quanto tenho discorrido neste número ao assunto, que tinha tratado nos antecedentes. A isto parece-me que satisfaço com o seguinte. Quando procurava nos

meus apontamentos matéria para continuar aquele objeto, fui encontrar a lembrança de Fernão de Pina, e pensei que sendo o meu intento subministrar subsídios para dignamente se escrever a nossa História, não perdia o tempo em mostrar que naquele que se encarregar desta empresa deve resplandecer eminentemente a virtude da veracidade, inseparável companheira da probidade, que neste discurso tenho procurado inspirar.

Ainda neste número direi alguma coisa sobre os direitos úteis do padroado entre nós. O Direito Canônico só considera como direito útil dos padroeiros a obrigação de serem socorridos em circunstâncias de penúria e necessidade pelas rendas das igrejas e mosteiros da sua apresentação. O mesmo direito de apresentação nunca podia ser considerado como útil, antes segundo todo o sistema das leis da mesma Igreja, e até da boa razão, se deve contemplar como um penoso e formidável encargo.

A máxima *dignioris eligendi gravíssima est obligatio*, não deve nunca deixar de andar diante dos olhos de todo e qualquer padroeiro. Bem como um general, que tem de encarregar uma expedição importante a um oficial seu subalterno, deve designar aquele que, entre os aptos reconhecer por mais apto, ficando aliás responsável especialmente pelo êxito da empresa, quando escolher para ela aquele que reconhecer por menos abalizado, posto que aliás apto: pelo mesmo motivo, o padroeiro, que chegando a reconhecer um eclesiástico em tudo digno pela sua literatura e costumes, e até pelas suas circunstâncias físicas, para ser por ele apresentado, lhe preferir outro menos benemérito, fica inteiramente responsável das maiores vantagens, com que podia e devia beneficiar o serviço da Igreja.

Os nossos costumes, porém, introduziram e estabeleceram um direito útil dos padroeiros com o título de *comedorias, cavalarias* e *casamentos,* consistindo em que uma ou mais vezes no ano tenha direito a ir comer ao mosteiro ou igreja de sua apresentação: receber uma ajuda de custo quando se armavam cavaleiros seus filhos ou quando casavam.

Esta prática parece coeva, se não antecedente ao estabelecimento da nossa Monarquia, pois são da maior antiguidade os monumentos que dela atestam, e até a isenção de semelhantes direitos, que alguns

dos fundadores concedem aos mosteiros e igrejas, logo na ocasião da sua dotação. Estes direitos passavam com o padroado, não só aos naturais, mas também aos herdeiros do fundador, dizendo-se mesmo *naturas, ou heranças,* segundo o padroado passava pelo direito do sangue ou por diverso título.

Foram estes mesmos direitos que na meia Idade deram ocasião a muitos excessos e violências, bem próprias dos séculos feudais: deles indicarei os mais frequentes e notáveis – 1º Pretenderem fruí-los os que não eram nem naturais nem herdeiros, ou estes mesmos quererem exigi-los de mosteiros ou igrejas que, pelas calamidades do tempo ou outras circunstâncias, se achavam insolúveis. Uma e outra coisa se verificava no Mosteiro do Salvador de Vairão, e se vê de um Instrumento de Apelação, em data de 15 das Calendas de abril da Era 1295 (Impresso no Tomo I. das Dissertações Cronológicas e Críticas pag. 269. Doc. N. 56.). É de notar o motivo que alega o mosteiro para se escusar, mostrando a falta de meios na cláusula seguinte – *Cum vix millium habeamus, de quo possimus ventres famélicos saturare* (Hoje que são passados seis séculos, até ao mesmo mosteiro falta esse mesquinho milho; por que os seus foreiros se dizem isentos de direitos dominicais, prevalecendo-se de uma que chamam Lei, em menoscabo da Carta Constitucional, em data de 13 de agosto de 1832). 2º Pretendendo uma comedoria separada da de seu pai os filhos dos padroeiros. 3º Aspirando ao mesmo direito os ilegítimos, ou que por crimes tinham perdido o direito dos padroeiros (Veja-se a Concórdia 1ª de D. Afonso III Artigo 6.). 4º Pretendendo uma enorme profusão de iguarias, ou excedendo o número de dias em que lhe pertencia ir aos mosteiros e igrejas, e na sua comitiva o número de criados e cavalgaduras com que se deviam acompanhar, segundo a sua graduação de Ricos-homens, Infanções, Cavaleiros etc., e até a respectiva renda de cada um. 5º Tendo direito às mesmas comedorias todos os descendentes dos fundadores e dotadores dos mosteiros e igrejas, chegaram por tempo a contar-se estes por centenares, e todas as rendas daqueles mosteiros e igrejas não bastariam para lhe dar a todos em um só dia uma módica refeição.

Isto deu ocasião a que os mesmos mosteiros e igrejas recorressem umas vezes ao Juízo Eclesiástico, outras ao Civil (de tudo restam

repetidas provas). Deu também ocasião a que os mesmos mosteiros e igrejas obrigassem estes, que se diziam naturais ou herdeiros, a provarem esta qualidade. Outras vezes, para mostrarem a sua impossibilidade, a liquidarem em Juízo a tenuidade das suas rendas, e o número enorme de naturais e herdeiros com que se achavam gravados.

No Livro de Doações do Mosteiro de Paço de Souza a fol. 58. vers. Se acha descrita a genealogia dos descendentes de D. Mendo Moniz, pela qual se pode avaliar como verídico o grande número de naturais e herdeiros, que em pouco tempo podiam sobrecarregar os mosteiros e igrejas.

Aqueles abusos não deixaram também de ser reprimidos por leis. Tem o primeiro lugar os chamados Degredos (Decretos) de D. Afonso III, que datam de 17 das Kal. de abril da Era 1299. a par de Guimarães, e se acham a fol. 45 do Livro de Leis Antigas do Real Arquivo fol. 45 a 47. Parecem ter sido feitas em Cortes, e contêm mais objetos. Principia regulando a comitiva e comedoria, que pertencia aos Magnates, vindo à Corte, ou espontaneamente, ou chamados por El Rei, e depois de contemplar os direitos dos padroeiros, excetuando deles os mosteiros de *Cistel* (Cister), proíbe o uso de armas e prescreve as iguarias que cada um pode comer.

Destes decretos passaram dois artigos para a Ord. Afonsina L. 2 T. 16. e 21.

Aos mesmos decretos se segue a fol. 47. das Leis Antigas uma lei declaratória dos mesmos por El Rei D. Diniz, sem data; porém a Monarquia Lusitana P. VII. L. 6. Cap. 2. pag. 242. lhe assina a data de 4 de agosto da Era 1345.

A esta se segue ainda outra a fol. 49 das mesmas Leis Antigas, também de D. Afonso III. de 27 de fevereiro Era 1310, que se acha incluída, e declarada na Afonsina L. 5. T. 45.

Outra de D. Afonso IV, que parece ser feita nas Cortes de Évora do princípio do seu Reinado, e de que se passou Instrumento em Lisboa a 22 de abril da Era 1366 (Acha-se impressa nas Dissertações Cronológicas e Críticas Tom. 2. pag. 248. Doc. N. 12.).

Segue-se o Artigo 25 da Concórdia de D. Pedro I. e as duas Leis de D. João O. transcritas na Ord. Afonsina L. 2. T. 16 e 17, assaz

correlativas.

Deixo de referir um grande número de providências parciais ou temporárias, já isentando alguns mosteiros e igrejas de tais prestações, pela sua situação, já libertando a todas em razão de calamidades gerais, e só devo confessar ignoro a causa da total abolição deste vexame. Parecia que uma Lei Canônica ou Civil o exterminasse; mas como a não tenho encontrado, longe de supor que isto se deve à maior polidez de costumes, quero antes conjecturar que os Magnates seguindo a Corte, que se foi estabelecendo para o Sul do Reino, ou ambicionando a glória das armas nas conquistas da África se foram esquecendo daquelas gulodices. Por este mesmo tempo cessaria a prática constante da meia Idade de figurarem sempre os padroeiros das igrejas e mosteiros nos contratos acerca dos seus bens como autorizando-os; por assim se julgar necessário.

Teria de concluir este já extenso artigo se me não recordasse de uma espécie importante, que de todo me escapou tocar no artigo antecedente, sobre dias festivos.

No Liv. M. de Prazos do Mosteiro de Paço de Souza encontrei truncado um calendário escrito em letra do século XV a fol. 180 vers. Contendo somente os cinco primeiros meses do ano, debaixo da rubrica – Estas são as Festas que se hão de guardar e jejuar por todo o ano –. Nele se contemplam duas espécies de dias, uns mais solenes, como Circuncisão e Epifania, e nestes se diz – guarde-nos todos; – em outros, como Santa Ignez, Santa Agueda, Cathedra Sancti Petri – guarde-na mulheres e *mesteiraes* – (oficiais mecânicos). Seria este calendário, que estabelece tal diferença na observância dos dias festivos, preceitado por uma Sanção Canônica Episcopal ou Sinodal do Porto, ou transcendente a outros Bispados? Eu o ignoro.

...

N.19

Tinha no número 15 pag. 55 ponderado a confusão com que os nossos reinícolas tem tratado os bens da Coroa, ainda os que especialmente os tomaram em vista, tudo nascido da falta de ideias históricas exatas a este respeito: confusão que se aumentou por ocasião do Decreto de 1832 e que se tem manifestado em tão

contraditórias alegações de Senhorios diretos e foreiros, sentenças de primeira, e ainda segunda instância; julguei portanto útil reduzir a este número as espécies históricas que tenho coligido e que sejam oportunas a elucidar este assunto, não menos importante que transcendente.

A Carta Constitucional, com pequenas exceções, incorporou na Nação os bens até aí da Coroa, e os chamou nacionais. Cumpre, portanto, averiguar quais são até aí os bens da Coroa. Não há coisa mais fácil para resolver esta questão do que pela maneira seguinte. = Todo o nosso território foi dominado pelos sarracenos e depois recobrado parte pelos reis de Leão, e ainda parte já pelos nossos. Todas as terras conquistadas ficaram da Coroa; = e quando muito, se limita esta absoluta proposição, dizendo = que estando sempre a presunção pela Coroa, incumbe a que pretender qualificar qualquer terreno por patrimonial, o produzir disso exatas provas.

Mas a mesma proposição, examinada ao farol da História, por mais de um princípio é falsa.

Primeiramente, no nosso território houve *Behetrias*, isto é, povoações, que sem auxilio algum dos Reis de Leão, ou de Portugal, sacudiram o jugo sarraceno e se mantiveram contra todas as tentativas dos mesmos. Pequenas Repúblicas, mas das quais algumas não se assombravam da extensão da de S. Marino (encravada em Itália no Ducado de Urbino, que nos nossos dias teve de ceder à prepotência de um usurpador), se regiam pelos seus foros, escolhendo, porém, um maioral com o título de *Senhor*, ou entre si, ou mesmo um Magnate, ou indivíduo da Casa Real. Concorrendo elas para a continuação da conquista, tão poucos zelos faziam aos soberanos, que não se dedignava a sua política de ambicionar aquele título. É prova disto, entre outros, um documento do cartório de Arnoia, de abril da Er. 1241, que data deste modo = In Portugal Regnante Rege Sancio, *Sênior de Zaatam (Satam) Rex Sancius.* = Há mesmo provas de que algumas delas se aliavam entre si.

Mas insensivelmente (como era de se esperar), se evaporaram os seus foros, não sem renhidos litígios, que mudaram bem de face, quando um hábil procurador da Coroa conseguiu meter a mesma de posse, ficando as Behetrias e uma causa ordinária. Ainda

conservaram o timbre, no título de um meirinho chamado das Behetrias, até se procurou privá-lo deste vão título, chamando-lhe Meirinho do Conselho. Pendia, contudo, a causa ainda no ano de 1755, em que o fatal terremoto reduziu a cinzas os autos no cartório da Coroa da Casa da Suplicação. Tive, porém, de verificar ainda depois um fato sobre o assunto. Em um Concelho das mais insignificantes Behetrias, que se reduziu a uma só freguesia, há poucos anos o morador mais expectável em qualidades e patrimônio não obtinha um só voto para vereador, pelo motivo somente de não ter servido de Meirinho do Concelho, qualidade ali indispensável. Ignoro se isto era ainda lembrança confusa da antiga categoria de Meirinho das Behetrias.

Quais fossem essas Behetrias ainda hoje se sabe que não eram só três ou quatro; pergunto agora, que bens de Coroa ali podem haver pelo Direito de Conquista? Mas não são somente estes territórios que se hão de excluir.

[...]

...

N.20

[...]

Todos os nossos Historiadores tão longe estão de atribuir filhos legítimos ou ilegítimos ao Senhor D. Sancho II que antes afirmam que os não tivera; e, contudo, já neste século, e muito por acaso, encontrei prova incontestável do contrário. Por quanto nas Inquirições de seu irmão o Senhor D. Afonso III da Era 1296 depõe contestes testemunhas perguntadas na freguesia de Vilar de Porcos, no Concelho de Maia, que certa herdade, situada na mesma freguesia, tinho sido de um filho *Regis D. Sancii, fratris istius Regis*.

Poderão os nossos vindouros acreditarem, a não ser por conjecturas, a grandeza do estrago que motivou no Porto, Lisboa e resto do Reino nos nossos dias a *Cholera-morbus*? Se então alguém o afirmar, ficarão convencidos se lhe opuserem que os autores coetâneos, nem mesmo os periódicos, assinaram o número dos atacados pela moléstia, edela vítimas, e menos deram a tabela comparativa das mortes com a população, mencionando apenas a

existência da epidemia?

O célebre Masdeu na sua História Crítica de Espanha afirma positivamente não ter achado em documentos a menção do Sacramento da Extrema-Unção, e apesar disso reconhece a sua existência e uso na mesma Igreja de Espanha por todo esse tempo.

[...]

...

PARTE II

N.1

MEMÓRIA

> *Sobre a subdivisão das Correições no Reinado do Senhor D; João III. E Cadastro das Províncias, a que se procedeu no mesmo Reinado.*
>
> Impressa no Jornal de Coimbra, e acrescentada pelo Autor.

O gosto dominante dos sábios, na memorável época da Restauração das Letras na Europa, se voltou quase exclusivamente para as antiguidades gregas e romanas. Aproveitando toda a riqueza de subsídios que lhes deixaram duas nações sábias, puderam de tal forma ilustrar a sua História, que pouco mais poderíamos saber se tivéssemos convivido nos séculos da sua glória. Tendo à mão as obras daqueles sábios podemos, por exemplo, contar um a um os magistrados daquelas nações, definir-lhe a graduação, os poderes e todas as suas vicissitudes; ao mesmo tempo que, sendo muito mais próximo a nós, tocando-nos mais de perto a história econômica e política da nossa nação, o que dela até o presente se acha averiguado é verdadeiramente nada, se o compararmos com o muito que somos obrigados a confessar que plenamente ignoramos. Os esforços da Ilustre Academia de História Portuguesa, os de tantos sábios que figuram e tem figurado na nossa Universidade e na Real Academia das Ciências, apenas tem principiado a levantar o espesso véu em que se acham envoltas as nossas antiguidades, e juntando pequenos fragmentos aqui e ali dispersos, depois de lutar com emperrados e indecifráveis caracteres, com cópias inexatas, com escritores superficiais e noveleiros, dificultosamente podem apurar um pequeno artigo, para erigir em tese no seu sistema.

Ninguém se persuada que exagero e pretendo buscar glória de uma profissão, a que por gosto, e até por dever me acho dedicado. Eu vou exemplificar o que tenho avançado, com relação a dois fatos entre si correlativos, ambos menos de três séculos de nós remotos.

Lendo o Capítulo 37. e 49. das Cortes do Senhor D. João III. vemos que o dito Senhor tinha subdividido as Correições do Reino, tinha unido aos novos Corregedores os empregos de Provedores e Contadores,[2] e a instâncias dos Povos lhe tinha assinado Ordenados da Fazenda Real. Mas em que ano, e por que Lei se deu aquela providência? Certamente não há de ser D. Antonio Caetano de Sousa na vida daquele Soberano quem no-lo ensine: não João de Barros, e Antonio de Castilho nos Elogios do mesmo, nem ainda a sua volumosa Crônica por Francisco de Andrada. Não seremos mais felizes rebuscando o Cartório do Desembargo do Paço, da Casa da Suplicação, e da do Cível, hoje Relação do Porto, a mesma Chancelaria original do Senhor D. João III, e ainda outros Livros e Documentos soltos do Real Arquivo. Tendo eu mesmo examinado diversos cartórios, e levando muito em vista a história dos nossos antigos magistrados e suas origens, pouco pude liquidar acerca das Correições nas duas épocas, a saber, anterior à subdivisão que tenho em vista e próxima posteriormente à mesma desmembração das Comarcas.

Quanto à primeira achei quase constantemente desde o Senhor D. Afonso III ao menos, dividido o Reino, compreendendo o do Algarve, em seis Correições, e encarregadas a seis diversos indivíduos; porém desta mesma regra acho exceções; pois que no Reinado do Senhor D. João I. se contaram só cinco pelas Cortes de Coimbra da Era de 1423 Art. 4. No mesmo Reinado o Meirinho Mor d'entre Douro e Minho também o era de Trás-os-Montes, tendo posto em cada uma diverso Ouvidor. O Regedor da Justiça, sem mais alçada, entre Tejo e Odiana o era também do Algarve no mesmo Reinado; no do Senhor D. Pedro I a Correição de entre Douro e Tejo se estendia a Riba Côa, e Pero Tristão se dizia no mesmo Reinado Corregedor entre Tejo e Odiana, e além de Odiana, e nos outros lugares por El Rei divisados. Um Corregedor de Trás-os-Montes se diz também de Riba de Tamega no ano de 1435, e outro em 1444

Corregedor de Trás-os-Montes, e entre Douro e Tamega.

Pelo contrário encontrei Correições mais limitadas, incluindo cada uma das seis províncias mais do que uma Correição, por exemplo, no Reinado do Senhor D. Afonso IV. Um Meirinho Mor entre Douro e Tamega, um Corregedor entre Douro e Ave, um Vedor da Justiça entre Douro e Vilela, e outro Vedor da Justiça além dos Montes *nas terras por El Rei divisadas*. No Reinado do Senhor D. João I um Corregedor no Porto e em algumas outras terras, sem compreender toda a província.

Os nomes das mesmas províncias se encontram expressos com variedade: por exemplo, Corregedor de entre Douro e Minho, mas também Corregedor aquém dos Montes: Meirinho Mor entre Douro e Mondego: Meirinho Mor além Douro: Corregedor entre Douro e Tejo: Corregedor da Beira: Corregedor da Estremadura: de Trás-os-Montes, d'entre Tejo e Odiana: e do Algarve.

Escuso repetir a variedade de nomes que exprimiam a mesma magistratura: Meirinhos Mores, Regedores de Justiça, Vedores de Justiça, que por via de regra eram perpétuos, Fidalgos, e não Letrados; e Corregedores, que também por via de regra eram trienais, e da Ordem dos Letrados. No Reinado do Senhor D. Áfono V acresceram em algumas comarcas os Adiantados e Governadores da Justiça, Fidalgos, e perpétuos, que só vieram a extinguir-se no seguinte Reinado.

Desde o Senhor D. João II até o Senhor D. João III continuaram os Corregedores trienais nas cinco províncias e no Algarve: bem que a sua divisão se não deve regular pela atual, pois, por exemplo, a da Estremadura terminando pelo Norte do Douro compreendia toda a Beira baixa até o Reinado do Senhor D. Duarte, que dela desmembrou para a do Minho, Gaia e Vila-Nova do Porto: depois se veio a terminar na feira *inclusive*, perdendo mais alguns lugares; porém ainda assim permanecia, ao menos, no Reinado do Senhor D. Sebastião.

Quanto à 2ª época apenas pude liquidar que a Correição da Estremadura se achava ainda inteira a 31 de outubro de 1527: a d'entre Tejo e Odiana a 22 de maio de 1531; a da Beira a 19 de junho de 1532; a do Algarve a 12 de julho, e a de Trás-os-Montes a 2 de

setembro do mesmo ano: datas em que foram providas de Corregedores: e em data de 12 de dezembro de 1533 ainda figura um só Corregedor entre Douro e Minho. [3]

Pelo contrário a 26 de junho de 1532 se proveu a nova Correição de Évora, e Monte-Mor o Novo: e a 23 de outubro do mesmo ano a de Estremoz: a 3 de janeiro de 1533 a de Portalegre: a 23 do mesmo mês a de Elvas: a 2 de fevereiro a de Santarém: a 12 de março a de Coimbra: a 18 de julho a de Torres-Vedras: a 30 de agosto Lamego: a 15 de outubro Viseu: a 3 de dezembro Abrantes: a 20 do mesmo Aveiro: a 2 de janeiro de 1534 Leiria: a 11 de maio Guarda: e só no 1º de fevereiro de 1536 Tavira.

Aparecendo registradas na Chancelaria do Senhor D. João III tão somente as Cartas dos Ministros, criadores das comarcas referidas, e não de nenhuma das outras, e remetendo-se naquelas as provisões da nova ereção de comarca, ainda não pude conseguir encontrar algumas delas, e na falta de notícias mais específicas só por aproximação posso afirmar que a Correição do Pinhel é anterior ao ano de 1537: a do Porto,[4] e Ponte do Lima a 1538: a de Guimarães, Viana e Moncorvo a 1539: a de Miranda e Vila Real a 1540: Lagos a 1541: Thomar a 1544: Vila Franca a 1547; pois que do teor das Cartas do Corregedores, providos nestes anos, se não serem eles os criadores das mesmas comarcas.

Para esta nova repartição de comarcas parece natural se fizesse um exame sobre a população do Reino, limites, e confrontações dos diversos julgados, e que os nossos escritores nos conservassem disto mesmo alguma memória. Mas bastará o seu profundo silêncio para o negar? Porque ainda não tinha aparecido uma enciclopédia com o correspondente artigo: porque ainda não era ouvido o nome de Beausobre, o luminar dos cadastros: porque até esta palavra não tinha entrado no Dicionário da nossa língua; far-se-ia às cegas uma repartição de comarcas, que tanto ia influir na economia da administração da Justiça e da Real Fazenda, a cujo mais pequeno ramo não deixou sem providente regulação aquele sábio Rei?

É verdade que o tempo e o descuido, ou não sei que fatalidade, nos roubou as Atas inteiras daquele Cadastro; mas os fragmentos que restam, e a sua época, nos mostram ter sido ao menos primariamente

ordenado para aquele mesmo fim, e o seu plano de execução pode bem envergonhar os séculos, que depois se arrogaram o título de ilustrados.

Resta ainda no Real Arquivo a parte respectiva às províncias do Minho, Trás-os-Montes, Estremadura e Além-Tejo:[5] do Reino do Algarve nada tenho encontrado, e da parte respectiva à Província da Beira só achei uma cópia coeva em mão particular, que, posto que incompleta, refere no fim o número total dos vizinhos da mesma província.

De todas se vê ter sido feito aquele *numeramento* (como aí se lhe chama) por uma Carta circular do Senhor D. João III aos Corregedores das Comarcas, datada de Coimbra a 17 de julho de 1527, determinando-lhes encarreguem esta diligência a um Escrivão hábil e remetam o resultado a Henrique da Motta, escrivão da Câmara d'El Rei.

Na província do Minho se principiou logo a Diligencia, e se concluiu dentro de dois meses.

A do Além-Tejo foi encarregada ao Chanceler da Correição. Porém as terras do Duque de Bragança foram mandadas numerar pelo mesmo Duque. E as terras das ordens na mesma província foram especialmente encarregadas por El Rei a Nuno Álvares, seu Moço da Câmara.

A de Estremadura foi incumbida ao escrivão da Chancelaria Jorge Fernandes, principiada a 15 de agosto de 1527, e acabada no último de outubro do mesmo ano. Da cidade de Lisboa e seu Termo fez a numeração o mesmo escrivão da Câmara d'El Rei Henrique da Motta.

A de Trás-os-Montes tendo sido primeiro incumbida ao escrivão da Correição Martim Ribeiro, e nada se tendo concluído até o ano de 1530, a 12 de maio do mesmo ano dirigiu El Rei nova carta ao Corregedor, mais específica do que a primeira, e ainda acompanhada de um ofício de Henrique da Motta de 23 daquele mês foi principiada a Diligência a 21 de agosto de 1530, e acabada a 17 de janeiro de 1531, pelo escrivão da Chancelaria Nicolau de Seixas. Vê-se dela que naquele tempo compreendia a província de Trás-os-Montes quanto hoje pertence à do Minho, entre Douro e Tamega, vindo a findar no

Torrão, ao lado da Freguesia entre ambos os rios.

Na província da Beira e Reino Algarve ignoro ainda a quem se encarregou a Diligência, e em que tempo foi desempenhada.

Para dar uma ideia geral do mesmo Cadastro, repetirei os resultados da população e alguns breves artigos, relativos a algumas das províncias.

[...]

Parece ter assaz mostrado com esta Memória o atrasamento em que ainda se acham os conhecimentos das nossas antiguidades. Quando no último período do século passado parecia ter chegado a oportuna época de se darem agigantados passos neste ramo da literatura, logo uma revolução fatal inquietou toda a Europa; os seus efeitos não pouparam as nossas províncias, e os esforços necessários para a própria existência e conservação absorveram as vigílias dos mesmos literatos: tudo nos ameaçava com um futuro, bem semelhante aos tempos que seguiram à infeliz época para a literatura dos fins do século XVI. Mas dias mais serenos tem raiado, já o estrondo da guerra soa mais ao longe, e circunstâncias mais felizes nos prometem a desejada paz. (Ano 1811) À sua sombra poderão os nossos literatos vigorar empresas nunca intermetidas, ainda no meio dos trances mais fatais, e as nossas antiguidades ressurgirão finalmente em toda a sua luz.

...

N.2
MEMÓRIA

Sobre as vantagens dos prazos a bem da agricultura, e Riqueza Nacional.

Quando nos princípios deste século tomei em consideração os abusos da enfiteuse entre nós, e inculquei a necessidade de os remediar, (Memórias de Literatura da Academia R. das Ciências Tom. VII. pag. 284) tinha corrido as três províncias do Norte do Reino, e extraído dos seus cartórios sobre assuntos enfitêuticos a ampla colheita, que se faz patente do Tom. III do tratado de Prazos do laborioso Lobão, que dela se aproveitou. Naquela Memória apenas encetei na 1ª Parte aquele assunto, e igualmente na 2ª em que

indiquei as vantagens dos prazos. Não podia então esperar, que ainda chegasse a ver neste século inculpada a enfiteuse, preferindo-lhe a qualidade alodial. Ingratos, senão ignorantes! Que não reconhecem, que se hoje comem uma fatia de pão produzido em Portugal, e não dos países de que tem saído romances de economia, que os deslumbram, o devem a que os latifúndios adquiridos na conquista do Reino se chegassem a subdividir até o ponto a que os levaram os emprazamentos.

Nem levemente se presuma que intento desacreditar o assunto da economia política, nem menos os que sobre ela tem escrito, depois que este ramo se tratou separado, ainda aos gregos e romanos, que antes disso incidentemente dela tinham falado. Mais de uma vez tenho sido forçado a intermitir os estudos jurídicos e até a entressachar com os autores daquela ciência os economistas. Não me sendo desconhecidos, nem poderia depois de os ler deixar de conhecer a importância do assunto, nem as grandes luzes de muitos dos que o tem tratado. Dei-lhe, porém, sempre os devidos descontos, e conheci muitas vezes que algumas das suas máximas, úteis talvez na Inglaterra, França, Rússia, e até na Espanha, seriam até ruinosas, reduzidas a prática do nosso Reino.

Nem pretendo combatê-los, nem deles mendigar princípios para o assunto que vou tratar, aliás simples = *Que o estado enfitêutico dos terrenos deste Reino não prejudica, antes promove a agricultura.* = Exposição de fatos e verdades de simples intuição serão as minhas provas.

A província do Minho pode dizer-se quase toda enfitêutica: o seu terreno comparado com as outras do Norte e as do Sul do Reino não as vence em qualidades próprias para frutificar, e contudo as vence na produção, opulência e população, atenta a sua superfície.

Passo a considerar a economia da mesma província, toda nascida da sua qualidade enfitêutica. Um lavrador chegando à idade de ter um filho proporcionado para a lavoura[6] lhe entrega a fazenda, casando-o em parte, de onde lhe venha uma entrada proporcional ao valor dela: com esta indeniza os mais filhos, e habilita mesmo algum para entrar em outro casal, impondo ao nomeado uma reserva vitalícia para si e mais família. Em tanto o pai não desampara o casal,

e continua com os seus conselhos, e até trabalho a fazê-lo prosperar.

Os outros filhos, que não emprega na lavoura os faz aprender ofícios, destina algum para o estado eclesiástico ou para o negócio: em tanto as filhas ajudando a lavoura, e os empregos domésticos, aprontam as teias de pano fino e grosso, que excedendo o gasto caseiro se vendem nas feiras em grande número.

É por esta economia que são raros no Minho os lavradores que não tenham bois próprios para a sua lavoura, criação de novilhos e porcos e até rebanhos de gado miúdo, tendo para isso proporções. Não é também raro que estes mesmos lavradores economizem parcelas avultadas para interessar em negociações ou darem a ganho. Ainda acrescento que no fim do século passado se verificou que o ouro com que se adornavam as lavradeiras das duas freguesias de Águas Santas e S. Cosme, na Comarca da Mata, excedia a quatro arrobas e meia, tendo então uma 166 fogos, a outra 468 somente.

Não posso deixar de notar que verifiquei por diversos Tombos, e estes feitos com longos intervalos, que os casais emprazados há séculos permanecem ainda em toda a integridade. Direi mais, que um casal emprazado no meio do século XV. Em fateusim perpétuo se conserva inteiro, como para fim bem diverso do assunto que hoje trato, indaguei pelo cartório do Senhorio: achando ser um lavrador, e meu ascendente em linha reta, o primeiro emprazante e lavrador também ainda o atual possuidor, meu colateral.

Sofreu a província do Minho a invasão francesa: dentro de um ano estava restaurada de aves e animais domésticos e de gado de lavoura, tornou a sofrer há pouco os estragos de uma encarniçada guerra, e confio se veja restaurada e breve pasto, menos em arvoredo, por ser obra do tempo, e não da indústria.

E poderiam alardear tais brasões terras alodiais? Bastaria a sua natureza chamá-las de arrendatários para sofrer atrasamento a sua cultura, a divisão em pequenas porções para as aniquilar. Tenho em vista um exemplo saliente. Possuía um proprietário no meio do século passado um prédio alodial, que sustentava decentemente a sua família: dividiu-se por morte em seis filhos: seus netos podem hoje dizer-se pobres, a grande e produtiva vinha do casal inteiro está, e as terras de lavoura em mato bravio. E será este o meio de prosperar a

agricultura?

Não adianto mais as minhas ideias, para não ser prolixo. Não pretendo mesmo convencer os meus contemporâneos, e não é por este motivo que as publico pelo prelo: procuro só este meio de fazer saber aos vindouros, que houve neste século quem assim discorria.

---

[1] Se o escrupuloso censor tivesse advertido no fim da nota ao §. 12. do Cap. 2º da História, poderia dizer-lhe, sem réplica, que o nome atual de Osca é *Huesca*: que Sorita, ou Zurita, é o Analista de Aragão, com quem se abonou Luiz Nunes sobre o fato de Sertorio: testemunho, aliás, muito moderno para assunto tão antigo.

[2] Esta união das Provedorias foi efêmera, pois que no mesmo Reinado, e em 26 de Outubro de 1555 se proveu separada a Provedoria de Béja ao Dr. Fernam Lopez (L. 54. da Chancelaria do Senhor D. João III fol. 33.) no 1º de dezembro de 1556, a de Elvas no Ld.º Thomé Nunes (L. 71. da mesma fol. 151, etc.).

[3] Veja-se Collecç. De D. Nunes P. 4. Tit. 8. L. 5. §. I.: e Lei da criação da Relação do Porto de 27 de julho de 1582. §. 3. e Filip. 4. Tit. 37. in pr.

[4] Porém em Carta R. de 22 de novembro de 1537 se diz ter acabado o seu tempo de Corregedor e Provedor da Comarca do Porto João da Fonseca, o que mostra ter sido promovido em 1534. Tom. I. de Provisões da Câmara do Porto, fol. 391.

[5] No mesmo R. Arquivo existe memória de um Cadastro, a que se mandou proceder posteriormente naquela Reinado, com o fim principal de se conhecer o número dos privilegiados de cada uma terra do Reino, e das pessoas, que restavam, sujeitas aos encargos dos Concelhos. A Carta R. Circular nos Corregedores das Comarcas para o mesmo fim data de 18 de maio de 1537, e é acompanhada do Modelo para a especificação das diversas classes de privilegiados. Acha-se incluída nas Atas da Diligência, a que se procedeu, em virtude da mesma, na Comarca de Santarém, em data de 18 de junho do mesmo ano.

[6] Esta nomeação se faz muitas vezes com preferência em uma filha, por ter mostrado a prática ser isto mais oportuno para conservar a paz doméstica.

JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO
(1774-1847)

APRESENTAÇÃO
Rodrigo Turin

As biografias dos sócios-fundadores do IHGB confundem-se, em grande medida, com a trajetória do Estado Imperial. E ninguém melhor para ilustrar esse fato, já asseverado com propriedade por Lucia Guimarães em sua tese, do que José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo (GUIMARÃES, 1995).

Nascido na vila de Santos, em 1774, José Feliciano Fernandes Pinheiro era filho do coronel de milícias José Fernandes Martins e de D. Thereza de Jesus Pinheiro, a qual, como narra José Feliciano em suas memórias, “descendia de uma família nobre, que conta uma série constante de bons servidores do Estado” (PINHEIRO, 1874, p. 10). Na vila de Santos, fez seus estudos preparatórios, recebendo instruções de francês, latim e grego. Aos dezoito anos, parte para Coimbra, seguindo os estudos do curso de cânones. Em Coimbra, José Feliciano insere-se no ambiente letrado português, relacionando-se com indivíduos como José Bonifácio, Frei Veloso e Conde de Linhares. Por meio desses contatos, atua como tradutor e editor da Casa Literária do Arco do Cego, dirigida por Frei Veloso e de cuja gráfica saíram mais de 80 obras, voltadas, em sua maioria, para o melhoramento das culturas exploradas no território colonial (WEGNER, 2004). Sua formação e atuação em Coimbra inserem-se, assim, no espaço constituído pelas expectativas que conformaram o reformismo ilustrado português, com seu ecletismo e pragmatismo (SILVA, 2006).

Do mesmo modo, algo que se mostrará uma constante em sua carreira política e em seus escritos é a incorporação de um *ethos* próprio a esses ilustrados, constituído não apenas por uma valorização do trabalho e pela busca do aperfeiçoamento técnico na

exploração dos bens naturais, mas principalmente na ideia de que o enobrecimento, mais do que uma herança constituída, deve resultar de uma carreira de serviços ao Estado, na qual conhecimento e utilidade estão necessariamente conjugados. É a partir desse *ethos* – compartilhado por outros letrados com formação similar, como o Visconde de Cairú –, que ele organiza, já ao final de sua vida, sua narrativa autobiográfica:

> Não se diga mais: sou nobre, porque um de meus avôs o foi. Mas, possa-se ao menos dizer: *meu nome é honroso, porque o Estado sempre recebeu serviços d'aqueles que me antecederam; e cesse de o ser desde o momento em que aqueles, a quem transmitir, se tornarem inúteis à pátria* (PINHEIRO, 1874, p. 11, grifos no original).

Em 1801, José Feliciano retorna ao Brasil, encarregado de criar as alfândegas da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, da qual seria o primeiro presidente, uma vez a capitania tornada província. No mesmo ano que chega ao Brasil, é condecorado com a ordem de Cristo. A partir daí ele percorreria uma longa trajetória de serviços ao Estado, participando ativamente de todas as transformações ocorridas na América portuguesa, da vinda da família real, em 1808, às cortes de Lisboa, da qual participou como deputado por São Paulo. É dessa época, quando retornou a Portugal, que ingressa na Academia de Ciências de Lisboa, devido à publicação de seus *Anais da Província de São Pedro*. Nesse livro, como bem notou seu biógrafo, Antonio da Cunha Barbosa, José Feliciano tomou "por modelo Tácito, procurando quanto permitia a natureza dos objetos e a índole das duas línguas, seguir as pisadas do grande historiador romano" (BARBOSA, 1904, p. 204). De fato, o uso de Tácito como modelo de escrita mostrava-se uma referência comum à época da Independência, através do qual se organizavam certos temas acerca do poder político e também do caráter pragmático atribuído aos escritos históricos (ARAUJO, 2010).

Após a independência, José Feliciano foi eleito deputado para a Assembleia constituinte, em 1823. Atuando como deputado, propôs a criação de uma Universidade no Brasil; proposta que acabou sendo reformulada e resultando, posteriormente, na criação das Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. É nomeado ministro do Império,

em 1825, sendo agraciado, um ano depois, com o título de Visconde de São Leopoldo. Em 1827, entra para o Conselho de Estado. Durante esse período, manteve-se fiel à construção de um Estado Monárquico no Brasil, defendendo o governo de Pedro I dos ataques liberais. Como recordaria mais tarde: "Sofri com constância e firmeza todos esses embates, e arrostei todas quantas falsas imputações me quiseram fazer, sacrificando-me a tudo por salvar o elemento monárquico, sem o qual eu estava certo que minha pátria cairia na anarquia" (PINHEIRO, 1874, p. 16). No entanto, diante da pressão dos liberais, encabeçados por Gonçalves Ledo, acaba por sair do ministério, sem deixar de manter-se uma testemunha próxima daqueles "cruéis dias de anarquia e subversão de ideias que precederam esse fatal 7 de abril de 1831" (PINHEIRO, 1874, p. 23).

Durante o período das Regências, o Visconde manteve-se afastado do cenário político, mal comparecendo às sessões do senado. A crise instalada desde a oposição a D. Pedro I, a vacância do trono e as disputas engendradas por diferentes facções, possibilitou um intenso debate político veiculado por jornais e panfletos. Esse debate, além de constituir-se em um espaço público, foi marcado por uma intensa luta semântica, envolvendo conceitos referentes à soberania política e ao ordenamento social – intensidade e instabilidade que só iria ocorrer novamente após a década de 1860, com a crise do Segundo Reinado e o surgimento de uma camada de letrados marginalizados pela sociedade imperial (MOREL, 2005; BASILE, 2009). Após 1837, com o Regresso Conservador, o ambiente político da corte voltou a se estabilizar, mostrando-se novamente receptivo a figuras como o Visconde de São Leopoldo. Como ele então recordaria: "Estava já a esse tempo bem acentuado o declínio das ideias exaltadas. Na imprensa e na tribuna, eram por toda a parte combatidas as tendências republicanas e anárquicas, e o princípio monárquico ganhava cada dia novo prestígio e força" (PINHEIRO, 1874, p. 28). Em 1839, ele recebeu convite para ocupar novamente a pasta de ministro de Império, a qual recusou, preferindo dedicar-se às funções legislativas do senado e aos escritos literários. São dessa época as biografias de Alexandre e Bartolomeu Gusmão, publicadas posteriormente na revista do IHGB (PINHEIRO, 1902).

É dessa época, igualmente, a criação do IHGB, a partir de proposta de Raimundo da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa. Como expressão do novo contexto político engendrado pelo Regresso, estava a criação de instituições que possibilitassem a formação, a coesão e a reprodução de uma elite dirigente para o Império. Como foi visto, essa já era uma preocupação nutrida pelo Visconde de São Leopoldo quando propôs a criação de uma Universidade no Brasil. A construção de um Estado autônomo, para esses letrados, passava não apenas pela elaboração de elementos identitários – expressos em uma língua, uma literatura e um passado comum –, mas também pela (re)produção de um corpo de letrados servidores do Estado. Não havia distinção entre essas duas esferas. É com esse objetivo que é criado, em 1837, o colégio Pedro II, cuja função era normatizar o ensino no Brasil até então disperso em aulas avulsas (HAIDAR, 1972; GASPARELLO, 2004; MATTOS, 2007). Essa normatização era fruto da expectativa de que fosse possível evitar a experiência das últimas duas décadas, marcada por uma forte instabilidade semântica e social. Como expressou Bernardo de Vasconcelos em seu discurso de abertura das aulas no Pedro II:

> Só assim deixarão receios infundados de tomar a natureza de dificuldades reais; só assim se evitará o escândalo de estilos arbitrários e porventura opostos às providências e às intenções do governo; e a mocidade de par com as doutrinas, que hão de formar o seu coração e aperfeiçoar a sua inteligência, aprenderá a respeitar as leis e as instituições, e conhecerá as vantagens da subordinação e da obediência (VASCONCELOS, 1999, p. 244).

Do mesmo modo, o Visconde de São Leopoldo – que escreveria, inclusive, um relatório sobre o curso de estudos no colégio Pedro II – continuava a ressaltar a necessidade e o papel dessas instituições. No prefácio que escreveu para a nova publicação de seus *Anais*, em 1839 – devidamente “refundido” e “aditado” diante da nova ordem política –, depois de relembrar todo o esforço que teve em coletar documentos autênticos que pudessem distinguir sua obra daquilo que, citando Voltaire, definiu como “romance provável”, o Visconde ressaltava essa vinculação entre uma elite letrada, capaz de assegurar os critérios de produção e difusão das luzes, e as demandas de um Estado que, em contrapartida, deveria incorporá-los em instituições.

Em suas palavras:

> um colégio especial de literatos escolhidos, incumbido de recolher e transmitir os feitos que constituem a vida das nações; e não abandonada ao acaso, ou aos caprichos dos particulares, uma empresa, verdadeiramente uma magistratura, que pode exercer a maior influência sobre a conduta dos governos; um tribunal enfim dotado de sagacidade e critério para seleção dos instrumentos próprios à difusão das luzes: então que preciosas almas, usando da frase de Lord Bacon, não ficariam para a posteridade, que desaparecem agora com seus edifícios de barro? que puros mananciais de instrução e deleite não se abrirão para o gênero humano? atendendo-se mormente aos que se dedicam a este austero sacerdócio, para que independentes não verguem ao império das circunstâncias, e às irresistíveis precisões da vida, capazes de gelar as inspirações do gênio, e obliterar grandemente as operações do entendimento (PINHEIRO, 1839, p. IX).

Não surpreende, assim, que o Visconde tenha sido convidado a ocupar o posto de presidente do IHGB. Ele representava, como poucos, a defesa de um projeto monárquico para o Brasil; a associação entre uma classe de letrados e o serviço ao Estado; a busca por uma normatização e controle do ensino como forma de reprodução dessa elite letrada; além de uma concepção ilustrada e pragmática da produção historiográfica. Sua participação nas atividades do IHGB, apesar de bastante modesta, foi regulada pela afirmação desses valores. As biografias que escreveu sobre os irmãos Gusmão, respeitando o gênero panegírico, apresentam-se como uma forma de capitalizar a autoridade daqueles nomes, ao mesmo tempo os absorvendo a um panteão nacional que necessitava ser construído, assim como os definindo como um modelo a ser seguido.[1] O Visconde coloca-se, assim, como herdeiro de um conjunto de virtudes expressas por aquelas biografias, entre as quais a associação tão cara a ele entre “os homens de Corte” e “os homens de letras”. É nesse sentido que amarrava as intrigas que constituíam aquelas vidas narradas, como no caso de Bartolomeu de Gusmão:

> Nova cena se abriu naquele reino, e nela convidado a representar Bartolomeu Lourenço, mostrou-se igual, tanto na palestra, como no retiro: é ainda o benefício que os Soberanos podem prestar às ciências, o de formar utilíssimos institutos, em cujas reuniões se misturam e confundem os homens de Corte, com os homens de letras... (PINHEIRO, 1902, p. 401).

Do mesmo modo, a Memória, aqui transcrita, que o Visconde

preparou em função do programa histórico "O IHGB é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente", é, como o título deixa explícito, a reivindicação de uma herança, que não deixa de ser, ao mesmo tempo, sua construção por parte de quem busca se fazer herdeiro.[2] Esse texto pode ser lido, portanto, como propôs Manoel Salgado Guimarães, como um daqueles "textos de fundação" que foram produzidos nos primeiros anos do IHGB. Fundação tanto de um corpo político, a nação, como também de uma forma peculiar de escrita, capaz de expressá-lo: a História (GUIMARÃES, 2008).[3]

Contra o pano de fundo de uma política metropolitana concebida a partir de então como despótica, o Visconde de São Leopoldo busca recuperar os *traços* presentes no passado colonial que permitem identificar a formação de um *télos* que, desde o início do texto, apresenta como necessário: "tudo pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo" (PINHEIRO, 1908, p. 61). A vida de Alexandre de Gusmão, as Academias dos Renascidos, Esquecidos e Felizes, a *Flora Fluminense*, do Frei Velloso, são todos indícios que amarram a trama argumentativa do texto do Visconde, fazendo ver ao leitor de que modo esses elementos pressagiam a independência e a unidade nacional, assim como o papel que o Brasil e, paralelamente, o IHGB estão destinados a representar: um centro propagador de luzes e civilização. Novamente, reforça-se aqui a associação entre a valorização de uma classe de letrados e sua utilidade enquanto servidores do Estado. Associação que se manifesta, inclusive, não apenas no argumento narrado pelo Visconde, mas também no seu próprio ato de enunciação.

Uma das questões que tem sido dirigida a esse texto, presente em diferentes estudos, concentra-se em delimitar em que medida ele representa uma continuidade ou uma ruptura com essa herança iluminista que o Visconde, ao mesmo tempo em que a constrói, faz questão de reivindicar; e em que medida, do mesmo modo, essa concepção ilustrada pode ser classificada como "antiga" ou "moderna".[4] Não é objetivo desta apresentação se estender sobre

esse debate, muito menos oferecer ao leitor alguma resolução. A instabilidade que essas classificações binárias parecem acarretar quando aplicadas a esses textos, no entanto, não deixam de indicar a necessidade de uma reflexão a respeito de suas possibilidades e de seus limites heurísticos. Nesse sentido, finalizo esta apresentação deixando ao leitor as considerações que Vincent Descombes dirigiu às tentativas filosóficas de definir um arquétipo para o contemporâneo; considerações que podem ser estendidas a todo o campo de trabalho com o qual se ocupa a história da historiografia, levando-a a um necessário trabalho de *experimentação* no modo de construir suas interrogações e sua linguagem:

> Todas as tentativas de definir um arquétipo de nossa contemporaneidade compartilham do erro segundo o qual haveria uma essência histórica comum a todos os atores presentes em cena. O erro não é crer que existam pontos comuns aos atores históricos, mas crer que estes pontos comuns poderiam compor sua modernidade. Mas há de tudo em cena: do tradicional, do moderno, do muito antigo, mesmo do arcaico, do muito novo e, sobretudo, muita mistura. O contemporâneo é, acima de tudo, uma relação de todos os ingredientes da atualidade. Uma primeira questão a ser colocada a respeito de nossa contemporaneidade é a de saber como se formam estas misturas, e se as formas compostas que elas produzem são inteligíveis no quadro das categorias intelectuais herdadas de nossa tradição. [...] A relação de contemporaneidade é uma relação entre processos, entre mudanças, entre atividades: ela deve ser concebida, portanto, como um concurso temporal destes processos ou atividades (DESCOMBES, 2007, p. 153).[5]

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Valdei Lopes de. A época das revoluções no contexto do tacitismo: notas sobre a primeira tradução portuguesa dos Anais. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 343-365, jul./dez. 2010.

________. *A experiência do tempo*: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.

BARBOSA, Antonio da Cunha. José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). *RIHGB*, tomo LXXII, parte II, 1904.

BASILE, Marcelo. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

DESCOMBES, Vincent. *Le raisonnement de l'ours et autre essais de philosophie pratique*. Paris:

Seuil, 2007.

DIAS, Fabiana Rodrigues. *Por entre legados e demandas*: um estudo sobre os programas históricos apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1856). Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Rio de Janeiro, 2009.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades*: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GUIMARÃES, Lucia Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Magestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB,* n. 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008.

_______. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional. *Estudos Históricos*, n.1, 1988.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no império brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 1972.

KARVAT, Erivan Cassiano. Os termos da história: a história entre nomes e discursos. *Revista de História Regional*, v. 10, n. 2, p. 47-70, 2005.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros*: o compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2007.

MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Província de São Pedro*. Paris: Tipographia de Casimir, 1839.

_______. Da vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartholomeu de Gusmão. *RIHGB,* tomo LXV, parte segunda, 1902.

_______. Memórias do Visconde de São Leopoldo. *RIHGB*, tomo XXXVII, parte segunda, 1874.

_______. O IHGB é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em o nosso continente. *RIHGB*, tomo I, terceira edição, 1908.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a Nação*: intelectuais e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822). São Paulo: Hucitec, 2006.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Discurso proferido por ocasião da abertura das aulas do Colégio de D. Pedro II aos 25 de Março de 1838. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. 11 (suplemento 1), p. 131-40, 2004.

---

[1] Sobre a produção de biografias no IHGB, cf. OLIVEIRA, 2011.

[2] Para um estudo sobre o lugar e o papel dos programas históricos no IHGB, cf. DIAS, 2009.

[3] Erivan Karvat (2005), sob perspectiva teórica distinta, também tratou o texto do Visconde sob seu aspecto fundador.

[4] Para Manoel Salgado Guimarães, o texto do Visconde marcaria um momento de transição, entre um conceito antigo e um conceito moderno de história (GUIMARÃES, 1988, p. 15). Essa convivência de elementos "antigos" e "modernos" no texto do Visconde de São Leopoldo também é indicada por KARVAT (2005, p. 66). Valdei Lopes de Araujo, por sua vez, afirma que o texto do Visconde de São Leopoldo deve ser entendido como sinal de uma ruptura com a rede semântica iluminista, marcada, segundo o autor, por uma concepção temporal cíclica e fechada (ARAUJO, 2008, p. 149).

[5] No original: "Toutes les tentatives pour définir um archétype de notre contemporain participent de l'erreur selon laquelle il y aurait une essence historique commune à tous les acteurs présents sur la scène. L'erreur n'est pas de croire qu'il y ait bien de points communs aux acteurs historiques, elle est de croire que ces points communs pourraient composer leur modernité. Mais il y a de tout sur la scène: du traditional, du moderne, du très ancien, voire de l'archaïque, du très nouveau, et surtout beaucoup de mélangé. Le contemporain est plutôt une relation entre tous les ingrédients de l'actualité. Une première question à poser sur la realité contemporaine est celle de savoir comment se font ce mélanges, et si les formes composites qu'ils produisent sont intelligibles dans le cadre des categories intellectuelles héritées de notre tradition. [...] La relation de contemporanéité est une relation entre des process, entre des changements, entre des activités: elle est donc à concevoir comme un concours temporel de ces process ou des activités".

PROGRAMA HISTÓRICO[1] (1839)

JOSÉ FELICIANO FERNANDES PINHEIRO, VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideais de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente.

> *Verses l'instruction sur la tête du peuple,*
> *Vous lui devés eu baptime.*
>
> *Chateaubriand.*

Um filósofo dos mais célebres entre os modernos, M. Cousin, ditava em uma das lições aos seus numerosos discípulos: "Dai-me a carta de um país, sua configuração, seu clima, suas águas, seus ventos, e toda sua geografia física; informai-me de suas produções naturais, de sua Flora, de sua Zoologia, &c; e eu me comprometo a dizer-vos a priori qual será o homem deste país, e que lugar gozará na história, não acidentalmente, mas necessariamente; não em tal época, mas em todas; enfim, a ideia que este país é chamado a representar".[2]

O Brasil debaixo de um céu benigno e ameno; empolada a terra de cordilheira de montes de conformação variada, ora coroados de picos escalvados, que rompem as nuvens, ora escapelados de matas cerradas, jorrando de seu seio estrondosas cascatas; contrasta este terrível majestoso com a macia verdura dos vales cultivados; mesmo em nossas províncias de planícies, os campos dobrados representam as ondas do oceano de repente paradas: aqui tudo ri ou assusta; tanta variedade de vistas e sensações desperta e interrompe tediosa monotonia. Colocando o Brasil no ponto geográfico o mais vantajoso para o comércio do Universo, com portos boníssimos sobre o oceano, grandes lagos, ou mais antes, mediterrâneos; rios navegáveis, ou com proporções de o serem, por centenares de léguas; agricultura e indústria em emulação, atrairão a concurso as nações cultas e polidas, que a par dos lucros do comércio nos trarão civilização; o estrangeiro, ávido de ciências, virá neste solo virgem estudar a natureza, e embeber-se de inspirações, com preferências a essas romagens, que se nos referem, à Suíça, só com o fito

de alimentar a vida íntima e intelectual ao aspecto dos despenhadeiros dos Alpes: vulgares invejosos não viram em nossos jovens mais que uma efêmera imaginação ardente, influxo do clima, quando nada menos era que os vislumbres rápidos e frisantes do talento; tudo enfim pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas de necessidade, um centro de luzes e de civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo. Havia a metrópole receado as consequências; traçou portanto plano de repressão ao desenvolvimento dessas gênias faculdades: princípios, ideais, instituições antissociais, sufocadoras de qualquer progresso, predominavam; mandar despótico, e obedecer cegamente: eis o eixo do nosso governo colonial; apenas a superioridade em ilustração ou em cabedais era pressentida, que logo chamada para fundir-se no turbilhão da corte. Embalde: o espírito humano estava em marcha, sua perfectibilidade é indefinida, não tem outro termo mais que a duração do globo; e se alguma vez, segundo o pensamento sublime de Goethe, parece recuar, é para mais avançar em espiritual.

No meio da caliginosa e abafada atmosfera lampejava a intervalos o gênio brasileiro; distinguem-se indivíduos, associações científicas se formam, que acreditariam a nações mais adiantadas em civilização: ali, em Alexandre de Gusmão, que por incúria dos tempos escassamente é conhecido por algumas cartas expedidas do Gabinete de D. João V de Portugal, porém que para ser hoje admirado a par do marquês de Pombal (não se me trate de exagerado, em tempo o demonstrarei) só lhe faltou haver nascido além do Atlântico, ser elevado à dignidade social competente para girar em orbita própria, e ser sustentado por mão firme em meio de uma corte eivada de preconceitos: Gusmão foi dotado de vistas mais vastas, de mais variados conhecimentos nas ciências; com voo de águia remontou-se à esfera em que brilhava Newton, bebeu-lhe as luzes, e analisou-lhe o sistema em três livros que deixou;[3] juiz-perito consumado, destro diplomata, conseguiu por sete anos de negociações com Roma, o assento da mais requintada política, difíceis deferências; e incumbido foi de missões árduas e espinhosas a diversas cortes da Europa; o Brasil lhe deve em especial o plano e direção do mais vantajoso tratado de limites, o de 1750; e o método menos vexatório da percepção do quinto do ouro em Minas Gerais; realçava ainda tão grave e extraordinário saber com os dons e graças encantadoras da música e da

poesia: aqui o padre Prudêncio do Amaral cantou as Geórgicas Brasileiras em versos dignos de Virgílio.[4]

Relevai, Senhores; a impulsos de patriotismo soltou-se meu pensamento; eu vou trazê-lo ao rumo; e reservando para outro ensejo a notícia das nossas notabilidades, cingir-me-ei ao sujeito proposto – as associações literárias no Brasil.

Auspicou, logo que instituída, copiosíssimos frutos a Sociedade Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, destinada a escrever a história universal da América Portuguesa, instalada na cidade do Salvador, Bahia de todos os Santos, com os estatutos publicados na sua primeira sessão em 6 de junho de 1759, os quais trasladei fielmente de uma cópia autêntica, que se conserva na Biblioteca pública desta capital, e cuja cópia acompanha a presente dissertação, para ser guardada no arquivo do nosso Instituto como monumento histórico.[5]

Deu-se por motivo ou pretexto para ela o erigir um perpétuo padrão da alegria, que sentiram os habitantes daquela cidade pela notícia do perfeito restabelecimento de Sua Majestade Fidelíssima, depois da perigosa enfermidade, e o do seu afeto à real pessoa.[6] *Compunha-se de quarenta acadêmicos do número, e de setenta e seis supranumerários, e seus nomes constam de dois catálogos alfabéticos, junto aos estatutos. Tomou por empresa a ave Fênix fitando os olhos no sol, com esta letra – multiplicabo dies, representando-se várias aves da América e da Europa em seguimento do Fênix, com as seguintes palavras de Claudiano:*

Conveniunt aquillae, cunctaeque ex orbe volucres, Ut solis comittentur avem.

O selo de que usava em seus despachos, cartas e diplomas, representava-se o mesmo Fênix abrasando-se em chamas, com esta letra – Ut vivam –, na circunferência este título – "Acad. Bras. dos Renascidos."

Anexei em n. 2, para também depositar-se em nosso arquivo, a compilação dos programas ou assuntos propostos para as diversas dissertações; e os quais foram distribuídos por diversas seções dos seus membros, eleitos em assembleia geral.

Bem receavam os cultores da mimosa planta acadêmica os rijos furacões do aquilão; em vão a puseram ao abrigo da proteção do rei, e invocaram os benefícios influxos dos secretários de Estado, proclamado

seu Mecenas; dado que em terreno fértil e próprio, definhando ao sopro abrasador do sistema colonial, murchou, morreu.

Outra Academia a havia precedido, da qual nos guardou memória escritor coevo:[7] *erigiu-se nessa mesma capital pelos anos de 1724, favoneada pelo vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes, doutíssima sociedade com o titulo de Academia Brasílica dos Esquecidos; e dos seus exercícios, que tinham lugar no próprio palácio do governo, surdiram interessantes produções: por fatalidade foram perdidas irreparavelmente, por não se haverem deixado cópias, no incêndio da nau Santa Rosa, em a qual a coleção era remetida para Lisboa a fim de imprimir-se.*[8]

Em perfeita harmonia faziam eco engenhos não menos distintos, na Academia que se ostentava na cidade do Rio de Janeiro com o título de Felizes: dos seus certames e assuntos literários apenas nos chegaram incompletos fragmentos, e escassa noção da sua organização. Sabemos todavia, de boa origem,[9] *que fora instituída a 6 de maio de 1736 no palácio dos governadores, e que se compunha de trinta acadêmicos. Tinha por empresa Hércules com a clava afugentando o ócio, com esta letra: Ignavia fuganda et fugienda – Sofreu por fim fado igual ao daquela de que acima tratamos.*

Rastejando vestígios de suas funções, deparei com algumas memórias no gosto e estilo daqueles tempos, recitadas em suas reuniões por um seu mais abalizado e laborioso membro, o Dr. Matheus Saraiva, físico-mór do presídio do Rio de Janeiro, médico da câmara, e cirurgião-mór da mesma capitania.

É a 1.ª - A América Portuguesa mais ilustrada que outro algum Domínio deste Continente Americano.[10] *Dividiu-a em duas partes: na primeira pretendeu mostrar que a pregação do Evangelho neste país data do século primeiro da idade de Cristo, produzindo neste intento textos e passagens da Escritura e da história eclesiástica, decifrando engenhosamente várias inscrições, que se tem descoberto pelos sertões; e mais memorável a de três cruzes, com outras mais figuras, que parecem misteriosas, simbólicas e hieroglíficas, as quais refere haverem-se encontrado no distrito de Minas Gerais, esculpidas em uma pedra na eminência da Serra Itaquatiara, assim chamada da mesma pedra, porque Ita-quatiara na língua geral dos Índios, vai o mesmo que pedra lavrada ou riscada. Serão estes os mesmos monumentos, que*

recentemente um dos nossos sócios naquela província denunciou a este Instituto Histórico, o qual, com o zelo que o caracteriza tem providenciado eficazes investigações, neste e em outros lugares, igualmente indicados, à custa dos maiores sacrifícios? Verificando-se, que vasto campo para conjecturas! Até este momento ainda não se colheram resultados.

Na segunda parte versa a dissertação sobre a história natural, clima, e temperamento, por empenho de todos os quatro elementos salutífero, etc., etc.

2.ª Poliantea Brasílica, médico-histórica, dirigida no conhecimento das doenças endêmicas e epidêmicas do país, clima Americano, com remédios próprios do mesmo, descobertos e adquiridos à força de experiência e observação judiciosa, e de particular estudo e reflexão.

3.ª Discurso ascético-médico-crítico – Qual das virtudes morais políticas seja mais preciosa a Prudência ou Temperança? – O autor decidiu-se pela Temperança.

4.ª Oração Acadêmica Panegírica à chegada do governador e capitão general Gomes Freire de Andrada em cinco dias desde a província de Minas Gerais ao Rio de Janeiro; na ocasião em que os Acadêmicos Felizes dissertaram no seu palácio sobre as virtudes de um heroi português.

Já o competidor dos elogios Júbilos da América no prólogo lamenta que o Dr. Saraiva não tivesse tempo e paciência para polir e dar a última mão às suas obras, de muitas das quais faz menção Barbosa na Bibliot. Lusit. no já citado tom 3.º: eu as examinei (algumas do seu próprio punho) na Bibliot. Públ. desta cidade, gabinete de MS.; pena é que o A. não desenvolve os assumptos de certas, tão úteis à causa da humanidade; a mór parte desses escritos pareceram-me antes primeiros traços e simples bosquejos para um trabalho, que tinha ainda de coordenar-se.

Sobre todas as que ilustraram esses remotos tempos, nenhuma compreendeu e exprimiu tão bem as necessidades do Brasil como a Academia, que debaixo dos auspícios do vice-rei Marquês de Lavradio, e a solicitações do seu médico o Dr. José Henriques Ferreira, se instituiu no Rio de Janeiro.[11] *Tinha por objetivo tratar nas suas conferências assuntos de história natural, de física, química, agricultura, de medicina, de cirurgia, e de farmácia; em suma, de tudo quanto fosse de interesse*

geral para o Brasil. Os primeiros sócios, que formaram logo o dono ou fundamento, foram o já mencionado José Henriques, e os médicos, Gonçalo José Muzzi, Antonio Freire Ribeiro; os cirurgiões Mauricio da Costa, Idelfonso José da Costa Abreu, Antonio Mestre, Luiz Borges Salgado; os boticários Antonio Ribeiro de Paiva e Manoel Joaquim Henriques de Paiva; e o agricultor prático Antonio José Castrioto: posteriormente foram associando-se a outros tantos nacionais, como estrangeiros. Abriu correspondência com a Academia Real das Ciências da Suécia pelo seu secretário Pedro Wargentin, e pelo Dr. Pedro Jonas Bergius.

Celebrou sua primeira sessão pública no dia 18 de fevereiro de 1772, no palácio do governo desta capital, com assistência do vice-rei e de numeroso concurso de pessoas distintas. O presidente dela o Dr. José Henriques Ferreira recitou um eloquente e erudito discurso sobre o objeto da Academia e sua utilidade; o diretor da classe de cirurgia Mauricio da Costa recitou outro sobre a Academia e a cirurgia; e o diretor da história natural Antonio Ribeiro de Paiva outro sobre todos os ramos desta vastíssima ciência, e em particular sobre o da botânica, e do proveito que no Brasil se poderia cultivar o estudo dela; o diretor da classe de física, de química, de farmácia e de agricultura, Manoel Joaquim Rodrigues de Paiva, recitou uma dissertação acerca destas ciências, mormente da farmácia; por fim o secretário Luiz Borges Salgado leu os estatutos, em que todos os sócios haviam concordado para regimen da sociedade.

Tinha esta Academia um horto denominado Botânico, na cerca do colégio dos extintos jesuítas, o qual servia de hospital militar, de cujo horto era inspetor o sócio Antonio José Castrioto. Reuniam-se os sócios todas as semanas, e nas suas sessões tratavam-se de diversos assumptos científicos: colheram-se delas frutos utilíssimos, e foi em uma das suas sessões que o diretor da classe de cirurgia denunciou e expôs que viajando pela campanha de S. Pedro do Rio Grande do Sul, um Espanhol, que o acompanhava, o qual residira no México, lhe fizera observar os bichinhos da cochonilha sobre as grossas folhas da Urumbeba (Cactus opuntia): foi escutado com admiração e entusiasmo, expediram-se ordens para aquela província para preparar-se porção desses insetos, e remetidos pelo vice-rei para Lisboa, houve em resposta que pelas

experiências se achava ser tão boa como a fina da América Espanhola. Com idêntico empenho se promoveu a propagação do bicho da seda, alimentado com as folhas da Taiba (Morus tinctoria), e de que resultou seda de boa qualidade; remeteram-se para aquele continente doze caixotes com plantas de amoreiras para se repartirem pelas pessoas mais curiosas, recomendando-se que logo que houvesse folha suficiente, se lhes remeteria a semente do bicho da seda.[12] *Por alheio deste lugar deixo de explorar o feliz desenvolvimento destas duas ricas produções, e animação pelo pronto pagamento de quanta se apresentava, quando sórdida ambição e a fraude de alguns particulares, que falsificavam a cochonilha, a fez cair em descredito e depreciação.*

Esta associação veio a extinguir-se passados os anos: felizmente é da índole de tais corporações científicas sobreviverem pelo gosto que souberam formar e difundir, e pelo impulso de ilustração dado às ideais e propensões, que dura ainda quando elas já não existem; semelhantes a esses astros luminosos, que deixam longo clarão, mesmo depois de desaparecerem do horizonte sensível ou visual.

Como um dos efeitos dessa influência transcendental considero a Flora Fluminense de Fr. José Mariano da Conceição Velloso, religioso Franciscano, natural da província de Minas Gerais: não faltou quem navalhasse com acres censuras o mérito desta coleção; defeitos são inerentes às obras humanas; todavia não eclipsaram o grande quinhão de glória que àquele, que independente de preparatórios escolares, levado só pelas inspirações do gênio, levantou à pátria monumento de plantas e flores, nem por isso menos perdurável que os de bronze,[13] *na coleção de 1.640 plantas, em doze volumes, classificadas segundo o sistema de Lineu, então o mais em voga; dedicando a tão árdua e laboriosa empresa vinte e cinco anos, embrenhado por desertos, que em razão de sua situação tropical e da variedade dos lugares ofereciam abundante colheita de vegetais, tão notáveis pela beleza, como pela diversidade de suas formas. Honra ao talento do varão Brasileiro, a quem toca louvor distinto nos fastos da pátria, e que de certo é ornamento da ordem religiosa, da qual foi perfeito observante!*

Apesar dos erros inevitáveis nos primeiros ensaios em uma ciência, que vai em progresso, vê-se consultada essa coleção por sábios botânicos de todas as nações, como ainda hoje o são Rheede, Rumph, e outras

antigas publicações. Mr. Knecht acaba de prestar um serviço importantíssimo, fazendo coordenar por suas diligências um Index Methodicus Iconorum Florae Fluminensis dando à luz uma lista alfabética das 1.640 plantas, que ela contém, a fim de poder-se mais facilmente achar, e ajuntar à enumeração das plantas dispostas por famílias naturais, com indicações que dão clareza sobre sua determinação botânica, e as relacionam com os trabalhos e descobertas as mais recentes.

Longe estou de enumerar na ordem das nossas Academias aquelas sociedades, embora se arrogassem esse título sublime, que só tiveram em alvo particulares congratulações e louvores a certo e determinado objeto ou indivíduo; tal foi, pelos anos de 1752, a reunião dos mais eruditos desta cidade, os quais o seu secretário simbolizou com o epíteto pomposo de Academia dos Seletos para aplaudir em prosa e em verso as virtudes e ações do capitão general Gomes Freire de Andrada, excitados os afetos dos súditos com a próxima promoção dele ao posto de mestre de campo general, e ao emprego de 1.° comissário da demarcação dos limites meridionais da América Portuguesa. É conhecida a história dela com este título – "Júbilos da América na gloriosa exaltação e promoção do Ilmo. e Exmo. Sr. Gomes Freire da Andrada, governador e capitão general das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, e S. Paulo. Coleção das obras da Academia dos Seletos que na cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio e aplauso do dito Excelentíssimo heroi. – Pelo Dr. Manoel Tavares de Siqueira e Sá, secretário da mesma academia. – Lisboa, ano de 1754."

Sem dúvida, Senhores, estou abusando da atenção, que benignamente me prestais; por agora aqui ficarei. Explorando nas minas dos arquivos importantes e autênticos MS., e cooperando desta arte para ressurgirem à nova vida escritores, que com direitos à imortalidade jaziam, ou por modéstia ou maliciosamente, sepultados no esquecimento, julguei render-vos um serviço grato, e cumprir ao mesmo passo um preceito dos nossos estatutos.

Lida no Instituto Histórico no Rio de Janeiro a 3 de fevereiro de 1839.

VISCONDE DE S. LEOPOLDO.

---

[1] Publicado originalmente em *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo I, n. 2, 2.º trimestre de 1839.

[2] Cours de Philosophie. – Paris. 1828.

[3] Deste precioso Espírito faz menção Diogo Barboza Machado na *Bibliot. Lusitana* – Título - Alexandre de Gusmão, 2º.

[4] O padre Prudencio do Amaral nasceu na cidade do Rio de Janeiro em ano de 1675; em 20 de Julho de 1690 entrou para a Companhia de Jesus. Leu humanidades no Seminário de Belém, nas quais se mostrou insigne. Campos, entre outras obras, *De Opficio sachario*, na qual descreve o fabrico do [...] em verso heroico, elegante, e alguns deles imitativos.

[5] Na Biblioteca pública, gabinete de MS, n.º 225, caixa 9.

[6] Expendem-se esses motivos na introdução aos estatutos supramencionados.

[7] *História da América Portuguesa*, por Sebastião da Rocha Pitta. Lisboa, 1730. No Liv. 10 *in fine*.

[8] Deste funesto desastre faz menção o art. 31 & 6.º dos Estatutos da Academia dos Renascidos.

[9] Barbosa, *Biblioth. Lusit.* Tom. 3.º, pág. 451 – Art. Matheus Saraiva.

[10] Biblioth. Publ. do Rio de Janeiro – Gabinete de MS ns. 46 e 47, caixa 4.

[11] Vid. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, do Rio de Janeiro – Liv. 3.° Rio de Janeiro, 1814. No sumário da história do descobrimento da cochonilha no Brasil, e das observações, que sobre ela fez no Rio de Janeiro o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei o Marquês de Lavradio.

[12] Consultem-se na província de S. Pedro, no arquivo da extinta provedoria da fazenda, no liv. 5.°do Reg.ger. a fl. 31, o ofício do vice-rei do Estado do Brasil, datado de 9 de outubro de 1781: e sobre a plantação das amoreiras e criação dos bichos da seda, o mesmo liv. a fl. 6, provisão da Junta da fazenda do Rio de Janeiro, datada de 30 de Outubro de 1750.

[13] Da perpetuidade dos monumentos desta natureza já disse Horácio: "Exegi monumentum oere perennius Non omnis moriar" etc. Liv. 3.º O de 30.

FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN
(1816-1878)

APRESENTAÇÃO

Temístocles Cezar
Evandro Santos

Em 1802, Friedrich Ludwig Wilhelm de Varnhagen, militar e engenheiro de origem germânica, foi contratado pelo governo metropolitano para comandar, sob a direção do intendente José Bonifácio, a fábrica de ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba, São Paulo. Em 1806, casou-se com D. Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade incerta, provavelmente brasileira ou portuguesa. Foi nessa localidade que, em 17 de fevereiro de 1816, nasceu Francisco Adolfo de Varnhagen, sétimo filho do casal.

Varnhagen teve uma vida movimentada. Aos sete anos partiu com a família para Portugal. No final de 1825, em Lisboa, ingressou no Real Colégio da Luz. Em julho de 1833, envolveu-se na guerra civil portuguesa ao lado das tropas de D. Pedro. Como recompensa obteve o posto de Oficial da Artilharia. Porém, ele se esquecera de solicitar ao governo brasileiro a licença necessária para se engajar no exército de outro país. Isso retardou o processo de reconhecimento de sua nacionalidade que lhe foi concedida em 1841. A esta altura, já era membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em 1842, foi nomeado adido de primeira classe na Legação brasileira em Portugal, com a missão principal de pesquisar os documentos relativos à história, à geografia e à legislação do Brasil. De Lisboa foi transferido, em 1847, para Madri. Entrementes, visitou vários países da Europa em busca de arquivos. Onze anos depois foi nomeado Ministro Residente no Paraguai. Após uma década na América Latina, Varnhagen foi deslocado, em 1868, para a Áustria, como ministro residente na corte de Francisco José I. Barão de Porto Seguro em 1872, depois, em 1874, Visconde de Porto Seguro, Varnhagen morreu em Viena em

1878.

Autor de uma obra imensa que, embora a partir de certo momento privilegie a história, atravessa vários domínios, da literatura à crítica literária, passando pela biografia, pela etnologia, pela política e diplomacia, pela economia e mesmo pela filologia. Seu trabalho mais conhecido é a *História geral do Brasil*. Trata-se de uma pesquisa na qual se concentra e se resumem todos os elementos de uma retórica da nacionalidade, esforço intelectual que caracteriza o conjunto de seus estudos e, de certo modo, de sua própria vida (CEZAR, 2008; 2007). A primeira edição da *História geral* foi publicada em dois volumes, em Madri, sendo o primeiro em 1854 e o segundo em 1857 (VARNHAGEN, 1854). A segunda edição, corrigida e aumentada, também em dois volumes, foi publicada em Viena em 1877 (VARNHAGEN, 1877). Capistrano de Abreu, em 1906, começou a publicação de uma terceira tiragem da obra, corrigida e anotada por ele mesmo, interrompida por causa de um incêndio na editora.[1] Rodolfo Garcia retoma o projeto e em 1928 publica, em cinco tomos, a terceira/quarta edição integral, incorporando aos seus próprios comentários o trabalho de Capistrano de Abreu.[2] As edições seguintes reproduzem esta última (VARNHAGEN, 1981). O prefácio que se segue é o da primeira edição, ou seja, aquela que se tornou fonte estruturante da historiografia brasileira subsequente.[3] Em relação à segunda edição da *História geral*, esse prefácio foi submetido a uma operação de depuração discursiva do que poderíamos definir como marcas de subjetividade.[4] Na quarta edição, o prefácio escrito e modificado por Varnhagen foi simplesmente suprimido.

Historiador partidário de uma ortodoxia particular, Varnhagen parecia tranquilo em 1854, quando publicou o primeiro volume da *História geral* sem prefácio! A única observação que se assemelhava a uma prefação aparecia nos dois últimos parágrafos do primeiro capítulo (VARNHAGEN, 1854, p. 11-12). Entre o primeiro e o segundo volume algo se modificou, pois em 1857 ele se sentiu obrigado a acrescentar à obra um proêmio, cujo tom autobiográfico era indisfarçável, além de elucidar uma série de pressupostos teóricos e metodológicos.

No começo do prefácio, ele deixava claro que sua intenção era a de escrever "uma conscienciosa história geral da civilização do nosso país". A precisão atribuída ao adjetivo *geral* é importante. Por um lado, ao se tratar da "primeira resenha geral ou antes o primeiro *enfeixe* proporcionado dos fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral", o historiador justificava – questão de método – as inevitáveis ausências do texto. Por outro lado, a *história geral* era uma maneira de se criar uma correspondência entre a civilização, representada pelo império, e a própria história, veículo que dialeticamente acelerava o tempo rumo àquela condição: "a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional, sisuda e imparcialmente escrita" (VARNHAGEN, 1857, p. VI). O contrato entre o historiador e o imperador era apresentado como um pacto selado por entidades abstratas: a história da nação (a *História geral*) e o poder monárquico (D. Pedro II).

Desse modo, tal como a monarquia organizava a sociedade, a história fornecia base sólida às instituições. A história não era tão somente um repertório de adágios eruditos, mas um saber necessário. A generalidade e a concisão da *História geral* não visavam assim outro efeito: "procuramos ser concisos, na persuasão de que não era uma história mais minuciosa a que hoje podia ser mais útil" (VARNHAGEN, 1857, p. VIII).[5] Não o era em termos políticos, provavelmente nem teóricos, mas era a única possível pela limitação das fontes disponíveis. Em consequência, Varnhagen previa que o trabalho de outros historiadores poderia e deveria ser integrado à sua história. A *História geral* não era, portanto, um gênero absoluto, não era uma história total, ela era, paradoxalmente, um tipo específico de história: ela era um grande quadro que só o tempo concluiria.

Varnhagen, nesse prefácio, não dissimulou sua crença religiosa, política e social. Ele se autodefinia como: católico, monarquista, justo e humano com os índios e com os escravos (VARNHAGEN, 1877, p. X). Essa declaração, que jamais foi desmentida ou retificada pelo autor, desapareceu na segunda edição da obra. Em 1877, uma tomada de posição como essa seria tão comprometedora, a ponto de ser

suprimida sem explicação? Sua declaração o implicaria com grupos políticos com os quais seria melhor manter, ao mesmo tempo, distância e respeito? Ou ela atentaria contra a imparcialidade, fundamento em processo de consolidação na emergente disciplina histórica? A resposta à primeira questão passa pela biografia de Varnhagen. Ele jamais primou por relações muito cordiais com os letrados e políticos brasileiros. Além disso, nessa fase da vida ele residia em Viena, onde ocupava o posto de Ministro Plenipotenciário do governo brasileiro no império austro-húngaro. A segunda questão é mais nebulosa. Não há na obra de Varnhagen uma filosofia da história em desenvolvimento, ou seja, que tenha sofrido ao longo dos anos alterações significativas. Suas preocupações de ordem filosófica e/ou política são aparentemente invariáveis. Contudo, supressões como as que ocorreram no prefácio da primeira para a segunda edição não são incomuns no conjunto da obra que compõe a *História geral*. Entre uma e outra, Varnhagen se lança aqui e acolá a uma dedicada metodologia de limpeza textual, tendo por alvo as marcas que possam comprometer a objetividade da escrita. Tais supressões podem ser concebidas como tentativas, ou medidas silenciosas no sentido de Certeau, que não somente corrigem o texto, mas, simultaneamente, lhe conferem um estatuto epistemológico mais imparcial, mais próximo da ciência.

No entanto, se Varnhagen tinha consciência da possessão por este espírito científico é algo que escapa ao mundo dos homens. O certo é que o estatuto científico não é reivindicado na *História geral do Brasil* de uma maneira explícita. Aliás, Varnhagen praticamente não utiliza o vocábulo *ciência* para definir o saber histórico. O historiador postula apenas a verdade de seu relato por meio de uma fórmula muito simples: “pela inversa, pelo erro”. O historiador pode escrever a história como bem entender desde que não erre. Fácil! Essa perspectiva, explica o autor, o autoriza a “empolar o estilo” a fim de maximizar as cores para “pintar – a beleza da cidade do Rio de Janeiro – com mais verdade”. É o mesmo princípio que valida sua descrição de fatos “aquecidos com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão nobre” (VARNHAGEN, 1877, p. XII).

Ao reconhecer que tais assertivas poderiam ser percebidas como manifestações provenientes do domínio do poético, Varnhagen reafirma a clássica diferença entre o historiador e o poeta:

> este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria crítica; ao passo que aquele estuda primeiro o fato, apura-o por meio das provas que requerem o seu critério; e só depois sentencia com gravidade, transmitindo ao público a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma fórma que os sentiu, se a pena lhe sabe obedecer, o que nem sempre sucede.

O historiador não tem a mesma liberdade de imaginação do poeta. Porém, a noção de Varnhagen é plena de alternativas que reduzem a distância entre os dois domínios. Em primeiro lugar, o historiador é um sujeito que analisa os fatos segundo os critérios que lhe são próprios e não necessariamente de acordo com os critérios de uma comunidade de historiadores (como o IHGB). Em segundo lugar, o esforço que envolve o gesto da escrita da história nem sempre prescinde dos sentimentos de quem escreve. Logo, o historiador, tal como o poeta, perde, por vezes, o controle da pena.

No referido prólogo à segunda edição, Varnhagen retoma o assunto. Em 1877, ele declara pertencer a uma "escola histórica estranha a essa demasiado sentimental que, pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria verdade" (VARNHAGEN, 1857, p. XII). Essa escola não tem nome, nem sabemos quem são seus adeptos. Entretanto, ele aponta quem não é membro: o "cronista" Rocha Pita (VARNHAGEN, 1857, p. XIII).[6] A simples afirmação de pertencer a uma escola, por outro lado, mesmo se a noção que a unifica – a *verdade* – é matizada, cria um efeito de cumplicidade epistemológica. Varnhagen não está só. Ele se insere, desse modo, em uma tradição histórica: aquela que é metodologicamente contrária ao erro e que teoricamente é uma das figuras da verdade. Não é surpreendente, por conseguinte, que Varnhagen, quase no final da *História geral do Brasil*, lembre os argumentos desse prólogo e se coloque ao lado de Tucídides. Assim como o historiador grego, ele também prefere "desagradar publicando a verdade, que ser aplaudido faltando a ela" (VARNHAGEN, 1857, p. 375). Que coincidência! O mestre da escola de Varnhagen não é outro que o historiador preferido de D. Pedro II.

REFERÊNCIAS

BATALHONE JUNIOR, Vitor. *Uma história das notas de rodapés*: o processo de anotação da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

CEZAR, Temístocles. Anciens, Modernes et Sauvages, et l'écriture de l'histoire au Brésil au XIXe siècle. Le cas de l'origine des Tupis. *Anabases*: traditions et Réceptions de l'Antiquité, Toulouse, 8, 2008, p. 43-65.

_______. As incertezas da escrita da história: ensaio sobre a subjetividade na História geral do Brasil de F. A. de Varnhagen (1854-1857). HERMANN, Jacqueline; AZEVEDO, Francisca; CATROGA, Fernando (Orgs.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 57-72.

_______. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez., 2007, p. 159-207.

MATTOS, Selma R. de. *O Brasil em lições*: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das luctas com os Hollandezes no Brazil, desde 1624 a 1654*. Viena: Finsterback, 1871.

_______. *História Geral do Brasil, antes de sua separação de Portugal*. 2. ed. Viena: E. & H. Laemmert,1877. 2 vol.

_______. *História geral do Brasi*l: antes da sua separação e independência de Portugal. 10. ed. integral. Revisão e notas de J. Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981. 5 tomos.

_______. *História Geral do Brasil*: isto é do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, por um sócio do Instituto Histórico do Brasil. Natural de Sorocaba. Madrid: Imprensa da V. de Dominguez, 1854.

---

[1] Ver: OLIVEIRA, 2006.

[2] Para uma análise do trabalho de anotação ver: BATALHONE JUNIOR, 2011.

[3] Desde o século XIX, como, por exemplo, o manual de história de Joaquim Manoel de Macedo. Ver: MATTOS, 2000.

[4] No mesmo sentido ver: CEZAR, 2011.

[5] A ideia de concisão da escrita aparece também no *Prólogo* à segunda edição, da *História geral*, ver VARNHAGEN, 1877, p. XIII.

[6] O mesmo comentário encontra-se no prefácio de sua *História das luctas com os Hollandezes no Brazil, desde 1624 a 1654* (VARNHAGEN, 1871, p. XXVI).

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL[1]

FRANCISCO ADOLFO VARNHAGEN

"Uma das maiores empresas do mundo (dizia o conde da Ericeira, D. Luiz de Meneses) é a resolução de escrever uma história; porque além de inumerável multidão de inconvenientes que é necessário que se vençam, e de um trabalho excessivo,... no mesmo tempo em que se pretende lograr o fruto de tantas diligências, tendo-se obtido formar o intento, vencer a lição, assentar o estilo, colher as notícias, lançar os borradores, tirá-los em limpo, conferi-los e apurá-los, quando quem escreve se anima na empresa... – então começa a ser réu, e réu julgado com excessiva tirania".[2]

E o conde da Ericeira tinha razão. O trabalho de uma história é, como o de um dicionário, tanto mais útil ao público e ingrato para o autor, quanto mais de consciência houver sido feito. Assim como o estudioso que busca no dicionário uma palavra, e a não encontra a seu gosto, num assunto a que se dedicou de profissão, decide por duas ou três linhas do trabalho de sessenta mil artigos contidos em mais de mil páginas, assim também julga às vezes do todo de uma obra histórica o ingênuo burguês, só por um fato ou data dele (omitido de propósito, ou alterado em virtude de documentos antes desconhecidos) e o pretencioso gramático só por uma frase em que embicou. Mas o historiador sofrerá maiores injustiças, se dotado de convicções profundas e de caráter firme e independente, em vez de adular vãos preconceitos vulgares, teve o necessário valor para enunciar francamente o que pensava, em contra destes. Entretanto é um fato que os contratempos experimentados pelos que se apresentam na arena, não são sempre de má recomendação. Por quanto, além de que menos mérito teria qualquer empresa, quando em vez de trabalho e de trabalhos ela só fosse de gozos e de prazeres, recomenda um conhecido moralista que nos previnamos contra os autores de certas obras em que, no momento de aparecerem, o público só encontra que aplaudir; pois o que isso geralmente prova é que os tais autores escreveram menos com o intento de corrigir

opiniões erradas, do que de angariarem aplausos, radicando às vezes ainda mais com sua autoridade o erro e a injustiça.

Seja porém como for: saiba-se que desde que nos propomos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecido reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma e com a dos princípios que professamos, uma conscienciosa história da civilização do nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo: e por tanto arrostámos com os prováveis desassossegos e injustiças futuras, – se é que não já presentes. Embora! Deu-se em todo caso o primeiro passo. Fez-se, por assim dizer, o primeira resenha geral ou antes o primeiro *enfeixe* proporcionado por fatos que, mais ou menos desenvolvidos, devem caber na História Geral, em lugares convenientes; indicaram-se as fontes mais puras e genuínas; e estes dois serviços (independentes do estilo e da maneira de pensar, que são especiais a cada historiador) ficam feitos. Assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem que mui humildemente, ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional. O ótimo é inimigo do menos mau. Não era justo que enquanto não podíamos alcançar o ótimo, nos contentássemos com o péssimo, que péssimo era não possuir a nação uma história geral, digna deste nome, e sisuda e imparcialmente escrita. “Primeiro que tudo, ponderava em 1838 o ilustre e digno filo-brasílico[3] Ferdinand Denis, é da mais alta importância que os documentos que constituem a história do país sejam ao fim recolhidos. Para que as teorias *diárias* sejam úteis, é preciso oferecer-lhes uma base, ou para melhor dizer, um ponto de partida.” Quase pelo mesmo tempo se criava no Brasil o Instituto Histórico, e sem conhecimento deste fato existia em nós, então na Europa e ainda frequentando as aulas, o pensamento atrevido (confessamo-lo) da empresa desta obra; e já os estudos preparatórios para um dia a realizar, começados dois para três anos antes, produziam preliminarmente, não só as *reflexões críticas* à obra de Soares, concluídas (e apresentadas ao vice-presidente da Academia

das ciências de Lisboa pelo digníssimo bispo conde S. Luiz, depois cardeal patriarca) em meado de 1838, com a publicação do diário de Pero Lopes efetuada no ano seguinte.

A fundação do Instituto veio, pois, a dar-nos grande valor e auxílios para a empresa, principalmente desde que o augusto Chefe do Estado resolveu colocar-se de fato à frente dele, apreciando altamente os trabalhos acerca da história pátria, pelos auxílios que podem prestar (independentemente dos que proporcionam à erudição e à literatura) ao estadista, ao jurisconsulto, ao publicista, ao diplomata, ao estratégico, ao naturalista, ao financeiro e aos vários artistas; e talvez também prevendo que com serviço nenhum melhor, do que os que tivessem relação com a história e geografia (e aqui cabem todos os produtos naturais), poderiam os seus súditos ser úteis ao saber humano em geral, entrando na grande comunhão científico-literária europeia, de que por outro lado tantos auxílios recebemos, por meio da oferta de novos dados, que inclusivamente venham a ser ali debatidos, em proveito da ilustração do país. E todo o Instituto confessa, cheio de reconhecimento, que sem a proteção valiosa do Senhor D. Pedro II, ele teria deixado de existir: e por sua parte, este mínimo sócio declara que, sem a correspondente quota que dessa proteção lhe coube, o Brasil não teria hoje esta obra. Na verdade parece que o ilustre Paulista Alexandre de Gusmão previa uma era de quase século e meio no porvir, quando dizia, referindo-se a outro Augusto Soberano: "Procura Sua Majestade ressuscitar as memórias da pátria da indigna escuridade em que jaziam até agora." – Deste modo o honrado senador que do alto da tribuna proclamou os serviços prestados ao país pelo Instituto Histórico, em suma teceu mais uma coroa de glória a Pedro Segundo.

A posteridade decretará as produções que hão de aparecer escritas em cada uma das sempre verdes folhas dessa coroa. Ousadamente nos atrevemos a assegurar que aspiraria a História Geral a entrar na competência, se na vastidão do plano e vigor da execução, houvesse a obra correspondido ao tipo que concebêramos, por ventura querendo avaliar a intensidade das forças pela imensidade dos desejos. Só na concisão correspondeu o desempenho ao nosso constante propósito. E procurámos, tanto quanto nos foi possível, ser

concisos, na persuasão de que não era uma história mais minuciosa a que hoje podia ser mais útil; ainda quando fora possível escrevê-la, com certa harmonia, digamos assim, em todas as suas proporções arquitetônicas; o que aliás não seria fácil; quando algumas destas estão ainda pouco examinadas; e tal exame tem de ser feito pouco a pouco, já pelos futuros editores de documentos inéditos, já por historiadores parciais, que não tardarão a aparecer. Esses principalmente, ao ter presente este todo, o avaliarão com justiça; e quase ousamos dizer que quantos mais defeitos lhe achem, isto é, quanto mais o estudem, mais apreciarão o serviço preparatório que aqui lhes oferecemos, compreendendo nele as próprias notas que publicamos no fim, sob o título de *Auxílios Cronológicos*. – Dia virá em que a seu turno os seus trabalhos serão devidamente contemplados na História Geral, [e desejaremos ser os primeiros a tributar-lhes justiça; pois que os nossos próprios tormentos nos ensinaram a ver as misérias das injustiças, que inclusivamente obrigam o autor a parecer menos modesto do que deve, quando faz ouvir os gritos da consciência desafrontando-se...]

Cumpre-nos dizer aqui duas palavras acerca da obra em geral, [e dar uma ideia da individualidade,] do estilo e da linguagem do seu autor; o que tudo se confirmará pela atenta leitura da obra.

Depois de uma ligeira exposição dos fatos que contribuíram a pôr em contato, no fim do século XV, a Europa com a América, tratamos rapidamente das primeiras explorações da costa, que de pouco interesse real eram para a história do nosso país; pois que de tal modo não tinham deixado de si vestígios, que eles, na própria história, se haviam quase de todo apagado ou confundido. Insistimos porém, mais do que nenhum dos que nos precederam em trabalhos idênticos, na verdadeira apreciação comparativa do grau de civilização dos colonizadores, do de barbárie dos colonos escravos trazidos impiamente da África, e do de selvageria dos povos, últimos invasores nômades, que ocupavam em geral o território que hoje chamamos Brasil. – No tratar dos colonizadores Portugueses, dos bárbaros Africanos, e dos selvagens Índios, procurámos ser tão justos como nos ditaram a razão, o coração e a consciência. Era essencial partir de apreciações justas e imparciais para justa e imparcialmente

poder caminhar de frente levantada, expondo a progressiva civilização do Brasil, sentenciando imparcialmente aos delinquentes e premiando o mérito, sem perguntar a nenhum se procedia do sertão, se da África, se da Europa, ou se do cruzamento de sangue. De outro modo, mal houvéramos podido conscienciosamente condenar aos ferozes assassinos do nosso primeiro bispo, aos bárbaros amocambados, aos cobiçosos Mascates e aos revolucionários de 1798, nem vitoriar devidamente o Índio Camarão, o preto Henrique Dias, o Português conde de Bobadela e o pardo sertanejo Manduaçú. – Se houvéssemos querido seguir comodamente as pisadas de alguns, que, nos pontos mais difíceis e melindrosos, em vez de os estudar e submeter à discussão pública, procuram eximir-se de dar o seu parecer, mui fácil nos houvera sido narrar de modo que, se não contentasse a todos, pelo menos não descontentasse a nenhum; como às vezes, hoje em dia, fazem certos políticos, de ordinário não sem prejuízo da causa política.

Pelo que respeita a quanto dissemos dos colonizadores e dos colonos africanos, cremos que em geral apenas haverá discordância de opiniões. Outro tanto não sucede porém respectivamente aos Índios, filosófica e profundamente pouco estudados, e que não falta quem seja de voto que se devem de todo *reabilitar*, por motivos cujas vantagens de moralidade, de justiça ou de conveniência social desconhecemos, – nós que como historiador sacrificámos tudo às convicções da consciência, e estamos persuadidos de que se, por figuradas ideais de *brasileirismo*, os quiséssemos indevidamente exalçar, concluiríamos por ser injustos com eles, com os colonizadores, com a humanidade em geral, que toda constitui uma só raça, e portanto com a nação atual brasileira, a que nos gloriamos de pertencer.[4] [E de tal importância consideramos a resolução definitiva deste ponto de partida, não só da nossa história, como da de outros povos da América, que adiante volvemos a este assunto.]

[Vamos agora à individualidade do escritor. A par da maior tolerância para com as opiniões alheias, professamos firmes princípios em religião, em política e em tudo o mais sobre que nos declaramos nesta obra. Somos sempre sinceramente católico, sem deixar jamais de ser cidadão (para sustentar as prerrogativas da

coroa, que em geral pela maior parte são as do antigo padroado) e acreditando sem cessar, para os grandes sucessos, na providência divina, em harmonia com o provérbio que diz: “O homem põe, mas Deus dispõe.” – Politicamente, sendo por fortes convicções monarquista,[5] admiramos também a bela instituição das nossas assembleias anuais, fomentadoras da integridade da nação, atalaias do seu governo e fiscais dos próprios tributos; e rebelamo-nos sempre contra toda absurda tirania, contra todo arbitrário absolutismo, parta donde parta. Socialmente, quanto aos Índios e aos Africanos, cremos que devêramos ser mais justos e mais humanos do que se é geralmente. Somos da opinião que estamos sendo no país injustos com aqueles, por cruel filantropia, com desvantagem do estado que podia e devia aproveitar dos seus braços; e com os últimos, por excesso de rigor, sem nenhuma utilidade pública nem particular. Inclinamo-nos[6] a que deveriam os primeiros ser submetidos e avassalados, e entregues a uma espécie de clientela, resolvendo-se isso nobremente e sem hipocrisias, e os segundos ser melhorados na sua condição social; convertendo também a escravatura em clientela, embora continue esta vitalícia e hereditária; e isto pelo simples meio de acabar com as compras e vendas.[7] Civilmente somos defensores dos prestígios honoríficos, com que em proveito do estado os governos tiram partido da natural vaidade humana; e somos advogados da criação, independentemente das academias que existem, de uma universidade central, ou pelo menos de uma escola politécnica em Minas; propendemos a considerar um *sacerdócio* a instrução *primária*, e admiramos o sistema de certas escolas gratuitas para o estado, que tem produzido profícuos[8] resultados em outros países; e não disfarçamos as nossas inclinações à colonização empreendida por conta dos particulares e não do governo, a um sistema tributário menos indireto, começando pelo censo territorial, a outra forma de recrutamento,[9] etc., etc.]

Oxalá os leitores façam a devida justiça aos nossos princípios, não por esta ou aquela passagem da obra, mas pelo seu conjunto! Oxalá descubram nela, através da ostentação de uma tolerância civilizadora, os sentimentos de patriotismo nobre e elevado que nos animaram; – não de outro lamentável patriotismo cifrado apenas na absurda

ostentação de vil e rancoroso ódio a tudo quanto é estrangeiro! – Oxalá o nosso trabalho concorrerá a fomentar, ao menos entre as gerações de porvir, o espírito de generosidade que guiou nossa pena em muitas ocasiões, não sem que às vezes nos olhos borbulhassem piedosas lágrimas!

Acerca do estilo não daremos muitas explicações; porque talvez nem acertássemos a nos fazer ouvir, quanto mais a entender. Apesar da grave sentença de Buffon, temos a persuasão de que, como tudo quanto é humano, o estilo depende muitas vezes das disposições do ânimo, originadas de causas que nem sempre está em nós remover. – Demais: no primeiro volume desta obra, principalmente, capítulo há escrito com diferença de cinco ou seis anos do que lhe está vizinho; segundo no-lo permitiam as ocasiões de que então dispúnhamos, para ir pondo em ordem, e tirando do caos, os apontamentos que tínhamos, e que até certo ponto nos escravizavam a pena. Impossível fora pois evitar que não escapassem repetições, incorreções e faltas de clareza, que se vão advertindo; e bem que sejam muitas, quase nos admiramos de que, ao tratar de tantos assuntos novos, procedentes de origens tão desencontradas, não cometêssemos muitas mais. É pois o caso de repetir com Rousseau: "*Ce n'est pas assez d'une moitié de la vie pour faire un... livre, et de l'autre moitié pour le corriger.*" – Assim Deus quisesse conceder-nos essa outra metade... [Em todo caso porém protestamos contra os que interpretem indevidamente as frases em que na introdução do princípio desta obra expusemos o sistema que havíamos adotado. Ali prometemos conservar fria imparcialidade no *exame* da verdade dos fatos, não sacrificando jamais ao interesse dramático a certeza de haverem eles sucedido deste ou daquele modo; pois de outra forma podia resultar dissonância na harmonia que entre si tem de guardar, uma vez que efetivamente sucederam; quando em história o critério da verdade só se define e se entende bem pela inversa, pelo erro. Longe estávamos porém com isso de significar que, em alguns casos como na descrição do Rio de Janeiro, por exemplo, não nos esforçaríamos para elevar, e até para empolar o estilo, afim de pintar com mais verdade esta verdadeiramente empolada paragem da terra, ou que em outros não consentiríamos que os períodos saíssem aquecidos

com o calor da convicção ou do patriotismo ou de qualquer outra paixão *nobre*, e repassados do nosso modo de sentir na presença de sucessos, que fora necessário ser de pedra uma pessoa para não se comover.[10] O que distingue principalmente, tratando assuntos históricos, o verdadeiro historiador do poeta, é que este, que para o ser há de ter mais imaginação que fria crítica, comovido de certa maneira, cria e adapta tudo às suas inspirações; ao passo que aquele estuda primeiro o fato, apura-o por meio das provas que requerem o seu critério; e só depois sentencia com gravidade, transmitindo ao público a sentença e os seus porquês; e claro está que da mesma forma que os sentiu, se a pena lhe sabe obedecer, – o que nem sempre sucede.]

A linguagem estudámos que saísse castiça e de boa lei, sem contudo levar os escrúpulos ao ponto de não empregar certas palavras e frases, só porque não se encontravam competentemente alfabetadas, – sendo que algumas deviam merecer preferência em uma obra acerca do Brasil. Assim como até agora ninguém censurou a Castanheda, nem a Barros, nem a Couto, nem a Lucena, tratando da Ásia, o haverem empregado as vozes bárbaras *pardau*, *junco*, *catur* e outras, não haveria razão para que, tratando-se da América, se não adotassem muitos vocábulos americanos admitidos pelo uso. Com estas convicções, empregaríamos *maracá*, *pocema*, *tangapema*,[11] *tujuco* e *tujupar* (mais eufônico nos parece dizer com o povo *tejuco* e *tejupar*), ainda quando o P. Vieira nos não houvera dado o exemplo; e *patiguá* e *tipoia*, ainda sem a autoridade de Simão de Vasconcellos; e *caiçara*, sem a de Berredo. Por isso, quando se nos ofereceu ocasião, dissemos *bocaina*, *chapadão*, *coivara*, *giquí*, *itaipava*, *lageado*, *tapera*, *vaquiano* e outras, admitidas geralmente no Brasil; o que não deve admirar quando, até em Portugal, estão em uso muitas vozes originariamente túpicas, das quais algumas passaram a todas as línguas da Europa. Das conhecidas em Portugal nos limitaremos a citar as seguintes: *ananás*, *caipira*, *caipora*, *capim*, *cipó*, *copaíba*, *cutia*, *guaiaba*, *ipecacoanha*, *mandioca*, *piassaba* (ou *piaçá*), *pitanga*, *jacarandá*, *poaia*, *tapioca*, e até, em nossa opinião, a mesma hoje portuguesíssima palavra *pitada* (de rapé) não, pode vir senão do verbo *pitar* usado no Brasil, da palavra *p'ty'* (esta última letra se

pronunciava como em grego, quase com o som do *u* francês) com em guarani se designava o tabaco; e que Damião de Goés (I, c. 56), e, com ele, Balthazar Telles adulteraram em *betum*.

Quanto à ortografia, no meio da anarquia que hoje entre nós acerca dela reina, tentámos seguir um meio termo; mas nem sempre a paciência nos acompanhou ao rever as provas, sem alguém que nos ajudasse, como têm todos os autores em seus respectivos países. Faremos entretanto quatro simples advertências: 1.ª Escrevemos sempre Brazil e não Brasil, porque originalmente a palavra europeia foi introduzida pelos Genoveses e Venezianos, que chamavam *verzino* ao lenho do Oriente que antes servia à tinturaria. – 2.ª Seguindo os clássicos, não acentuamos, como entre nós se pratica abusivamente, a proposição dativa, senão quando essa proposição envolve ao mesmo tempo o artigo feminino que se contraiu nela para evitar o hiato *a a*; por outra, em geral somente se deve acentuar a proposição dativa nos casos em que ela se traduziria em francês por *à la*. – 3.ª Seguindo também os mais autorizados cultores da língua, admitimos a irregularidade dos verbos *construir*, *destruir*, *progredir*, etc., dizendo *constroe*, *destroe*, *progride*, etc. – 4.ª Escrevemos *onde*, *donde*, *aonde*, reconhecendo casos neste advérbio, que segundo Moraes admite, por assim dizer, o caso composto *a donde*.

[Concluiremos dizendo que preferimos ajuizar os trabalhos dos diferentes autores, que se ocuparam da nossa história, quando na obra devíamos tratar deles.[12] Também, para não alargar mais este prefácio, remetemos para o fim do volume o que nos cumpria dizer acerca das corporações e indivíduos a quem fomos devedores de mais particulares atenções, em prol do desempenho desta obra; e ali ousamos até publicar alguns votos favoráveis a ela; menos movidos e vaidade de autor, que necessitados a buscar nos mais fortes e mais generosos (fazendo ao mesmo tempo público aos presentes e futuros o meu reconhecimento a eles), o apoio de que a obra carece contra as indiferenças e vociferações de tantos espíritos pequeninos.]

F. Adolpho de Varnhagen.

---

[1] Prefácio. Os trechos entre colchetes foram suprimidos na segunda edição da obra (1877). Os itálicos correspondem ao registrado no texto fonte (Nota de Temístocles Cezar e

Evandro Santos).

[2] Prólogo do "Portugal Restaurado" (Nota no original).

[3] O hífen foi suprimido na segunda edição da obra (Nota de Temístocles Cezar e Evandro Santos).

[4] Aqui, na segunda edição da obra, Varnhagen insere uma nota: "Veja-se a nossa dissertação *Os Índios perante a nacionalidade brasileira* publicada no Panorama de 1857, e também na 1ª ed. desta História" (Nota de Temístocles Cezar e Evandro Santos).

[5] Vej. Tom. II, p. 279 (Nota no original).

[6] Vej. o Disc. preliminar que segue (Nota no original).

[7] Vej. Tom. II, p. 93 (Nota no original).

[8] Vej. Tom. II, p. 203 e 234, e a not. 22 (Nota no original).

[9] Ibid, 133, 301 e 135 (Nota no original).

[10] Vej. o que já pensávamos a tal respeito em 1846, na Rev. do Inst., XIII, 400 (Nota no original).

[11] Não *fangapema*, como por engano e nos dicionários da primeira letra se lê em suas obras (Nota no original).

[12] Vej. Tom. I, 14, 38, 45, 67, 227, 231, 289, 295 e seguintes; 326, 332, 351, 360, 384, 394, etc.; e as notas 5, 6, 7, 8, 13, etc. Do tomo II nos limitaremos a citar as págs. 35 e 36, 50, 53, 124, 185, 227, 253, 334 e 341 e segs. (Nota no original).

MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE
(1806-1879)

APRESENTAÇÃO

Temístocles Cezar
Lucas La Bella

Poeta romântico e pintor neoclássico, cujas obras não são amplamente conhecidas, Manuel de Araújo Porto Alegre desafia aquele que tenta defini-lo. O Barão de Santo Ângelo, título que lhe foi atribuído em 1874, teve uma ampla participação na vida cultural do Rio de Janeiro que perpassou diversos campos. Por vezes apontado como precursor da História da Arte no Brasil, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Autor de poemas, peças de teatro e outras obras literárias, seu nome está presente em diversos manuais de literatura brasileira que o situam junto à primeira geração romântica. Mestre de cerimônias da coroação de Dom Pedro II, também foi responsável pelo planejamento de algumas obras arquitetônicas para o governo imperial. Os projetos de Porto Alegre – para um Brasil pensado como nação – visavam a consolidação da arte nacional e um aperfeiçoamento moral e civil da sociedade, ambos indissociáveis de uma valorização da história.

Nascido em Rio Pardo, no extremo sul do país, em 1806, foi na capital do Império que terminou seus estudos e conheceu Jean-Baptiste Debret, artista que o levou à França, abrindo-lhe a oportunidade de conhecer a vida cultural parisiense e aperfeiçoar sua pintura como aluno de Antoine-Jean Gros. Ao retornar ao Rio de Janeiro, assumiu a cátedra de Pintura Histórica na AIBA em 1837, desvinculando-se da instituição, em 1848, devido a desentendimentos com Félix Émile Taunay.

Voltou à Academia em 1854, na condição de diretor, convidado pelo próprio Imperador. Foi um dos responsáveis pelo início da

Reforma da Pedreira, que tinha por objetivo reformular o currículo e a formação dos alunos da AIBA, criando cadeiras de Desenho Geométrico, Teoria das Sombras e Perspectiva, História das Artes, Estética e Arqueologia (FERNANDES, 2006, p. 54), além de uma diferenciação entre artesãos e artistas. Ainda em sua gestão houve a tentativa, outrora intentada no IHGB por Francisco Adolfo de Varnhagen, de modernizar a Academia instaurando o mérito como parâmetro para prêmios e nomeações de professores, procurando dessa forma neutralizar as indicações pessoais, de influência política. Essa tentativa, de acordo com ele mesmo, o tornou impopular entre aqueles que frequentavam a instituição. O ambiente hostil, somado a um acontecimento fortuito – a nomeação de Cabral Teive como professor de Pintura Histórica pela intervenção de um Ministro do Império –, motivou sua renúncia.

A Pintura Histórica era considerada por Porto Alegre como a manifestação artística mais importante, o que o levava a proferir veredictos como o que exara acerca de Francisco Pedro do Amaral: "apesar de sua constante aplicação, nunca chegou às alturas da pintura histórica [...]" (PORTO ALEGRE, 1856, p. 375). Nesse sentido, parte significativa das disciplinas oferecidas pela AIBA tinha por meta a preparação para a pintura histórica, vista como a expressão máxima de qualquer artista. Os grandes feitos e seus protagonistas tomariam forma e ganhariam cores em telas, mas somente após longas pesquisas sobre vestimentas, paisagens, feições e contornos de tudo e de todos supostamente envolvidos.

A atuação de Porto Alegre no campo cultural não se limitou à AIBA. O pintor foi fundador de revistas em parceria com outras figuras conhecidas do cenário carioca, como Gonçalves de Magalhães. Juntos publicaram a revista "Niterói", em 1836. Colaborou também com a *Minerva Brasileira* e lançou a revista *Lanterna Mágica*, primeira publicação brasileira a conter caricaturas. Além disso, fundou, com Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo, a revista *Guanabara*, de igual importância para o movimento romântico brasileiro. Em 1851, influenciado possivelmente por este meio cultural, escreve uma "comédia arqueológica" intitulada *A estátua amazônica*, na qual se diverte com o debate sobre a busca das

origens brasileiras em uma grande civilização passada (PORTO ALEGRE, 1851).

Orador do IHGB, Porto Alegre dedicou-se a escrever necrológios, escritos biográficos que enaltecessem a vida e os feitos de antigos sócios do Instituto, muitos deles seus amigos pessoais. “Iconografia Brasileira”, publicado em 1856, insere-se nesse contexto intelectual e é, simultaneamente, uma resposta ao projeto biográfico lançado anos antes por Januário da Cunha Barbosa nas páginas inaugurais da *Revista do IHGB*, em 1839, e um complemento, segundo seu autor, ao *Plutarco Brazileiro* de 1847, da lavra de Pereira da Silva (PORTO ALEGRE, 1856, p. 349-378).[1]

"Iconografia", contrariando o nome, não possui nenhum aparato imagético na produção dos três artistas com que inicia a abordagem. O texto introdutório insinua que a compreensão da representação iconográfica dependia dos registros escritos, sobretudo das biografias, sob um ponto de vista nacional. Com efeito, Porto Alegre via o conhecimento histórico como uma obrigação moral, um monumento escrito em nome de grandes homens e de seus feitos dedicados à nação (OLIVEIRA, 2011, p. 56-58). Ele ressalta que os vivos deviam honrar os mortos, manter viva sua lembrança, tomá-los como exemplo, conferindo ao culto memorial uma importância ritualística que seria parte da manutenção da própria ordem social.

O Brasil necessitava, para Porto Alegre, de um Panteão, o qual receberia anualmente a visita do próprio Imperador. Este culto laico impediria o esquecimento, glorificaria grandes ações em proveito do país e instauraria admiração nos mais jovens, que assim encontrariam inspiração para também doarem-se à pátria: eles seriam desse modo as “sentinelas que guardam as sagradas avenidas do mundo”, a certeza da boa e continuada linhagem do panteão. Eles são a base, o farol, os modelos, para os novos *panteonisados* que serão incorporados no curso do tempo e da “marcha dos acontecimentos” (PORTO ALEGRE, 1856, p. 352). Armelle Enders nomeia este local, este panteão de papel idealizado pelo autor, como a “necrópole nacional” de uma “República da morte” (ENDERS, 2004, p. 213).

Por outro lado, “Iconografia Brasileira”, assim como o artigo de sua autoria “Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense”, pode

ser considerado como uma nascente história da arte brasileira, possuindo enfoque maior na trajetória dos artistas retratados do que em suas obras (SQUEFF, 2003, p. 20). Porto Alegre narra a vida dos "artistas" – que em alguns casos talvez fossem considerados artesãos por seus contemporâneos – descrevendo sua formação e desempenho, além de outros fatos que segundo a visão do biógrafo marcaram seus percursos, situações nas quais se evidenciaram suas habilidades artísticas e morais. Existem recorrências, algumas próprias do gênero biográfico da época e outras mais características do escritor. A conduta dos biografados é colocada como imaculável, mesmo diante das injustiças e dificuldades pelas quais foram submetidos. Homens que nunca receberam a devida recompensa do Estado e/ou da vida, e mesmo assim não abandonaram sua dedicação pela arte nacional, pelo contrário, foram "vítimas de sua fidelidade e respeito" (PORTO ALEGRE, 1856, p. 377).

Um curioso exemplo do discurso panegírico de Porto Alegre, semelhante ao que alguns escritores já haviam utilizado para exaltar a capacidade extraordinária de representar a realidade por parte de algum artista, é do "modesto e trabalhador" Francisco Pedro do Amaral. Trabalhando sob a tutela de um mestre de difícil convivência, segundo o narrador, o aprendiz aproveita uma tarde de sono do seu superior para pregar-lhe uma peça, escondendo seus chinelos e pintando uma réplica deles em seu lugar. Começa então a emitir muito barulho da sala de pintura, o que acorda sua "vítima" de sobressalto que busca calçar a "pintura" sem sucesso. Tentativas repetidas se seguem, sem obter êxito. O engodo só é percebido quando o mestre se agacha, aproxima-se do chão e percebe a troça. Até mesmo este episódio jocoso – utilizado para enaltecer as capacidades do pintor – isenta o biografado de culpa, de um sério desvio moral. É o diabo que leva Francisco Pedro a pregar a peça.

Letícia Squeff teceu críticas interessantes à historiografia da arte de Porto Alegre, focadas principalmente na "Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense", mas que também possuem validade para o "Iconografia Brasileira". A pesquisadora afirma que grande parte dos artistas biografados não possuía esse status perante seus coetâneos e muito menos se enquadrariam em tal definição segundo

os conceitos do próprio Porto Alegre! O então diretor da AIBA possuía uma concepção rigorosa e estrita sobre o assunto. O artista seria detentor não só de uma técnica apurada, como também deveria ser um conhecedor da tradição e história da arte ocidental. Tais capacidades seriam atingidas após uma longa prática e treinamento e de um aprendizado constante que pressupunha uma sólida formação intelectual e teórica. Squeff encontra uma lógica, uma intenção política por trás deste "deslize", aparentemente intencional. Porto Alegre dedicou-se arduamente na sua empreitada. Ele visitou igrejas de cidades pequenas somente para ter acesso a algumas obras. Logo, ele deveria ter consciência das lacunas que omite. Seu intento parece ser o de fundar não só uma "história da arte brasileira", mas também uma arte nacional, particular, anterior a 1822, à AIBA e à missão francesa.

Em 1859, dois anos após abdicar da diretoria da AIBA, Porto Alegre mudou-se para Berlim para assumir o cargo de cônsul. Um dos prováveis motivos que o levaram a essas mudanças – de profissão e de país – foram os problemas econômicos pelos quais passava. A mudança drástica refletiu-se na maneira pela qual se via e, consequentemente, como concebia sua trajetória de vida. Foi a partir deste momento que Porto Alegre passou a elaborar as intempéries passadas como um caminho que construiria um futuro cônsul. A autobiografia não é mais a de um artista (frustrado), poeta e homem de letras, mas sim de um diplomata.

A principal tarefa de Porto Alegre enquanto orador do IHGB era a de escrever elogios aos membros falecidos.[2] O conhecimento necessário para tecer tais narrativas vinha do antigo convívio e/ou de escritos autobiográficos aos quais teria acesso. O próprio Manuel de Araújo tratou de escrever um diário e os "Apontamentos Biográficos" para pensar sobre sua trajetória. Ambos apresentam uma caligrafia cuidadosa, atípica nos escritos mais corriqueiros do autor, aparentemente sendo já pensados como uma autobiografia deixada para um elogio póstumo. O diário refere-se ao período em que fora diretor da AIBA, retratando sua atuação como um esforço individual e solitário em prol da melhoria desta instituição (e, por conseguinte, da nação) lutando contra as adversidades que seus

opositores incitavam. Já os "Apontamentos" formam uma narrativa em terceira pessoa sobre sua própria vida, desde a infância até finais de 1850, quando ocorre a referida demissão da diretoria. Os dois escritos têm em comum uma trajetória acerca do artista.

Como cônsul – estabelece-se primeiro na Prússia e depois em Portugal – publica suas mais extensas obras poéticas, *Colombo* e *As Brasilianas.* O Porto Alegre "diplomata" aparecerá no livro de Ferdinando Wolf, após ser entrevistado na Europa. Sua participação no cenário artístico e cultural brasileiro é vagamente mencionada e todo seu percurso intelectual é descrito como sendo guiado ao objetivo de tornar-se diplomata (SQUEFF, 2004, p. 48).

Porto Alegre foi um homem de letras em um sentido amplo. Não se limitou a ser historiador, escritor ou pintor, embora nunca lhe tenham atribuído excelência em alguma dessas condições. Não pretendemos aqui corroborar uma autobiografia que, da mesma forma que os necrológios que escreveu, retratam um batalhador guiado pelas melhores intenções que se vê nadando contra a maré, nunca sendo devidamente reconhecido ou recompensado. No entanto, algo nos parece difícil de ser negado: a indissociável conexão entre o que idealizava e seus movimentos iniciais no Rio de Janeiro, que, em última instância, procuravam não apenas assegurar seu sustento, mas, através dele, exaltar a nação através de uma arte nacional, da pintura histórica e de uma história memorialista.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do IHGB*, 1839, p. 9-18.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: BASTOS, Lucia Maria Bastos Pereira das; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal (Orgs.). *Histórias da escrita da história no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 93-124.

ENDERS, Armelle. O Plutarco Brasileiro: a produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, 2000.

______. *Les visages de la Nation*: histoire, héros nationaux et imaginaire politique au Brésil (1822-1922). Tese de doutorado. Université Paris I-Panthéon-Sorbonne, 2004.

FERNANDES, Cybele Vida Neto. A polêmica atuação de Manoel de Araújo Porto-Alegre como professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes. *Arquivos da Escola de Belas Artes*, Rio de Janeiro, n. 17, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Iconografia brasileira. *Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856.

_______. *A estátua amazônica*. Rio de Janeiro: F. de Paula Brito, 1851.

SILVA, J. M. P. da. *O Plutarco Brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1847.

SQUEFF, Letícia Coelho. Quando a história reinventa a arte: a escola de pintura fluminense. *Rotunda*, Campinas, nº 1, 2003.

_______. *O Brasil nas letras de um pintor*: Manuel de Araújo Porto Alegre. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

---

[1] Sobre o projeto de Januário da Cunha Barbosa, ver: BARBOSA, 1839. Para um comentário, ver: CEZAR, 2010; SILVA, 1847. Sobre a obra de Pereira da Silva e a produção de vultos nacionais no século XIX, ver: ENDERS, 2000, p. 41-46.

[2] Sobre a importância dos elogios no IHGB, ver OLIVEIRA, 2011: 18-19; 68-76; e as considerações do capítulo 4.

ICONOGRAFIA BRASILEIRA[1] (1856)

MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE

Quando em 1852 recolhia os materiais para um trabalho de que me havia encarregado o Instituto Histórico, concebi a ideia de bosquejar uma obrinha com este título, para servir de complemento ao Plutarco Brasileiro. O título do meu opúsculo indicava uma coleção de imagens, às quais juntaria algumas notícias biográficas.

A minha tentativa levava em mira um pensamento nacional, qual o de fazer com estes exemplos frutificar no ânimo da mocidade outros de maior valia; porém este trabalho foi interrompido por graves enfermidades, que me impossibilitaram a execução de obras sérias e aturadas; e pelas novas obrigações a que fui chamado pelo governo imperial, a fim de realizar a reforma dos estudos na Academia das Belas Artes.

Durante os anos de 54 e 55, não me foi possível tocar nos meus papéis, e nem tão pouco juntar um só verso a uma obrinha que me suaviza a vida nas horas em que nela trabalho, porque nessas horas me iludo, e creio que ainda sou artista.

Para que se não percam, pois, aqueles apontamentos, autenticados por documentos, e pelas origens fiéis da onde os colhi, começarei a publicá-los pouco a pouco, afim de que sirvam um dia àquele que desejar fazer mais este serviço à nossa pátria.

O espirito da atualidade começa a reagir contra a escola do indiferentismo, contra o esquecimento dos mortos, contra as práticas da ingratidão, que são a base da imprevidência e decomposição social. O Instituto Histórico e a Santa Casa de Misericórdia têm altamente protestado e dado exemplos de solene reconhecimento com o intuito de combater este criminoso egoísmo.

O filho que não derrama uma lágrima, ou não lança uma flor sobre a sepultura de seu pai, ensina a seus próprios filhos a ingratidão; assim como a geração que não comemora os serviços de seus antepassados, prepara-se para receber o mesmo esquecimento que a deslustra: a humanidade é uma cadeia de ideias, cujos elos estão na

memória sucessiva do homem. A maioria dos velhos, que abençoam a sua época e maldizem a mocidade, deveria ser castigada em praça pública, porque a mocidade é sempre o espelho das ideias e práticas de seus pais.

As gerações que levam o mercado ao trono do legislador e a cadeira do juíz, as que convertem os altares em hasta, preparam para si uma velhice medonha, pelos crimes que absolvem e pelos frutos da impunidade, o maior de todos os flagelos sociais.

Para contrabalançar as más tendências, e guiar o espírito da mocidade, as grandes nações, que são aquelas que têm severos e proveitosos pensadores, estabelecem prêmios para os vivos, e um culto especial para os mortos: estabelecem panteões diversos, afim de que estes falem às vistas do povo, e ao coração do homem inteligente. Estes panteões não são somente de pedra e cal, não são unicamente compostos de mausoléus, cenotáfios, ou outros jazigos monumentais, onde se ostentam o mármore e o bronze, são também compostos de livros especiais, cujas narrações edificam, como a palavra solene da história.

O nosso governo que faz hoje tão grandes e justos sacrifícios pecuniários para a fácil locomoção do indivíduo, e permutação dos gêneros comerciais, deveria acompanhar este pensamento com os outros meios auxiliares para um mais rápido comércio das ideias nacionais, as quais se tornam mais fecundas e profícuas quando são elaboradas no próprio solo. Bons livros, bons mestres. A facilidade que temos em adquirir livros estrangeiros nos desvia de um estudo sério das coisas da pátria: a maior parte dos nossos jovens conhecem mais as riquezas naturais e as tradições alheias do que as próprias; conhecem mais os indivíduos estranhos do que os nacionais.

Quando os nossos legisladores decretarem um panteão, não digo um edifício suntuoso, mas um lugar sagrado e decente, onde se recolham os restos mortais dos nossos beneméritos, onde o paisano repouse a par do general, e que nesse lugar, em dia marcado, vá o Imperador derramar flores sobre essas sepulturas singelas, o Brasileiro verá que o ouro não é a única recompensa da terra, e que acima dele está a pobreza de um José Bonifácio de Andrada, a de um visconde de Cairú, de um São Leopoldo, de um padre Caldas, de um

franciscano, ou de um músico como José Mauricio. A mocidade, a generosa e heroica mocidade seguirá o rumo da estrela do céu da pátria, e não confundirá jamais esse astro com a moeda brilhante que salta das máquinas de cunhar, na casa da moeda. Quando o ouro é deus, o homem é uma fera.

O contato da geração viva com a dos mortos faria desaparecer esta seção criminosa entre os herdeiros e os testadores de tantos bens; faria desaparecer este desamor que mostramos para com os nossos antepassados, para com nossos pais intelectuais, que foram os criadores desta ordem social, que marchará a maior perfeição, se a auxiliarmos com os incentivos experimentados, por serem os mais naturais e os mais próprios do coração humano.

A inveja virá sem dúvida opor-se a estas ideias generosas pretextando dificuldades no processo da escolha dos varões dignos de uma tão justa apoteose, porém nada há de mais simples: o tempo, o grande mestre das coisas humanas, consumará a obra se o juízo contemporâneo flutuar, ou for injusto.

O homem que inscreveu todo o ser social no círculo da família, cumpriu o dever que lhe impõem a ordem; os seus restos mortais não pertencem à pátria, como os daquele que se votou à grande missão civilizadora, ou o que fez abnegação de si por amor do próximo. Aos arquitetos da civilização deve somente pertencer esta recompensa.

A estátua equestre do fundador do império vai ser o primeiro exemplo do reconhecimento público, a primeira página solene que a cidade e a província do Rio de Janeiro oferecem para edificação do futuro, e testemunho de gratidão nacional. Que diferença entre os atos da tentativa imediata à independência como os de hoje, apesar de haver tido o governo de então uma direta influência na subscrição?! Os ódios da parcialidade e os ressentimentos do egoísmo já desapareceram; o que havia de puramente humano naquele príncipe, os seus erros e desvios juvenis foram escurecidos pelo brilhante clarão dos fatos capitais da sua vida, pelas ações que revelaram a grandeza de sua alma, entre as quais somente bastam: como legislador e filósofo, a constituição que nos outorgou, e que permanece há um terço de século: como príncipe, o desapego a duas

coroas; e como homem, o cerco do Porto, a reabilitação de sua filha no trono de Portugal; e aquela carta que dirigiu a Antonio Carlos, na qual se declarava contra a restauração, porque, dizia ele, "sou o primeiro súdito do Senhor D. Pedro II, meu muito amado e querido filho!"

Há nada de mais grande que este proceder? Onde está um maior exemplo do coração humano, e de um coração que nasceu herdeiro de uma coroa, cujos diademas se firmavam nas quatro partes do mundo?!

Ao ler aquele autógrafo memorável, um indizível entusiasmo se apoderou de todo o meu ser: o soldado do Mindelo subiu mais alto que todos esses soberanos que comemora a história, e que desceram do trono como ele, mas que o tempo revelou seu arrependimento. Se Deus Nosso Senhor me der vida e saúde, hei de depositar aos pés da sua estátua uns versos do íntimo do coração.

O vento que lava a estátua do herói na praça pública, leva em si aos confins do império um fluido regenerador, um princípio vital mais amplo, mais universal do que aquela que respiramos no ar do interior de um edifício, como o da santa casa, ou do hospício de Pedro II, onde em breve se colocará em mármore o resumo histórico do provedor José Clemente Pereira.

As estátuas individualizam as grandes virtudes, e os escritos as generalizam e perpetuam. Se a estátua é um produto da adulação ou do fanatismo político, e se é acompanhada de escritos artificiosos, a história geral, o nexo dos acontecimentos, os documentos incontestáveis, e o bom senso da posteridade, vem julgar o caso, demonstrar a verdade, e castigar os excessos da impudência ou vertigem do coração humano, e fazer desaparecer um exemplo da maior das corrupções.

Pelo contrário, a destruição de todos os bustos de Cícero não extinguiu a sua memória na posteridade de duas civilizações. Os altares elevados a certos imperadores não os santificaram: a apoteose, ou a canonização, sofrem processos humanitários, que o tempo contraria ou sanciona, mormente hoje, que o livre arbítrio faz o apanágio dos homens. O raio que pulveriza o simulacro do homem, resvala quando o seu pedestal está baseado sobre a justiça eterna,

sobre ideias úteis; porque as ideias são imortais, e nunca perecem com a matéria que a revela a seu modo.

Quando o historiador ou o biógrafo tem um respeito religioso à verdade, os seus escritos fecundam.

Platão só tolerava a mentira excepcionalmente na boca do magistrado e do médico, como meio de arrancar a verdade do réu, e de fortificar o ânimo do doente. Se os homens não mentissem, as leis seriam mui simples, e a ordem social outra.

Conhecida a biografia de todos os homens saliente de uma época, seja qual (for) a sua ação civilizadora, está conhecida a história daqueles tempos; porque nos seus atos, nas suas ideias, nos seus resultados, está o movimento geral, as peripécias do drama animado da sociedade, onde cada um destes indivíduos foi ator e compositor.

Ao despontar de uma grande fase, de uma vida reorganizadora, encontram-se vultos grandiosos, sentinelas que guardam as sagradas avenidas do futuro, e servem de ostensores aos que o tempo vai incorporando na marcha dos acontecimentos. Na independência houve o ostensor augusto, a sentinela coroada, cuja missão não foi ainda avaliada pelos espíritos estacionários que ficaram em 1831, e para os quais não há possibilidade de um horizonte racional.

Seria bem digna da proteção do governo uma obra popular em que viessem os retratos e a vida de todos os homens úteis ao Brasil, porque nessa república da morte encontraria a mocidade incentivos e esperanças para todas as vocações. O soldado, o marinheiro, o padre e o médico, se harmonizariam perfeitamente com o magistrado, o cultivador, o artífice, o estadista, o poeta, o filósofo, o geógrafo, o naturalista, o empresário, o banqueiro útil, o artista, o empregado público, o orador, e todas as outras alavancas da máquina social; não esquecendo a mulher, para chamá-la a um mais amplo desenvolvimento do seu amor e dedicação.

O Brasil já tem tido homens que significam coisas, e que foram ardentes e incansáveis operários da nossa constituição social. Com o intuito de engrandecer o material de uma obra que considero de grande utilidade, já dei alguma coisa para a Revista do Instituto, e para outras publicações, e com o mesmo constante desejo irei doravante coordenando os apontamentos que tenho, afim que se não

percam. A futuros escritores está reservada esta bela e tão proveitosa tarefa, e é a eles a quem consagro estas mal traçadas notas, que talvez lhes servirão quando escreverem a história como deve ser, e não como a compreendeu a maior parte dos nossos cronistas.

---

[1] PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Iconografia brasileira. *Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856, p. 349-354.

JOAQUIM MANUEL DE MACEDO
(1820-1882)

APRESENTAÇÃO
Maria da Glória de Oliveira

Joaquim Manuel de Macedo figura nas histórias da literatura entre os autores canônicos da ficção romântica no Brasil da primeira metade do século XIX.[1] Como homem de letras do Oitocentos, momento de incipientes delimitações nas especialidades do trabalho intelectual, Macedo combinou atuações na literatura, no magistério e na política: foi escritor polígrafo, médico, professor de História e Corografia do Imperial Colégio D. Pedro II, além de ter atuado como deputado eleito pelo Partido Liberal e nas funções de primeiro secretário e orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Comparados à fortuna crítica acumulada em torno de sua copiosa produção ficcional,[2] ainda são poucos os estudos sobre as suas contribuições no campo da historiografia brasileira que, naquele momento, também se encontrava em formação.[3] No centenário de seu nascimento, o primeiro secretário do IHGB, Max Fleiuss, situou-o entre os "obreiros" mais ilustres da agremiação, avaliando que as dezenas de discursos solenes e as incontáveis orações fúnebres aos consócios falecidos, proferidos por Macedo valiam como "verdadeiras páginas da História e da Bibliografia" (FLEIUSS, 1920).

Nascido em 1820, na freguesia fluminense de São João de Itaboraí, Macedo começou a publicar os seus primeiros escritos na imprensa periódica da Corte, colaborando como redator, entre outros, do célebre jornal *Minerva Brasiliense*. Em 1844, com a defesa da tese intitulada *Considerações sobre a nostalgia*, concluiu o curso de Medicina.[4] Naquele mesmo ano, inaugurando a voga do romance de costumes nacional, publicou *A moreninha*, cuja popularidade foi imediata, tendo um peso significativo para o abandono da carreira médica e a opção pela literatura. Nas décadas seguintes, a produção literária de Macedo permaneceu fecunda e diversificada, com as

publicações dos romances *O moço loiro* (1845), *Os dois amores* (1848), *Rosa* (1849), *Vicentina* (1853), *O forasteiro* (1855), *O culto do dever* (1865), *Memórias do sobrinho do meu tio* (1868) e a *A luneta mágica* (1869). No conjunto de sua obra, também se destacam contos, sátiras político-sociais, peças de teatro e crônicas memorialísticas como *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* (1862) e as *Memórias da rua do Ouvidor* (1878).[5]

Admitido como sócio em 1845, por meio de proposta apresentada por Joaquim Norberto de Souza e Silva e Manuel de Araújo Porto Alegre, Macedo permaneceria como membro atuante no IHGB até a sua morte, em 1882.[6] Ao longo de mais de trinta anos, exerceu dois cargos de prestígio na agremiação: foi primeiro secretário entre 1852 e 1856 e, no ano seguinte, foi eleito orador efetivo, desempenhando a função até 1881. Concomitantemente às suas atividades como escritor e membro atuante no Instituto, foi professor de História e Corografia do Brasil no Imperial Colégio D. Pedro II, cargo para o qual foi nomeado em 1849.[7] O trabalho com o ensino levou-o a compor uma série de manuais didáticos intitulados *Lições de História do Brasil,* que se tornaram referência obrigatória para a formação de sucessivas gerações.[8] Para as exposições internacionais de Viena e Filadélfia, Macedo elaborou, sob a encomenda do governo imperial, as *Noções de Corografia do Brasil* (1873) e o *Ano Biográfico Brasileiro*, obra em quatro volumes (1876-1880).

A dissertação "Dúvidas sobre alguns pontos da história-pátria" foi lida em sessão ordinária do IHGB, em 1858.[9] Manoel de Araújo Porto Alegre fez referências elogiosas ao estudo, acrescentando que o eminente professor de história dava provas de sua erudição não se limitando a ser como os “repetidores de cronistas que entrega[vam] à memória dos alunos os acontecimentos, sem passá-los pela análise de uma crítica inteligente e laboriosa” (*REVISTA*, 1858, p. 462). Como o próprio título sugere, Macedo não estava alheio às preocupações acerca dos aspectos nebulosos do passado colonial, compartilhadas por todos os letrados que, naquele momento, empenhavam-se no projeto de escrita da história nacional. Francisco Adolfo de Varnhagen, que publicara os primeiros volumes de sua *História Geral do Brazil* entre 1854 e 1857, entendia que nenhuma

história poderia se constituir como verdadeira enquanto o seu conteúdo factual continuasse permeado por "tradições fabulosas" ou ancorado em "conjecturas sem provas" (VARNHAGEN, 1848, p. 129-131).[10] Na perspectiva dos historiadores do século XIX, a crítica das fontes, se não levava sempre a constatações inequívocas sobre os tempos mais remotos, assegurava, ao menos, que o conhecimento histórico se fundasse no chão seguro da facticidade. Para que o passado colonial pudesse ser conhecido era necessário, portanto, que o historiador se apoiasse em testemunhos contemporâneos aos acontecimentos, e não apenas em narrativas "criadas pela imaginação" por escritores, muito tempo depois do sucedido.

Macedo desenvolveu a sua dissertação a partir de "pontos duvidosos", que, segundo ele, persistiam nas obras de história do Brasil, acerca das invasões holandesas, demandando imediata elucidação. Se os tempos de origem dos povos encontravam-se, em grande parte, envoltos em um "mistério impenetrável", na história nacional, tal obscuridade dilatava-se muito além dos anos da descoberta pelos portugueses, atingindo o nosso passado mais próximo: "As causas que contribuíram para encher de nevoas *a nossa tão recente antiguidade* são conhecidas de todos aqueles que se têm dado ao estudo da história pátria". A escassez de testemunhos de cronistas e de historiadores acerca dos primeiros séculos da história brasileira contribuía para a perpetuação de versões errôneas de certos acontecimentos: "alguns fatos vão passando em julgado, só porque algum autor o refere, e não há outros que o combatam, assim aquele que estuda a matéria toma muitas vezes o erro pela verdade, a outros igualmente o transmite, tornando-se em verdade o erro pela regra de ser muitas vezes repetido" (MACEDO, 1862, p. 4).

As dúvidas pontuais do orador do IHGB diziam respeito ao modo como os autores das histórias do Brasil ajuizavam a reputação de dois grandes homens envolvidos na luta contra os holandeses em Pernambuco: de um lado, a má fama que se criara em torno do nome de Mathias de Albuquerque quanto às ações de defesa da capitania frente à ameaça estrangeira e, de outro, os feitos notáveis supostamente atribuídos a João Fernandes Vieira. Por se tratar de acontecimentos históricos plenos de heroicidade e "motivos de

ufania”, era necessário depurar o seu conteúdo, examinando o que havia de fabuloso e de verídico nas narrações dos fatos protagonizados por ambos: “Na história fale a verdade sempre e antes de tudo: é ela somente que deve dirigir a pena do escritor na exposição dos factos como é só a consciência que deve presidir a apreciação deles” (MACEDO, 1862, p. 6).

Em torno da figura de Mathias de Albuquerque, segundo Macedo, consolidava-se uma visão de censura acerca da falta de empenho na resistência aos batalhões de invasores estrangeiros. Entre os cronistas dos tempos coloniais, citados abundantemente na dissertação, apenas dois – Giusepe de Santa Teresa (*Istoria delle Guerre Del Regno Del Brasile*) e o marquês de Basto (*Memórias Diárias da Guerra do Brasil*) – contemporâneos do conflito emitiam opinião favorável às ações do general. Apoiando-se no relato do segundo, Varnhagen teria feito a defesa da reputação do acusado (MACEDO, 1862, p. 80). A autoridade do Visconde de Porto Seguro, argumentava Macedo, não era suficiente para dirimir a questão, pois em sua *História Geral do Brazil*, apoiando-se nos relatos dos cronistas, não teria elucidado os acontecimentos com maior rigor: “citando unicamente as *Memórias Diárias* do mesmo marquês de Basto [...] e infelizmente dizendo saber de factos positivos que lhe recomendam as muitas e mui adequadas providencias que tomou aquele general, não menciona esses factos” (MACEDO, 1862, p. 9).

Quanto aos escritores do lado oposto, ou seja, os detratores da figura do general, considerava que todos os que escreveram depois do inglês Robert Southey não mereciam crédito: “todos eles se foram repetindo uns aos outros...”. Era necessário “ir às fontes”, o que implicava o confronto rigoroso dos relatos dos cronistas coevos à guerra holandesa, nos quais se apoiavam usualmente os historiadores (MACEDO, 1862, p. 10). A par disso, a postura fundamental daqueles que se lançavam à tarefa da escrita da história não poderia ser outra, senão a de suspeita frente aos relatos dos cronistas acerca dos tempos coloniais:

> Nós compreendemos que aquele que toma sobre si o empenho de escrever a história dos acontecimentos passados seja induzido em erro pelos cronistas da época que ele procura recordar; quando porém o novo escritor avança

> proposições, determina a respeito de um facto circunstâncias que nenhum dos cronistas contemporâneos refere, o homem, que como nós, se esforça por estudar conscienciosamente, tem direito de duvidar da asserção, enquanto não se lhe mostra a fonte em que ela foi bebida (MACEDO, 1862, p. 17).

Ora, nos testemunhos contrários à atuação de Mathias de Albuquerque no conflito, sobressaíam traços que colocavam em dúvida a possibilidade de um juízo imparcial sobre o personagem. Na argumentação de Macedo, cronistas como Frei Manoel Calado e Francisco de Brito Freire, respectivamente autores de *Valeroso Lucideno* (1648) e *Guerra Brasílica* (1669), forneciam registros pouco exatos dos expedientes do governador ou deixavam transparecer em seus relatos certo "espírito de partido" (MACEDO, 1862, p. 10). Objeção idêntica podia ser feita a um autor moderno como o consócio José Bernardo Fernandes Gama, cujas *Memórias Históricas de Pernambuco* (1840) estavam marcadas pelo "providencialismo" em muitas de suas páginas. Por sua vez, as já citadas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654) em que se assinalavam as diligências do português na organização da milícia pernambucana, carregavam o inconveniente de uma outra espécie de parcialidade, na medida em que o seu autor, Duarte de Albuquerque, era irmão do general em questão. A despeito de se constituir em uma "autoridade valiosa e em testemunho de grande peso", o parentesco entre o cronista e o personagem dava lugar à suspeição, "o seu testemunho pois não faz[ia] prova suficiente para sobre ele se basear a sentença crítica" (MACEDO, 1862, p. 9). Entre os demais relatos, a objeção mais enérgica incidiria, contudo, sobre o *Castrioto Lusitano* (1679), de Frei Raphael de Jesus que, segundo Macedo, "viu o drama com olhos alheios, escreveu de longe", diferentemente de cronistas como Frei Calado e Brito Freire ou marquês de Basto que estiveram no "teatro da luta" (MACEDO, 1862, p. 11).

O problema enunciado pelo orador do Instituto emergia do exame de narrativas divergentes, tanto em seu conteúdo factual quanto diversas no grau de fidedignidade dos seus testemunhos, o que o obrigava a sopesar as opiniões daqueles que relatavam os acontecimentos *vistos* com os seus *próprios olhos* e os que, como Raphael de Jesus, no final do século XVII, ou Sebastião da Rocha

Pita, no XVIII, já os *viam* com *olhos alheios*. Após ponderar longamente sobre essas questões, Macedo formula a defesa de Mathias de Albuquerque apoiando-se na fonte que, segundo ele, melhor corroborava a improcedência das acusações que pesavam sobre o general: “não é de presumir que o marquês de Basto, ator no drama terrível, e escrevendo aos olhos dos contemporâneos e também para ser lido por eles, enchesse de inventos as primeiras páginas das suas *Memórias Diárias*, e improvisasse fortificações e trabalhos que não tiveram lugar...” (MACEDO, 1862, p. 12). Importante era relativizar também a censura dirigida ao governador pelas festas que fez celebrar em honra do nascimento do príncipe herdeiro do trono espanhol: “os cronistas que referem o fato e que o censuram com evidente azedume, são portugueses, e portugueses que escreveram logo depois da feliz e gloriosa revolução de 1640 que libertou Portugal do jugo da Espanha” (MACEDO, 1862, p. 13).

Com um raciocínio idêntico, Macedo formulará a sua desconfiança acerca das proezas heroicas atribuídas a José Fernandes Vieira pelos autores modernos da história do Brasil. Ao passar em revista os compêndios de história, ele chama a atenção, de imediato, para a disparidade de informações quanto ao número dos soldados combatentes do lado brasileiro e do holandês:

> Ninguém pode ter o direito de inventar circunstâncias para dar mais beleza e brilhantismo a um acontecimento, a um facto notável; por tanto os autores que citamos, não inventaram, deram crédito a alguma autoridade na matéria. Pois bem: o que nós pedimos, é que se nos aponte a autoridade, a fonte, onde tantos escritores foram beber a relação [...] Ora no caso em questão autoridades e fontes só se devem considerar os escritores cronistas da época em que se passou essa guerra dos vinte e quatro anos (MACEDO, 1862, p. 22-23).

Em nenhum daqueles cronistas coetâneos encontravam-se explicações que corroborassem as assertivas dos historiadores modernos e, por conseguinte, nenhuma fonte autorizava as “exagerações” daqueles que escreveram posteriormente, dando conta da heroica resistência de “pouco mais de 30 ou 37 guerreiros” frente ao formidável contingente holandês. Reforçavam-se, assim, as dúvidas sobre a suposta defesa do forte São Jorge atribuída por esses escritores ao Castrioto lusitano. Não existiam, conforme Macedo,

“fontes insuspeitas e puras” que fornecessem fundamento e justificativa a essa asserção:

> A fama vai sempre além da verdade, diz Tácito: e com efeito a crítica fria e severa tem já por vezes demonstrado, que há na história alguns preconizados heróis que não resistem a um exame profundo e consciencioso dos feitos que lhes são atribuídos, e outros que perdem boa porção de seus louros, quando a flama do entusiasmo não deslumbra a razão, que procura apreciá-los com justeza e livre de prevenções (MACEDO, 1862, p. 22-23).

Não menos que treze autores contabilizavam Fernandes Vieira entre os bravos defensores da capitania frente à tomada holandesa, diferindo apenas “na maior ou menor soma de glória, que tributam ao herói de dezessete anos de idade”. Entre esses, Frei Raphael de Jesus, mais uma vez, despontava como uma autoridade suspeita, um testemunho que não bastava para se avalizar, sem maior rigor crítico, as proezas do célebre português, pois escrevia como panegirista e não como historiador: “ao lê-lo presume-se que é um poeta que vai cantar um herói, e não um filósofo que se propõe a escrever a história de um homem. E depois do título desde o prólogo até a última página do livro as exagerações abundam a cada momento, abafando ou desfigurando a verdade” (MACEDO, 1862, p. 33).

Macedo concebia a história como um tribunal em que certos personagens deveriam ser submetidos a julgamento, tendo as suas sentenças proferidas mediante a confrontação e a avaliação metódica dos testemunhos das fontes. Tal operação deveria ser conduzida do modo mais rigoroso possível a fim de dirimir as inexatidões acerca dos fatos e circunstâncias históricas. Existiam homens, contudo, cuja fama se propagava, a despeito dos juízos críticos a que pudessem ser submetidos os seus grandes feitos. Assumiam a forma do que Varnhagen chamara de “mito heroico”, referindo-se à figura lendária do Caramuru, perpetuando-se no tempo, de geração em geração.

Ao concluir a dissertação, o orador do Instituto reitera o seu desabono aos autores de compêndios de história do Brasil que compilavam e reproduziam, sem um exame criterioso, o relato dos feitos de alguns preconizados heróis. O ensaio de crítica historiográfica de Macedo tinha por alvo, enfim, menos o personagem histórico ao qual se atribuíam proezas desmedidas, e

mais a autoridade dos cronistas, cuja parcialidade não poupa esforços em denunciar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Lucia Cabana. Historiadores do IHGB/Catedráticos do Colégio Pedro II. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 168, nº 434, 2007, p. 219-231.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* 32. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSISIO, Rafael de Almeida Daltro. *Entre o escritor e o historiador*: a história do Brasil imperial na pena de Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

FLEIUSS, Max. Macedo no Instituto Histórico. *Revista do IHGB*, t. 87, v. 141, 1920, pp. 431-447.

GUIMARÃES, Lucia M. P. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a.156, n. 388, jul./set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857).* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Dúvidas sobre alguns pontos da história-pátria. *Revista do IHGB*, t. XXV,1862, p.3-41.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1794-1855).* São Paulo: Cultrix, 1977. v. II

MATTOS. Selma Rinaldi de. *O Brasil em lições*: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. *Escrever vidas, narrar a história*: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

POLITO, Ronald; LOPES, Myriam Bahia (Orgs.). *Considerações sobre a nostalgia.* Campinas: Editora Unicamp, 2005.

REVISTA do IHGB, t. XXI, 1858.

REVISTA do IHGB, t. VII, 1845.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*: a luneta Mágica do II Reinado. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

STRZODA, Michelle. *O Rio de Joaquim Manoel de Macedo*: jornalismo e literatura no século XIX. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. O caramuru perante a história. *Revista do IHGB*, t. X, 1848, pp. 129-131.

---

[1] Ver, entre outros, CÂNDIDO, 2000, p. 121-129; BOSI, 1994, p. 130-132; MARTINS, 1977, p. 300-316.

[2] Entre os estudos mais recentes sobre aspectos da produção literária do autor, ver SERRA, 2004, e STRZODA, 2011.

[3] O marco de institucionalização da pesquisa histórica no Brasil seria a criação do IHGB, em 21 de outubro de 1838. A esse respeito, ver GUIMARÃES (2011, p. 59-114; e 1995). Entre os trabalhos recentes sobre a atuação de Macedo no IHGB, ver BOSISIO, 2007.

[4] A nostalgia era tema recorrente não apenas entre os escritores românticos, mas também vinha sendo abordado na literatura médica. Na tese, Macedo descreve os sintomas da nostalgia como um tipo de melancolia, caracterizada como a saudade da pátria de que sofriam os habitantes do campo, principalmente, no Brasil, os escravos. Ver POLITO; LOPES, 2005.

[5] Para um levantamento das obras de Macedo, ver: FLEIUSS (1920, p. 443-447) e BOSISIO (2007, p. 143-146).

[6] A admissão de Macedo consta em ata da 136ª sessão de junho de 1845, *REVISTA*, 1845, p. 269.

[7] O Imperial Colégio D. Pedro II foi criado no dia 2 de dezembro de 1837 como instituição dedicada à instrução secundária, nos moldes dos educandários franceses, com programas de estudos com base clássica e humanista. A disciplina de História e Corografia do Brasil foi tornada obrigatória por decreto imperial em 1857. Ver: ANDRADE, 2007.

[8] Os compêndios didáticos de Macedo seguiam a ordem de exposição da *História Geral do Brazil,* de Varnhagen. Foram 3 compêndios didáticos que receberam sucessivas reedições: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II – 4 ano*; *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio Pedro II – 7 ano*; *Lições de História do Brasil para uso das Escolas de Instrução Primária*. Para uma análise dessa produção, ver MATTOS, 2000.

[9] A referência à leitura encontra-se nas atas das sessões em 10 de setembro e 1º de outubro de 1858. *REVISTA*, 1858, p. 438; 440. O texto que será comentado a seguir foi publicado na *Revista*, alguns anos mais tarde: MACEDO, 1862, p. 3-41.

[10] Faço uma análise desse texto em OLIVEIRA, 2011, p. 85-93.

DÚVIDAS SOBRE ALGUNS PONTOS DA HISTÓRIA PÁTRIA[1] (1862)

JOAQUIM MANOEL DE MACEDO

Memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, pelo Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo

O eloquente Sr. Lamartine principia a sua História da Rússia enunciando o seguinte pensamento: *um mistério impenetrável a história envolve o berço dos povos, como paira a uma nuvem sobre as nascentes dos rios, que descem de suas montanhas de gelo para inundar os continentes*; e antes do Sr. Lamartine, embora menos elegantemente que o historiador poeta já tinha dito Goldsmith começando também a sua História da Inglaterra: *a origem de quase todos os povos acha-se envolvida em trevas, que os sábios têm em vão procurado dissipar.* A justa observação destes dois escritores encontra um novo fundamento na História do Brasil; nela porém o mistério de que fala o Cisne do Sena, as trevas a que se refere Goldsmith não obscurecem somente o berço, a origem das hordas selvagens, que os primeiros colonizadores acharam na Terra de Santa Cruz, dilatam-se ainda muito além e consentem apenas que uma luz duvidosa deixe mal apreciar não poucos acontecimentos, que ocorreram longos anos depois da feliz descoberta de Cabral.

As causas que contribuíram para encher de nevoas a nossa tão recente antiguidade são conhecidas de todos aqueles que se tem dado ao estudo da história pátria. No tempo colonial poucos homens se lembraram de perpetuar em crônicas e memórias a lembrança dos fatos da época: desses poucos sem dúvida uma boa parte trabalhou sem fruto deixando manuscritos que se perderam para sempre, e até mesmo dos documentos oficiais e dos livros recolhidos aos arquivos, e que ali deviam ser guardados religiosamente, um grande número foi destruído pelo tempo, aquém ajudou a incúria, e ainda em mais de um caso, um vandalismo estúpido e fatal.

E por isso mesmo que não abundam os historiadores e cronistas dos nossos primeiros séculos, acontece, que alguns fatos vão

passando em julgado, só porque algum autor o refere, e não há outros que o combatam, e assim aquele que estuda a matéria toma muitas vezes o erro pela verdade, a outros igualmente o transmite, tornando-se em verdade o erro pela regra de ser muitas vezes repetido.

A menos que a crítica conscienciosa e apurada não preste auxílio seguro, não descobrimos meio de escapar ao engano, quando há um único livro em que se tenha historiado um certo acontecimento: no caso porém em que diversos autores se ocupam do mesmo assunto mais fácil se torna descobrir a verdade, ou, se quer, MARCAR os pontos duvidosos que precisam e devem ser elucidados.

Na leitura de algumas obras que tratam da história pátria temos também deparado com alguns desses pontos que chamamos duvidosos, e até chegado a hesitar antes de admitir a veracidade de fatos, aliás recebidos como incontestáveis, e no empenho de ver decididas estas questões julgamos que não podíamos proceder melhor, do que apelando para o juízo e a crítica dos mestres, e por isso nos atrevemos a roubar momentos preciosos da atenção do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Na exposição que vamos fazer não temos a pretensão audaciosa de resolver dúvidas de outros; mas somente de apresentar as nossas: não oferecemos conselho, simplesmente vamos pedir lição, que nos deve muito aproveitar.

Por agora que nos limitaremos a provocar um estudo sobre alguns pontos da história pátria, concernentes a invasão e guerra dos holandeses em Pernambuco: mais tarde e quando menos sobrecarregados de outros deveres pudermos tão cabalmente quanto em nossas débeis forças até desempenhar o novo que acabamos de contrair, traremos à consideração do Instituto outras questões, na proposição das quais, desde já o declaramos, não nos faremos cargo de respeitar a ordem cronológica dos fatos, de que teremos de tratar.

Os pontos sobre que vamos discorrer, oferecendo as dúvidas, que se tem mostrado ao nosso espírito são as seguintes:

1.ª A acusação que em geral se faz ao general Mathias de Albuquerque de se haver descuidado de fortalecer a capitania de Pernambuco, ameaçada de uma invasão estrangeira, empregando o

tempo que devia a esse mister dedicar, em festas e lisonjas em aplauso do nascimento do príncipe D. Balthazar herdeiro da coroa da Espanha.

2.ª A grande glória que se atribui ao jovem João Fernandes Vieira pela parte principal e muito notável que tomou na defesa do forte de S. Jorge, atacado e enfim tomado pelos holandeses.

3.ª As causas que determinaram a desastrosa deserção de Domingos Fernandes Calabar, e os juízos feitos sobre esse denodado e misero traidor.

---

[1] Transcrição de Douglas de Melo Altoé/Bolsista IC-FAPERJ.

SOBRE OS AUTORES

Eduardo Sinkevisque é licenciado (1996) e bacharel (1991) em Letras – Língua e Literatura Portuguesas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Fez iniciação científica em Linguística (LAEL/PUC-SP) em 1991, orientado pela Professora Sumiko Nishitani Ikeda. Concluiu o Mestrado (2000) e o Doutorado (2005) em Letras – Literatura Brasileira pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (FFLCH/USP), com orientação de João Adolfo Hansen. É Pós-Doutor em Teoria Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), cujo supervisor foi Alcir Pécora. É Pós-Doutor em História pela UFRGS (IFCH), supervisionado por Temístocles Cezar. É especialista em Literatura Brasileira Colonial, Letras Portuguesas dos séculos XVI, XVII e XVIII, em Retórica, em Poética e em Arte Histórica.

Evandro Santos é doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde desenvolveu a tese "Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo" (2014). Realizou estágio-sanduíche na Universidade de Coimbra, sob a supervisão de Fernando Catroga. É autor, entre outros, de "A História geral do Brazil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista" (*História da Historiografia*, n. 9, agosto 2012).

Fábio Laurandi Coelho possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante a graduação participou do grupo de pesquisa de História e Historiografia de Manoel Luis Lima Salgado Guimarães, desenvolvendo o projeto que deu origem à pesquisa norteadora de sua dissertação de mestrado, orientada por Antonio Edmilson Martins Rodrigues, defendida e aprovada em 2012 pelo

Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Seus estudos possuem como foco a Ilustração Portuguesa.

Flávia Varella é professora adjunta de Teoria da História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde desenvolveu a tese "Reunindo o passado: contextos discursivos e linguagens historiográficas na *History of Brazil* de Robert Southey". Defendeu, em 2011, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, a dissertação "Da impossibilidade de aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage". Autora de diversos artigos, entre eles, "Reviver ou reunir o passado? Um novo enquadramento da proposta historiográfica de Robert Southey", "Ver e tocar o passado: emoção e sentimento na *História do Brasil* de John Armitage", "A (im)possibilidade da escrita da história contemporânea: a *História do Brasil* de John Armitage e os brasileiros oitocentistas" e "As traduções do tacitismo no *Correio Braziliense* (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas".

Iris Kantor é professora adjunta da Universidade de São Paulo (USP), doutora pela mesma instituição. Publicou "Esquecidos & Renascidos: Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)" (CEB-UFBA/Hucitec, 2004); coorganizadora de: "A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)" (Escuta, 2001) e "Festa: Sociabilidade e Cultura na América portuguesa" (Edusp-Hucitec, 2001). É pesquisadora do CNPq (PQ 2).

Lucas La Bella Costa é graduado em História com ênfase em licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aluno egresso no mestrado em História da mesma instituição. É autor do artigo "Superstições, pecado e níveis de cultura na Idade Média" e realizou estudos durante um semestre no Institut d'Études Politiques de Rennes.

Maria da Glória de Oliveira é professora adjunta de Teoria da

História e Historiografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), doutora em História Social pela UFRJ. É autora de "Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista", com prêmio ANPUH-Rio, tese editada pela FGV (2011), e "Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu" (FGV, 2013).

Pedro Telles da Silveira é doutorando em história pela Universaidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, onde defendeu no ano de 2012 sua dissertação, intitulada "O cego e o coxo: crítica e retórica na Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725)", sob orientação do Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. Tem como área de atuação a teoria da história e história da historiografia brasileira, destacando-se, dentre suas publicações, os artigos "Ficção, literatura e história através da 'Crônica do descobrimento do Brasil' (1840)", na *Revista História da Historiografia*, e "A tinta invisível: prova, narrativa e a perspectiva do estranhamento na obra ensaística de Carlo Ginzburg (1991-2007)", publicado pela revista *Ars historica* no ano de 2011.

Rebeca Gontijo é professora do Departamento de História e Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e atua no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. É graduada em História pela Universidade Federal Fluminense (1996), onde também realizou o Mestrado (2001) e o Doutorado (2006). Foi bolsista do Programa de Apoio ao Pós-Doutorado – PRODOC/CAPES (2008-2009), também na UFF, e realizou pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro com apoio da bolsa de fixação de pesquisador, da FAPERJ (2007-2008). É autora de *O velho vaqueano. Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si* (Rio de Janeiro: 7Letras, 2013).

Rodrigo Turin é professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Obteve o doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), com um estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. É autor, entre outros, de "A obscura história indígena. O discurso etnográfico no IHGB"

(in: GUIMARÃES, Manoel L. Salgado (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006); e "Os *antigos* e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860)" (L'Atelier du Centre de Recherches Historiques, v. 7, 2011).

Taíse Tatiana Quadros da Silva é professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Possui doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde desenvolveu a tese "Maquinações da Razão Discreta: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)". Recentemente teve publicado um capítulo da mesma no livro "Memória, Escrita da História e Cultura Política no mundo luso-brasileiro", organizado por Jacqueline Hermann e Fernando Catroga.

Temístocles Cezar é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Foi professor-convidado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (2005 e 2011). Autor, entre outros, dos artigos "L écriture de l histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur l utilisation des modèles anciens et modernes de l historiographie"; "Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos" e "As incertezas da escrita da história. Ensaio sobre a subjetividade na Historia geral do Brazil de F. A. de Varnhagen (1854-1857)". Além da tradução da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen: "L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Egyptiens – 1876" (85 p.), precedida pelo ensaio: "Varnhagen entre os antigos, os modernos e os 'selvagens'. Estudo introdutório: A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios".

SÉRIE MONUMENTA

Monumenta franqueia ao leitor brasileiro – ao estudante, ao diletante, ao especialista – um conjunto representativo dos maiores monumentos literários da historiografia da época moderna: clássicos que balizaram o pensamento histórico, político e toda a cultura ocidental, em traduções anotadas por nossos grandes especialistas.

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES
COORDENADOR

SÉRIE MONUMENTA

01. MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Apresentação, tradução e notas de Renato Moscateli. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

02. MICHELET, Jules. *As mulheres da revolução*. Tradução de Daniela Kern. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.